

Hugh Lacey

**Psicologia Experimental
e Natureza Humana**

Ensaio de Filosofia da Psicologia



Psicologia Experimental
e
Natureza Humana

Ensaio de Filosofia da Psicologia

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, reitor

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Álvaro Toubes Prata, pró-reitor

NEL – Núcleo de Epistemologia e Lógica
Gustavo A. Caponi, coordenador

RUMOS DA EPISTEMOLOGIA, VOL. 4

Hugh Lacey

**Psicologia Experimental
e
Natureza Humana**

Ensaio de Filosofia da Psicologia

tradução de
Luiz Henrique de A. Dutra
e César A. Mortari

**Núcleo de Epistemologia e Lógica
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis, 2001**

© 2001, NEL – Núcleo de Epistemologia e Lógica, UFSC.

ISBN: 85-87253-05-0

UFSC, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, NEL.

Cx. Postal 476, 88010-970

Florianópolis, SC

(48) 331.8803, fax: 331.9751

nel@cfh.ufsc.br

www.cfh.ufsc.br/~nel

Editoração Eletrônica: NEL – Núcleo de Epistemologia e Lógica

Impressão e Acabamento: Imprensa Universitária, UFSC

Ficha Catalográfica

(Catalogação na fonte pela Biblioteca Universitária da
Universidade Federal de Santa Catarina)

L131p Lacey, Hugh

Psicologia experimental e natureza humana : ensaios de
filosofia da psicologia / Hugh Lacey ; tradução de Luiz
Henrique de A. Dutra e César A. Mortari. – Florianópolis :
UFSC/NEL, 2001.

322p. – (Rumos da Epistemologia ; v.4)

Inclui bibliografia.

ISBN : 85-87253-05-0

I. Psicologia experimental – Filosofia. I. Dutra, Luiz
Henrique de A. II. Mortari, César A. III. Título.

CDU : 159.9.072

Reservados todos os direitos de reprodução total ou parcial
por NEL – Núcleo de Epistemologia e Lógica, UFSC
Impresso no Brasil

coleção

RUMOS DA EPISTEMOLOGIA

Editor: Luiz Henrique de Araújo Dutra

Conselho Editorial: Sara Albieri

José André Angotti

Gustavo Andrés Caponi

Alberto Oscar Cupani

Luiz Henrique de Araújo Dutra

Marco Antônio Frangiotti

César Augusto Mortari



Núcleo de Epistemologia e Lógica
Universidade Federal de Santa Catarina

Criado em 1996, o NEL tem por objetivo integrar grupos de pesquisa nos campos da lógica, teoria do conhecimento, filosofia da ciência, história da ciência, e áreas afins, na própria UFSC e de outras universidades. Um primeiro resultado expressivo de sua atuação é a revista *Principia*, publicada desde 1997 em parceria com a Editora da UFSC e que possui corpo editorial internacional. *Principia* aceita artigos inéditos, além de resenhas e notas, sobre temas de epistemologia e filosofia da ciência, em português, espanhol, francês e inglês. A coleção Rumos da Epistemologia aceita monografias ou coletâneas, textos inéditos ou traduções de textos consagrados, sendo publicada desde 1999. A partir de 2001, o NEL também estará publicando a coleção *Sképsis*, em parceria com o GT Ceticismo da ANPOF.

Nota editorial

Os textos que compõem este livro foram totalmente traduzidos para a presente edição, embora já houvesse de alguns deles outras traduções em português, que não foram utilizadas aqui, nem consultadas pelos tradutores. Tais traduções são mencionadas pelo autor, em seus Agradecimentos, abaixo.

Pequenas adaptações foram feitas, visando conferir naturalidade ao texto em português. Algumas delas estão indicadas em notas de rodapé (identificadas por 'N.T.'). Também é o caso de alguns poucos esclarecimentos de caráter conceitual que pareceram necessários.

Agradecimentos

Três dos capítulos deste livro (5, 6 e 9) são de co-autoria de meu colega no Swarthmore College, Barry Schwartz. Ao escrever esses e outros artigos, assim como nosso livro (Schwartz e Lacey 1982) e ao ministrarmos cursos juntos, regularmente e durante muitos anos, a colaboração com ele foi de grande importância no desenvolvimento de minhas idéias sobre a filosofia da psicologia. Relembro essa colaboração com prazer e gratidão.

O material dos capítulos 1 a 3 foi desenvolvido primeiro em cursos de pós-graduação e conferências que proferi na Universidade de São Paulo em 1970 e 1973, e em conferências apresentadas no congresso anual da SBPC (1970), no Departamento de Psicologia, USP, Ribeirão Preto (1970), na Universidade Federal de Goiás (1971) e na USP (1977). Uma versão do capítulo 4 foi apresentada no congresso anual da SBPC em 1979, e versões do capítulo 8, em conferências na USP em 1988 e 1997, e, do capítulo 9, na PUC (São Paulo) em 1992. A interação crítica com o público brasileiro desempenhou um papel importante e reiterado no desenvolvimento de muito deste livro, e as conversas com Maria Inês Lacey foram responsáveis por eu ter ficado interessado no behaviorismo.

Com exceção do capítulo 8, todos os capítulos deste livro foram publicados anteriormente como artigos. Eles não foram modificados, a não ser com algumas poucas mudanças para melhorar o estilo, omitir irrelevâncias e evitar repetições. [Em alguns casos, acrescentei novas observações de esclarecimento. Elas estão entre colchetes, como esta.] O capítulo 1 apareceu originalmente como Lacey 1974. Uma primeira versão, traduzida para o português por João Paulo Monteiro, foi publicada como Lacey 1971. O capítulo 2 apareceu como Lacey 1980. O capítulo 3, como Lacey 1979a, e uma tradução para o português, feita por César Ades, "A Posição de Skinner acerca da Predição e Controle do Comportamento," foi publicada nos *Cadernos de História e Filosofia da Ciência* 6 (1984): 5-34. O capítulo 4 foi publicado como Lacey 1984. O capítulo 5, como Lacey e Schwartz 1987, e tem um aden-

do tirado de Lacey 1998b. O capítulo 6 foi publicado como Lacey e Schwartz 1986. O capítulo 7, como Lacey 1996, e tem alguns acréscimos tirados de Lacey 1998b. O capítulo 9 foi publicado como Lacey e Schwartz 1996. Suas seções de 1 a 4 foram publicadas como Lacey 1998a, cap. 2, traduzidas por Carlos Eduardo Ortilan Miranda e revisadas por Marcos Barbosa de Oliveira.

Os capítulos 1 e 2 são traduções de artigos publicados no *Journal for the Theory of Social Behavior*; o capítulo 4, no *Pacific Philosophical Quarterly* – os direitos de publicação desses três artigos são de *Blackwell Publishers*. As autorizações para publicar traduções em português foram obtidas dos respectivos detentores dos direitos de publicação, para o capítulo 3 de *Kluwer Academic Publishers*, para o capítulo 5 de *Taylor and Francis Books*, para os capítulos 6, 7 e o adendo ao capítulo 5 de *Cambridge Center for Behavioral Studies*, e para o capítulo 9 de *Sage Publications Ltd*.

Os textos foram traduzidos para este livro pelo professor Luiz Henrique de A. Dutra, com colaboração do professor Cézar A. Mortari. Agradeço sobretudo a eles por terem feito traduções adequadas, com grande eficiência. De maneira mais geral, gostaria de agradecer a ambos pelo interesse em meu trabalho e por anos de colaboração que temos tido em diversas matérias.

O apoio financeiro para esta tradução foi dado pelo *Faculty Research Fund* do *Swarthmore College*. Muitos dos artigos foram originalmente escritos com o apoio da *National Science Foundation* dos Estados Unidos da América (1975–6, 1979–80, 1983–4).

Hugh Lacey,
Janeiro de 2001.

Sumário

Prefácio	11
----------	----

PARTE 1 SKINNER E CHOMSKY

1. O que é a controvérsia Skinner–Chomsky?	19
2. Explicando a controvérsia Skinner–Chomsky	57
3. Skinner sobre a predição e o controle do comportamento	89
4. Chomsky sobre uma analogia entre a aquisição de linguagem e a formulação de teorias	129

PARTE 2 AVALIANDO OS PROGRAMAS DE PESQUISA EM PSICOLOGIA: O LUGAR DA INTENCIONALIDADE

5. O poder explicativo do behaviorismo radical	153
6. Behaviorismo, intencionalidade e a estrutura sócio- histórica	177
7. Behaviorismo: uma tradição de pesquisa com múltiplos programas	207

8. O poder explicativo da psicologia cognitiva	235
--	-----

PARTE 3
PESQUISA EM PSICOLOGIA EM
ESTRUTURA INTENCIONAL: UM EXEMPLO

9. A formação e a transformação dos valores	263
Referências bibliográficas	307
Tábua analítica dos assuntos	319

Prefácio

No mundo moderno, a palavra 'ciência' possui certo prestígio. Costuma-se dizer que o conhecimento *científico* é aquele conhecimento que foi bastante testado, à luz dos critérios mais estritos de avaliação epistêmica. Tal conhecimento se opõe à opinião, ao dogma e à ideologia. Ele é confiável e, por conseguinte, suas aplicações, especialmente na tecnologia, têm contribuído enormemente para transformar o mundo da vida e da experiência diárias. Tão grande é o prestígio da ciência que as disciplinas acadêmicas tendem freqüentemente a almejar o *status* de "ciências." Nas ciências humanas, muitas vezes, isso levou a diversas tentativas de imitar as ciências naturais – nos métodos utilizados: quantitativo, experimental, estatístico; nos tipos de categorias utilizadas: categorias que nos permitam representar os fenômenos como sujeitos a leis, sendo que se pensa que as leis expressam relações gerais (determinísticas ou probabilísticas) entre quantidades, e sua formulação pressupõe muitas vezes hipóteses sobre a estrutura, a interação e o processo subjacentes aos fenômenos; e, assim, nos objetivos assumidos: descobrir as leis do comportamento, da mente e mesmo da história; e em interpretações metafísicas: os fenômenos humanos são, afinal de contas, fenômenos materiais. Para muitos, a redução materialista é o sinal definitivo das credenciais científicas de uma disciplina. Mas mais fundamental é a concepção de que a ciência representa os fenômenos como sujeitos a leis, e que testa suas hipóteses com métodos predominantemente experimentais.

Assim, na psicologia, encontramos abordagens metodológicas que (1) permitem a construção de teorias que contenham representações da lei, estrutura, interação e processos subjacentes aos fenômenos humanos: (por exemplo) o comportamento, a mente (consciente ou inconsciente), a percepção, a experiência, o cérebro, as interações interpessoais e os processos de desenvolvimento cognitivo e emocional; e que (2) definem programas de pesquisa experimental. Esse livro ocupa-se principalmente de uma avaliação crítica das abordagens em psicologia que possuem essas duas características, concentrando-se especialmente no behaviorismo e nas abordagens representacionais em psicologia cognitiva. Por sua vez, tendo confiança de alcançar sucesso em

imitar as ciências naturais, esperou-se que a psicologia “científica” ou “experimental” também: (3) mostrasse um tipo de *progresso* no qual o conhecimento, aceito pelos integrantes da disciplina como um todo, aumente regular e sistematicamente; (4) estivesse isenta de conflitos importantes, baseados em valores morais e sociais, a respeito de seus desenvolvimentos experimental, teórico e aplicado; e (5) produzisse um corpo de conhecimento disponível para aplicação tecnológica e capaz de explicar fenômenos importantes no mundo da vida e experiência diárias.

Por que dedicar-se à psicologia “científica”? Por que adotar o objetivo de tentar representar o caráter nomológico dos fenômenos comportamentais, cognitivos ou experienciais? O objetivo geral da ciência é o de conseguir entendimento dos fenômenos. Qual é a relação entre conseguir entendimento dos fenômenos comportamentais e cognitivos e tentar representar seu caráter nomológico? Uma resposta comum pressupõe o seguinte: esses fenômenos, como todos os outros, *realmente são* nomológicos. Qual é o fundamento para essa pressuposição? Ela é uma *pressuposição metafísica*. Não é *produto* da pesquisa científica, isto é, ela não se expressa em qualquer teoria que tenha sido bem confirmada à luz dos dados experimentais disponíveis. Ao contrário, embora a crença nela possa ser reforçada pelo sucesso manifesto da ciência natural moderna, ela é pressuposta – desde o início – em qualquer programa de pesquisa em psicologia “científica,” de modo que qualquer teoria que se estabeleça em tais programas de pesquisa deve ser consistente com ela. Assim, não se pode achar que o caráter nomológico dos fenômenos humanos em geral seja uma extrapolação a partir de resultados científicos estabelecidos; e só poderia ser assim considerada se as expectativas expressas em (3)–(5), acima, fossem realmente bem satisfeitas. Tem-se sustentado amplamente na cultura moderna, contudo, que não temos outro modo de entender os fenômenos a não ser em termos de leis, que a representação em termos nomológicos é uma condição para a *inteligibilidade*.

Mas notemos o seguinte: acabamos de mostrar que há um outro modo de entender os fenômenos comportamentais e cognitivos, como aqueles que estão envolvidos nas práticas da pesquisa científica: os cientistas tentam descobrir leis porque eles *querem* entender os fenô-

menos, e *pressupõem* que eles têm caráter nomológico; e eles se consagram a programas experimentais porque *acreditam* que a ciência requer testes experimentais de hipóteses. No caso da ação humana, as categorias da *explicação intencional* (crença, desejo, objetivo, etc.) estão prontamente disponíveis para nosso uso. Essas categorias não são subjetivas ou metafísicas; existem critérios públicos para seu uso (elas não implicam qualquer “dualismo” mente-corpo). A explicação intencional não emprega leis, mas ela não carece de conteúdo: ela é parte integrante de um discurso moral, jurídico, político, histórico e também do dia a dia. E ela também não carece de sistematicidade, mas seu sistema e sua racionalidade são aqueles da *narrativa*, e não aqueles da *teoria científica* (cf. cap. 6). Quando queremos explicar o que um cientista está fazendo, explicar por que ele se dedica a um programa de pesquisa particular, e entender os objetivos e pressuposições de um programa de pesquisa, de hábito e espontaneamente – sem dificuldade –, utilizamos categorias intencionais. Para entender por que os cientistas pressupõem que os fenômenos têm caráter nomológico, precisamos conhecer seus objetivos e crenças. Então, se as crenças relevantes não estão elas mesmas bem estabelecidas cientificamente, é necessário explicar por que elas são assumidas por outros meios – psicológica, sociológica e historicamente – que fazem uso de categorias intencionais.

Duas imagens da ciência estão em jogo aqui. De acordo com a *primeira*, a ciência é considerada um corpo de conhecimento, ou um conjunto de representações de fenômenos que (em algum momento, em princípio) pode englobar todos os fenômenos, representando-os como sujeitos a leis. Mais precisamente, ela poderia chegar a conter representações de leis suficientes para explicar todos os fenômenos e para identificar todas as suas possibilidades. Ajustando-se a essa imagem, as próprias ações humanas (inclusive aquelas que estão envolvidas nas práticas científicas) devem ser representadas no interior do edifício teórico da ciência. A ação humana está no mundo e, assim, no domínio do que pode ser representado cientificamente (nomologicamente). Assim, sua explicação e a identificação de suas possibilidades devem ser obtidas dentro da ciência, de modo que as categorias intencionais (uma vez que, em geral, elas não desempenham qualquer papel nas explicações

nomológicas) não são fundamentais para conseguirmos entendimento do comportamento humano. Segundo esta imagem, a *ação* (para a qual a explicação intencional é fundamental) se reduz ao *comportamento*, ou é eliminada em favor deste. Espera-se que, em algum momento, a teoria científica – ela mesma um produto da prática humana – incorpore como um dos objetivos de seu entendimento as próprias práticas a partir das quais ela foi produzida, e, assim, torne cognitivamente irrelevantes as categorias empregadas nessas práticas (inclusive aquelas relacionadas com os valores).

De acordo com a *segunda* imagem, a ciência é uma prática humana com objetivos específicos, sendo que todos os produtos da ciência estão sujeitos a avaliação não apenas de um ponto de vista cognitivo, mas também (e independentemente) em termos de seu valor social e moral no contexto de sua aplicação. Qualquer teoria possui um domínio limitado de aplicabilidade, tendo sido produzida com a finalidade de explicar e identificar as possibilidades de domínios específicos de fenômenos; e ela é produto de uma prática que pode ser entendida fundamentalmente com o uso de categorias intencionais. Então, não se concebe o mundo como uma grande totalidade cujos objetos estão sujeitos a leis em todos os seus detalhes, mas, ao contrário, como um vasto repositório de possibilidades, sendo que aquelas que são ou podem ser realizadas (no domínio humano) refletem de modo irredutível a ação, o desejo, o interesse e os valores humanos.

Diversos programas em psicologia “científica” foram produzidos em abundância ao longo do século passado. A maior parte deles teve algum sucesso em produzir teorias que se tornaram bem confirmadas em domínios limitados de fenômenos comportamentais ou cognitivos. Mas esse sucesso deixou de satisfazer as expectativas (3)–(5). À luz daquela segunda imagem, isso é prontamente compreensível e, de fato, é de se esperar. Os ensaios publicados em tradução para o português neste livro, e escritos em um período de quase trinta anos, em seu conjunto, representam um argumento sistemático em apoio a esse ponto de vista – por meio de uma crítica detalhada e a diferentes respeitos do behaviorismo radical e de uma defesa da importância das categorias intencionais para a teorização em psicologia.

Os ensaios da parte 1 se concentram na famosa controvérsia entre B. F. Skinner (behaviorismo radical) e Noam Chomsky (uma versão da psicologia cognitiva). Eles mostram o poder explicativo que pode ser obtido pela segunda imagem e, ao mesmo tempo, dão um relato de como os valores (e as concepções da natureza humana) desempenham um papel crucial no desenvolvimento e na avaliação dos respectivos programas de pesquisa. Esse papel está de acordo com as teorias, possuindo domínios limitados de aplicação, estando seguramente estabelecido em cada programa de pesquisa; e também nos permite identificar mais claramente quais são os limites daqueles domínios. Recentemente, generalizamos e redefinimos esse argumento, para produzir um modelo metodológico que seja prontamente aplicável a todos os campos da ciência (Lacey 1998a; 1999). Os ensaios da parte 2 demonstram, à luz de considerações envolvendo a intencionalidade – e, muitas vezes, apenas delas – como somos capazes de definir com considerável precisão os limites de aplicabilidade das teorias behavioristas. (De forma mais especulativa, eles também generalizam o argumento para englobar as teorias cognitivas.) Assim, as categorias intencionais são importantes para realizarmos uma tarefa essencial da ciência: avaliar os limites de aplicabilidade das teorias. Na parte 3, ao nos dirigirmos ao problema de como investigar a formação e a transformação dos valores de um modo sistemático e empírico, argumentamos que as categorias intencionais possuem um papel indispensável nas próprias explicações em psicologia e nas tentativas de identificar as possibilidades da ação humana.

Uma pesquisa empírica sistemática nas ciências humanas não precisa estar baseada na imitação das ciências naturais. Além disso, quando ela tenta imitar as ciências naturais, não pode dar um sentido adequado a suas próprias práticas, ou aos limites de aplicabilidade de seus produtos, ou de seu contínuo fracasso para produzir “progresso,” unanimidade e aplicações sociais valorizadas de maneira geral.

Hugh Lacey,
Dezembro de 2000.

PARTE 1

SKINNER E CHOMSKY

CAPÍTULO 1

O QUE É A CONTROVÉRSIA SKINNER-CHOMSKY?

É opinião geral que tanto a psicologia de Skinner quanto a lingüística de Chomsky possuem grande importância filosófica, embora aqueles que sustentam que uma delas é importante tendam a desconsiderar a outra como mal fundamentada. Os seguidores de cada uma delas sustentam que a teoria esclarece a natureza do comportamento humano, da mente, da linguagem, do conhecimento e da liberdade, mas que elas produzem concepções totalmente diferentes desses temas. Para os skinnerianos, a mente virtualmente desaparece do retrato científico do mundo. Pensa-se que as ações (comportamentos) dos seres humanos estão fundamentalmente na dependência funcional de variáveis no ambiente. Sustenta-se que mesmo a fala (o comportamento verbal) obedece às mesmas leis funcionais que qualquer outro comportamento. Nossos propósitos são analisados em termos de condicionamento operante, e a intencionalidade é omitida, suplantada por um retrato totalmente causal do mundo. Ao contrário, os seguidores de Chomsky questionam essas concepções em quase todos os pontos. O próprio Chomsky fala da mente de forma deliberadamente semelhante àquela dos racionalistas clássicos, a ponto mesmo de sustentar que os “conteúdos” da mente não são inteiramente produto da aprendizagem através da interação com o ambiente; isto é, ele defende uma variação da doutrina das “idéias inatas” – contudo, em tom distintamente neurofisiológico. Chomsky enfatiza que a linguagem é o fenômeno mais característico e próprio dos seres humanos. Conseqüentemente, ele e seus seguidores resistem às tentativas de analisar o comportamento lingüístico em termos das mesmas leis que governam o comportamento elementar, e são reticentes quanto às tentativas de reduzir a outros termos ou eliminar da linguagem da ciência as categorias mentalistas e intencionais da linguagem ordinária.

É difícil classificar a disputa entre Skinner e Chomsky. A situação não é que as credenciais científicas das duas ciências sejam seguras e incontestadas, e que então as diferenças surjam quando se reflete sobre suas conseqüências. Ao contrário, entre outras coisas, a disputa é sobre

a própria metodologia científica, sobre a natureza da explicação científica, sobre os objetivos da ciência, sobre a legitimidade de certas extrapolações na ciência, e sobre os limites inerentes a certas teorias.

Neste capítulo, esperamos esclarecer algumas das questões metodológicas que subjazem àquela disputa. Em particular, vamos examinar a abordagem de Skinner cuidadosamente, e então as críticas metodológicas de Chomsky a ela. No capítulo 2, vamos dar atenção às fontes filosóficas mais profundas, assim como morais e políticas, da disputa.

1. Considerações preliminares

O pano de fundo de um programa científico de pesquisa

Qualquer corpo de conhecimentos ou programa de investigação científica pressupõe o que vai se chamar seu *pano de fundo*. Dentre suas pressuposições, estão aquelas a respeito de: (1) condições gerais que um corpo aceitável de conhecimentos deva satisfazer; por exemplo, que as explicações sejam em termos de leis deterministas, e não teleológicas, ou que sejam utilizados apenas conceitos operacionalmente definidos; (2) a identificação do objeto de investigação e dos objetivos do programa de pesquisa; (3) uma caracterização daquilo que se supõe serem os aspectos gerais do objeto de investigação (as pressuposições metafísicas do programa); (4) os métodos aceitáveis.

As pressuposições de fundo, que não são nem o produto de experimento e observação, nem são por estes confirmadas, importam para o desenvolvimento concreto de um corpo de conhecimentos e, freqüentemente, em especial nas ciências humanas, as diferenças de fundo podem levar a práticas e produtos científicos radicalmente diferentes. Sobre todos aqueles quatro pontos acima referidos, são muitas as controvérsias ligadas à psicologia. Por exemplo: qual é o objeto da investigação em psicologia, a mente ou o comportamento? O *behaviorismo* diz respeito a concepções que supõem que o comportamento (diferentemente da ação, e classificado por categorias não-intencionais, como aquelas do movimento corporal ou dos efeitos no ambiente) seja o objeto fundamental da investigação em psicologia, e, presumindo que ele possua caráter nomológico, para tais concepções, o objetivo da investigação é a descoberta das leis do comportamento, ou a predição e (ou) a explicação e o controle do comportamento.

Três tipos de behaviorismo

É conveniente identificar três tipos de behaviorismo, distinguindo-os com base em suas concepções dos fenômenos mentais, e de que tipo de função científica eles atribuem aos termos que se referem aos fenômenos mentais.

Behaviorismo filosófico (lógico). Todos os fenômenos mentais podem ser reduzidos ao comportamento; mais exatamente, os enunciados sobre os fenômenos mentais podem ser traduzidos em enunciados a respeito do comportamento, suas causas e generalizações sobre ele (cf. Skinner 1953, especialmente, pp. 89–90, e Suppes 1969, com uma versão diferente). É criticado por Scriven (1956) e por Fodor (1968).

Behaviorismo metodológico. Quer os fenômenos mentais possam ser reduzidos ao comportamento, quer não, eles só podem ser conhecidos com base em inferências a partir do comportamento. Assim, metodologicamente, os dados fundamentais da psicologia devem ser a respeito do comportamento. Esta é uma concepção que diz respeito à metodologia correta em psicologia. Dentre suas muitas versões, estão as concepções segundo as quais a correlação entre variáveis comportamentais e ambientais é a única tarefa da ciência da psicologia (behaviorismo radical), e que as hipóteses sobre coisas não-observáveis, inclusive fenômenos mentais irredutíveis, são admissíveis como partes das teorias desde que estejam sujeitas a teste empírico por observação do comportamento. O behaviorismo metodológico não precisa rejeitar os conceitos mentalistas, ou ter quaisquer pressuposições sobre suas análises e referentes, ou sobre a natureza ou existência dos fenômenos mentais. Ele pode aceitar os conceitos mentalistas nas teorias, mas não dentre os dados básicos da psicologia.

Behaviorismo radical. A análise experimental do comportamento, com a finalidade de predizê-lo e controlá-lo, é o objetivo da psicologia científica. O enunciado mais claro dessa concepção se encontra em Skinner (1957; 1969), que sustenta que o conhecimento das leis funcionais que ligam o comportamento a fatores ambientais (e talvez genéticos e fisiológicos, mas não mentais) é suficiente para a predição e o controle (e a explicação) do comportamento. Skinner também identifica o behaviorismo radical com a concepção metodológica de que as “teo-

rias” não possuem qualquer papel próprio na análise experimental do comportamento.

O behaviorismo radical é consistente com (algumas versões do) behaviorismo metodológico, mas não com o behaviorismo filosófico (embora, em suas primeiras obras, ao tentar aplicar os resultados da análise experimental do comportamento aos comportamentos humanos comuns, Skinner – por exemplo, Skinner 1953 – tenha parecido algumas vezes endossar o behaviorismo filosófico). O behaviorismo filosófico é essencialmente uma concepção do *significado* dos termos mentalistas. O behaviorismo radical tenta descobrir as leis funcionais sob as quais possam ser subsumidos os *usos de termos mentalistas* (proferimentos deles, respostas a eles – todas estas, instâncias do comportamento verbal), e assume que tais leis são do mesmo tipo que quaisquer outras leis comportamentais (sem envolver fatores mentais). Neste capítulo, e ao longo do livro todo, vamos nos ocupar da formulação madura de Skinner do behaviorismo radical. Ele não pode ser refutado ao se refutar o behaviorismo filosófico.

Teoria e observação

Para compreender o behaviorismo radical de Skinner, é essencial entender por que ele rejeita as “teorias.” Para essa finalidade, será útil resumir alguns aspectos lógicos das *teorias científicas*. Vamos estipular algumas definições e distinções – que estão próximas daquelas utilizadas nas análises comuns dos empiristas lógicos (mas a literatura contém muitas variações de terminologia). Qualquer formulação sistemática de um corpo de conhecimentos vai ser denominada uma *teoria*. Neste sentido, teoria não se opõe a observação, e ninguém objetaria ao uso de teorias. As duas distinções seguintes captam o contraste comumente reconhecido entre teoria e observação (por exemplo, Carnap 1936; 1956). Um *enunciado observacional* é um enunciado cuja verdade ou falsidade possa ser determinada apenas por meio de algumas observações, por qualquer pessoa (apropriadamente treinada e situada); todos os outros enunciados que ocorrem nas teorias científicas são *enunciados teóricos*. Um *termo observacional* é qualquer predicado ou termo denotativo que ocorre em um enunciado observacional; um *termo teórico* é qualquer termo que ocorre em um enunciado de uma teoria e que não seja um termo observacional. Estas distinções (embora preci-

sem de esclarecimentos importantes) serão suficientes para a presente discussão. Elas são distinções pragmáticas, sem que se entenda que tragam qualquer peso semântico ou ontológico; elas não são nem absolutas, precisas, nem necessariamente invariáveis ao longo da história. Não se supõe que os objetos observáveis possuam qualquer tipo de prioridade ontológica, ou que a observação seja livre de compromissos teóricos. Pressupõe-se, contudo, que os enunciados observacionais sejam suficientemente neutros em relação a teorias, para servirem de árbitros entre pelo menos algumas teorias conflitantes.

De acordo com essas definições, os relatos típicos de situações e resultados experimentais são enunciados observacionais, como, por exemplo: 'Na presença de luz verde, o pombo bicou a tecla à esquerda, e então recebeu grãos de ração', e termos como 'impulso', 'o inconsciente', 'pensamentos' e 'consciência' são claramente teóricos. Nem todos os enunciados teóricos contêm termos teóricos; por exemplo, 'Toda vez que um pombo bica uma dada tecla e isso for seguido pela apresentação de ração, a frequência de suas bicadas naquela tecla aumenta'. Este enunciado, como outras *generalizações empíricas*, se classifica como teórico de acordo com as definições porque, sendo geral (neste caso, dizendo respeito a todos os comportamentos do pombo de determinada classe), algumas observações não serão suficientes para determinar sua verdade ou falsidade.

De acordo com uma análise amplamente citada das teorias científicas (Carnap 1956; Popper 1959), as teorias possuem estrutura dedutiva, que pode ser formulada como um conjunto de postulados (enunciados teóricos) a partir dos quais os outros enunciados da teoria podem ser deduzidos.¹ Já que qualquer teoria vai conter generalizações empíricas entre seus enunciados teóricos, que são conseqüências dedutivas de seus postulados, segue-se que muitos enunciados observacionais podem ser deduzidos dos postulados, em conjunção com outros enunciados

¹ [Recentemente, as análises hipotético-dedutivas das teorias foram fortemente questionadas pela "abordagem semântica." Cf. Bueno (1999, cap. 3), para uma boa introdução a esta abordagem. O essencial da presente discussão pode ser reformulado facilmente em seus termos. Além disso, hoje, reformularíamos a discussão de tal forma que os conjuntos de expressões utilizadas para a formulação de enunciados observacionais incluíssem termos teóricos.]

do comportamento” (Skinner 1969). De fato, a escolha de conceitos tais como “operante” e “estímulo reforçador” resulta de tal crítica.

Para prevenir mal-entendidos, deve-se notar que a objeção de Skinner aos termos T não é absoluta. Alguns assuntos os requerem; se o assunto for muito amplo, muito restrito, inacessível, ou se “não pudermos manipular as variáveis ou observar os efeitos como gostaríamos de fazer” (Skinner 1969, p. ix). Assim, não pode haver ciência sem a utilização apropriada de termos T nos sistemas hipotético-dedutivos. Do mesmo modo, Skinner não nega a possibilidade da neurofisiologia, que ele acredita poder ser baseada na “observação direta” de processos neurológicos (Skinner 1938, p. 422). Presumivelmente, tal “observação direta” vai utilizar instrumentos cujos dados só podem ser interpretados no contexto de uma teoria do funcionamento de tais instrumentos. E Skinner também não nega que algum dia possa haver algum tipo de redução neurofisiológica das leis do comportamento, mas ele argumenta que tal redução requer o estabelecimento prévio e independente de uma ciência do comportamento de grande amplitude (Skinner 1938). Além disso, ele recomenda que a neurofisiologia tenha seu ponto de partida em dados comportamentais rigorosamente formulados, ao invés de tentativas de encontrar referentes neurofisiológicos dos conceitos mentalistas da linguagem ordinária ou da psicologia cognitiva. (Skinner não tem nenhum interesse no tipo de teoria materialista proposta por Smart (1959) e outros, que propõem que o dualismo mente-corpo pode ser evitado identificando-se os eventos mentais com processos do sistema nervoso central.)

Por que Skinner deseja excluir os termos T da ciência do comportamento? Ele apresenta algumas objeções a sua utilização (Skinner 1950), algumas meramente práticas, outras que são questões de princípio (*cf.* Scriven 1956).

Primeira objeção:

Skinner diz: “uma ciência do comportamento deve lidar em algum momento com o comportamento em sua relação com certas variáveis manipuláveis” (Skinner 1972, p. 70). Tentar explicar o comportamento em termos de mediadores pode desviar a atenção de sua tarefa fundamental, e freqüentemente o faz. Concentram-se os esforços em elaborar novas teorias à medida que as antigas vão sendo

falseadas, às custas de expandir nosso conhecimento das conexões funcionais entre coisas observáveis.

Para discutir esta objeção adequadamente, deve-se considerar o objetivo da ciência, e as respectivas funções da observação, experimento, generalizações empíricas e termos teóricos. De acordo com a concepção delineada na seção 1, os enunciados teóricos recebem das evidências apoio ou refutação em virtude de suas relações lógicas com os enunciados observacionais. Os enunciados teóricos, contudo, diferem dos observacionais apenas em certos aspectos pragmáticos: os enunciados observacionais são testados diretamente e, conseqüentemente, tendemos a ter maior confiança em nossos juízos sobre seus valores de verdade, mas a outros respeito (ontológicos e semânticos), os dois conjuntos de enunciados estão mais ou menos equiparados, já que ambos são sobre coisas e eventos (talvez hipotéticos) do mundo. Em consonância com esta concepção, é apropriado dizer que a observação possui uma prioridade que é apenas epistemológica, ou uma prioridade na ordem da justificação.

Há uma outra concepção [que costumava ser bem comum na literatura do empirismo lógico] sobre a prioridade da observação: que a ciência é *sobre* os dados da observação, isto é, sobre coisas e eventos observáveis, suas propriedades e relações – de modo que a tarefa própria da ciência seja a de acumular, correlacionar e predizer os dados observacionais. (Algumas vezes, a predição está intimamente associada com o controle do comportamento observável de um objeto – cf. cap. 3). De acordo com esta concepção, a observação não nos dá simplesmente um conhecimento mais bem fundamentado; ao contrário, o conhecimento obtido diretamente pela observação e suas generalizações são o único conhecimento científico. O objetivo da ciência, portanto, é definido em termos do que pode ser observado, não em termos do que existe. Consideremos algumas formulações desta concepção. Primeiro, de um psicólogo:

O objetivo do cientista foi descrito como aquele de tentar descobrir leis mais gerais ainda, por meio das quais os eventos observáveis dentro de seu campo de estudo possam ser inter-relacionados uns com os outros. (...) O psicólogo concebe sua tarefa como aquela de conferir ordem e significado ao reino de certos eventos apresentados pela experiência imediata. (Spence 1963, pp. 162, 274.)

Em segundo lugar, de um filósofo:

A pesquisa científica, em seus vários ramos, procura não apenas registrar ocorrências particulares no mundo de nossa experiência; ela tenta descobrir regularidades no fluxo de eventos e, assim, estabelecer leis gerais que possam ser utilizadas para predições, retrodições e explicações. (Hempel 1958, p. 37.)

Nestas formulações, a ênfase está na observação e na experiência, na descoberta de ordem nelas, na generalização dos dados da observação e da experiência, e na predição e na explicação. Estas são compreendidas como conseqüências da generalização, não de hipóteses sobre coisas não-observáveis. Se elas conferem qualquer função a termos *T*, é apenas na medida em que eles servem como dispositivos lingüísticos ou instrumentos para ordenar as coisas observáveis, de modo que sua função esteja claramente subordinada ao objetivo principal da ciência. A primeira objeção de Skinner é mais bem compreendida no quadro desta concepção da ciência, com ênfase no experimento, na descoberta de conexões entre o comportamento e uma classe especial de coisas observáveis, as variáveis manipuláveis.

Ninguém pode seriamente negar o que Skinner enuncia na passagem citada no enunciado da primeira objeção. Em primeiro lugar, o controle do comportamento depende do conhecimento das variáveis manipuláveis relevantes. Em segundo lugar, o conhecimento enquanto tal, sem referência a sua aplicação, é freqüentemente sobre as causas do comportamento, e as hipóteses sobre elas podem ser submetidas a teste experimental apenas se as causas manipuláveis forem descobertas. Mas isso deixa em aberto a questão: é suficiente tratar do comportamento apenas a respeito de suas relações com variáveis manipuláveis? Referir-se ao comportamento como o objeto da investigação em psicologia não é suficiente para responder esta questão. A resposta não pode ser "sim" se se sustenta uma concepção da ciência não ligada a coisas observáveis, por exemplo, se o objetivo da ciência for a utilização dos dados comportamentais como base para inferências sobre a rede causal interna (não-observável) subjacente ao comportamento manifesto. A resposta poderia ser "sim" se interessa apenas seguir um programa sistemático e inacabado; mas não se o interesse for a completude de explicação, a menos que se sustente que as únicas variáveis independentes das quais o comportamento aprendido é função são as manipu-

láveis. Vale mencionarmos que as variáveis não-manipuláveis são frequentemente úteis para explicar os diferentes comportamentos de diferentes indivíduos em ambientes semelhantes; por exemplo, a “consciência” para Dulany (1968) e o “controle percebido” (Lacey 1979b).

Segunda objeção:

É possível seguir um programa experimental sem a ajuda de postulados envolvendo termos T. Uma tal abordagem à experimentação é mais eficiente (isto é, produz mais dados básicos), e mais útil (isto é, produz mais aplicações tecnológicas). Além disso, de fato, os programas experimentais guiados por termos T produziram muita experimentação “inútil” (Skinner 1950), por exemplo, experimentos que não podem ser prontamente interpretados em outros programas e, assim, são descartados quando a teoria que os produziu é falseada.

A força dessa objeção reside no *fato* de que uma grande parte da pesquisa experimental é orientada por teorias, no sentido de que ela é realizada para testar teorias. Frequentemente, pressupõe-se que não há outro modo de realizar uma pesquisa coerente e sistemática. Há razões para tal pressuposição. Mesmo quando o objeto da ciência é definido em termos de observação, nem todas as observações são cientificamente interessantes, mas apenas as selecionadas, em geral, aquelas feitas em situações cuidadosamente descritas, exatamente constituídas e reproduzíveis. Qual é o critério de seleção? Frequentemente, ele é fornecido por teorias, isto é, a seleção é feita de acordo com a relevância das observações para as teorias de teste. Como consequência de tal seleção, as generalizações empíricas podem ser descobertas no domínio definido pela teoria. Obviamente, Skinner não nega este fato. Mas pode-se interpretar que ele questiona: já que o objetivo da ciência é obter generalizações empíricas, de preferência aquelas que relacionam o comportamento com variáveis manipuláveis, por que não tentar obtê-las diretamente, sem teorias como intermediários e, então, sem restringir-se aos domínios definidos pela teoria? Não é suficiente, contudo, simplesmente evitar de utilizar as teorias. É necessário seguir um procedimento sistemático para obter leis empíricas. Skinner discute um tal procedimento em relação à *aprendizagem*.

A aprendizagem, diz Skinner, é uma mudança de comportamento. Que mudança? Que comportamento? Bem, julgamos que um indivíduo aprende ao observarmos mudanças em seu comportamento ou ao observarmos certos desempenhos de comportamento. Assim, em situações de aprendizagem, há dados observáveis. Que dados caracterizam as situações de aprendizagem? Skinner considera várias possibilidades, tais como o nível de energia do comportamento e o intervalo de tempo entre a apresentação do estímulo e o comportamento, para todos os quais ele dá razões de rejeição. Finalmente, ele aceita a “taxa de resposta” como o dado observável básico da aprendizagem. Ele diz:

Estudamos esta taxa concebendo uma situação na qual uma resposta possa ser livremente repetida, escolhendo uma resposta (por exemplo, tocando ou pressionando uma pequena alavanca ou tecla), que possa ser facilmente observada e contada. (...) A taxa em que uma resposta é emitida em uma tal situação é próxima de nossa pré-concepção do processo de aprendizagem. À medida que o organismo aprende, a taxa sobe. À medida que ele desaprende (por exemplo, na extinção), a taxa cai. Diversos tipos de estímulo discriminativo podem ser colocados sob o controle da resposta com correspondentes modificações de taxa. As mudanças de motivação alteram a taxa de uma forma sensível. O mesmo fazem aqueles eventos dos quais falamos como geradores de emoção. (...) A taxa de resposta parece ser o único dado que varia de modo significativo e na direção esperada, sob condições que são relevantes para o “processo de aprendizagem.” (Skinner 1972, pp. 74-5.)

Tendo escolhido, então, o dado básico, Skinner tenta descobrir as variáveis que determinam mudanças na taxa de resposta. Ele diz:

Utilizando a taxa de resposta como um dado básico, podemos apelar para as condições que são observáveis e manipuláveis, e podemos expressar as relações entre elas em termos objetivos. (Skinner 1972, p. 91.)

Assim, é definido um programa experimental que envolve a investigação de diversos organismos. A principal variável identificada é o *reforço*. As variáveis relevantes incluem: o tipo de reforço, esquemas de reforço, a história de reforço do organismo, os estímulos discriminativos, os estados de privação do organismo (operacionalmente definidos). O programa de Skinner foi bem sucedido (Skinner 1969, p. 86), isto é,

ele produziu muitas generalizações empíricas com muitas aplicações. Não negamos esse sucesso quando argumentamos, abaixo neste livro, que, tendo em vista que o programa de Skinner não pode dar conta do fenômeno da intencionalidade (cap. 5), ele possui limites essenciais.

Skinner também afirma, e MacCorquodale (1970) o apóia, que seu programa foi mais bem sucedido no domínio da aprendizagem que outros programas que são baseados em teorias (embora apoiar este tipo de alegação requeira um estudo comparativo mais detalhado que aquele feito por Skinner). Pelo menos Skinner demonstrou que é possível fazer ciência sem o compromisso com termos T, isto é, é possível descobrir generalizações empíricas sistematicamente e de uma forma não-definitiva sem a mediação de termos T. Além disso, em todas as ciências, há alguma pesquisa deste tipo, especialmente nos estágios iniciais de desenvolvimento de um programa de pesquisa. Logo, algumas vezes (pelo menos), esse tipo de pesquisa ganha um lugar, mesmo que, a longo prazo, a utilização de termos T seja fundamental. Há teorias prematuras, teorias fundamentadas em dados insuficientes e inadequados.

A linha de argumentação acima não estabelece que os termos T não sejam necessários. Skinner está ciente disso. Mas, ao comentar sobre processos mentais tais como: preferir, escolher e discriminar, ele diz: "Parece não haver nenhuma razão *a priori* pela qual um relato completo não seja possível sem o apelo a processos teóricos em outros sistemas dimensionais" (Skinner 1972, p. 99). Mais uma vez, a falta de uma razão *a priori* não é suficiente para rejeitar a utilização de termos T. Apenas a crença de que "um relato completo" do comportamento aprendido possa ser dado apenas em termos de generalizações empíricas pode ser suficiente. O que quer que Skinner entenda por "um relato completo" do comportamento, isso não pode incluir a referência a mecanismos internos do organismo (a maioria dos quais é inobservável), mas, ao mesmo tempo, não pode negar que haja fatores fisiológicos, genéticos, etc., que atuam nos processos causais que produzem o comportamento. Ele deve pretender, portanto, que as generalizações empíricas sejam suficientes para a predição do comportamento. De fato, diversas passagens sugerem a concepção de que os termos T são impotentes para a finalidade de aumentar o poder preditivo. Sugere-se que as teorias sejam substitutos para os dados; nós as utilizamos quando

temos dados inadequados, de modo que “ao acelerar a acumulação de dados, antecipamos a partida das teorias” (Skinner 1972, pp. 91–2). Esta última conclusão simplesmente não se segue quando se pensa que os termos T se referem a processos internos do organismo.

Terceira objeção:

A explicação em termos de mediadores teóricos não é realmente uma explicação, uma vez que quaisquer mediadores teóricos do comportamento devem ele mesmos ser explicados, e tal explicação deve ser em termos de estados de privação ou motivação (operacionalmente definidos), estímulos observáveis e esquemas de reforço aos quais o organismo foi submetido. A única explicação real é em termos de relações funcionais.

Esta é a mais importante das objeções de Skinner, e a mais reveladora de sua concepção de ciência. Ele diz:

Quando atribuímos o comportamento a um evento neurológico ou mental, real ou conceitual, é provável que esqueçamos que ainda temos a tarefa de explicar o evento neurológico ou mental. Quando afirmamos que um animal age de uma dada maneira porque ele espera receber comida, então o que começou como a tarefa de explicar o comportamento aprendido se torna a tarefa de explicar a expectativa. O problema é pelo menos igualmente complexo e provavelmente mais difícil. É provável que fechemos nossos olhos a ele e que utilizemos a teoria para nos dar respostas no lugar daquelas que poderíamos encontrar através de mais estudo. (Skinner 1972, p. 71.)

Nesta passagem, Skinner afirma claramente que a explicação em termos de mediadores teóricos é mal direcionada, mas não está claro que ele queira dizer que ela não seja uma explicação real. Em outras passagens, ele torna isso bem claro. Por exemplo, ao referir-se a “desejos, cognições, motivos, etc.,” ele diz:

A objeção não é que essas coisas sejam mentais, mas que elas não oferecem nenhuma explicação real e impedem uma análise mais eficaz. (Skinner 1969, p. 22.)

Não explicamos realmente o “comportamento perturbado” ao atribuí-lo à “ansiedade” enquanto não tivermos também explicado a ansiedade. (Skinner 1972, p. 316.)

A objeção a estados internos não é que eles não existam, mas que eles não são relevantes em uma análise funcional. Não podemos dar conta do comportamento de qualquer sistema enquanto permanecermos inteiramente dentro dele; em certo momento, devemos nos voltar para as forças que operam de fora sobre o organismo. A menos que haja um ponto fraco em nossa cadeia causal, de modo que o segundo elo não seja determinado nomologicamente pelo primeiro, ou o terceiro pelo segundo, então o primeiro e o terceiro elos devem estar nomologicamente relacionados. Se devemos sempre retroceder para antes do segundo elo para a predição e o controle, podemos evitar muitas digressões entediadas e cansativas ao examinar o terceiro elo como uma função do primeiro. A informação válida a respeito do segundo elo pode esclarecer essa relação, mas não pode alterá-la de modo algum. (Skinner 1953, p. 35; cf. MacCorquodale 1970, p. 91.)

Assim, Skinner argumenta: as explicações que envolvem termos *T* são desnecessárias, inadequadas, improdutivas, enganadoramente sedutoras e nem mesmo reais.

O argumento central de Skinner pode ser reformulado da seguinte maneira. A função dos alegados referentes dos termos *T* (*T*) é apenas a de mediar as variáveis (manipuláveis) do ambiente (*V*) e os comportamentos resultantes (*B*). Assim, temos: *B* explicado em termos de *T*, e *T*, em termos de *V*; portanto, *B* explicado em termos de *V*. Uma vez que, para Skinner, a explicação é explicação funcional, podemos representar o argumento em símbolos, da seguinte maneira:

$$(1) B = f_1(T) \quad (2) T = f_2(V) \\ \text{portanto, } (3) B = f(V).$$

Ambos (1) e (3) podem dar explicações funcionais de *B*. É fácil, contudo, entender por que Skinner aceita (3) como uma explicação melhor que (1). Os enunciados (leis) que contêm *T* são difíceis de testar; *T* é difícil de manipular e não pode ser manipulado diretamente; *T* pode se tornar o centro de estudo ao invés do próprio comportamento. Então surge o seguinte outro argumento: a explicação em termo de *T* é inadequada porque *T* deve ser explicado em termos de *V*.

Poder-se-ia objetar que, uma vez que *V* também deve ser explicado em termos de outras variáveis, as explicações em termos de *V* são tão inadequadas quanto aquelas em termos de *T*. Mas, em geral, as variáveis que explicam *V* não estão em contato com o organismo, cujo com-

portamento trata-se de explicar, e, via de regra, a explicação de V pertence a outras ciências que não a psicologia. A tarefa da psicologia é a de explicar o comportamento de um organismo como função de variáveis que atuam sobre ele e nele. Uma explicação real (ou adequada) de B é dada em termos de variáveis independentes relativamente ao organismo. De acordo com esse argumento, T não é independente neste sentido, porque $T = f_2(V)$. Apenas V é independente nesse sentido. Portanto, uma explicação real é o que é expresso por (3).

O argumento acima repousa sobre uma clara concepção da explicação, que é consistente, mas que não é a única concepção legítima. Quando V é enfatizado desta forma, muitos dos elos entre V e B na cadeia causal não são descobertos. Talvez (embora não acreditemos nisso), isso não seja importante no que diz respeito ao controle e à predição, o que é enfatizado por Skinner. Deixar de descobrir tais elos, contudo, implica uma fraqueza de *compreensão*. Para muitos filósofos e cientistas, explicar é descobrir todos os elos da cadeia causal; para outros, explicar é descobrir o elo imediatamente precedente a B ; e isso não esgota a gama de concepções de “explicação.” As duas concepções alternativas citadas envolvem considerações pelo menos de eventos neurofisiológicos, e talvez também eventos e ações descritos em termos mentalistas. Assim, há pelo menos duas outras concepções legítimas de “explicação.” Pode-se *escolher* dar explicações de um tipo apenas, mas não se é livre para rejeitar a existência de explicações legítimas. Obviamente, nem todas as explicações neurofisiológicas ou mentalistas são boas, mas elas não podem todas ser consideradas irrealis por meio de um argumento metodológico geral.

Contudo, mesmo que o pano de fundo geral do argumento de Skinner seja aceito, o argumento está sujeito a três objeções sérias. (Para uma crítica mais detalhada, cf. cap. 3.) A primeira resulta do fato de que, freqüentemente, ‘ V ’ representa um conjunto contendo um grande número de variáveis. Em V , há muitas que não se encontram no passado imediato de B , a instância particular de comportamento a ser explicada. Tais variáveis, atuando na história distante do organismo, podem causar estados internos relativamente permanentes (cf. cap. 7, seção 3). Tais estados internos — de ansiedade, recordações, etc. — podem ter efeitos, no sentido de que os organismos com tal estado vão produzir um tipo de comportamento na presença de certos estímulos; aqueles

sem tal estado, com outros. Nesta circunstância, temos $B = f_1(V_n, T)$, onde ' T ' representa o estado interno. Por hipótese, $T = f_2(V_j)$; assim, segue-se que $B = f(V_n, V_j)$. Frequentemente, temos evidência para T , mas nenhum conhecimento de V_j , do qual T é uma função. Há diversas formas de obter evidência para T : a partir do comportamento verbal do organismo – ele pode nos dizer; podemos inferi-la a partir de seqüências de comportamento, ou de dados neurológicos. Tal inferência é sempre indutiva e usualmente hipotético-dedutiva. Mas, contrariamente a uma das citações acima de Skinner, não pode ser uma objeção válida a uma explicação o fato de ser ela inferida. Frequentemente, quando a explicação é dada em termos de V , V deve ser inferido, em geral, do comportamento costumeiro do organismo, especialmente o comportamento verbal. Por que, então, privar T de um papel explicativo se temos boa evidência de que ele existe – assim como um tal papel não é negado a um V inferido? T pode ter um papel explicativo especialmente importante quando os comportamentos de diversos organismos estiveram sendo comparados sob condições ambientais comuns similares.

Em segundo lugar, não há nenhuma razão *a priori* para aceitar $T = f_2(V)$. Tradicionalmente, T inclui pensamentos, motivações e escolhas, que não são concebidos como funções apenas de V . De fato, as noções como “intenção” e “propósito,” que caracterizam as explicações teleológicas do comportamento, não se referem de nenhuma maneira óbvia a *eventos* mentais; assim, é duvidoso que elas sejam mesmo o tipo de coisa que poderia ser causada por eventos ambientais. Também é duvidoso que um argumento geral materialista sustentasse diretamente que $T = f_2(V)$.

Em terceiro lugar, nota-se simplesmente que se f, f_1 e f_2 são funções probabilísticas, a conclusão não se segue em nenhum sentido interessante.²

² Skinner é constantemente vago sobre o significado que atribui a ‘provável’, apesar do caráter central disso em sua teoria. Às vezes, ele parece sugerir que ‘probabilidade de resposta’ significa ‘frequência de resposta’. Mais frequentemente, ele sugere que a frequência de resposta fornece um critério para a probabilidade de resposta no sentido de “probabilidade de que uma resposta vá ocorrer.” Não se faz claro como a frequência é um critério para a probabilidade de resposta – mas a frequência não pode ser a medida da pro-

Finalmente, uma reserva a respeito de nossa interpretação da terceira objeção de Skinner às “teorias.” Apesar da unanimidade das citações acima, em algumas poucas passagens, Skinner utiliza explicitamente eventos internos em suas explicações (Skinner 1953, cap. 17; 1957, pp. 130ss; 1961, pp. 272ss). Especificamente, ele aceita a relevância funcional dos estímulos privados, os estímulos aos quais o organismo estimulado tem o único acesso. O comportamento verbal encoberto inclui-se na classe dos estímulos privados. Ora, o argumento articulado acima é suficientemente geral para aplicar-se a tais estímulos privados, de modo que parece haver uma inconsistência no pensamento de Skinner.

Pode-se alegar que o exemplo paradigmático de Skinner, a dor de dente, difere do caso geral, no sentido de que as variáveis externas das quais, em última instância, a dor de dente é uma função são numerosas e, em termos práticos, estão fora de nossa possibilidade de conhecimento e controle. Assim, o apelo a estímulos privados em uma análise funcional está justificado com base na conveniência. Além disso, formula-se a hipótese de que os estímulos privados obedecem às mesmas leis que os estímulos públicos, e apresentam-se propostas comportamentais plausíveis sobre como aprendemos a linguagem que se refere a estímulos privados. O preço dessa defesa, contudo, é alto. Pois Skinner diz:

A propriedade correlacionada com o reforço deve ser especificada, em termos físicos, se devemos permanecer dentro do quadro de uma ciência empírica. (Skinner 1957, p. 117.)

Por ‘termos físicos’ Skinner não quer dizer ‘termos na linguagem da física’, mas, ao contrário, o que Carnap denomina “termos da linguagem das coisas físicas,” a linguagem ordinária que utilizamos ao atribuímos propriedades observáveis a coisas observáveis. Mas não há tais termos que se refiram a dores. Aqui, temos apenas a linguagem mentalista comum. Este ponto é ainda mais claro no caso do comportamento verbal encoberto. O único elemento comum entre uma instância de comportamento encoberto e sua vocalização manifesta é que ambos os eventos expressam o mesmo significado. O comportamento

babilidade de resposta, já que a frequência de resposta não satisfaz os axiomas do cálculo de probabilidades.

verbal encoberto não é comportamento, nem mesmo um comportamento de magnitude diminuta (Skinner 1957, p. 142). Nestas passagens, então, Skinner apenas parece evitar a linguagem mentalista. Ele pode se salvar da inconsistência apenas se pensarmos que o argumento acima expressa não uma questão de princípio, mas de preferência e conveniência. Isto é apenas um exemplo de como Skinner afirma uma tese radical e contundente, mas oferece defesa apenas para uma tese mais fraca e relativamente não-controvertida. Ou talvez seja um exemplo de como sua prática diverge de sua concepção da ciência do comportamento (Chomsky 1959; Scriven 1956); ou um exemplo da sofisticação filosófica de Skinner contrapondo-se ao radicalismo metodológico.

Quarta objeção:

Os enunciados que contêm termos T não podem ser verificados. Nas palavras de Skinner, eles não podem se tornar *fatos*: “Postulados verdadeiros não podem se tornar fatos. Podem ser deduzidos deles teoremas que, como enunciados tentativos sobre o comportamento, podem ou não ser confirmados, mas os teoremas não são teorias no presente sentido. Os postulados permanecem teorias até o fim.” (Skinner 1961, p. 40.)

Está correto que os enunciados contendo termos T não podem ser verificados, isto é, que eles não podem ser deduzidos de qualquer número finito de enunciados observacionais. O mesmo vale para as generalizações empíricas. E o mesmo vale para a lei do condicionamento operante, já que ela é sobre *todas* as unidades de comportamento. Mas Skinner aceita essas afirmações. Há uma diferença, talvez. Uma generalização empírica é sobre um número infinito (ou indefinido) de coisas observáveis, de forma que cada uma de suas instâncias pode ser verificada. A generalização não pode ser verificada apenas porque é impossível observar todas as instâncias. Por outro lado, um postulado teórico não pode ser verificado porque ele é sobre coisas não-observáveis. (Este último fato é às vezes tomado por Skinner com o sentido de que os termos T designam “ficções.”) Esta é uma diferença real entre as generalizações empíricas e os postulados teóricos, embora irrelevante no presente contexto. Em ambos os casos, são feitas inferências para

além do que é observável. No caso das generalizações, utilizando simples inferência indutiva. No outro caso, utilizando um raciocínio que (muitos argumentaram) repousa sobre a estrutura hipotético-dedutiva da teoria. Embora o primeiro pareça ser um passo indutivo mais “natural” e “óbvio,” nenhuma teoria atual da indução demonstrou com sucesso que este tipo de inferência indutiva é mais firmemente fundamentado que outros tipos de inferência científicas.

* * *

Como um tema final, notemos que, apesar de termos colocado os argumentos de Skinner segundo a distinção comum teoria-observação, não se deveria pensar que ele aceita esta distinção em suas bases usuais. Parece-nos que Skinner recolocaria esta distinção dentro de sua própria teoria da aprendizagem, talvez de um modo que não seria inteiramente co-extensivo com a distinção comum. Conjecturamos que, para ele, uma condição essencial de um enunciado observacional seria que ele é um *tato*, isto é uma resposta verbal sob o controle estimulatório do objeto ou evento ao qual ele se “refere” (*cf.* a análise de Quine sobre as “sentenças observacionais” – Quine 1960). Os enunciados que utilizam termos T não são certamente deste tipo. Assim, os proferimentos de enunciados que utilizam termos T estão sob o controle de pelo menos algumas variáveis às quais o enunciado não se “refere,” variáveis talvez dentro da pessoa, ou do ambiente social. Conjecturamos que as objeções mais sérias de Skinner à utilização de termos T possam não ser metodológicas, mas derivadas de questões de princípio resultantes da aplicação de sua própria teoria da aprendizagem ao comportamento verbal dos cientistas.

Uma pressuposição de fundo das objeções

O resultado da crítica acima aos argumentos de Skinner é que ele não consegue sustentar a alegação de que os termos T são desnecessários, pelo menos enquanto se pretende a completude de explicação. Contudo, seus argumentos são esclarecedores e valiosos se interpretados como a exposição de uma certa concepção da ciência. As importantes aplicações práticas do programa de Skinner já foram mencionadas, de modo que ele está cientificamente justificado como *uma* abordagem em psi-

cologia. Mostraremos agora que ela é uma abordagem com sérias limitações, e mesmo de risco, *se seguida com exclusividade*.

Rejeitar todos os usos de termos *T* é aceitar que todo comportamento humano possa ser adequadamente explicado em termos de generalizações empíricas. Skinner apresenta uma alegação ainda mais forte no domínio do comportamento aprendido: que o mesmo tipo de princípios de condicionamento e manutenção do comportamento se aplica a todo comportamento aprendido, inclusive o comportamento verbal. Tais princípios são derivados de estudos de laboratório controlados e reprodutíveis. Em geral, as explicações e previsões neles baseadas são probabilísticas. A ocorrência de uma resposta particular é explicada e predita em termos do aumento da probabilidade de respostas daquele tipo em condições prevalecentes, como uma consequência do reforço de ocorrências anteriores de respostas daquele tipo em circunstâncias similares. Se se aceita que este tipo de explicação se aplica a todo comportamento, então sustenta-se o seguinte princípio, que será denominado *princípio P*:

Se um organismo *O* emite uma resposta particular, *R*, em determinadas circunstâncias *C*, então *R* pertence a uma classe de respostas, da qual a ocorrência de um dos membros tornou-se provável em *C* como uma consequência de algumas respostas anteriores desta classe, em *C*, terem sido acompanhadas por estímulos reforçadores.

Um tal princípio é denominado por Meehl de “lei forte do efeito.” As seguintes proposições servem para elucidá-lo: (1) A classe de respostas deve ser definida em termos de características físicas de respostas. (2) *C* é usualmente especificada em termos de estados de privação ou motivação de *O* (operacionalmente definidos) e estímulos discriminativos ou aversivos apresentados a *O*. (3) *P* é compatível com as análises em termos de causação múltipla, já que qualquer resposta pertence a diversas classes. (4) As classes das respostas previamente reforçadas às quais *R* pertence devem incluir algumas que sejam definidas por propriedades razoavelmente específicas de *R*. Contudo, nem toda propriedade específica de *R* precisa definir uma classe de respostas previamente reforçadas. (5) Um pequeno resíduo de respostas deve deixar de se enquadrar em *P*, e, assim, deixar de ser explicado em termos de re-

forço, porque o condicionamento operante muda a probabilidade das respostas que já existem.

P enfrenta um problema derivado do fato de que ele não é falseável. Mencionaremos duas razões para sua não-falseabilidade. Primeiro, não são falseáveis os enunciados da forma 'A resposta *R* acompanhada por um estímulo reforçador'. Isso se segue do fato de que a simples incapacidade de encontrar um estímulo reforçador não é suficiente para o falseamento – uma pesquisa posterior pode encontrar um, dentre os inúmeros eventos ambientais, que acompanham *R*. Em segundo lugar, a simples incapacidade de descobrir uma característica física de *R* que defina uma classe conveniente de respostas não é suficiente para mostrar que uma tal característica não será descoberta. Notemos que a primeira razão da não-falseabilidade de *P* poderia ser afastada complementando *P* com uma teoria do reforço que circunscrevesse claramente a classe dos reforçadores, e a segunda, por um procedimento sistemático para classificar as respostas.

Por que a não-falseabilidade de *P* é um problema? Talvez *P* seja altamente confirmado? (Muitos enunciados existenciais não são falseáveis, embora bem confirmados e mesmo verificados.) *P* é confirmável; vê-se corretamente que seu grau de confirmação é função do número de análises de respostas de vários tipos bem sucedidas, em termos de paradigmas de condicionamento operante. Skinner freqüentemente enfatiza que a apreensão dos paradigmas de condicionamento operante se estende gradualmente, mas sistematicamente, a mais respostas, mais complexas e mais significativas. Ele diz, por exemplo:

As contingências sob investigação tornaram-se constantemente mais complexas e, uma a uma, elas vão controlando as funções explicativas antes atribuídas a: personalidades, estados da mente, sentimentos, traços de caráter, propósitos e intenções. (Skinner 1971, p. 18.)

E todo o *Verbal Behavior* (Skinner 1957) foi escrito na tentativa de mostrar a plausibilidade da aplicação de *P* ao comportamento verbal, o domínio de comportamento mais única e caracteristicamente humano.³

³ MacCorquodale (1970, p. 87) diz: "De fato, Skinner não alega explicitamente que qualquer reforço seja necessário para o comportamento verbal, embora Chomsky suponha que ele o faça." Se ele estiver certo, então Skinner não se compromete com *P*. Entretanto, Skinner (1957, pp. 203–4) afir-

O empreendimento foi heróico, mas ficou aquém de seu objetivo, como, em parte, argumentaremos abaixo. Já que não se demonstrou que muitos domínios importantes do comportamento humano se enquadram em *P*, nenhum cânone indutivo hoje aceito implica que *P* seja altamente confirmado.

A rejeição de Skinner aos termos *T* não pode ser sustentada sem afirmar a verdade de *P* (estritamente sem afirmar a adequação das generalizações empíricas para uma explicação completa, mas Skinner não leva em consideração quaisquer generalizações que não se enquadrem em *P*). Mas, presentemente, *P* não é bem confirmado; e, já que ele é não-falseável, ele também não resistiu ao teste de experimentos cruciais. Assim, a aceitação de *P* não está fundamentada em evidência científica. Sua aceitação pertence a um pano de fundo para a psicologia. É sustentado por uma tese geral sobre o determinismo do ambiente, e funciona como a prescrição metodológica: procuremos explicações em termos de reforço. Como um princípio de fundo, *P* não deve determinar a realização da ciência.

O problema com *P* não é que, no momento, ele não seja cientificamente fundamentado. Ele pode ser no futuro. E, no passado, alguns princípios de fundo pouco confirmados, tais como o determinismo, estimularam desenvolvimentos profícuos em ciência. O problema é que se *P* for falso, e se ele definir exclusivamente a metodologia da psicologia, ele pode levar à estagnação da ciência do comportamento. Se *P* for falso, não se poderá *saber* que ele é falso com base na dedução a partir de enunciados observacionais. Assim, ao controlar a ciência por uma estrita adesão à observação, poder-se-ia continuar a confiar que a ciência do futuro vá completar as lacunas em nosso conhecimento atual por meio de observações. Nada que seja obtido deste modo poderia demonstrar que nossa confiança é infundada. Com certeza, o fracasso repetido para encontrar os reforçadores levantaria sérias dúvidas a respeito da adequação a longo prazo de *P* e, mais ainda, este seria o

ma efetivamente: "O reforço diferencial modela todas as formas verbais, e quando um estímulo anterior se inclui na contingência, o reforço é responsável por seu controle resultante." E Skinner (1957, p. 2) define o comportamento verbal, provisoriamente, como: "o comportamento reforçado por meio da atuação de outras pessoas" de forma que, por definição, o reforço seja necessário para o comportamento verbal.

caso da descoberta de generalizações (confirmadas em laboratório) que não envolvessem o reforço. Mas nenhum montante de dados observacionais e nenhuma generalização empírica são inconsistentes com *P*. E está sempre em aberto se uma generalização que não envolva o reforço venha a ser posteriormente revisada de modo a fazer isso.

Como testar essa pressuposição

Há apenas um meio pelo qual *P* possa ser submetido a qualquer tipo de teste empírico decisivo, um meio que envolve fundamentalmente o uso de teorias que utilizam termos *T*. Sua lógica é simples. Suponhamos que se construa uma teoria *S* que seja inconsistente com *P*, por exemplo, uma teoria que implique que, em algum domínio de fenômenos de comportamento, *C_P*, ocorram freqüentemente respostas que, em nenhum sentido relevante, pertençam a classes de respostas anteriormente reforçadas. Então a verdade de *S* implica a falsidade de *P*. Contudo, o ponto exato de conflito aqui não pode produzir um teste decisivo; não podemos obter evidência de que *S* é superior que a teoria fundamentada em *P* investigando empiricamente o domínio *C_P*, para vermos se há reforçadores atuando, já que o fato de nenhum reforçador estar atuando não é uma consequência de enunciados observacionais. (Por outro lado, se um reforçador fosse descoberto, tal investigação levaria à rejeição de *S*.) Alguma evidência empírica vai apoiar a superioridade de *S* apenas se *S* explicar todos os fenômenos que as leis empíricas que estão de acordo com *P* explicam, e se *S* conduzir a predições bem sucedidas em outros domínios. Quanto maior for o campo de domínios nos quais certas predições bem sucedidas são regularmente obtidas, maior será nossa confiança em *S* e menor em *P*. (Se *S* também produzir predições bem sucedidas em outros domínios além do comportamento, então nossa confiança vai ser maior ainda.) Também esperaríamos que uma *S* bem sucedida explicasse por que as explicações em termos de reforço se aplicam em alguns domínios e não em outros.

De acordo com tal lógica, o próprio *P* não está sujeito ao teste de um experimento crucial, mas, indiretamente, os testes de *S* no domínio mais amplo se tornariam relevantes para seu grau de confirmação. O conflito de teorias expande o domínio de dados relevantes para o teste de *P*. (Este argumento deriva de Feyerabend 1965.) Os termos *T* desempenham o papel de juntar domínios que estavam antes separados.

Embora a lógica delineada aqui seja simples, não se segue que a real construção de uma teoria relevante seja simples. A teoria proposta por Bolles (1972) – fundamentada no termo T ‘expectativa’ – tem as características certas para ser uma exemplificação de *S*. Bolles lista algumas generalizações empíricas aparentemente bem estabelecidas que não estão de acordo com *P*, e constrói sua teoria para acomodá-las às generalizações empíricas estabelecidas que realmente estão de acordo com *P*. Contudo, não nos parece claro se sua teoria pode produzir novas previsões.

Em um sentido forte, então, os termos T são necessários. Sem eles, princípios como *P* são imunes a um teste empírico preciso, e correm o risco de se tornarem dogmas não-sujeitos à crítica. Ao mesmo tempo, *P* permanece como parte de um pano de fundo, guiando o que, de fato, é um programa experimental profícuo. Obviamente, as observações lógicas acima não podem mostrar que um dado programa esteja cientificamente mal encaminhado, ou que certos programas fundamentados em termos T estejam mais bem encaminhados. Contudo, eles mostram efetivamente que a psicologia como um todo ganha com o conflito entre programas. Utilizar ou não termos T é uma questão de escolha; eles são necessários para determinados propósitos, mas não para outros. Não há qualquer razão pela qual um certo cientista deva trabalhar para a realização de todos esses propósitos. Mas, sem os termos T, diminui o conteúdo empírico da psicologia, como um todo.

3. A relevância de Chomsky

Refletir sobre a falseabilidade de *P* fornece um contexto útil para entender as raízes do conflito entre Skinner e Chomsky sobre o comportamento verbal. Em primeiro lugar, suas posições derivam de panos de fundo completamente diferentes. O de Skinner repousa sobre *P*, ou no compromisso mais geral com a adequação explicativa das generalizações empíricas. Chomsky está interessado nos processos e estruturas internos, de forma mais geral, a mente. O pano de fundo de Chomsky é bem explícito quando ele discorda de qualquer teoria empirista da aprendizagem da linguagem, como na seguinte passagem, ao discutir Quine e Wittgenstein:

Em ambos os casos, encontramos uma restrição da atenção ao comportamento, uma recusa deliberada de examinar as estruturas mentais

que subjazem ao desempenho observado. Não pode haver nenhuma objeção em geral à restrição a um tema limitado, mas deve-se sempre perguntar se o domínio delimitado é viável e significativo. Neste caso, há sérias dúvidas. Em lingüística, penso que a restrição à descrição que não sugere uma explicação foi danosa, e pode-se apresentar o argumento de que o mesmo é verdadeiro, de modo mais geral, em psicologia. É duvidoso que qualquer compreensão séria da natureza e organização do comportamento possa ser alcançada com tais limitações; e, além disso, está longe de ser claro por que dever-se-ia encarar um entendimento da organização (ou controle) do comportamento como algo comparável em importância ou interesse intelectual a um entendimento da realidade mental subjacente que pode ser elucidada pela utilização do comportamento como evidência, ao invés de objeto de estudo. (...) Acho que o empirismo clássico pode ser razoavelmente interpretado como uma teoria da mente interessante e informativa, que está, contudo, errada em suas pressuposições específicas e mal conduzida em princípio. Mas suas variantes modernas, em filosofia ou na "ciência do comportamento," às vezes, revelam uma tendência embaraçosa de excluir por princípio os tipos de empreendimento que possam, algum dia, de forma significativa, enriquecer nosso entendimento das qualidades essenciais do homem e suas notáveis manifestações. (Chomsky 1969a).

Comparemos isso com: "A posição behaviorista não é sustentável. Ela é simplesmente a expressão da falta de interesse na teoria e na explicação" (Chomsky 1965). Chomsky também aceita a legitimidade dos métodos que utilizam a introspecção.

Em segundo lugar, as objeções de Chomsky (1959) de que os conceitos fundamentais de Skinner (estímulo, reforço, etc.) perdem seu significado científico exato quando são extrapolados das situações de laboratório, nas quais eles estão fundamentados, para o comportamento verbal comum, em que não há um ambiente precisamente controlado, são mais bem interpretadas, acreditamos, como revelação da não-falseabilidade de muitas das extrapolações. A não-falseabilidade é frequentemente uma consequência de dificuldades para identificar a classe relevante de respostas antes reforçadas na qual se pode incluir uma dada resposta. (Notemos, contudo, que as objeções de Chomsky desse tipo, algumas vezes, não são apropriadas, já que ele parece pensar que Skinner apresenta seu trabalho como resultados estabelecidos, ao invés

de hipóteses tentativas – cf. MacCorquodale 1970; muitas das extrapolações de Skinner são falseáveis, mas poucas estão confirmadas.)

Em terceiro lugar, Chomsky argumenta que existem três fatos importantes que são incompatíveis com a teoria de Skinner. Em quarto lugar, ele apresenta uma teoria que ele acredita ser inconsistente com *P*. Talvez, então, com relação a esta teoria, *P* possa estar sujeito a teste, de acordo com a lógica delineada na seção anterior. Consideraremos estas duas questões, uma a uma, e mais longamente.

*Fenômenos lingüísticos que colocam dificuldades
para a análise operante*

Chomsky sustenta que a teoria de Skinner não pode explicar alguns fenômenos lingüísticos fundamentais: (a) que existem certas construções gramaticais,⁴ por exemplo, o “encaixamento”;⁵ (b) que a linguagem é “criativa,” isto é, que qualquer usuário da linguagem profere regularmente e entende sentenças que ele não ouviu, nem falou ou, de algum modo, encontrou antes; (c) que uma criança se torna competente em uma língua “em um tempo notavelmente curto.” A alegação de Chomsky é muito forte. Ele sustenta não simplesmente que a teoria de Skinner, em seu atual estágio de desenvolvimento, não explica tais fenômenos, mas que, em princípio, ela não pode fazê-lo, que tais fenômenos são inconsistentes com a teoria de Skinner.

O argumento chomskiano ligado com (a) é freqüentemente mal compreendido. Pensou-se que ele envolve os seguintes passos: (i) as construções gramaticais como o “encaixamento” podem ser representadas como o resultado da aplicação de determinadas regras. (ii) Nenhuma explicação da existência de tais construções é adequada a menos que explique também esta representação guiada por regras por meio de um mecanismo que incorpore as regras. (iii) Portanto, a teoria de Skin-

⁴ Isto é, construções que são geradas a partir de regras gramaticais, tal como o exemplo a seguir (cf. nota 5, abaixo). No restante do texto, o termo inglês ‘grammatical’, empregado por Chomsky em expressões como ‘grammatical constructions’ ou ‘grammatical intuitions’, vai ser sempre traduzido deste modo. (N. T.)

⁵ *Embedding*: ou seja, novas expressões são produzidas recursivamente a partir de outras, inserindo-se termos entre outros já dados em uma expressão. (N. T.)

ner falha em princípio porque não pode explicar a representação guiada por regras (cf. MacCorquodale 1970, p. 94). De fato, contudo, Chomsky concorda com Skinner que, de uma característica estrutural nenhum processo particular de geração pode ser inferido, e que, de uma representação guiada por regras, não se pode inferir um processo guiado por regras. Chomsky não cai naquilo que Skinner (1969, p. 89) denomina "a falácia formalista." Não se pode argumentar que (a) seja inconsistente com a teoria de Skinner porque implica a existência de um mecanismo negado por Skinner.

Falando de modo geral, a parte central do argumento chomskiano possui dois passos principais: (i) um argumento de que qualquer teoria da aquisição de linguagem em termos de estímulo e resposta (*S-R*) deve produzir um sistema de estado finito; (ii) uma demonstração rigorosa de que os sistemas de estado finito não podem produzir todas as construções que envolvem o encaixamento. (Para a demonstração, cf. Chomsky 1957, pp. 18-25). Segue-se certamente disso que os dispositivos disponíveis na teoria de Skinner não podem explicar a existência de certas construções gramaticais. Apresentaremos agora uma versão do argumento pelo qual se tentou aplicá-lo diretamente à teoria de Skinner sobre o comportamento verbal. Aplicar o argumento deste modo torna desnecessário separar os dois passos gerais, e torna possível evitar o vocabulário associado aos sistemas de estado finito.

A teoria de Skinner deixa deliberadamente em aberto o que são as unidades de resposta nos operantes verbais: proferimentos de morfemas, palavras, frases, sentenças, às vezes uns, às vezes outros. Suponhamos que as unidades de resposta sejam proferimentos de palavras. (A generalidade não se perde com esta suposição. O detalhe, mas não a força, do argumento a seguir vai diferir com as diferentes suposições possíveis.) Então, o proferimento de uma sentença deve ser analisado como uma cadeia de proferimentos de palavras. Uma tal cadeia teria a característica de que os proferimentos de cada uma das palavras e de cada seqüência de palavras funcionariam como (um fator no) estímulo discriminativo para os proferimentos de palavras e seqüências de palavras subseqüentes, de modo que o proferimento de uma palavra aumentaria a probabilidade dos proferimentos das próximas palavras. Ora, consideremos o fenômeno de encaixamento. Dada qualquer sentença da forma *sintagma nominal* + *sintagma verbal*, uma outra sen-

tença pode ser nela encaixada. Por exemplo, 'As pessoas queriam alugar sua casa' pode ser inserida em 'As pessoas eram da Califórnia', para produzir 'As pessoas que queriam alugar sua casa eram da Califórnia'. Obviamente, o encaixamento é um procedimento recursivo repetível, que pode ser reaplicado indefinidamente sem violar nenhuma regra gramatical. Portanto, existem sentenças gramaticais de tamanho indefinidamente grande e, por exemplo, entre 'as pessoas' e 'são' podem ser encaixadas sentenças de tamanho indefinido. Mas uma pessoa possui em seu repertório verbal apenas um número finito de operantes. Conseqüentemente, há um limite para o número de palavras que pode existir entre 'as pessoas' e 'são', se o encadeamento de respostas por meio de palavras é o mecanismo para produzir sentenças gramaticais. Isto é, para algum n finito, a probabilidade de que 'são' ocorra a mais de n palavras depois de 'as pessoas' em uma sentença é zero. Portanto, existem sentenças gramaticais que não podem ser produzidas por esse processo.

Há uma réplica óbvia a esta linha de argumentação. Enquanto que, no que diz respeito às regras gramaticais, o processo de encaixamento pode ser continuado indefinidamente, não se segue que a continuação indefinida possua significado psicológico. De fato, não podemos nem proferir nem entender sentenças gramaticais que sejam superiores a um certo tamanho. Ou seja, a classe das sentenças gramaticais que têm lugar em nosso desempenho lingüístico é consideravelmente menor que a totalidade da classe de sentenças gramaticais. Com certeza, a réplica continua, uma teoria do comportamento verbal precisa apenas lidar com as sentenças que tomam parte em nosso desempenho.

Contudo, esta réplica é insuficiente. McNeill (1970, apêndice) apresenta o seguinte contra-argumento. Consideremos a sentença: 'As pessoas que ligaram e que queriam alugar sua casa quando você se for no próximo ano são da Califórnia'. Ela contém uma conexão gramatical entre 'as pessoas' e 'são', e há quinze palavras entre elas. Claramente, esta sentença está dentro da capacidade performativa da maior parte dos falantes do português. Assim, neste caso, dado o proferimento de 'as pessoas' e as quinze palavras que se seguem, há uma alta probabilidade de que 'são' vá ser proferida. Mas se esta sentença está em nosso repertório verbal, do mesmo modo, está um grande número de outras. McNeill diz que, em geral, estima-se que uma média de quatro

categorias gramaticais possa ocorrer a qualquer ponto no desenvolvimento de uma sentença em inglês.⁶ Portanto, detectar a conexão gramatical entre 'as pessoas' e 'são' significa que temos em nosso repertório pelo menos $4^{15} = 10^9$ sentenças, cada uma das quais foi estabelecida no repertório (aprendido) pelo processo de encadeamento e de reforço das cadeias. McNeill conclui que isso é uma *redução ao absurdo*. Ele diz:

Como Miller e Chomsky apontam, "Não podemos propor seriamente que uma criança aprenda os valores de 10^9 parâmetros em uma infância que dura apenas 10^8 segundos." E mesmo uma criança altamente eficiente, uma que *pudesse* aprender 10 transições por segundo, ainda deixaria de ver a relação quando 'as pessoas' e 'são' estão separadas por 16 palavras ou mais. (McNeill 1970, pp. 150-1.)

Este argumento nos parece suficiente para refutar a hipótese de que todas as sentenças gramaticais são produzidas como o resultado de um encadeamento apenas de respostas por meio de palavras. Além disso, não temos dúvida de que adequadas generalizações dele refutam algumas teorias *S-R* reais sobre o comportamento verbal.

Não nos é claro, contudo, que o argumento refute a teoria de Skinner. As teorias refutadas têm as seguintes características: (i) Qualquer evento de reforço aumenta a força de apenas um operante, isto é, um evento de reforço coloca uma única classe de comportamentos sob o controle de uma única classe de estímulos; (ii) os proferimentos de palavras diferentes não pertencem ao mesmo operante; (iii) uma condição suficiente para que os proferimentos de sentenças pertençam a diferentes operantes é que as descrições sintáticas das sentenças sejam diferentes. Rejeitar isso é suficiente para mitigar a força do contra-argumento de McNeill. Se os itens acima forem rejeitados, não se pode inferir da existência de 10^9 sentenças em nossos repertórios verbais que haja 10^9 operantes – e, para Skinner, são os operantes que aprendemos.

⁶ O original refere-se, obviamente, à língua inglesa, o que aproximadamente pode valer para outras línguas modernas, não alterando em substância o restante do argumento apresentado. (N. T.)

A interpretação de Skinner dos aspectos gramaticais da linguagem

Nenhuma das três características acima é um aspecto da teoria de Skinner. Como já apontamos, Skinner não se define claramente sobre o que são as unidades de resposta dos operantes verbais. De fato, há uma indefinição sistemática sobre como as respostas verbais devam ser colocadas em classes. Essa indeterminação não pode ser evitada, dado o estado atual de desenvolvimento da teoria de Skinner. Uma vez que a colocação em classes depende das relações funcionais e não das características sintáticas (topográficas, estruturais), sua remoção deve aguardar uma confirmação forte de P no domínio do comportamento verbal. Isso é importante, já que deixa em aberto a possibilidade, a relevância e a legitimidade de colocar proferimentos distintos da mesma sentença (sintaticamente falando) em diferentes classes de respostas verbais, isto é, de caracterizá-las como instâncias de diferentes operantes, e também de colocar proferimentos de sentenças distintas (sintaticamente falando) na mesma classe. Em grande medida, a indeterminação é uma consequência dos fenômenos de “transferência,” que são bem estudados na literatura sobre o condicionamento operante.

Consideremos um organismo que foi reforçado para emitir uma resposta da classe R_1 na presença de estímulos da classe S_1 , de modo que, dada a presença de um S_1 , aumenta a probabilidade de ocorrência de uma R_1 . Suponhamos que R_1 seja definida por alguma característica comportamental r_1 , e S_1 , pela propriedade física s_1 . Seja S_1' , que representa a subclasse de eventos de S_1 em cuja presença determinado R_1 foi reforçado. Falando de maneira geral, os eventos de S_1' terão outras propriedades em comum, além de s_1 . Seja s_2 , que representa uma das outras propriedades. Em geral, S_2 , a classe dos eventos definidos por s_2 , nem inclui S_1 nem está nela incluída; S_1 e S_2 apenas se interseccionam. Demonstrou-se em laboratório que a força de R_1 aumenta sob a condição estimulatória S_2 , do mesmo modo que sob S_1 . O caso particular em que S_1 está incluído em S_2 caracteriza o fenômeno de “generalização estimulatória” (Skinner 1953, pp. 93–4). De maneira similar, os eventos de R_1' , a classe dos comportamentos de R_1 que foram reforçados, têm não apenas r_1 em comum, mas também alguma outra propriedade comportamental, r_2 , de modo que aumenta a força de R_2 , a

classe dos comportamentos definidos por r_2 , do mesmo modo que a de R_1 , sob as condições estimulatórias S_1 e S_3 . O caso particular em que R_1 está incluído em R_2 caracteriza o fenômeno de "indução de resposta" (Skinner 1953, pp. 132-4). Resumindo, muitos operantes são simultaneamente fortalecidos por eventos de reforço, embora, usualmente, os diferentes operantes sejam fortalecidos em medidas diferentes.

As interpretações que Skinner delineia das características gramaticais do comportamento verbal (Skinner 1957, cap. 13) baseiam-se nestes fenômenos. Consideremos as seguintes passagens.

Na resposta verbal *Os garotos correm*, o *m* final em *correm* é em parte um tato fragmentário sob o controle de aspectos específicos de uma dada situação. As propriedades relevantes são sutis, mas incluem (1) a natureza de correr como uma *atividade*, ao invés de um objeto ou uma propriedade de objeto, (2) o caráter plural do que está correndo, e (3) o caráter presente da atividade. (Skinner 1957, p. 332.)⁷

Tendo respondido em muitos pares de objetos com um comportamento como *o chapéu e o sapato e a arma e o chapéu*, o falante pode produzir a resposta *o garoto e a bicicleta* em uma nova ocasião. Se ele adquiriu uma série de respostas como *a arma do garoto, o sapato do garoto e o chapéu do garoto*, podemos supor que a estrutura parcial *--do garoto* está disponível para recombinação com outras respostas. A primeira vez que o garoto ganha uma bicicleta, o falante pode compor a nova unidade *a bicicleta do garoto*. Isto não é simplesmente a emissão de duas respostas adquiridas separadamente. (...) Os aspectos relacionais da situação fortalecem uma estrutura, e aspectos específicos da situação fortalecem as respostas que a ela se ajustam. (Skinner 1957, p. 336.)

Infelizmente, isto é tudo o que Skinner diz explicitamente sobre gramática. Contudo, é suficiente para inferir que suas interpretações contêm os seguintes elementos. (i) A resposta *a arma do garoto* não é analisada simplesmente como uma cadeia de quatro respostas por meio de palavras, ou sete respostas por meio de morfemas. (ii) As respostas *a arma do garoto e o sapato do garoto* possuem algo em comum. Elas pertencem a um mesmo operante, cuja classe é definida pela estrutura

⁷ Fez-se aqui uma adaptação para o português. O exemplo original, em inglês, é *The boy runs*, no qual o *s* em *runs* é o tato fragmentário. Em (2), fala-se do caráter singular do que está correndo, ao invés de plural. (N. T.)

parcial ---do garoto. (iii) A resposta *a arma do garoto* é analisada como uma combinação de pelo menos duas respostas, a estrutura parcial e *a arma*, embora isso não impeça que uma análise mais profunda seja dada para a estrutura parcial. (iv) Quando a resposta *a arma do garoto* é um tato ou parte de um tato, de forma distinta de um “ecóico”, “textual” ou “intraverbal” (conceitos técnicos básicos de Skinner 1957), presumimos que o estímulo discriminativo que o controla consista em pelo menos o garoto, a arma e a propriedade de ser possuído pelo garoto. Então a presença do garoto e a propriedade de possuir tornam provável a ocorrência de uma resposta da classe definida pela estrutura parcial ---do garoto, e a presença da arma torna provável a ocorrência de uma resposta, *a arma*. Juntos, tornam provável uma resposta, *a arma do garoto*. Isso é uma instância do que Skinner denomina “causação múltipla.” A partir desta análise, podemos concluir que a resposta *a arma do garoto* pertence a pelo menos dois operantes: a classe de respostas que contém um proferimento de ---do garoto como um seu constituinte, e daqueles que contém um proferimento de *a arma* como um seu constituinte. Assim, se ocorrer uma situação estimulatória que inclua o garoto, a bicicleta e a propriedade de ser possuído pelo garoto, então aumentará a probabilidade de ocorrência de respostas de cada uma das seguintes classes: proferimentos que contém ---do garoto como um seu constituinte, e proferimentos que contém *a bicicleta* como um seu constituinte. Deste modo, enquanto que (por hipótese) a resposta toda *a bicicleta do garoto* é nova, ela pertence a operantes já existentes, e é por eles composta. Um tipo semelhante de interpretação detalhada poderia ser dada para a outra resposta discutida por Skinner, *Os garotos correm*, e de suas conexões com, por exemplo, *Os garotos comem*, *Os cães lutam*, etc.

Deste modo, as interpretações de Skinner conferem um *tipo de sentido* a certas expressões gramaticais elementares; e talvez de todas as sentenças gramaticais não-compostas – desde que haja um número finito (não muito grande) de formas de sentenças gramaticais não-compostas. Mas isso pode lidar com casos de encaixamento? E, a respeito do exemplo do argumento de McNeill acima, elas podem reduzir as 10⁹ sentenças de nossos repertórios verbais a um número plausivelmente pequeno de operantes verbais? Não conhecemos as respostas; e não houve nenhuma tentativa skinneriana séria de responder questões

destes tipos. Vamos apenas registrar uma conjectura: as condições necessárias para que as interpretações de Skinner dêem conta do encaixamento são (i) que o número de formas de regras de estrutura sintagmática nas estruturas superficiais seja finito e razoavelmente pequeno; (ii) que o comportamento verbal maduro, regularmente, não exiba novas formas de estruturas superficiais. Não sabemos se estas condições são satisfeitas.

Contudo, as questões e as conjecturas colocadas no parágrafo anterior são inteiramente prematuras, pois o *tipo de sentido* que concedemos às interpretações de Skinner possui muito pouca substância. Nenhum de seus exemplos sequer satisfaz seus próprios requisitos de uma análise científica: "A propriedade correlacionada com o reforço deve ser especificada, em termos físicos, se devemos ficar dentro dos limites de uma ciência empírica" (Skinner 1957, p. 117). Em seus exemplos paradigmáticos, dentre as propriedades relevantes dos estímulos alegados estão a natureza de correr como uma atividade e a relação de posse entre um garoto e sua arma, propriedades não caracterizadas em termos físicos, mas em termos abstratos e mentalistas ou intencionais.⁸ Assim, as interpretações de Skinner falham no caso de fatos simples e, obviamente, elas encontram dificuldades maiores ainda quando confrontadas com casos mais sutis e mais complexos. Portanto, Skinner não apresentou quase nenhuma evidência de que seus princípios possam explicar o comportamento verbal gramatical.

Voltemos agora ao início da presente parte da discussão, que diz respeito à avaliação da alegação de Chomsky de que a teoria de Skinner é incompatível com o fenômeno (a). Pensamos que a estratégia de Skinner, para responder a isso, estaria baseada fortemente em operantes definidos por estruturas sentenciais, na causação múltipla e na

⁸ Poder-se-ia sugerir que a respeito desses exemplos as dificuldades de Skinner desapareceriam se 'atividade' fosse substituída por 'movimento', e 'posse' por uma relação espaço-temporal adequada. Suponhamos que isso funcione. Então o problema da testabilidade coloca-se seriamente. A maior parte das pessoas concordaria que, às vezes, um garoto, uma arma e o fato de estar a arma nas mãos do garoto possa dar *ocasião* para um proferimento de *a arma do garoto*. Mas daí para a hipótese de que a função causal da ocasião esteja adequadamente compreendida em termos do conceito de "estímulo discriminativo" há um grande passo a dar.

transferência. A discussão acima indica também como ele poderia utilizar os mesmos elementos estratégicos para responder às alegações chomskianas associadas com os fenômenos (b) e (c). Uma vez que o argumento chomskiano não leva em conta tais elementos, ele não consegue provar que a teoria de Skinner é incompatível com eles. De maneira que esta conclusão está de acordo com a conclusão precedente, de que *P* não é falseável. De fato, pode-se compreender que a discussão que levou a ela expõe alguns dos dispositivos que permitem a *P* evitar o falseamento.

Alguns comentadores (por exemplo, MacCorquodale 1970; Gerwitz 1969, pp. 97–102) ficam satisfeitos com o fato de que Chomsky não tenha *refutado* Skinner. Mas trata-se de uma pequena satisfação. Skinner não apresentou uma evidência de que sua teoria possa explicar o comportamento verbal gramatical. Certamente, ao oferecer certas interpretações, ele apontou os elementos de uma estratégia para conseguir tais explicações, mas não mostrou que essa estratégia possa levar ao fim desejado. Não basta, por exemplo, utilizar a transferência (inclusive a indução e a generalização) para evitar a refutação; é necessário também apresentar hipóteses concretas que estabeleçam limites testáveis ao domínio da transferência. De outra forma, as explicações que dependem da transferência serão dadas *a posteriori*, com um valor preditivo mínimo (*cf.* Dennett 1971, pp. 97–100). Mais uma vez, não basta simplesmente apresentar exemplos simples de estruturas sentenciais; como Chomsky (1959) argumenta, deve-se mostrar que a classe relevante de estruturas sentenciais pode ser caracterizada em termos físicos, e não meramente abstratos. As explicações que incorporam esta estratégia estão apenas *prometidas*; elas ainda não *existem*. O livro *Verbal Behavior* não as apresenta, mas, no máximo, apenas esboça como a promessa poderia ser cumprida. Não há evidência de que as explicações possam ser apresentadas, mas apenas a confiança no desenvolvimento futuro da aplicação dos princípios do condicionamento operante.

As teorias de Skinner e Chomsky são incompatíveis?

Chomsky apresentou uma teoria que ele acredita ser incompatível com *P* (o quarto aspecto de seu desacordo com Skinner). Talvez ela possa tomar o lugar da teoria *S* com as características delineadas na última

subseção da seção 2. Vejamos. A teoria de Chomsky, correndo o risco de uma simplificação demasiada, envolve duas hipóteses principais: (1) A gramática da língua de um falante representa a competência lingüística do falante, que é uma estrutura mental causalmente operativa (por meios ainda desconhecidos) no desempenho lingüístico real. Além disso, em certo sentido, ela é conhecida do usuário da linguagem, estando seu grau de conhecimento sujeito a teste por inferência a partir de seu desempenho na fala e no entendimento e, especialmente, a partir de descrições verbais de suas "intuições" gramaticais. (2) A obtenção de competência lingüística não é completamente um produto da interação entre o usuário da linguagem e o ambiente; em alguma medida, ela é inata (por exemplo, Chomsky 1965, p. 58; 1971, cap. 1).

Não está claro em que medida as partes razoavelmente confirmadas da teoria de Chomsky sejam incompatíveis com *P*. Certamente, (2) é incompatível com *P*,⁹ mas, no momento, possui pequena confirmação. Não vamos considerá-la mais aqui, embora, à luz da lógica esboçada na seção 2, sua investigação experimental prometa contribuir para o conteúdo empírico da psicologia. Por outro lado, embora (1) contenha termos *T* e, portanto, não tenha lugar no sistema de Skinner, sua imprecisão torna difícil provar que ela seja inconsistente com *P*. Chomsky fundamenta (1) sobretudo em sua alegação de que ela, mas nenhuma teoria empirista da aprendizagem, pode explicar os três fenômenos lingüísticos mencionados antes nesta seção 3. Um argumento para a incompatibilidade de (1) com *P* poderia ser que (1), mas não a teoria de Skinner, é consistente com os três fenômenos. Já argumentamos, contudo, que não se demonstrou que a teoria de Skinner seja inconsistente com esses fenômenos; que, no momento, ela não possa explicá-los não implica que ela seja inconsistente com eles. Sem mais argumentos (que não somos capazes de dar), não está claro que a teoria de Chomsky

⁹ A terceira objeção de Skinner aos termos *T* (seção 2) não tem nenhuma força contra uma teoria que contenha enunciados como (2), pois (2) sempre nega que $T = f(V)$, já que, na teoria de Chomsky, a estrutura inata fornece variáveis independentes. (Claramente, 'competência lingüística' e 'inato' são termos *T*.) Notemos que se a hipótese de uma estrutura inata significar apenas que o potencial de comportamento verbal dos seres humanos é limitado em suas formas devido a fatores fisiológicos e genéticos, isso não colocaria nenhum problema para Skinner.

possa funcionar como a teoria *S*, e não podemos presumir que uma evidência que a confirme seja uma evidência contra *P*.

Portanto, a questão da incompatibilidade de (1) com *P* permanece em aberto e, do mesmo modo, no momento, uma teoria nela fundamentada não pode ser utilizada para testar *P* de forma indireta. Uma teoria que incorpore (2) poderia ser utilizada, mas seu desenvolvimento teórico está em estágio inicial, embora ela realmente pareça ser falseável. Por outro lado, (1) é relevante para nossos juízos atuais sobre as limitações das explicações baseadas em *P*. Enquanto que algum comportamento humano pode ser explicado efetivamente em termos dos princípios de condicionamento operante, não há nenhuma evidência atual de que todo o comportamento humano possa ser. Em alguns domínios interessantes, nos quais os princípios de condicionamento operante apenas prometem explicações, a teoria chomskiana oferece um certo grau de sistematização, explicação e predição. Dado que as objeções gerais de Skinner aos termos *T* são inconclusivas, não resta nenhuma objeção científica às teorias psicológicas que incorporam (1). Além disso, se estivermos interessados em fenômenos lingüísticos, parece apenas apropriado que nossa ciência (agora) se ocupe diretamente de um estudo empírico sobre eles, e não espere um desenvolvimento futuro prometido de princípios comportamentais, cuja adequação explicativa com os fenômenos lingüísticos é, no momento, apenas conjectural (*cf.* Miller 1968).

CAPÍTULO 2

EXPLICANDO A CONTROVÉRSIA SKINNER-CHOMSKY

A psicologia é uma disciplina de escolas competidoras, na qual há pouco acordo a respeito dos conceitos fundamentais. Não há nenhum conjunto de fatos ou de teorias com cuja inclusão todos os partidos estejam comprometidos. Não há nem mesmo acordo a respeito do caráter “científico” da psicologia, uma vez que nem todos aceitam que haja leis gerais a serem descobertas sobre o comportamento humano ou sobre a natureza humana. Mesmo dentre aqueles que aceitam o caráter nomológico da natureza humana, reina certo desacordo sobre os fundamentos. Cada escola se gaba de sua massa de dados empíricos, de suas técnicas experimentais poderosas, de suas teorias confirmadas, de seus programas de pesquisa que avançam, e, em geral, as escolas produzem aplicações práticas – em psicoterapia, administração escolar, práticas empresariais e de propaganda, recursos didáticos, desenvolvimento de programas de ensino, etc. – que apóiam grande contingente de executores. Apesar do desacordo sobre os fundamentos, a psicologia floresce em nossa sociedade e, aparentemente, tem sido bem sucedida. Como então é possível que o conflito sobre os fundamentos permaneça? Por que ele não foi resolvido comparando as teorias competidoras com o corpo de dados experimentais e sucessos práticos que foram acumulados durante as últimas décadas? Por que os procedimentos “padrão” do método científico não resolveram esses conflitos? E por que há poucas esperanças de que eles o façam?

Não serão aqui apresentadas respostas gerais abrangentes para estas questões. Ao contrário, propomos explicar a existência de um conflito fundamental e sua continuação, aquele entre o behaviorismo e o cognitivismo. Ao longo dessa discussão de um caso particular, esperamos que venham a emergir os contornos de uma metateoria geral, mas não vamos pretender nenhuma generalidade. Com certeza, o behaviorismo e o cognitivismo não são doutrinas unívocas, e duvidamos que se possa produzir uma formulação do que há de essencial em cada uma delas, de modo que todos os seus respectivos adeptos concordem. Ao

invés de tentar apresentar formulações essenciais endossadas, escolhemos – para obter precisão de análise, embora correndo o risco de atenuar o caráter geral da discussão – nos concentrar no conflito entre Skinner e Chomsky (e alguns de seus associados). Ambos buscam abrangência, generalidade e coerência interna para a visão total, de modo que seus escritos expressam elementos chave do conflito.

É difícil classificar o conflito entre Skinner e Chomsky segundo as categorias comuns empregadas pela filosofia da ciência. Em um certo nível, trata-se de um conflito direto entre duas teorias cujas postulações fundamentais são logicamente incompatíveis. Cada uma das partes reivindica apoio empírico em algum grau para suas próprias postulações, e a falta de tal apoio à outra. Em parte, o desacordo é sobre quais dados apóiam tal teoria, sobre qual teoria é mais bem confirmada, tendo em conta os dados disponíveis, e sobre a possibilidade de que os dados disponíveis falseiem uma ou outra das teorias. Mas o desacordo vai mais longe. Fodor (1975), por exemplo, ao argumentar que o behaviorismo é falso, sustenta que as hipóteses behavioristas fundamentais são manifestamente contrárias à experiência. Para ele, não precisamos de pesquisa ou experimentos para mostrar isso; desde o início, o behaviorismo não foi um concorrente científico sério.

Isso ilustra o segundo nível do conflito. As partes em conflito não se satisfazem em alegar que os dados científicos geralmente disponíveis mostram que as postulações da outra são falsas. Ao contrário, cada uma delas questiona as credenciais científicas da oponente. Cada uma alega que suas postulações derivam de procedimentos científicos padrão comumente utilizados em outras ciências (físicas), mas que a outra distorce ou trivializa tais procedimentos. Chomsky sustenta que quando um cientista deseja investigar uma entidade (pelo menos um organismo biológico), um pré-requisito para estudar seu comportamento é uma análise de sua natureza, ou estrutura interna, e que uma “investigação que tenta encontrar relações nomológicas diretamente entre o comportamento da entidade e as variáveis externas está fadada à trivialidade” (Chomsky 1975, p. 17). Assim, as conclusões gerais tiradas desse tipo de investigação, uma vez que elas carecem de credenciais científicas, devem ser explicadas em termos de seu papel ideológico (Chomsky 1973, cap. 7). Por outro lado, Skinner sustenta que a

possibilidade de um conhecimento científico dos estados e eventos internos pressupõe o conhecimento de relações entre o comportamento e as variáveis externas (Skinner 1938, cap. 12), e que a introdução prematura de hipóteses sobre a estrutura interna não tem qualquer papel científico explicativo (Skinner 1972, cap. 7; *cf.* capítulo 1, acima, seção 2) e tem possibilidades duvidosas de confirmação (Lacey e Rachlin 1978). De acordo com Skinner, uma investigação que não reconhece isso é uma dissimulação, “que bem poderia ser responsável por grande parte de nosso fracasso em resolver nossos problemas [sociais]” (Skinner 1978, p. 112), justificada em nome da “ilusão” de liberdade e de dignidade (Skinner 1971).

Onde faltam credenciais científicas, devem ser propostas outras explicações para o envolvimento em certa investigação. Mas uma ou outra daquelas investigações carece de credenciais científicas? Parece que cada uma das partes tem em mente diferentes exemplos paradigmáticos de progresso científico. O de Skinner parece se ajustar mais, por exemplo, ao desenvolvimento da termodinâmica fenomenológica, e o de Chomsky mais à teoria cinética dos gases. E eles parecem nutrir-se de diferentes tradições de metodologia científica: Skinner, daquela das “Regras do Raciocínio em Filosofia” de Newton (Newton 1934, pp. 398–400); Chomsky, naquela da explicação hipotético-dedutiva da ciência, bem articulada por Popper (1959). O fato de cada uma delas se ajustar mais ou menos a uma tradição científica respeitável não implica necessariamente que cada uma delas seja uma concorrente científica legítima, mas sugere efetivamente que é improvável que um exame de credenciais científicas vá resultar numa resolução clara do conflito. Parece provável que o conflito sobre as credenciais científicas não seja bem a causa de se deixar de chegar a uma pronta resolução do conflito teórico; ao contrário, é o reflexo de um tipo de desacordo mais profundo, que vamos procurar localizar e analisar.

1. O conflito teórico entre Skinner e Chomsky

Há um genuíno conflito teórico entre Skinner e Chomsky. É possível que ambas as teorias sejam verdadeiras. Elas não podem ser acomodadas como perspectivas diferentes e complementares, sendo o conflito apenas o produto de uma generalização exagerada (embora seja possí-

vel que vá haver uma teoria futura na qual certos aspectos ou sub-teorias de cada uma delas se preservem). Os pontos mais importantes nos quais esse conflito se manifesta (*cf.* cap. 1, seção 3) dizem respeito ao papel do reforço e ao papel causal da internalização de regras gramaticais no aprendizado da linguagem e na produção de comportamento verbal.

Para os propósitos atuais, será suficiente considerarmos que a teoria de Skinner, *S*, pressupõe que todo comportamento aprendido (sua aquisição, manutenção e produção) seja uma consequência da atuação da Lei do Efeito, e outros princípios subsidiários, cujo significado pressupõe essa lei. Pode-se dizer que *S* inclui não apenas princípios empíricos bem testados a respeito de, por exemplo, os efeitos comportamentais de diferentes esquemas de reforço, mas também as “interpretações” do comportamento humano que foram construídas sob a pressuposição de que os princípios comportamentais estabelecidos subjazem a todo comportamento.

O que vamos denominar a teoria de Chomsky, *C*, não está tão bem definido. Temos em mente o esboço de uma teoria psicológica que Chomsky apresentou em resposta à interpretação de Skinner do comportamento verbal (Skinner 1957; Chomsky 1959). Este esboço exerceu uma influência importante sobre muitas pesquisas teóricas recentes em psicolinguística, sendo desenvolvido, modificado e incorporado nelas de várias formas, assim como, de modo mais geral, sobre a psicologia cognitiva. *C* está baseada em hipóteses das quais temos a seguir alguns exemplos (apresentados no capítulo 1): (a) A gramática da língua de um falante representa sua competência lingüística, que é uma estrutura causalmente operativa no desempenho lingüístico efetivo.¹ (b) A gramática, em certo sentido, é conhecida do falante, estando o grau de conhecimento sujeito a teste por inferência a partir do desempenho

¹ É um programa de pesquisa importante descobrir os modos de conexão causal entre a competência e o desempenho. Não se postula, por exemplo, que as regras da gramática transformacional sejam mapeadas nos mecanismos que produzem a fala. Para uma discussão dos estudos empíricos sobre a “realidade psicológica” da gramática transformacional, *cf.* Fodor, Bever e Garrett 1974.

do falante na fala e no entendimento e, especialmente, a partir de seus relatos verbais de suas intuições gramaticais. (c) As representações internas dos universais lingüísticos, propriedades inatas da mente, restringem severamente a classe de primeiras línguas que podem ser aprendidas.

S e *C* se contradizem mutuamente. Por exemplo, *S*, mas não *C*, acarreta que o reforço seja necessário para a aquisição de linguagem. Se assim é, por que o conflito não foi resolvido realizando-se um programa experimental elaborado para testar os pontos de contradição que possuem conseqüências observáveis? Antes de respondermos esta questão, será útil fazermos uma breve digressão sobre a lógica da escolha entre teorias competidoras.

Observações gerais sobre os conflitos entre teorias

De acordo com uma formulação comum da estrutura lógica das teorias científicas (cap. 1, seção 1), uma teoria possui estrutura dedutiva, de tal sorte que a partir de suas postulações mais gerais e fundamentais podem produzir-se (por dedução) predições que podem ser testadas observacionalmente. Tais predições são geralmente da forma: sendo que um certo estado de coisas observável (O_1) se dá, então o estado de coisas observável (O_2) também vai ocorrer. De modo típico, o estado O_1 é bastante complexo e representa uma situação experimental e as condições iniciais daquela situação. Essa formulação também sustenta que as teorias contraditórias, T_1 e T_2 , vão, em princípio, produzir predições contraditórias. T_1 prediz que, dado O_1 , O_2 vai ocorrer; T_2 prediz que, dado O_1 , O_3 (que é incompatível com O_2) vai ocorrer. Uma resolução do conflito pode então ser alcançada da forma óbvia de construir, provocar ou descobrir o estado de coisas O_1 e observar qual dos dois, O_2 ou O_3 , se dá. De qualquer forma, uma das teorias vai ser falseada e a outra reconfirmada.

Alguns críticos (por exemplo, Feyerabend 1975; Lakatos 1978; Quine 1953; Lacey 1998, cap. 1) argumentaram convincentemente que a situação nunca é tão simples. Eles mostraram que as predições nunca são obtidas por dedução a partir de uma teoria, independentemente de diversas hipóteses auxiliares, inclusive hipóteses sobre o funcionamento de certos instrumentos, e hipóteses *ceteris paribus*. Conseqüen-

temente, o fracasso de uma predição não falseia uma teoria; ele falseia apenas a conjunção da teoria com as hipóteses auxiliares. Assim, em face do fracasso de suas predições, qualquer teoria pode ser protegida da refutação (embora nem sempre seja razoável fazer isso), negando a adequação das hipóteses auxiliares e, deste modo, de fato, retirando a predição. Além disso, às vezes, duas teorias podem estar em conflito, mas não produzir predições contraditórias sobre estados de coisas observáveis. Um caso particularmente interessante é aquele em que uma das teorias acarreta hipóteses que, por razões puramente sintáticas, são não-falseáveis, por exemplo, a hipótese de que o reforço é necessário para que ocorra aprendizagem. Essa teoria acarreta apenas que quando a aprendizagem ocorreu *algum* reforço foi dado. Isso é compatível com qualquer estado de coisas, embora, obviamente, nem todo estado de coisas confirme a teoria (*cf.* cap. 1; e os exemplos de Feyerabend 1975).

Estas críticas não implicam que uma escolha entre teorias nunca possa ser feita apelando-se para o poder preditivo das teorias no domínio das coisas observáveis. Se a classe das predições bem sucedidas de uma das teorias (digamos, T_1) incluir propriamente aquelas de T_2 , então é apropriado aceitar T_1 e rejeitar T_2 (a não ser que haja razão para acreditar que o poder preditivo de T_2 tenha sido pouco explorado). Assim, a referência às predições pode fornecer uma condição suficiente para aceitar uma teoria ao invés de outra, que ela contradiz. Na formulação pré-crítica, a referência à predição era também uma condição necessária para a escolha racional de teorias. Ela poderia ser uma condição necessária, pois a formulação sustentava que (em princípio) as teorias contraditórias sempre produzem predições contraditórias de alguns estados de coisas observáveis. Contudo, a crítica torna claro que não está garantido que teorias contraditórias sempre o façam. Não está garantido nem que a classe das predições bem sucedidas de uma das teorias em conflito vá chegar a incluir propriamente aquelas da outra, nem que a classe dos sucessos preditivos de ambas vá chegar a ser incluída propriamente naquela de uma teoria que as suceda.

À luz dessas críticas, é possível que haja teorias contraditórias que possuem domínios observacionais apenas parcialmente sobrepostos e mesmo disjuntos, nos quais elas produzem predições. Além disso, é

mesmo possível que cada uma das teorias produza predições bem sucedidas em seu próprio domínio, de modo que se poderia razoavelmente dizer que cada uma está confirmada em algum grau. Em tal caso, os pontos particulares de contradição deixariam de produzir predições observáveis. Assim, a referência à predição seria insuficiente para escolher uma das teorias.²

O caráter geral do conflito S-C

O conflito S-C parecer ser deste último tipo. Cada teoria possui certamente seu domínio de predições bem sucedidas e é parte de um programa de pesquisa que avança. O domínio preditivo de *S* inclui a ampla gama de fenômenos estudados nos experimentos de condicionamento operante, e também as áreas de prática bem sucedida de análise aplicada do comportamento com humanos. Desenvolvimentos recentes envolvendo, por exemplo, “a lei de proporção” (Staddon 1979; Rachlin 1989) mostram que o programa de pesquisa envolvendo *S* está longe da estagnação. [Cf. Schwartz e Lacey 1982, cap. 5, para detalhes sobre a lei de proporção e as generalizações correlatas da lei do efeito.] O domínio de *C* inclui muitos fenômenos lingüísticos bem conhecidos, tais como (cap. 1, seção 3) aqueles que Chomsky denomina o uso criativo da linguagem, a rapidez e facilidade para se aprender uma primeira língua, e a existência de certas construções gramaticais. Além disso, certos aperfeiçoamentos de *C* e sua incorporação em recentes teorias

² Seria útil desenvolver uma teoria geral do que se requer para que um conflito teórico seja resolvido com recurso à predição. Conjecturamos que uma condição necessária seja que as teorias pertençam ao mesmo *programa de pesquisa*, no sentido de Lakatos (1978). Dentro de um programa de pesquisa, há acordo sobre categorias teóricas, a classe dos dados relevantes, os padrões de aceitação e rejeição de hipóteses auxiliares e teorias, o que parece impedir o tipo de desacordo fundamental exemplificado pelo caso S-C. [Uma confirmação dessa conjectura, com algumas modificações, e articulada com uma terminologia diferente, pode ser encontrada em alguns de nossos escritos recentes (por exemplo, Lacey 1998; 1999a), nos quais utilizamos a noção de “estratégia” (“estratégia de condução, ou de seleção”), ao invés daquela de “programa de pesquisa.”]

psicolinguísticas produziram predições experimentais e um programa de pesquisa em andamento (por exemplo, Fodor, Bever e Garrett 1974). Presentemente, esses domínios parecem estar amplamente separados, e os pontos centrais de contradição não produziram predições contraditórias sobre estados de coisas observáveis.

Dissemos acima que a contradição entre *S* e *C* se manifesta (por exemplo) na afirmação de *S* e negação de *C* de que o reforço é necessário para o aprendizado da linguagem. Essa manifestação não produz no momento predições observáveis contraditórias, nem é no momento ocasião para demonstrar o maior poder preditivo de uma das teorias. Isso é, em parte, porque a afirmação, em virtude de sua estrutura sintática, não implica conseqüências observacionais particulares, mas apenas que, dado um certo elemento do comportamento verbal adquirido, um reforçador ou outro estava envolvido (uma conseqüência que pode ser confirmada observacionalmente, mas não definitivamente falseada); e, em parte, porque o desenvolvimento de *C* com respeito ao desempenho linguístico foi conscientemente protelado, aguardando a consolidação de uma teoria da competência linguística. As "interpretações" do comportamento verbal apresentadas por Skinner (1957; cf. também cap. 1, seção 3), quaisquer que possam ser seus méritos científicos, não devem ser confundidas com predições concretas, nem com uma confirmação empírica de que certos elementos do comportamento verbal foram, de fato, adquiridos com o concurso do reforço. As interpretações não estão baseadas em dados observacionais concretos; elas são conjecturas sobre como o comportamento verbal *poderia* ser explicado em termos de contingências de reforço. Nenhuma evidência concreta é apresentada de que o comportamento verbal *seja* explicável nestes termos. No domínio do comportamento verbal, *S* não pode, no momento, igualar o sucesso preditivo de *C*, mas não foram bem sucedidas algumas tentativas de mostrar que os fenômenos citados acima em apoio a *C* são inconsistentes com *S* (cap. 1, seção 3).

Esta análise do conflito *S-C* ajuda a explicar por que ele não foi resolvido através de um aperfeiçoamento teórico e um programa experimental, e deixa claro que, dado o estado atual de desenvolvimento dessas teorias, apenas as considerações empíricas são insuficientes para resolvê-lo. Novas questões aparecem imediatamente. Podemos

fazer agora escolhas razoáveis entre *S* e *C*? Ou devemos esperar até algum momento futuro quando as teorias estiverem suficientemente articuladas teoricamente, e seus respectivos programas experimentais suficientemente avançados, que seus pontos de contradição possuam claras manifestações observacionais e preditivas, de modo que a referência à predição venha a ser capaz de resolver a questão definitivamente? Existem boas razões que levem em consideração outros fatores que o poder preditivo, para escolher uma das teorias? Se não, estamos agora presos a uma situação na qual é inteiramente arbitrário, uma questão de gosto ou de utilização efetiva das habilidades de alguém, qual das teorias escolher (se alguma delas)? Ou deveria o cientista reconhecer que agora estamos simplesmente fazendo a pesquisa que vai levar a uma eventual resolução empírica em favor de alguma sucessora de ambas *S* e *C*? Mas devemos também perguntar se há qualquer razão para acreditar que algum desenvolvimento teórico e experimental vai algum dia levar à situação na qual apenas a referência à predição possa resolver a questão entre *S*, *C* e suas sucessoras.

Estas são questões difíceis. Há pouca dúvida de que a tradição científica, com sua ênfase no caráter empírico e imparcial dos juízos científicos e na autonomia dos processos de pesquisa científica [Lacey 1998, 1999a], concluiria (pressupondo que nossa análise esteja correta) que devemos esperar o futuro para ter escolhas seguramente fundamentadas – mas nem *S* nem *C* fazem isso, e ambas citam a tradição científica para sua justificação. Vamos examinar as razões que realmente são dadas para escolher entre *S* e *C*, e estudar sua coerência e suas implicações. Como já dissemos, o conflito *S-C* não é apenas um desacordo sobre a confirmação de teorias, nem mesmo apenas sobre credenciais científicas. Esse conflito envolve muitos outros elementos, que vamos esboçar para vermos se eles estão por trás de uma escolha razoável, ou explicar a distância que separa as partes em disputa.

2. O conflito metateórico

A maior parte dos elementos associados com o conflito metateórico é bem conhecida. Por esta razão, vamos apenas esboçá-los brevemente aqui e resumi-los na Tabela 1 (na qual *S'* e *C'* indicam respectivamente as teses skinnerianas e chomskianas). Embora significativamente inter-

relacionados, os elementos em conflito se expressam convenientemente dizendo respeito ao objeto da psicologia, metodologia, estratégia de pesquisa, e atitude em face dos controles do comportamento.

Tabela 1. O conflito metateórico

	<i>S'</i>	<i>C'</i>
1. Objeto da psicologia	Comportamento: relações funcionais	Mente: estruturas mentais
2. Metodologia		
(a) conceitos	observacionais, induti- vamente fundamentados, físicalistas	o mesmo, + teóricos, mentalistas
(b) explicações	funcionais	predominantemente estruturais
(c) experimento	descobrir novos fenôme- nos, generalizações	testar hipóteses
(d) inferência	predominantemente indutiva	hipotético-dedutiva
(e) dados básicos	enunciados observacio- nais	o mesmo + relatos introspectivos
(f) confirmação	função de aplicação bem sucedida (controle)	função de adequação explicativa para fenômenos "natu- ralmente ocorridos"
3. Estratégia de pesquisa		
(a) ponto de partida	experimentos com comportamento animal	análise empírica de fenômenos lingüísti- cos comuns
(b) prioridades	estruturas secundárias de leis funcionais	investigação estrutu- ral como precondi- ção para a funcional
(c) localização de regularidades	a história do organismo individual	principalmente a classe dos seres humanos
4. Controle	controle do comporta- mento essencial para resolver problemas da sociedade	objeção geral ao controle do comportamento

Para *S'*, o *objeto principal da psicologia* é o comportamento e suas relações funcionais com variáveis de controle (predominantemente externas), enquanto que, para *C'*, é a mente, as estruturas e estados cognitivos e suas operações.

A respeito da *metodologia*, *S'* restringe severamente a classe das possíveis teorias explicativas. Enquanto que a explicação é alcançada quando o caráter nomológico do comportamento é revelado mostrando-se que ele é uma instância de uma generalização confirmada, as generalizações aceitáveis devem ser formuladas com um vocabulário puramente fisicalista e, mais restritivamente, um vocabulário que utilize apenas termos observacionais, termos indutivamente fundamentados (cap. 1, seção 2), tais como 'operante' e 'reforço', e termos definidos operacionalmente que se refiram principalmente a estados de privação e motivação. Está de acordo com isso que a inferência científica seja fundamentalmente indutiva, e que a explicação consista fundamentalmente em demonstrar que os comportamentos são função de variáveis que operam anteriormente (geralmente ambientais, as mais importantes sendo as contingências do reforço). A classe de dados básicos, a partir dos quais as generalizações podem ser obtidas indutivamente e as hipóteses confirmadas ou infirmadas, inclui relatórios de comportamento observado (muitas vezes, caracterizado em termos de efeitos ambientais e nunca em jargão intencional), e das frequências, durações, relações temporais e contextos de ocorrência de tal comportamento. Os fenômenos comportamentais observados em contextos de laboratório são de importância especial. Finalmente, *S'* sugere que a aceitabilidade de uma teoria depende da gama de áreas de controle bem sucedido produzidas pela teoria (cap. 3).

A todos estes respeito, *C'* está em conflito. Para *C'*, não há uma restrição prévia sobre o vocabulário no qual as generalizações possam ser formuladas. Os termos mentalistas, intencionais, e outros termos "teóricos" que se refiram a estruturas inobserváveis podem ser utilizados se aumentarem o poder explicativo. A explicação é predominantemente estrutural, com o comportamento concebido como uma manifestação das estruturas mentais e, conseqüentemente, a inferência científica sendo fundamentalmente hipotético-dedutiva. Em geral, os expe-

rimentos são realizados para testar hipóteses teóricas, ao invés de serem ocasiões para descobrir novos fenômenos ou produzir indutivamente novas hipóteses. A classe dos dados fundamentais inclui relatos introspectivos, sendo de especial importância aqueles sobre as “intuições gramaticais” de uma pessoa, e o forte contingente de dados disponíveis a partir de uma observação naturalista não é de menor importância que os dados experimentais, e uma teoria aceitável deve ser capaz de dar conta deles. Assim, por exemplo, uma teoria do comportamento verbal não é uma séria candidata a aceitação a não ser que se possa sustentar sua capacidade de dar conta de fatos complexos sobre a estrutura e a aquisição da linguagem natural.

Há também algumas diferenças a respeito da *estratégia de pesquisa*. Para *S'*, o ponto de partida adequado é o estudo experimental do comportamento animal, no qual o número de variáveis operativas é relativamente pequeno. Assim, pode-se trabalhar a partir do simples para o mais complexo, com fenômenos humanos naturalmente ocorridos como um possível ponto alto da investigação. A prioridade na pesquisa é a descoberta de leis funcionais, sendo a estrutura concebida como uma consequência da atuação de leis funcionais. Deve-se buscar regularidades no comportamento do organismo individual. Logo, os experimentos que resultam de um registro cumulativo da interação de um organismo individual com o ambiente são paradigmáticos. Ao contrário, para *C'*, o ponto de partida adequado é o estudo empírico dos fenômenos lingüísticos que ocorrem ordinariamente, de modo que, a partir dos aspectos discerníveis por essa via, pode-se procurar identificar as características que um mecanismo deve possuir para produzir tal fenômeno. A descoberta de estruturas e de como elas se desenvolvem e atuam é fundamental. A descoberta prévia de estruturas é necessária mesmo para a formulação de leis funcionais adequadas. No caso da linguagem, uma teoria do desempenho pressupõe a existência anterior de uma teoria da competência. Já que se buscam as regularidades estruturais da mente, os experimentos com um indivíduo são de pouco interesse.

Dados esses conjuntos de teses de forma geral opostas, é claro que a aceitação do conjunto de *S'* vai envolver a rejeição de *C*, e que a aceitação de *C'* vai envolver a rejeição de *S*. *S'* não implica *S* (cap. 7).

Contudo, a escolha entre teorias compatíveis com S' pode ser feita, em princípio, com referência apenas a seus respectivos poderes preditivos. O mesmo pode ser dito de C e C' . Se S e C forem as únicas alternativas disponíveis, na medida em que há razões para aceitar um ou o outro daqueles conjuntos, haverá razões para aceitar S ou C . (Se elas não forem, as alternativas precisam ser submetidas ao mesmo tipo de análise apresentada aqui a respeito de S e C .)

Como dissemos, não são óbvios os tipos de razões que apoiariam um conjunto ao invés do outro, ou mesmo talvez que haja uma unidade interna dos respectivos conjuntos. O quarto ponto de conflito, a respeito do *controle*, sugere qual seria a fonte de uma unidade interna. Skinner (1971) insiste que é preciso aplicar as teorias psicológicas, tendo sugerido que controles comportamentais mais amplos são necessários para resolver a maior parte dos problemas sociais contemporâneos. Chomsky (1973) argumenta que, em geral, o controle do comportamento é ilegítimo. Vamos examinar agora as bases de um argumento (em linhas gerais, no espírito de C') contra a legitimidade geral do controle. (O argumento é apresentado de maneira mais longa no capítulo 3, e desempenha um importante papel em Schwartz *et al.* 1978, onde um conteúdo específico é dado ao argumento abstrato.)

Conseguir o controle sobre o comportamento de uma pessoa, através da aplicação deliberada de leis empíricas conhecidas, estabelece apenas que, na situação dada, o comportamento da pessoa está sob o controle dos fatores ambientais manipulados, mas não que todos os comportamentos da pessoa, em quaisquer situações, sejam controlados por tais fatores. Se há alguns ambientes nos quais o controle é total e outros nos quais ele não é, qual é a diferença entre eles? Pode-se sugerir que, a menos que seja condicionado de formas especiais pelo ambiente, o comportamento de uma pessoa é, em grande medida, uma consequência de *processos* que expressam seu próprio planejamento inteligente e racional. Em um ambiente no qual o controle é total, tais processos podem simplesmente ter sido eliminados, ou a gama de opções disponíveis para deliberação pode ter sido de tal forma reduzida que a determinação ambiental é completa. Essa possibilidade não é implausível; a maior parte dos sucessos de aplicação da análise do comportamento se deu em tais ambientes restritos, como hospitais psiquiátricos,

prisões e salas de aula [cf. Schwartz e Lacey 1982, cap. 8]. Certas limitações do ambiente podem restringir ou eliminar a atuação daqueles processos humanos que associamos à criatividade, à racionalidade e à liberdade. Se essa idéia for correta, então alguma coisa essencial à natureza humana está faltando nos ambientes controlados. É por isso que, de maneira geral, o controle carece de legitimidade; consegui-lo sistematicamente pode produzir a diminuição daquilo que há de humano.

Skinner teria pouca paciência com esse argumento. Ele sustenta que praticamente todo comportamento humano, não importando em que ambiente ele ocorra, está inteiramente – no sentido relevante (cap. 3) – sob o controle de fatores ambientais, sendo que nem todos eles precisam ser atuantes no ambiente imediato (Lacey e Rachlin 1978). De forma geral, ignoramos a maior parte das variáveis ambientais das quais é função um comportamento particular. Quando estendemos o controle deliberadamente a um comportamento, conhecemos e manipulamos as variáveis relevantes. Essa é a única diferença entre o ambiente natural e o ambiente controlado. Em ambos, os comportamentos possuem o mesmo caráter, e ocorrem de acordo com as mesmas leis. O repertório comportamental pode ser diferente no ambiente controlado, mas nada de fundamental à natureza humana foi eliminado.

No vai e vem desses argumentos e contra-argumentos, as diferentes avaliações recorrem a diferentes *concepções da natureza humana*. Pensamos que isso seja inevitável. A legitimidade geral dos controles comportamentais não é independente de como a natureza humana é concebida. Somos levados imediatamente à idéia de que o centro da disputa diz respeito a todos os seus elementos se encontra nas diferentes concepções da natureza humana (cf. Bandura 1974, p. 863). Por uma concepção da natureza humana queremos dizer um relato geral sobre a natureza dos seres humanos, que possui implicações para a natureza da ação humana e as categorias adequadas para explicar a ação, sobre o conhecimento e as formas de chegar a conhecer, sobre a realização humana e as formas de alcançá-la, e sobre o relacionamento dos seres humanos com o mundo físico e social.

3. Concepções da natureza humana

Para mostrar como as diferentes concepções da natureza humana con-

duzem aos respectivos conjuntos de teses, vamos pressupor que ambas as partes compartilham o objetivo de chegar a um entendimento do comportamento humano. Entender, além de tudo mais que possa envolver, inclui a descoberta das relações funcionais entre o comportamento e as diversas variáveis antecedentes. Ambas as partes concordam que os eventos e estados *internos do organismo* desempenham certo papel nas cadeias causais que produzem o comportamento. Além disso, nada de fundamental se prende ao fato de serem estes eventos chamados mentais ou não. Ambas as partes são materialistas. Ambas assumem que tais eventos e estados possuem uma base fisiológica, mas seu relacionamento com a base fisiológica pode ser deixada em aberto, porque há um nível autônomo no qual o comportamento pode ser revelado como nomológico, e que não pressupõe uma redução fisiológica (Fodor 1975). Aqui, as diferenças começam a aparecer. Vamos procurar apresentar o mais claramente possível *as principais diferenças* (resumidas na Tabela 2), que dizem respeito a duas questões inter-relacionadas: *o papel do ambiente e a natureza dos eventos e estados internos*.

Tabela 2. Concepções da natureza humana

	<i>S'</i>	<i>C'</i>
(a) Papel do ambiente	Variável de controle predominante	Uma influência, secundária em relação a fatores internos
(b) Eventos internos	Apenas mediadores	Análogos a estados de uma máquina de Turing
(c) Especificidade dos humanos	Os humanos diferem dos animais em complexidade	Leis diferentes controlam as atividades distintivamente humanas
(d) Liberdade	Todo comportamento é controlado	Os humanos são centros independentes de ação
(e) Criatividade	Aleatória	Condicionada por regras

De acordo com *S'*, o comportamento está sob o controle de fatores externos, predominantemente ambientais. Uma pessoa é “um *locus*, um ponto no qual diversas condições genéticas e ambientais se reúnem em um esforço conjunto” (Skinner 1974, p. 168). Mais precisamente, os comportamentos são produzidos de acordo com leis, ou regularidades

nas quais as variáveis comportamentais estão relacionadas com variáveis externas (ambientais e genéticas); no caso dos comportamentos aprendidos (por exemplo, a fala), apenas a variáveis ambientais. Dito de outro modo, o caráter nomológico do comportamento pode ser identificado em seu relacionamento com fatores externos. De acordo com essa concepção, os eventos internos são meramente mediadores entre a ação de fatores externos e os comportamentos; no caso dos comportamentos aprendidos, entre a ação dos fatores ambientais e os comportamentos. Nas cadeias causais que produzem o comportamento, os eventos internos não são independentes da perspectiva do organismo. Isso significa: (i) Para qualquer evento interno em uma tal cadeia causal, há um elemento anterior da cadeia que é um fator externo, de modo que, embora os eventos internos atuem nas cadeias causais que produzem o comportamento, todo o comportamento é uma consequência de fatores externos. (ii) No caso do comportamento aprendido, há um tal elemento anterior que é um fator ambiental. (Cf. cap. 3 para um tratamento mais detalhado.)

Para C' , por outro lado, o comportamento é uma manifestação de estruturas mentais ou cognitivas, e principalmente causado por sua atuação. Isso implica que, enquanto que o comportamento é inexplicável sem referência à influência ambiental, há comportamentos, inclusive comportamentos aprendidos, cujo caráter nomológico não pode ser identificado em seu relacionamento com fatores ambientais. Mais precisamente, certos comportamentos aprendidos são tais que não existem leis às quais eles estejam subsumidos e que os relacionem apenas com fatores ambientais. Seu caráter nomológico deriva de seu relacionamento com fatores internos.³ Além disso, os eventos internos (cogniti-

³ Cf. "(...) as regularidades no comportamento lingüístico podem ser apreendidas apenas por teorias que reconheçam processos mentais elaborados e complicados da parte do falante-ouvinte" (Fodor, Bever e Garrett 1974, p. xv). "Contudo, a proposição de que uma criança extrapola uma gramática a partir de um pequeno número de casos é um desafio muito maior: não há nenhum parâmetro físico óbvio de qualquer conjunto conhecido de sentenças que possa prever as outras sentenças que poderiam ocorrer. Ao contrário, o cálculo que define o espaço de sentenças envolve dispositivos formais que

vos) apresentam uma autonomia significativa com respeito ao ambiente, uma autonomia que subjaz à auto-determinação que muitas vezes marca a ação humana. A análise precisa dessa autonomia depende de variação de interpretação.

A interpretação é auxiliada ao se indicar que os fatores internos, que são necessários para o caráter nomológico de certos comportamentos, são freqüentemente comparados com os estados internos de uma máquina de Turing (um autômato), e, de fato, realmente são concebidos em analogia com eles. Os estados de uma máquina de Turing não são inteiramente função das entradas [*inputs*]; geralmente, eles nem podem ser eliminados em favor de relações funcionais entre entradas e saídas [*outputs*], nem interpretados como produtos das relações passadas entre entradas e saídas, ou inferidos a partir do conhecimento completo delas. E, sem referência a eles, mesmo que conheçamos a história completa de entradas e saídas de uma máquina, em geral, nossa capacidade de prever saídas futuras fica significativamente prejudicada (Nelson 1969). A analogia é completa quando substituímos os “fatores ambientais” pelas “entradas,” e o “comportamento” pelas “saídas.”

À luz dessa analogia, é claro que a autonomia postulada por *C'* para os estados internos envolve pelo menos a negação de (ii) no enunciado de *S'* acima. Ao reconstituir a história causal de qualquer instância ativa de estado interno, esperaríamos encontrar um “estado inicial” que não estivesse precedido por um fator ambiental de modo relevante. A analogia não sugere a negação de (i), já que o estado inicial pode ser de origem genética. Uma alegação mais forte de autonomia sustentaria que certos comportamentos ocorrem porque uma pessoa está em determinados estados cognitivos que são largamente independentes de ocor-

não parecem possuir qualquer base física e, assim, possa ser atribuído apenas a estruturas na mente da criança” (Bever 1974, p. 149). Alguns teóricos de orientação neobehaviorista também reconhecem a necessidade de postular alguma estrutura interna, mas afirmam a suficiência de uma estrutura bastante simples que, de forma alguma, imita a complexidade da estrutura gramatical. Suppes (1975), por exemplo, postula a existência de “estados de condicionamento,” e demonstra seu poder explicativo de modo impressionante.

rências ambientais atuais.

Pensou-se algumas vezes que a principal diferença entre Chomsky e Skinner é que Chomsky afirma a existência de mecanismos inatos, e que Skinner a nega. Isso não é o caso, como Chomsky (1975) reconhece; e Skinner certamente concordaria com Quine: "(...) o behaviorista está sabida e alegremente envolvido até o pescoço com mecanismos inatos de prontidão para a aprendizagem. (...) As inclinações inatas e disposições são a pedra de toque do behaviorismo (...)” (Quine 1969, pp. 95–6). Há uma questão, contudo, a respeito da riqueza cognitiva do mecanismo inato, mas ela *deriva da* diferença a respeito da autonomia relativa dos estados cognitivos. Para *C'*, os estados cognitivos são relativamente autônomos; além disso, alguns de seus aspectos e causas (por exemplo, a internalização de universais lingüísticos) são inatos, mas o que exatamente esses aspectos e causas são, isso está para ser descoberto através da teorização e da investigação empírica concretas.

Uma vez que o caráter dos eventos internos é a chave para a controvérsia, será útil explorar um pouco a analogia acima, que Chomsky freqüentemente emprega, como, por exemplo, quando diz:

Deveríamos pelo menos analisar a relação da experiência com o comportamento em duas partes: primeiro, *TA* [teoria da aprendizagem], que relaciona a experiência com os estados cognitivos, e, segundo, um mecanismo, *M_{ec}*, que relaciona as condições estimulatórias com o comportamento, dado o estado cognitivo *EC*. (Chomsky 1975, p. 16.)

A idéia parece ser a seguinte. Em qualquer momento dado, podemos conceber uma pessoa como uma máquina de Turing com um certo número (obviamente, muito grande, embora finito) de estados (cognitivos) internos. Seu comportamento naquele momento será função de seu estado cognitivo ativo naquele momento e da estimulação [*input*] ambiental, como também será seu estado cognitivo ativo no próximo momento. Há leis (a serem descobertas) que relacionam os comportamentos com estados cognitivos e fatores ambientais, e os estados cognitivos com estados cognitivos e fatores ambientais. Há alguns comportamentos e alguns estados cognitivos ativos para os quais não há leis relacionando-os com fatores ambientais apenas, e alguns, talvez, para os quais as leis relevantes não envolvem nenhum fator ambiental que seja.

Além disso, os próprios estados cognitivos disponíveis de uma pessoa (os estados da máquina de Turing com a qual ela é comparada), em qualquer momento dado, são produto da experiência; eles são função de fatores ambientais e de outros estados que estão geneticamente determinados. Por exemplo, se o estado cognitivo representa a internalização de alguma regra gramatical do inglês, sua disponibilidade para uma pessoa é função de fatores ambientais tais como a fala que ela ouviu e as respostas de outros a suas próprias tentativas de falar e, de acordo com *C*, predominantemente, de certos estados inatos que representam os universais lingüísticos. É este tipo de retrato que subjaz à alegação de uma primazia causal dos estados cognitivos (não necessariamente conscientes) na produção do comportamento humano.

A analogia com a máquina de Turing é da maior importância. Ela sustenta um alegado mentalismo cientificamente respeitável, e relaxa a tensão entre o caráter nomológico do comportamento e a autodeterminação. Para alguns, não é apenas uma metáfora: os seres humanos são um tipo de máquina de Turing (Putnam 1964). Para outros, a linguagem que caracteriza os autômatos se torna a linguagem teórica da psicologia, a linguagem na qual os problemas da psicologia cognitiva são colocados, por exemplo, “sobre como uma pessoa codifica, retém, recebe e recupera informação da memória” (Anderson e Bower 1974, p. xi). Esta concepção foi desenvolvida em detalhe por Fodor, para quem “os processos mentais são processos computacionais” (Fodor 1975, pp. viii; *cf.* cap. 8, abaixo), e a tarefa da psicologia cognitiva é a de descobrir os detalhes do sistema representacional no qual as computações são realizadas (*cf.* Lacey e Rachlin 1978).

Do desacordo fundamental a respeito da natureza dos estados cognitivos e do papel do ambiente seguem-se algumas implicações importantes para as respectivas concepções da natureza humana, das quais podemos aqui apenas dar algumas indicações. Para *C'*, os seres humanos são únicos. As leis que governam os estados cognitivos, que são indispensáveis para explicarmos a atividade lingüística, racional, livre e criativa, não são operativas no comportamento animal; ao passo que, para *S'*, os mesmos tipos de leis governam o comportamento tanto dos animais quanto dos humanos, diferindo apenas no número e a complexidade das variáveis. Há também diferenças importantes entre elas a

respeito da liberdade e da criatividade. Sobre a liberdade, por exemplo, *S'* propõe que todo o comportamento humano está virtualmente sob controle externo. Os "comportamentos voluntários," embora não estejam inteiramente sob o controle de estímulos ambientais atuais, são controlados pelas contingências do reforço (Lacey 1975; 1979b). A liberdade individual é uma ilusão nascida da ignorância sobre as variáveis de controle (Skinner 1971). Ao contrário, *C'* sustenta que os seres humanos são centros independentes de ação. Seu comportamento é flexível: eles podem agir para superar os controles, de maneiras novas e apropriadas a novas situações, mesmo nos casos nos quais nenhum parâmetro observável relevante liga os comportamentos e situações novas com aquelas do passado.

4. O papel das concepções da natureza humana

É bem fácil ver como os dois conjuntos de metateses se seguem de suas respectivas concepções da natureza humana, de modo que não vamos tratar do assunto em detalhe. Já vimos como essas concepções subjazem às diferentes perspectivas sobre o controle. Consideremos agora o conflito a respeito do objeto da psicologia. Dada a concepção skinneriana, é patente que tal objeto deve ser definido em termos de relações funcionais entre comportamento e fatores externos, especialmente ambientais. Em princípio, uma tal ciência poderia fornecer um relato completo do comportamento, isto é, ela poderia abrigar um conjunto de leis suficiente para representar o caráter nomológico de todo comportamento. É evidente, do mesmo modo, dada a concepção de Chomsky, que uma tal ciência será necessariamente incompleta e superficial, e que os estados cognitivos serão o principal objeto de estudo. E, para dar apenas um exemplo mais, de acordo com *C'*, os estados internos são indispensáveis para discernirmos o caráter nomológico do comportamento. Conseqüentemente, um programa de investigação empírica, concebido para descobrir essas leis em algum momento, começará com a tentativa de descobrir os detalhes dos estados internos e suas inter-relações – a estrutura da mente. Além disso, ela dará prioridade a detalhes comuns a todas as pessoas – as capacidades mentais humanas. De tal sorte que qualquer pesquisa que investigue apenas as relações funcionais entre comportamento e fatores ambientais será taxada de

inconsequente. Do mesmo modo, dada S' , é natural iniciar a investigação das relações funcionais entre comportamento e fatores ambientais pelos organismos simples em situações simples e, uma vez que isso tenha produzido um programa de pesquisa progressivo, encarar quaisquer tentativas de levantar hipóteses a respeito de eventos internos como desnecessárias e fadadas ao insucesso.

De acordo com a análise aqui proposta, a metodologia se segue da ontologia. Isso é inteiramente apropriado. Assim, aquele aspecto da disputa que toma a forma de um questionamento das credenciais científicas da posição oposta (discutida no início deste capítulo) pode ser compreendido como um reflexo das diferentes concepções da natureza humana. Alguns poderiam argumentar que a concepção que Skinner tem da natureza humana foi moldada a partir de uma metodologia previamente aceita. Nossa idéia é que a defesa de uma metodologia requer a referência a uma ontologia; e também que os argumentos partindo da metodologia para chegar à ontologia são insustentáveis (*cf.* capítulo 3). É por isso que os argumentos baseados na análise da ciência, inclusive uma análise das virtudes científicas amplamente compartilhadas [os “valores cognitivos” – *cf.* Lacey 1998, cap. 3], tais como: simplicidade, coerência e abrangência [assim como a adequação empírica e o poder explicativo e preditivo], sem referência ao conteúdo ou à natureza do objeto de investigação, não apenas deixam de resolver o conflito (como o fazem os argumentos que apresentamos), mas também deixam de explicar a distância entre essas posições opostas.

Se nossa análise for correta, S e C podem ser defendidas recorrendo-se à concepção relevante da natureza humana. Lembremos que S' (e também C') não implica S (ou C). Ao contrário, S' (C') é incompatível com C (S), embora não, é claro, com sub-teorias de C (S) que se apliquem a domínios limitados. É possível existir uma outra teoria S_I (C_I), compatível com S' (C'), mas então a escolha entre S e S_I (ou C e C_I) pode provavelmente ser feita à luz de seu poder preditivo [ou com referência a outros valores cognitivos]. Isto é, dado S' (C'), para aceitar S (ou C), é *suficiente* que S (C) possua maior sucesso empírico [manifeste mais valores cognitivos] que $S_I, \dots, S_m$ ($C_I, \dots, C_p$), as alternativas propostas que estão em acordo com S' (C'). Deste modo, embora S (C) seja escolhida ao invés de $S_I, \dots, S_m$ ($C_I, \dots, C_p$), por causa de sua mai-

or [manifestação de valores cognitivos], a escolha de S (C) não é, por esse motivo, livre em relação a uma concepção da natureza humana. [Os valores cognitivos] são suficientes como critérios de escolha naqueles casos nos quais há *acordo* a respeito das concepções da natureza humana. Esses acordos, uma vez tornados comuns e amplamente compartilhados, podem mascarar fatores fundamentais sobre os quais as escolhas repousam.

Concluimos acima que a escolha entre teorias competidoras *pode* ser defendida com base em uma concepção da natureza humana. Além disso, sugerimos que as escolhas definitivas e bem ponderadas de Skinner e Chomsky (embora não necessariamente as escolhas que iniciaram seus programas) são feitas com tal base. Essa sugestão explica a coerência e a unidade interna dos respectivos conjuntos de metateses, concepções do controle, do que constitui a ciência autêntica, dos programas de pesquisa, e, portanto, do grande espaço que separa as duas posições. Nenhuma outra análise comparativa que conhecemos possui tal força explicativa. Nossa sugestão *não* é que, em última instância, a concepção da natureza humana seja o *único* fator envolvido na escolha entre S e C . A discussão começou pela questão a respeito de como escolher entre teorias, cada uma das quais é confirmada em certa medida, nenhuma sofre infirmação clara, e é parte de um programa de pesquisa aparentemente progressivo. É apenas dado que cada uma das teorias possui esse tipo de apoio empírico que surge a relevância das concepções da natureza humana. O apoio empírico é uma *condição necessária* para aceitar uma teoria, mas a referência exclusiva a ele é insuficiente para escolher entre teorias com as características atribuídas a S e C . Quando um conflito põe esses aspectos em evidência, outros fatores devem entrar em consideração; neste caso, as concepções da natureza humana.

Antes de prosseguirmos com as implicações desta conclusão, será útil discutir brevemente o que é “escolher” ou “aceitar” uma teoria como S ou C . Sustentamos que a aceitação de S (C) repousa na condição necessária de apoio empírico e na referência a uma concepção da natureza humana. À luz de nossa análise desse conflito, “aceitar S (C)” não pode significar “achar que S (C) é mais bem confirmada que C (S),” ou “achar que S (C) é mais bem confirmada que qualquer teoria

disponível,” uma vez que seus respectivos domínios de apoio empírico estão amplamente separados. Também não pode significar “achar que S (C) possui confirmação suficientemente alta para garantir uma crença.” E também não se pode apelar para o apoio empírico às concepções da natureza humana, S' e C' , pois, uma vez que estas são muito mais gerais que S e C respectivamente, elas têm menos apoio empírico que S ou C possam ter. A não ser que um apoio para S' ou C' possa ser obtido *a priori*, caso em que se poderia rejeitar uma teoria por ser ela inconsistente com a concepção verdadeira (e, que saibamos, ninguém alegou isso), parece que a “aceitação” neste contexto não pode ser reduzida a juízos de confirmação ou crenças justificadas sobre o valor veritativo. A aceitação, contudo, não está inteiramente desvinculada de tais juízos e crenças. Aceitar S (C) implica pelo menos achar que S (C) está suficientemente bem confirmada para justificar suas aplicações, e que S (C) é mais bem confirmada que as concorrentes compatíveis com S' (C'). A aceitação não está limitada à prontidão de aplicação; ela também envolve a decisão de trabalhar dentro do programa de pesquisa no qual S (C) toma parte. Na prática, isso envolve considerar as postulações fundamentais de S' (C') imunes à crítica imediata, para que os problemas de investigação (tanto experimentais quanto teóricos) sejam colocados, para que as categorias estáveis estejam disponíveis para a teorização de nível mais baixo, e para que se possa providenciar um contexto para a avaliação de hipóteses subsidiárias.

Assim, os elementos chave da aceitação são uma melhor confirmação que um certo número de alternativas, prontidão de aplicação (ou pelo menos a avaliação de que a teoria é suficientemente confirmada para que as aplicações sejam legítimas), e a decisão de trabalhar em um programa de pesquisa. Em grande medida, então, a aceitação é o compromisso de dedicar-se a um modo de atividade. Como qualquer outro compromisso de dedicar-se a uma atividade, a aceitação atende a certos propósitos. Como explicaremos abaixo, a articulação de tais propósitos resulta da concepção relevante de natureza humana. Tal explicação vai deixar claro que é razoável escolher entre as teorias sob

discussão com base em concepções da natureza humana.⁴

Relacionar a escolha de teorias com as concepções da natureza humana tem algumas implicações importantes e controvertidas, uma das quais é que a escolha de teorias está intimamente relacionada com os juízos de valor. Vamos tentar tornar isso mais exato. Acima, quando discutimos a questão do controle, ficou claro que os argumentos opostos a respeito da legitimidade geral do controle pressupunham diferentes concepções da natureza humana. Além disso, o argumento skinneriano pressupunha a concepção *S'* e o argumento oposto pressupunha a

⁴ [Ainda endossamos esta análise em substância, mas gostaríamos agora de colocá-la de modo um pouco diferente, menos sujeito a levantar a objeção de voluntarismo. Distinguimos agora entre dois momentos (lógicos) da escolha no interior das práticas científicas de pesquisa: a escolha da *estratégia* (o que *condiciona* a insistir nos tipos de teorias com que lidar temporariamente e explorar, depois, na investigação teórica e experimental, que tipos de dados *selecionar*) a adotar; a escolha da *teoria* a aceitar, na qual uma teoria é seguramente aceita se manifesta em grande medida os valores cognitivos *de um domínio específico de fenômenos* (Lacey 1998a; 1999). É a escolha da estratégia ("metateoria") que se baseia em uma concepção da natureza humana e do perfil de valores que ela ajuda a tornar inteligíveis. Aceitar uma teoria é achar que está bem demonstrado que ela manifesta valores cognitivos tais como a adequação empírica, o poder preditivo e um grande escopo preditivo de domínios identificados de fenômenos. (De forma razoável, adotar uma estratégia está também sujeito à condição de que ela seja profícua, que ela produza realmente e continue a produzir um grupo de teorias aceitas com segurança sobre um certo número de domínios de fenômenos.) Assim, adotar a estratégia definida por *S'* (*C'*) está propriamente influenciado pela concepção de Skinner (de Chomsky) da natureza humana e seus objetivos sociais associados. A fecundidade de *S'* (*C'*) está justificada pelo sucesso em confirmar a aplicação de princípios de *S* (*C*) a vários domínios (experimentais, ou aplicados, ou naturais) de fenômenos. Os domínios de fenômenos para os quais *S* e *C* são aceitos com segurança são hoje muito reduzidos. Contudo, o fato de que elas sejam aceitas com segurança em tais domínios não envolve nenhuma pressuposição de valor; trata-se de avaliações aceitas por todas as partes no conflito – embora seu "significado" e "importância" (como eles estão relacionados a fenômenos humanos característicos) permaneça em discussão.]

concepção *C'* ou uma concepção bastante próxima dela. Aqui vemos que a aceitação da teoria e alguns juízos de valor possuem a mesma fonte na concepção relevante da natureza humana. Com isso não queremos dizer que a aceitação e os juízos de valor, de fato, surjam, em primeiro lugar, derivados de uma concepção da natureza humana. Queremos dizer, ao invés disso, que as razões alegadas tanto para a justificação da aceitação quanto para os juízos de valor se referem à mesma concepção da natureza humana.

Concepções da natureza humana e juízos de valor

De onde vem uma concepção da natureza humana? Não alegamos possuir uma resposta definitiva para esta questão, mas apenas algumas sugestões. Não conhecemos quaisquer argumentos sólidos *a priori* em favor de qualquer concepção da natureza humana, embora certas concepções metafísicas gerais, por exemplo, determinismo ou fisicalismo, possam condicionar as opções. E nem se poderia alegar, pelo menos hoje, um forte apoio empírico para *S'*, *C'* ou qualquer outra candidata. Isso não quer dizer que, em princípio, a investigação empírica não pudesse conduzir a um forte apoio para uma ou outra das candidatas. Na medida em que sub-teorias *abrangentes* desenvolvidas no interior de um dos programas de pesquisa ganham forte apoio empírico, a concepção da natureza humana do pano de fundo de um tal programa também ganha apoio empírico. Contudo, *no momento*, isso não ajuda. Talvez a ligação que se encontra entre aceitação e os valores vá ajudar. Sem dúvida, ajudaria se tivéssemos acesso direto à verdade de certos juízos de valor. Então, poderíamos excluir qualquer concepção da natureza humana que não servisse para explicar esses fatos morais. Achamos que é mais plausível a sugestão de que existe uma interação entre as concepções da natureza humana e os juízos de valor. Não possuímos “intuições” morais provisórias. Elas são corrigidas, refinadas, unificadas, sistematizadas ao explorarmos as concepções da natureza humana que lhes poderiam conferir sentido, e talvez rejeitadas se aquela concepção a que se chega parecer estar sem um apoio empírico significativo. Deste modo, a concepção da natureza humana não é apenas a fonte (no sentido acima proposto) dos juízos de valor, mas, em parte, também uma consequência deles, assim como, em parte, ela pode ser uma

consequência de considerações empíricas (cf. cap. 9). Se esta análise for correta, *nos casos sob consideração*, a aceitação de uma teoria está mesclada de juízos de valor em um sentido bastante exato: a aceitação de uma teoria depende em parte de uma concepção da natureza humana que é também, em parte, a fonte e, em parte, uma consequência de juízos de valor.

Sustentamos que os valores são um componente chave na escolha de teorias na psicologia hoje. Muitos, que sustentam o estatuto científico da psicologia, poderiam concordar com isso, mas insistem que, em algum momento, uma escolha livre de valores da melhor teoria geral em psicologia vai ser possível, uma escolha que será feita inteiramente com base no relacionamento entre as teorias concorrentes e os dados empíricos. Em relação a isso, nossos argumentos dizem respeito apenas ao contexto de descoberta científica. Achamos que se é assim ou não, isso é uma questão amplamente empírica. Em primeiro lugar, à luz de nossas considerações gerais sobre a resolução dos conflitos científicos, acreditamos que não há nenhum argumento geral de que qualquer conflito possa, em algum momento, ser resolvido desta maneira. Segundo, o que tem que ser explicado por uma teoria em psicologia está constantemente mudando, em parte por causa das aplicações bem sucedidas de teorias psicológicas. Isto é, em parte, a aplicação de teorias psicológicas cria os fenômenos que as teorias devem explicar. Quanto mais extenso for o sucesso de aplicação, maior será o apoio confirmador manifesto da teoria aplicada. Mas esse apoio pode ser uma consequência não da superioridade dessa teoria, mas simplesmente do poder dos interesses que dirigem a aplicação. Assim, não está claro que possa um dia haver um mundo humano "neutro," no qual as alegações das teorias concorrentes possam ser "objetivamente" comparadas. Não há espaço neste capítulo para desenvolver esses argumentos mais detalhadamente (cf. cap. 8, seção 3).

Um dos grandes méritos dos escritos de Chomsky é que o relacionamento entre investigação científica e os compromissos valorativos torna-se explícito. Por exemplo, ao se referir aos "esforços racionalistas para estabelecer uma teoria da liberdade humana," ele diz: "Investigar, aprofundar e, se possível, fundamentar as ideias desenvolvidas nessa tradição pelos métodos da ciência é uma tarefa fundamental para

uma teoria social libertadora” (Chomsky 1975, p. 134; *cf.* Chomsky 1979, p. 3). De fato, Chomsky está perguntando: como vamos conceber os seres humanos se devemos maximizar a liberdade? Ele procura então construir um programa científico de pesquisa que possa concretizar essa concepção e lhe conferir apoio empírico. Ele procura a coerência entre a prática científica e os compromissos valorativos, rejeitando a participação em programas que, se a longo prazo bem sucedidos, confirmariam a concepção da natureza humana que é a fonte dos compromissos valorativos, e desenvolvendo um programa que, se a longo prazo bem sucedido, confirmaria sua concepção. O programa permanece sob condicionantes empíricos: ele não entra em choque com teorias bem confirmadas; ele não procura substituir a investigação empírica por opiniões éticas. Ao mesmo tempo, ele fornece uma perspectiva poderosa e coerente para criticar moral e politicamente as aplicações práticas das teorias de outros programas, e suas implicações morais e políticas.

Skinner também mostra estar ciente deste tipo de relacionamento entre a investigação científica e os compromissos valorativos. Ele sustenta que é fundamental que a ciência do comportamento desempenhe um papel preponderante se é para que nossa cultura sobreviva. Com efeito, ele pergunta (Skinner 1971; 1978, p. 112): como devemos conceber os seres humanos se a ciência do comportamento e a tecnologia dela derivada devem realmente resolver os problemas que ameaçam nossa sobrevivência? Ao propor que o controle é a medida da compreensão científica, ao invés de apenas um objetivo desejável, ele é conduzido a sua concepção da natureza humana e ao programa de pesquisa que ela torna inteligível, cujo sucesso, por sua vez, empresta apoio empírico a sua concepção (*cf.* cap. 3). Por trás da urgência e da simplicidade de concepção com a qual Skinner advoga o desenvolvimento de seu programa e a ampla aplicação de seus resultados está, deste modo, um forte impulso moral. Ao mesmo tempo, com base em sua concepção, ele critica incisivamente o discurso jurídico e moral da tradição liberal, compreendendo-o como um obstáculo político à implementação de controles necessários.

Tanto Chomsky quanto Skinner percebem claramente a distância que separa a concepção da natureza humana subjacente a nosso discurso normal, jurídico e moral (aquele, por exemplo, que se refere a “di-

reitos" e "liberdade") e aquele que subjaz à psicologia behaviorista. A mesma distância existe entre a concepção da natureza humana subjacente às categorias que utilizamos em explicações comuns das ações (intenções, razões, desejos, etc.) e aquela da psicologia behaviorista. Skinner afasta tais categorias de seu esquema conceitual. Pode-se dizer que Chomsky tenta mostrar a compatibilidade entre utilizá-las e o caráter normativo do comportamento. A resposta de Chomsky consiste em propor um novo programa de pesquisa científica; a de Skinner, em expor o que ele sustenta ser a falta de fundamento deste discurso. Ambas são consistentes. Ambas argumentam em nome da ciência, embora as propostas de cada uma delas envolvam compromissos valorativos. Suas respostas a "como vamos investigar os seres humanos cientificamente?" e "quando é legítimo aplicar uma teoria psicológica?" dependem de suas respostas a "que tipo de entidades são os seres humanos?" E isto está inevitavelmente interligado com a questão "como vamos interagir com outros seres humanos?"

Ao tentar responder de onde deriva uma concepção da natureza humana, ao invés de um ponto de partida único e epistemologicamente justificado, encontramos um conjunto de fatores que interagem, do qual o papel irreduzível do juízo humano não pode ser removido. Uma concepção da natureza humana pode ser compreendida como uma projeção de elementos chave de nossa interação com o mundo. Ela apela para fenômenos chave, fenômenos de importância capital para nós ou para a sociedade, que são tomados como comportamentos humanos paradigmáticos, e metáforas chave. Talvez seja por causa desse interrelacionamento com nossa prática que, às vezes, uma concepção da natureza humana pareça ser *a priori*, como inconcebível que ela mude assim como que mudem as formas fundamentais de nossa prática. E assim como há diferentes formas de prática, há diferentes concepções da natureza humana.

Consideremos *S'*. De acordo com ela, um controle deliberado e extenso não muda os seres humanos. Uma vez que os seres humanos são por natureza controlados, o controle significa apenas um reordenamento dos parâmetros de controle. Se isso parece absurdo, observemos aqueles muitos seres humanos, os trabalhadores que em suas atividades economicamente produtivas são obviamente controlados no mais das

vezes de acordo com contingências do reforço cuidadosamente estruturadas, que são reordenadas regularmente (Schwartz *et al.* 1978). Para *S'*, este é o comportamento humano paradigmático, paradigmático porque é geral. Todo comportamento deve então ser concebido nos termos desse paradigma, e descrito em termos dos princípios operativos no caso paradigmático. A metáfora chave associada a *S'* é então o local de trabalho moderno, e os fenômenos chave são os comportamentos nele. A concepção da natureza humana de *S'* é uma projeção das relações capitalistas.

É óbvio que esta análise pode ser encarada como uma crítica ou um elogio, dependendo da prática que se tenha. Quando é encarada como uma crítica, a questão não é que as “más origens” de uma teoria a tornam inaceitável, mas, ao invés disso, que a aceitação de uma teoria não é independente dos objetivos práticos a que ela serve. Chomsky (1973) sustentou que *S* deveria ser encarada como ideologia e não como ciência. Seu argumento é que, como uma teoria geral do comportamento humano, *S* não tem nem confirmação forte nem plausibilidade, e, conseqüentemente, que seu único apoio provém do serviço que ela presta aos controladores de nossa sociedade. De acordo com o relato que estamos apresentando, se essas críticas são bem fundamentadas ou não, elas não fazem com que *S* seja menos ciência. A teoria alternativa sob consideração recebe uma grande parte de seu apoio também da prática e dos valores com os quais ela está associada.

De acordo com *S'*, o controle não muda os seres humanos. *C'* responderia que ele realmente reduz o poder das pessoas, ou pelo menos a oportunidade, de agir racional e criativamente, de planejar, de determinar seus próprios objetivos e de se comunicar. Para *C'*, estes são fenômenos humanos chave, os paradigmas projetados na concepção da natureza humana. “Uma psicologia séria estaria preocupada fundamentalmente com os domínios nos quais os seres humanos se sobressaem, nos quais suas capacidades são excepcionais” (Chomsky 1979, p. 51). Do ponto de vista de *S'*, estas são apenas anomalias comuns,⁵ casos

⁵ Estes fenômenos, com certeza, são essenciais para a própria prática dos behavioristas ao desenvolverem seus programas de pesquisa e planejarem

bastante complexos que serão acomodados com o desenvolvimento da teoria. Para *C'*, eles são a fonte na qual os princípios do comportamento humano devem ser descobertos. Para *S'*, o paradigmático é o geral; para *C'*, é o característico, aquilo que é mais distintivo dos seres humanos; e uma sociedade, que ainda não existe e que promova isso em seu máximo, deve ser criada. Enquanto o operário de fábrica se torna, de fato, o centro de interesse para *S*, o anarquista – o símbolo do potencial humano ainda não realizado – é isso para *C*. Assim, é irônico que o autômato, que rapidamente ganhou mais importância no local de trabalho, tenha se tornado uma metáfora chave nas teorias produzidas por *C'* (cf. cap. 8).

* * *

Em suma, aceitamos (aplicamos, nos engajamos em um programa de pesquisa do qual ela é parte) uma das teorias sob exame em parte por causa de sua relação com uma concepção da natureza humana (sujeita à condição necessária de que ela possua o tipo de apoio empírico acima discutido). Uma concepção da natureza humana, por sua vez, está parcialmente apoiada pela coerência, unidade e sentido que ela confere aos juízos valorativos de alguém. Assim, podemos conceber a aceitação de uma das teorias como adesão a um programa que, se bem sucedido a longo prazo, vai produzir apoio empírico para a concepção na qual repousam os valores de alguém (e talvez também as instituições da sociedade). Desde que o programa seja progressivo (Lakatos 1978), na ausência de argumentos decisivos envolvendo confirmação comparativa e valor veritativo, isso parece uma base inteiramente razoável para a escolha entre as teorias. E a sugestão de que a escolha tenha sido feita em tal base confere sentido a todas as dimensões do conflito que foi aqui relatado.⁶

aplicações de teorias confirmadas. Assim, seu próprio comportamento é no momento anômalo (cf. caps. 5 a 7).

⁶ Objetou-se a esta análise que, enquanto apreendemos adequadamente as razões de Skinner e de Chomsky para suas escolhas, que há outras razões para escolher *S* ou *C* que não envolvem valores. Concordamos que há outras razões: objetivos práticos, apoio à pesquisa prontamente disponível, a influ-

Se nossa análise explica a distância entre o behaviorismo e o cognitivismo, ela não oferece uma solução para o conflito. Analisamos as razões para as respectivas escolhas. Ao fazer isso, não queremos dizer que uma razão é tão boa quanto a outra. Simplesmente, não tratamos da questão sobre que conjunto de razões é melhor. Ao explorar toda a gama de questões que entram nas respectivas escolhas, aumentaram as possibilidades de encontrar um terreno comum no qual o conflito possa ser resolvido. No mínimo, nossos argumentos mostraram a inadequação da idéia de que apenas as considerações empíricas concorrem para as escolhas racionais de teorias. É compatível com nossos argumentos que o conflito seja razoavelmente resolvido por antecipação às soluções empíricas decisivas ou em seu lugar, de maneira que, na ausência de soluções empíricas decisivas, as pessoas razoáveis não precisem ser levadas a conservar as duas opções até que haja tal solução empírica.

ência de um professor, um especial interesse em um campo estritamente definido, etc. Contudo, diríamos que, e para isso não há espaço aqui, tais razões podem em geral ser alegadas apenas para a adesão a um programa de pesquisa já definido e em curso. Para dar sentido aos programas, devemos analisar as escolhas daqueles que os formularam.

CAPÍTULO 3

SKINNER SOBRE A PREDIÇÃO E O CONTROLE DO COMPORTAMENTO

A fórmula ‘a *predição e o controle* do comportamento’ é frequentemente utilizada para caracterizar o objetivo da psicologia. Raramente ela é elaborada. Ela serve como uma declaração de rejeição do mentalismo. Talvez ela seja raramente elaborada porque poucas vezes seja posta em questão. Mesmo aqueles que se opõem às reduções da mente e utilizam termos mentalistas em suas teorias tendem a reverenciá-la, aceitando que suas teorias devam ser testadas com respeito a seu sucesso enquanto instrumentos para a predição e o controle do comportamento (“behaviorismo metodológico,” cf. cap. 1, seção 1). Parece óbvio que a predição e o controle do comportamento sejam um objetivo neutro, um guardião da objetividade, compatível com as teorias que incorporam qualquer concepção da natureza dos seres humanos.

Embora ninguém esteja disposto a negar que o desenvolvimento da ciência leve a uma predição e um controle maiores, em contrapartida, pode-se duvidar que seja apropriado caracterizar o objetivo da psicologia em termos de predição e controle do comportamento. Talvez estes, uma vez obtidos, deveriam ser concebidos como consequências – cujo valor geral pode ser questionado – de ter alcançado o objetivo da psicologia. Por que não caracterizar o objetivo da psicologia em termos de *entendimento e explicação* do comportamento humano?¹ Alguns poderiam objetar que isto é apenas uma questão semântica e que, de fato, as duas caracterizações resultam na mesma coisa. Se é assim, não é óbvio. O problema da relação entre entendimento e predição e controle é assunto para investigação.

¹ Por que caracterizá-lo em termos do comportamento ao invés de em termos da mente? Não achamos que haja qualquer razão geral válida contra uma caracterização tal como: “A psicologia tem como preocupação fundamental as faculdades da mente envolvidas na capacidade cognitiva” (Chomsky 1975, p. 38). Cf. cap. 2, seções 2 e 3.

De acordo com Skinner, a predição e o controle do comportamento são critérios em relação aos quais são testadas as alegações de um entendimento dos seres humanos. Ele diz:

Se tivéssemos alcançado um entendimento científico verdadeiro do homem, seríamos capazes de provar isso na predição e no controle reais de seu comportamento. (Skinner 1972, p. 259.)

A ênfase de Skinner está no controle. Por ter deixado de produzir mecanismos de controle, até o momento, a psicologia deixou de produzir o tipo de entendimento que é característico das ciências mais estabelecidas:

Mas falta uma tecnologia do comportamento, comparável em poder e precisão à tecnologia física e biológica... Essa é a distância que nos separa do "entendimento das questões humanas" no sentido em que a física e a biologia entendem seus campos. (Skinner 1971, p. 5.)

Em passagens como estas, Skinner parece sugerir que servir de base para uma tecnologia, ou originar mecanismos de controle, é a característica essencial do entendimento científico, ou pelo menos a medida em relação à qual comparamos as alegações de teorias concorrentes (Skinner 1971, p. 160). Ele enfatiza que essa alegação de superioridade científica de seu programa sobre outros programas teóricos em psicologia repousa sobre a tecnologia comportamental que ele já tinha produzido. Quaisquer que sejam os méritos dessa alegação, o apelo do programa de Skinner (não tanto na psicologia acadêmica, mas em instituições como escolas, hospitais psiquiátricos e prisões) advém da existência da tecnologia comportamental que ele criou ou aperfeiçoou. (Essa tecnologia foi aplicada de maneira útil e bem sucedida, e muitos acham que sua promessa se estende para muito além dos sucessos presentes.)

Skinner reconhece que os programas que pretendem estudar os estados mentais possuem uma relevância potencial no que diz respeito à predição do comportamento, mas ele os rejeita como algo seriamente científico por causa da sua irrelevância para o controle:

As atitudes, opiniões, ou inteligência, como estados inferidos a partir do comportamento, também são inúteis no controle, mas eles nos permitem prever um tipo de comportamento a partir de outro tipo

que se sabe estar associado a ele, presumivelmente em virtude de uma causa comum. (Skinner 1974, p. 209.)

Skinner inverte a ênfase usual, que é sobre a predição, sendo o controle não mais que uma consequência menor; para ele, o importante é o controle.

‘Entender’ tem muitos sentidos [Lacey 1998a, cap. 1; 1999, cap. 5]. Diz-se que se entende um comportamento ou uma ação particular quando se pode explicá-la. Sustenta-se freqüentemente que uma explicação adequada fornece informação sobre o tipo de processo que produziu o comportamento, e as leis ou regras de acordo com as quais ele opera. Uma explicação mais completa também daria informação sobre os pontos específicos do processo, ou os valores e as variáveis das leis operativas. Também se diz que uma teoria mostra entender o comportamento humano. *Em certo sentido*, isso diz respeito a uma completude do poder explicativo. O entendimento expresso em uma teoria é adequado na medida em que pode explicar todos os comportamentos em todas as circunstâncias, inclusive as circunstâncias ainda não realizadas – uma vez que não há razão para acreditar que as capacidades potenciais da natureza humana estejam limitadas aos comportamentos que apareceram nas circunstâncias dominantes até aqui. Falta tal entendimento na medida em que a teoria deixa de explicar certas classes de comportamento em certas circunstâncias. *Em outro sentido*, o entendimento expresso em uma teoria é o que torna possível e explica os procedimentos de controle ou as aplicações tecnológicas. Os dois sentidos não precisam ser opostos; e nem precisam estar de acordo um com o outro. Uma teoria pode oferecer um entendimento superior em um desses sentidos, mas não no outro.

Ambos esses sentidos de ‘entender’ foram associados ao empreendimento da ciência. Argumentou-se que o segundo sentido possui prioridade com base no fato de que a ciência recebe sua justificação, ou pelo menos sua credibilidade social, de suas aplicações práticas. Mencionamos isso não para concordar ou discordar, mas para esclarecer a tese sob exame. Parece-nos que Skinner, nas passagens citadas, e onde ele nega a respeito de seu behaviorismo que “ele se limite à predição e ao controle do comportamento e deixe escapar a natureza essencial do ser do homem” (Skinner 1974, p. 4; cf. pp. 225–6), propõe que o con-

trole (e a predição) sejam o critério do entendimento científico (ou teórico) no primeiro sentido. Vamos utilizar 'entender', a respeito de uma teoria, apenas no primeiro sentido. Isto é, o critério da dimensão do entendimento científico expresso em uma teoria é a completude de seu poder explicativo. A questão a ser colocada é se criar o potencial para os controles é uma medida adequada do entendimento científico.

Vamos sustentar que a predição e o controle do comportamento não são critérios objetivos e neutros do entendimento científico dos seres humanos; ao invés disso, a força da alegação de que eles sejam tais critérios repousa na pressuposição de que a concepção de Skinner da natureza humana é correta. É preciso observar que nossa conclusão não é unicamente que a unidade, a coerência e a totalidade do pensamento de Skinner repouse em sua concepção da natureza humana. Ela é que o apelo à predição e ao controle do comportamento como critérios do sucesso teórico em psicologia repousa nesta concepção. As formulações elaboradas de Skinner apreendem, assim, as pressuposições de um corpo de pesquisa importante fora de seu próprio programa. Nossa preocupação vai ser fundamentalmente com a alegação geral, mas muitas vezes vai ser difícil discuti-la independentemente da outra alegação de Skinner, de que esses critérios mostram que seu programa é superior.

1. A concepção de Skinner da natureza humana

Sem tentar apresentar um relato completo da concepção de Skinner da natureza humana [*cf.* nossa comparação dela com a concepção de Chomsky no capítulo 2, acima, seção 3], os pontos a seguir bastariam para pôr em evidência os aspectos dessa concepção que são fundamentais para o presente argumento. De acordo com ela, um ser humano é "um mediador entre a história passada e o comportamento presente." Ele não é "um *centro* a partir do qual emana o comportamento." Os seres humanos não iniciam, originam, criam; eles não são autônomos (Skinner 1971, p. 14).

Uma teoria apropriada (...) deve abolir a concepção do indivíduo como um operador, como um originador de ação (Skinner 1972, p. 308).

(...) o agente autônomo ao qual tradicionalmente o comportamento foi atribuído é substituído pelo ambiente (Skinner 1971, p. 205).

Uma pessoa não é um agente criador; ela é um lugar, um ponto no qual diversas condições genéticas e ambientais se reúnem em um esforço conjunto (Skinner 1974, p. 168).

Uma análise científica deve (...) assumir que o comportamento de uma pessoa é controlado por suas histórias genética e ambiental, ao invés de ser pela própria pessoa como um agente iniciador e criativo (Skinner 1974, p. 189).

Há três aspectos dessa concepção da natureza humana que precisam ser distinguidos. (1) O comportamento humano é inteiramente determinado por condições genéticas e ambientais. (2) Os seres humanos são apenas um lugar para a ação dessas variáveis. (3) As variáveis ambientais predominam. Vamos tentar esclarecer esses três aspectos.

A existência de controle ou determinação, para Skinner, é demonstrada pela confirmação de leis funcionais relevantes. Por exemplo, quando ele diz que certo comportamento b está sob o controle de uma condição ambiental e , ele quer dizer que existe uma lei funcional $B=f(E)$, na qual os valores de B são comportamentos de uma classe especificada, e os valores de E são eventos ambientais, estados ou condições de uma classe especificada, e, nas circunstâncias predominantes, e (um membro de E) ocorreu e estava relacionado com b (um elemento de B) de acordo com a relação expressa por f . As leis funcionais desse tipo também podem ser formuladas como generalizações da seguinte forma. "Sempre que E nas circunstâncias C , então B (ou aumenta a probabilidade de ocorrência de um B).". É claro que C pode incorporar outros fatores ambientais. Os fatores ambientais não precisam estar presentes na ocasião imediata da produção de um B ; eles incluem, por exemplo, relações passadas entre comportamentos e eventos ambientais.

A confirmação de uma tal lei requer pelo menos a observação das relações relevantes existentes no caso de diversos pares $\{b_i, e_i\}$. Além disso, a própria existência de uma tal lei requer a existência de diversos pares relevantes, pois concebe-se que as leis expressam regularidades, e não há qualquer regularidade que possa ser expressa quando há apenas

uma instância de uma possível lei. A possível lei com apenas uma instância seria chamada de uma "lei" *trivial*. Na discussão abaixo, vamos desconsiderar todas as complicações que surgem da classificação do comportamento e o fato de que as leis são probabilísticas.

A concepção de Skinner não implica que não haja quaisquer estados internos ou mentais, mas ela implica algo sobre sua natureza [cf. cap. 1, seção 2]. Eles atuam nas cadeias causais das quais o comportamento é produto, mas são apenas mediadores entre as variáveis externas (ambientais e genéticas) e os comportamentos.

O aspecto (1) pode ser explicado da seguinte maneira: considera-se que cada comportamento é o produto da ocorrência de um número finito de fatores, alguns dos quais, no caso geral, são fatores ambientais, alguns dos quais são eventos internos. Isso, por sua vez, para Skinner, significa que cada comportamento é produzido de acordo com leis do seguinte tipo:

sempre que $E_1, E_2, \dots, E_k, I_1, \dots, I_m$, então B ,

onde E_i representa uma variável cujos valores são fatores ambientais, I_j representa uma variável cujos valores são estados ou eventos internos, e k e m são números finitos (inclusive zero). No caso em que $m \neq 0$, cada I_j é de um tipo específico; é uma função de um número finito de variáveis, algumas das quais são ambientais, algumas internas, algumas genéticas, de acordo com uma lei da seguinte forma:

sempre que $E_{j1}, \dots, I_{j1}, \dots, G_{j1}, \dots$, então I_j ,

onde o número de variáveis em cada grupo é finito, mas pode ser zero. Mais uma vez, no caso em que o número de variáveis internas não é zero, cada uma delas é função de variáveis semelhantes, de acordo com:

sempre que $E_{j1}, \dots, I_{j1}, \dots, G_{j1}, \dots$, então I_{ji} .

A seqüência de funções continua para cada variável interna até que uma função seja obtida, na qual as variáveis internas apareçam apenas como funções de E s e G s. O aspecto (1) é a tese de que, para cada variável interna, a seqüência acaba terminando. Ou seja, a cadeia causal na qual atuam os eventos internos pode ser reconstituída *via* uma se-

qüência finita de leis funcionais até o ponto em que os elos da cadeia sejam apenas eventos ambientais e estados geneticamente produzidos. Assim, as origens causais do comportamento residem, em última instância, em condições ambientais e genéticas.

O aspecto (2) pode ser explicado da seguinte maneira. Todos os comportamentos são produzidos de acordo com leis (não-triviais) do tipo:

sempre que $E_1, \dots, E_m, G_1, \dots, G_k$, então B ,

onde os E s representam variáveis cujos valores são fatores ambientais, os G s são variáveis genéticas, e m e k são números finitos, podendo ser zero.

É importante dar-se conta de que (1) não acarreta (2). Isto pode ser mostrado muito facilmente. Suponhamos que um comportamento particular b seja explicado como produto da ocorrência de um evento ambiental e_1 , e um evento interno i_1 , com referência à lei (não-trivial):

(a) sempre que E_1 e I_1 , então B .

Suponhamos que i_1 seja o produto de um evento ambiental e_2 de acordo com a lei não-trivial:

(b) sempre que E_2 , então I_1 .

(a) e (b), certamente, em conjunto, acarretam:

(c) sempre que E_1, E_2 , então B .

Contudo, o fato de que (a) e (b) representem leis (não-triviais) não acarreta que (c) não seja uma "lei" trivial. Para vermos isso, notemos que pode haver instâncias de I_1 produzidas por instâncias de E_3 , de acordo com a lei (não-trivial):

(d) sempre que E_3 , então I_1 .

Além disso, pode ser o caso que certas instâncias de I_1 que tenham atuado na produção de B s em todas as outras instâncias, exceto a atual, sejam I s produzidos de acordo com (d). (De acordo com as pressuposições desse argumento, algumas instâncias anteriores de I_1 foram produzidas por instâncias de E_2 , mas estas não precisam ter sido associa-

das com instâncias de E_1 , para produzir uma instância de B .) Se este for o caso, embora (c) seja um enunciado geral verdadeiro, é uma "lei" *trivial*.

O argumento mostra que é possível que exista uma regularidade envolvendo uma classe de comportamentos e uma classe de eventos internos (isto é, uma associação realmente repetida de comportamentos e eventos internos das respectivas classes), e uma regularidade envolvendo a classe dos eventos internos e classes de eventos ambientais, mas que não existe uma regularidade envolvendo as classes de comportamentos e de eventos ambientais. Claramente, esse argumento pode ser generalizado de uma maneira que é óbvia e relevante para a situação na qual os comportamentos e os eventos internos estão relacionados com fatores tanto genéticos quanto ambientais. Também é claro que essa possibilidade se torna mais provável de acontecer realmente na medida em que aumenta o número de variáveis nas leis.

Segue-se do argumento que (2) é uma alegação mais forte que (1). Da tese de que o comportamento está sob o controle de condições ambientais e genéticas, não se segue que existam leis (não-triviais) que expressem todos os comportamentos como funções de variáveis ambientais e genéticas. Skinner está certamente comprometido com (2). Ele diz, por exemplo, expressando uma concepção metodológica (e não uma conclusão derivada da descoberta de tipos relevantes de leis funcionais):

Não podemos dar conta do comportamento de qualquer sistema enquanto estivermos inteiramente dentro dele; em dado momento, precisamos nos voltar para forças que operam sobre o organismo de fora. A menos que haja um ponto fraco em nossa cadeia causal, de maneira que o segundo elo não esteja nomologicamente determinado pelo primeiro, ou o terceiro pelo segundo, então o primeiro e o terceiro elos devem estar nomologicamente relacionados. Se devemos sempre retroceder para antes do segundo elo para prever e controlar, podemos evitar muitas digressões difíceis e cansativas examinando o terceiro elo como uma função do primeiro. Uma informação válida a respeito do segundo elo pode esclarecer esta relação, mas de maneira alguma pode alterá-la. (Skinner 1953, p. 35.)

A conclusão do argumento acima apresentado questiona diretamente alguns dos argumentos metodológicos de Skinner contra o uso de termos teóricos (tal como aquele contido nessa citação – *cf.* cap. 1, seção 2). De acordo com ela, pode haver “leis” envolvendo apenas a relação entre comportamentos e fatores ambientais, que são *triviais* no sentido acima definido. Essas “leis” podem ser descobertas apenas por meio da inferência a partir de hipóteses que utilizam termos teóricos. Com certeza, não é provável que tais “leis” *triviais* ocorram em situações de laboratório, especialmente nos tipos de experimentos realizados pelos skinnerianos, nos quais as diversas combinações de eventos ambientais são repetidas. Contudo, a possibilidade de sua existência nos impediria de extrapolar a partir do contexto de laboratório para alegações sobre todo comportamento. Elas também nos tornariam cientes de que um argumento baseado em (2) – e também em (3) – não é um argumento metodológico “neutro;” ao contrário, ele pressupõe que certos tipos de teorias sejam falsos.

De acordo com o aspecto (3), o comportamento humano fica quase inteiramente sob o controle de variáveis ambientais. Nos termos da notação acima, isto significa dizer que quase todo comportamento humano está sob o controle de leis do tipo:

sempre que $E_1, E_2, \dots, E_n$, então B .

Segue-se de uma tal concepção que um dado comportamento é entendido se conhecemos os fatores ambientais que o produziram, e a generalização que os liga com tal comportamento.² Em outras palavras, en-

² Não estamos inteiramente convencidos de que Skinner tenha conseguido aderir consistentemente a essa concepção. Às vezes, em suas discussões dos eventos internos (por exemplo, “A estimulação que surge dentro do corpo desempenha um papel importante no comportamento” – Skinner 1974, p. 219), ele parece estar dizendo que o que é importante sobre eles não é tanto que estejam funcionalmente relacionados com eventos ambientais, mas que operam da mesma maneira, de acordo com as mesmas leis dos eventos ambientais. Os eventos internos, assim como os eventos ambientais, podem ser estímulos discriminativos, e eles adquirem esse controle através da atuação do reforço. Em tais passagens, Skinner parece mais comprometido com sua

tender o comportamento requer conhecer as condições ambientais que o controlam e os processos (funcionalmente analisados) por meio dos quais o controle é exercido. Um entendimento científico do comportamento humano consistiria numa teoria a respeito de todos os tipos de variáveis das quais o comportamento poderia ser função, do caráter dessas funções, e das circunstâncias nas quais as diferentes funções atuam.

Deve-se distinguir sua concepção da natureza humana da *teoria* psicológica de Skinner. Na teoria, as leis empíricas e as hipóteses são formuladas a respeito de variáveis ambientais das quais o comportamento é função, e sobre o caráter das funções. Em seu estado atual de desenvolvimento, a teoria repousa sobre a conjectura de que todo comportamento humano (aprendido) pode ser explicado em termos das variáveis estudadas nos experimentos de condicionamento operante, das quais a principal é o reforço. [Para uma apresentação mais ampla e detalhada, cf. Schwartz e Lacey 1982.] A concepção da natureza humana também torna o *programa* de Skinner inteligível. Este pode ser caracterizado de maneira estrita como a tentativa sistemática para estender a aplicação detalhada e confirmada da teoria a uma classe de comportamentos cada vez mais abrangente. De maneira ainda mais geral, trata-se do programa para investigar sistemática e diretamente a dependência funcional do comportamento (de classes de complexidade crescente) em relação a variáveis ambientais, em uma variedade cada vez maior de circunstâncias – e apenas isso. O programa, em sua formulação geral, é compatível com uma mudança da teoria para conceder algum papel a leis empíricas que não envolvam o reforço. Há controvérsia entre aqueles que, de maneira geral, aceitam a concepção de Skinner da natureza humana com respeito à adequação de sua teoria,

teoria do que com seu ambientalismo. Mas suspeitamos que isso seja apenas uma aparência. Nessas passagens, ele logo insiste que os eventos privados “são os produtos colaterais de causas ambientais” (Skinner 1974, p. 220), e ele repete: “A força de tal análise está em pôr em questão o papel causal daquilo que é sentido ou introspectivamente observado dentro da pele e voltar-se, ao contrário, para a história genética, a história ambiental, e a situação atual – sendo que todas elas estão fora” (Skinner 1974, p. 225).

embora não do programa em sua formulação geral; por exemplo, alguns (Bandura 1969) sustentam que os fenômenos associados à imitação e à “modelagem” mostram a necessidade de leis empíricas que não requerem o reforço; outros discordam (Gewirtz 1969).

Embora a inteligibilidade do programa derive da concepção da natureza humana, inversamente, à medida que o sucesso do programa se estende a uma classe cada vez mais abrangente de comportamentos e circunstâncias, cresce o fundamento racional da concepção da natureza humana. A estes respeito, o papel da concepção da natureza humana não é diferente daquele da tese de determinação no desenvolvimento na física newtoniana.

2. Predição e controle: critérios neutros?

Skinner e os participantes do programa de análise experimental do comportamento alcançaram uma medida de predição e controle *em laboratório*. Seu programa produziu conhecimento de leis empíricas e, assim, preenche um requisito necessário para um programa científico viável. Este programa também deu lugar a uma tecnologia comportamental que foi aplicada com sucesso em circunstâncias limitadas, embora razoavelmente importantes [*cf.* Schwartz e Lacey 1982, cap. 8, para uma visão geral da análise aplicada do comportamento]. Achamos que quanto a isso não há dúvida. Na ausência de sucesso importante na predição e no controle do comportamento fora do laboratório, entretanto, não apenas em casos limitados controlados, mas sistematicamente e, cada vez mais, sobre todo o domínio do comportamento humano, estamos longe de uma potencial justificação de que o programa possa apresentar o requerido entendimento científico dos seres humanos. Mais uma vez, isto é ponto pacífico. *Se* a predição e o controle do comportamento são critérios para o entendimento científico dos seres humanos, presumivelmente, eles o são a longo prazo. Quer um programa vá produzir um relato abrangente do comportamento humano, quer não, isso é uma questão empírica, e a alegação de que vai, dificilmente, pode ser justificada por menos do que uma evidência abrangente. Ademais, *se* a predição e o controle do comportamento são critérios de longo prazo para aceitar uma teoria, enquanto que o sucesso de curto pra-

zo não é justificativo, ele *pode* servir razoavelmente como uma base de escolha.³ Skinner gostaria disso.

A predição e o controle do comportamento são critérios necessários para o entendimento do comportamento? Se a concepção de Skinner da natureza humana estiver correta, eles são. Vimos que, de acordo com esta concepção, a maior parte dos comportamentos são função de variáveis ambientais; e entender torna-se uma questão de conhecer as variáveis e funções a partir das quais a predição e o controle (ou, pelo menos, o conhecimento útil para quem deseje controlar) seguem-se prontamente. Dado o conhecimento das funções, para prever o comportamento, é suficiente conhecer antecipadamente os valores das variáveis; para controlar o comportamento, é necessário ser capaz de produzir instâncias das variáveis; além disso, se esta concepção estiver correta, o programa de Skinner deveria produzir uma predição e um controle do comportamento cada vez mais bem sucedidos. Eles são os critérios para a viabilidade do programa. Contudo, a viabilidade de qualquer programa em psicologia está sujeita aos mesmos critérios? São eles critérios neutros e externos ou apenas critérios internos de um programa? Eles possuem qualquer validade geral independentemente da aceitação da concepção de Skinner da natureza humana? A longo prazo, o entendimento científico dos seres humanos será expresso na teoria mais bem confirmada e mais abrangente do comportamento humano (se é possível tal teoria). Colocada de outra maneira, nossa questão seria a

³ "Escolher" ou "aceitar" uma hipótese pode significar qualquer um dos pontos a seguir ou uma combinação deles: (a) incluir a hipótese entre as crenças de alguém; (b) julgá-la como mais bem confirmada que qualquer hipótese alternativa; (c) agir com base nela para direcionar a pesquisa futura; (d) utilizá-la como base para aplicação prática. Não está claro para nós que Skinner aceite sua teoria em todos esses sentidos, embora ele o faça claramente nos sentidos (c) e (d). Sua justificação para aceitar a teoria nestes sentidos apóia-se em um sucesso de curto de prazo na predição e no controle do comportamento. A aceitação racional, no sentido (a), depende do sucesso a longo prazo? [Cf. cap. 2, nota 4, onde indicamos modificações mais recentes que introduzimos na terminologia aqui utilizada.]

seguinte: a confirmação de uma tal teoria vai depender necessariamente de seu sucesso na predição e no controle do comportamento?

3. Predição: um critério ambíguo

À primeira vista, pode parecer fora de questão que a predição do comportamento seja seu critério de entendimento. Não comparamos e avaliamos teorias rivais através da comparação de seus respectivos poderes preditivos? Até onde sabemos, é verdade que não há nenhuma concepção de ciência segundo a qual o sucesso preditivo, ou, de maneira mais geral, o sucesso em inferir fatos [e possibilidades] previamente desconhecidos, não seja sustentado como uma condição necessária para a aceitação de uma teoria ou programa de pesquisa. Além disso, *ceteris paribus*, se o domínio preditivo de uma teoria inclui propriamente aquele de uma outra, então a primeira é preferível. Este acordo geral, contudo, nada ajuda quando, de duas teorias concorrentes, o domínio preditivo de nenhuma delas inclui propriamente aquele da outra. Ademais, antes da consideração do conteúdo das teorias concorrentes, não se determina quais são os domínios nos quais se espera ou se requeira o sucesso preditivo.

Embora todas as teorias do comportamento humano, ou da cognição, possam estar sujeitas ao teste de suas capacidades preditivas, não se segue que o critério apropriado de escolha entre as teorias seja sua capacidade de predizer a ocorrência ou a probabilidade de ocorrência *de comportamentos*. Pode ser suficiente, ou mesmo necessário, que elas sejam capazes de predizer certos aspectos, tais como as características estruturais ou os tempos de reação do comportamento, ou que elas permitam inferir a existência e as características de fenômenos que não são prontamente acessíveis. Caso certos comportamentos sejam não-preditíveis em princípio (Scriven 1965), o recurso a algum domínio preditivo alternativo seria essencial.

Um outro caso interessante é aquele no qual uma teoria postula que o comportamento está sob o controle conjuntamente de variáveis ambientais e internas, sendo que as variáveis internas estão sujeitas apenas às restrições do aspecto (1) da concepção de Skinner da natureza hu-

mana, ou são autônomas em um grau considerável em relação ao ambiente.⁴ Dependendo de quão acessíveis são as variáveis internas, uma tal teoria pode não ter um sucesso marcante em prever o comportamento, talvez nem um pouco maior do que uma teoria no programa de Skinner; mas isso não precisa impedir a descoberta de variáveis de controle (cap. 8). Obviamente, se a teoria for correta, não conhecer tais variáveis consistiria em uma falha de entendimento. A teoria pode mesmo prever aquelas circunstâncias nas quais vá falhar a predição do comportamento com base no conhecimento de variáveis ambientais. Nelson (1969; 1975) argumentou que se um ser humano for um autômato de certa complexidade (pelo menos aquela de um transdutor de estado finito), ou incluir um, então seu comportamento será de fato tal como postulado por este tipo de teoria.

O que quer que se pense sobre isso, a questão geral colocada é a seguinte: se a preditibilidade do comportamento é ou não um critério adequado do entendimento científico dos seres humanos, isso depende da maneira como os seres humanos são. Os critérios metodológicos não são independentes de compromissos ontológicos. O tipo de sucesso preditivo que se pede de uma teoria não é independente dos conteúdos da teoria.

A conclusão expressa no parágrafo anterior seria refutada se houvesse argumentos *a priori* para as alegações de que o comportamento humano é, em princípio, preditível e de que, no sentido do aspecto (2), está completamente sob o controle de variáveis ambientais e genéticas. Mas não há tais argumentos; nenhum deles pode certamente ser derivado da natureza da ciência. Por vezes, Skinner parece negar isso. Ao contrastar sua concepção dos seres humanos ("a concepção científica") com aquela que ele denomina a "concepção pré-científica," ele afirma:

Na concepção científica (...) o comportamento de uma pessoa é determinado por atributos genéticos que remontam à história evolutiva da espécie e pelas circunstâncias ambientais às quais ele foi exposto

⁴ [Cf. "As causas mentais possuem caracteristicamente seus efeitos manifestos em virtude de suas interações umas com as outras, e o behaviorismo não fornece nenhuma análise satisfatória dos enunciados que articulam tais interações" (Fodor 1981, p. 5; cf. cap. 8, abaixo).]

enquanto indivíduo. Nenhuma das duas concepções pode ser provada, mas a natureza da investigação científica é de que a evidência deveria recair em favor da segunda. (Skinner 1971, p. 101.)

Os fundamentos racionais empíricos dessa concepção dos seres humanos dependem do sucesso do programa de Skinner, mas essa passagem parece sugerir que a natureza da ciência garante seu sucesso em algum momento. Chomsky (1973) coloca isso corretamente em questão. Skinner parece sugerir que, se os seres humanos não são como ele os concebe, então uma ciência completa do comportamento humano é impossível. Mesmo que isto seja assim, não se segue que o comportamento humano seja como Skinner o concebe. Achar que é assim seria modelar o mundo segundo os requisitos formais da ciência, enquanto que o oposto deve ser o caso, que as características de uma ciência adequada sejam modeladas pela maneira que o mundo é. Assim, os argumentos *a priori* deixam de mostrar que o sucesso na predição do comportamento humano seja um critério geral para a aceitabilidade de uma teoria do comportamento humano, ou mesmo que a teoria que promete um maior sucesso preditivo com respeito ao comportamento humano seja necessariamente a melhor teoria deste domínio.

Deste modo, deixar de corresponder ao programa de Skinner ou a qualquer outro na predição bem sucedida do comportamento humano não precisa ser um golpe devastador para um programa concorrente. Pode ser simplesmente uma consequência de concentrar o programa de Skinner atenção naqueles fenômenos comportamentais que são preditíveis em virtude de serem controlados de acordo com leis funcionais por eventos ambientais. Eles podem não ser fenômenos humanos característicos e, do ponto de vista de uma concepção alternativa da natureza humana, podem ter interesse apenas marginal (*cf.* Chomsky 1975, pp. 39, 158).

As observações acima tendem a uma avaliação precipitada das teorias do comportamento humano e da cognição. Esta é a situação na qual nós temos de avaliar essas teorias. A longo prazo, esperar-se-ia que uma teoria concorrente adequada pelo menos se comparasse à teoria de Skinner na predição do comportamento humano. Mas isso não coloca nenhum problema especial – ela pode, justificadamente, incorporar a teoria de Skinner como uma teoria adequada para um sub-

domínio limitado de fenômenos humanos. O argumento acima apresentado não se quer um argumento cético, pregando a suspensão do juízo até que chegue o momento ideal no qual toda evidência será abarcada. Ao contrário, ele insiste que, *agora*, o que podemos esperar apropriadamente de nossas teorias depende de como concebemos os seres humanos. De acordo com algumas concepções da natureza humana, o programa de Skinner vai necessariamente deixar de dar conta daqueles domínios do comportamento que são característica exclusiva dos seres humanos, os domínios da atividade racional e lingüística. Não é um defeito das teorias, construídas de acordo com tais concepções, que a curto prazo (*agora*), elas deixem de igualar o sucesso preditivo de Skinner, especialmente dado que seu sucesso preditivo não se estende a domínios de importância maior para elas, por exemplo, as ocasiões comuns de comportamento verbal e racional.

As interpretações de Skinner do comportamento verbal

Achamos que Skinner é sensível ao argumento que acabamos de apresentar, e podemos reconstruir sua resposta. Embora ele possua poucas predições a oferecer nos domínios controvertidos, especialmente o comportamento verbal, ele possui algo mais a oferecer, que ele denomina *interpretações* (cap. 1, seção 3). Seu livro, *Verbal Behavior* (Skinner 1957) dedica-se à apresentação de uma longa e impressionante série de interpretações nas quais,

(...) fatos conhecidos sobre o comportamento verbal são interpretados com princípios derivados dos estudos de laboratório sobre as contingências do reforço, ainda que as contingências mantidas pelo ambiente verbal não possam ser indicadas com precisão. (...) Os princípios derivados da pesquisa realizada sob condições favoráveis em laboratório são utilizados para dar uma explicação plausível dos fatos que, no momento, não estão sob controle experimental. (...) [A] explicação [não] pode ser provada atualmente, mas [deve] ser preferida a tratamentos que carecem do mesmo tipo de apoio experimental. (Skinner 1969, p. 100.)

Uma interpretação pressupõe o conhecimento dos tipos de leis funcionais que supostamente subjazem (por exemplo) ao comportamento verbal. Assim, faz-se uma inferência dos valores das variáveis relaciona-

das com comportamentos particulares. Desta forma, as interpretações são hipóteses a respeito das variáveis atuantes e da maneira de controle de determinados comportamentos. Frequentemente, elas são altamente especulativas, mas, em princípio, não vemos nenhuma dificuldade para testá-las empiricamente, mesmo que o teste seja *post hoc*, e, portanto, não esteja associado a predições. Poder-se-ia, por exemplo, observar instâncias das variáveis hipotéticas em conjunção com o comportamento em questão, ou construir uma interpretação de uma interação social com base na observação sistemática de um contexto natural de coisas (Lacey, M. I. 1975).

As interpretações são apresentadas como um substituto (idealmente, temporário) para as predições. Elas expressam hipóteses explicativas em domínios nos quais, por razões supostamente pragmáticas, a predição não pode ser produzida agora. Uma teoria concorrente pode implicar que as razões são de princípio, ao invés de razões pragmáticas. Mas, pelo menos a curto prazo, esta questão não pode ser resolvida recorrendo-se à predição do comportamento. As interpretações são apresentadas em oposição a teorias concorrentes. Deseja-se que elas produzam explicações melhores que as concorrentes, ou que sirvam de proteção contra críticas de que a teoria é necessariamente limitada em seu domínio de aplicação. No mínimo, se elas não são suficientes enquanto razões para rejeitar uma teoria concorrente, pretende-se que protejam a teoria de Skinner das alegações de que foi refutada. Dado seu importante papel metodológico, elas não deveriam ser tratadas apenas como curiosidades especulativas; é adequado sujeitá-las a uma crítica rigorosa (Chomsky 1959).

A que respeito essa crítica é apropriada? Sugerimos que há três. Primeiro, o próprio Skinner exige que as interpretações apresentem aspectos como simplicidade, coerência interna e consistência com a teoria. Em segundo lugar, a exigência de que elas estejam sujeitas a confirmação empírica parece razoável e, para servir a seu propósito atual, que pelo menos algumas delas sejam confirmadas. Finalmente, não deveria haver qualquer argumento sólido de que, em princípio, não possam ser construídas interpretações consistentes com a existência de certas características estruturais conhecidas do comportamento. A este último respeito, Chomsky (1959; 1975) argumentou que as teorias

behavioristas do comportamento verbal ou são irremediavelmente vagas e metafóricas, ou demonstravelmente incompatíveis com certos aspectos da linguagem. A força de seus argumentos, de alguma forma, é mitigada no capítulo 1, acima, e não vamos retomar o assunto aqui. Com relação ao primeiro ponto, tal como no momento é a situação, a respeito mesmo do comportamento verbal moderadamente complexo, a exigência não é satisfeita pelas interpretações que Skinner apresentou (cap. 1, seção 3). Além disso, Skinner não fez nenhuma tentativa para conceber os métodos de sua confirmação empírica, e muito pouco foi feito por outros. Assim, no momento, não se pode dizer que suas interpretações sobrevivam às críticas relevantes. Isso não refuta a teoria de Skinner, mas refreia sua alegação de superioridade teórica.

Entretanto, se as interpretações forem desenvolvidas e vierem a sobreviver a tais críticas, e se forem elaboradas a respeito de todos os domínios controvertidos, dos quais a fala é o principal, e se se puder sustentar que elas são mais plausíveis que qualquer alternativa proposta, então parece-nos que um argumento forte teria lugar em favor da superioridade da teoria de Skinner. Contudo, o terceiro condicional acima dificilmente expressa um critério formal. Assim como os tipos de predições que são relevantes, é provável que a plausibilidade das interpretações dependa tanto do conteúdo das teorias quanto das concepções de fundo da natureza humana. De fato, Skinner não sugere que a disponibilidade das interpretações seja um critério formal. A predição e o controle do comportamento são os critérios formais. Ele recorre às interpretações para proteger as alegações de superioridade de uma teoria em particular, e reconhece que seu papel é temporário e inconclusivo:

A longo prazo, sem dúvida, a mera interpretação não basta. Se tivéssemos alcançado um entendimento científico verdadeiro do homem, deveríamos ser capazes de provar isso na predição e no controle reais de seu comportamento. (Skinner 1972, p. 259.)

Contudo, no momento, o recurso às interpretações não só não apóia de maneira significativa a alegação de superioridade da teoria de Skinner, mas também não nos obriga a modificar qualquer uma das observações anteriores a respeito da predição enquanto um critério. A curto prazo, a

capacidade de prever o comportamento não é um critério neutro para a escolha de teorias.

A longo prazo, a situação pode ser diferente. Suponhamos que o programa de Skinner, ou qualquer outro programa, seja bem sucedido na produção de predições em todos os domínios do comportamento humano, inclusive aqueles característicos apenas dos seres humanos, em uma ampla diversidade de circunstâncias. Neste caso, se o sucesso preditivo deste programa ultrapassar aquele de seus concorrentes, então sua superioridade científica estaria estabelecida. Mas isso é apenas uma outra forma de dizer que se uma teoria se torna altamente confirmada com base no tipo relevante de predições para sua confirmação, e que ela é mais bem confirmada que qualquer alternativa, então é mais racional escolhê-la. Contudo, isso não implica que, mesmo a longo prazo, o poder de prever *o comportamento humano* vá ser necessariamente o critério decisivo. Se uma outra teoria se tornar altamente confirmada, isso pode ocorrer com base em predições de uma classe diferente de fenômenos. O assunto não pode ser decidido antecipadamente. Assim, a predição do comportamento humano permanece um requisito interno para o sucesso a longo prazo do programa de Skinner e de alguns outros programas. Ele pode ser adequado para decidir entre programas cuja inteligibilidade se baseie no item (2) da concepção de Skinner da natureza humana, mas, de modo geral, não é um critério externo em relação ao qual as teorias concorrentes devam ser avaliadas.

4. Controle: um critério inadequado

O controle, enquanto algo claramente relacionado com a predição, levanta algumas questões diferentes. 'Controle' é utilizado por Skinner de modo ambíguo. Em um sentido, um evento é controlado se sua ocorrência for inteiramente determinada por condições antecedentes, de acordo com leis. Em um segundo sentido, um evento é controlado por uma pessoa (instituição, estado, etc.) se ele foi provocado deliberadamente pela pessoa. A posição atual de Vênus é controlada no primeiro mas não no segundo sentido; a aterrissagem de uma espaçonave na lua é controlada também no segundo sentido.

De acordo com Skinner, todo comportamento é controlado no primeiro sentido. Se ele estiver correto, então o conhecimento das variáveis de controle e das leis que as relacionam com o comportamento seria suficiente para a predição do comportamento. Assim, o conhecimento das variáveis de controle seria produto da ciência do comportamento, e qualquer teoria do comportamento que não produzisse tal conhecimento seria deficiente. Quando Skinner recorre ao controle como um critério de sucesso teórico, ele está se referindo, todavia, a ‘controle’ no segundo sentido, o tipo de controle manifestado na tecnologia e no laboratório. Sua idéia é que uma teoria adequada será a base para aplicações tecnológicas. Em particular, uma teoria adequada do comportamento humano deveria provar-se produzindo controle do comportamento em contextos de laboratório, e técnicas efetivas para o controle deliberado do comportamento humano;⁵ a melhor teoria do comportamento humano, aquela que expressa o verdadeiro entendimento científico do homem, é, por assim dizer, aquela que, de maneira mais completa, transfere para nossas mãos o controle – coisa que o comportamento humano não pode evitar.

Os dois sentidos de ‘controle’ estão relacionados. Se o comportamento humano for controlado no primeiro sentido, então chegar a conhecer as variáveis de controle seria algo que se espera que resulte rapidamente em técnicas práticas de controle, especialmente se estiver correto o aspecto (3) de Skinner. (Além do conhecimento, é preciso ter

⁵ Em algumas passagens, Skinner sugere que ele estaria contente com qualquer aplicação, não necessariamente uma tecnologia do comportamento humano. Por exemplo: “o alcance da predição e do controle que foram alcançados é evidente (...) nos usos práticos que já foram feitos das técnicas – por exemplo, fornecendo linhas mestras para o estudo de variáveis farmacológicas e neurológicas, ou transformando um organismo inferior em um observador psicológico sensível” (Skinner 1972, p. 258). A interpretação que apresentamos no texto principal, queremos crer, é a mais constante nos diversos escritos de Skinner. Notemos que, o que quer que se pense do programa de Skinner enquanto produtor potencial de um relato abrangente do comportamento humano, o serviço prestado por ele a outras ciências certamente justifica seu valor científico.

o poder para manipular as variáveis de controle.) Ademais, quando o controle no segundo sentido é exercido, ele se baseia no conhecimento das variáveis de controle. Além disso, algumas objeções humanistas a programas de controle deliberado do comportamento humano se dissolvem se o comportamento for considerado inteiramente controlado nos sentidos (2) e (3) de Skinner, pois então não se pensa que o controle deliberado interfira com a autonomia da ação humana, mas que apenas faz variar os parâmetros de controle – o comportamento humano é sempre inteiramente controlado; às vezes, nossa manipulação deliberada está entre as variáveis de controle. Para controlar (deliberadamente), é necessário saber que certas variáveis, que podemos manipular, bastam para a ocorrência do comportamento desejado. Isso não implica que precisemos conhecer todas as variáveis das quais os comportamentos desse tipo podem ser função; precisamos conhecer apenas as condições suficientes para a ocorrência daquele comportamento. Pensamos que a razão pela qual Skinner enfatiza o controle em detrimento da predição deriva do fato de que atingir o controle testemunha o conhecimento das variáveis de controle. Garante o conhecimento das causas. Por outro lado, a predição é possível conhecendo apenas os sintomas, enquanto se permanece na ignorância das causas. Por exemplo, podemos prever corretamente o que uma pessoa vai fazer com base naquilo que ela nos diz, embora aquilo que ela diz não seja a causa, mas apenas um efeito colateral da causa do comportamento. Em certo sentido, o controle oferece a melhor confirmação do conhecimento das causas de comportamentos particulares. Esse tipo de “objetividade” possui grande apelo para Skinner.

Dada sua concepção da natureza humana, o programa de Skinner realmente deveria dar lugar a uma tecnologia comportamental, prontamente e de modo crescente, já que entender é uma questão de conhecer as relações funcionais entre o comportamento e as condições ambientais, e estas são o tipo de coisa que podemos manipular. Por esta razão, o controle é um critério interno razoável em relação ao qual o programa pode ser avaliado, embora não seja o critério principal, ou um critério com primazia sobre a predição. Mais uma vez, não se segue que ele seja um critério externo apropriado. Vamos argumentar que ele não é; [cf. nosso argumento mais geral (Lacey 1999, cap. 6), de que atingir o

controle não é sinal de ter conseguido um poder explicativo abrangente.]

Para avaliar a tese de que o controle é o critério de entendimento científico, será útil distinguir os aspectos positivos e negativos do controle. Possuímos o poder de controlar quando fazemos alguma coisa acontecer, e também quando podemos impedir a ocorrência de alguma coisa. Com frequência, mas não sempre, uma ocasião de controle envolve ambos os aspectos. Os controles preventivos não podem ser cruciais para a tese de Skinner, pois eles são frequentemente possíveis com um mínimo de entendimento. Por exemplo, pode ser possível impedir que uma doença se alastre ao aniquilar uma espécie de insetos. Isso é possível onde quer que seja descoberto um fator ambiental que seja uma condição necessária para o alastramento da doença, ainda que se possa não ter praticamente nenhum entendimento dela no sentido de conhecer em detalhes os fatores responsáveis por sua disseminação e crescimento. Os controles preventivos atestam ou o conhecimento de uma condição necessária de um fenômeno, frequentemente um conhecimento útil – e, no exemplo discutido, *tudo o que precisamos saber*⁶ – ou o conhecimento de condições suficientes para provocar a ocorrência de um fenômeno incompatível. Em qualquer dos casos, o conhecimento está muito aquém do entendimento. Impedir a ocorrência de alguma coisa, seja o alastramento de uma doença, seja o comportamento rebelde de prisioneiros ou de crianças na escola, nunca é evidência de que os fatores responsáveis pelos fenômenos sejam bem conhecidos.

A este respeito, alcançar o controle positivo é diferente. Provocar deliberadamente um comportamento específico é certamente uma evidência de que se conhecem os fatores suficientes para provocar tal comportamento nas circunstâncias prevalecentes. Assim, alcançar o controle positivo é sinal de algum entendimento. Mostra que se conhe-

⁶ Os controles preventivos na medicina ou na agricultura apresentam frequentemente efeitos colaterais não-desejados, às vezes, com efeitos ecológicos importantes observáveis apenas após um longo lapso de tempo. A possibilidade de efeitos semelhantes não pode ser excluída em relação aos controles do comportamento; *cf.*, por exemplo, Willems (1974), Levine e Fasnacht (1974), Schwartz e Lacey (1982, cap. 8).

cem certas condições suficientes para certos comportamentos em certas circunstâncias. Contudo, o entendimento científico diz respeito a um relato abrangente do comportamento humano. Alcançar o controle positivo apenas seria sinal de entendimento neste sentido se pelo menos as seguintes condições fossem satisfeitas: (1) os fatores encobertos na frase ‘nas circunstâncias prevalecentes’ possuem o mesmo caráter e estão relacionados com o comportamento da mesma maneira que as variáveis manipuladas. (2) As circunstâncias prevalecentes não são atípicas em situações sociais que ocorrem ordinariamente, ou, de maneira mais forte, não há quaisquer situações sociais essencialmente diferentes em caráter das circunstâncias prevalecentes. (3) Os comportamentos controlados são comportamentos humanos típicos e incluem comportamentos caracteristicamente humanos. (4) Todos os comportamentos que pertencem às mesmas classes que os comportamentos controlados são produto dos mesmos tipos de processo.⁷

Se essas condições não são satisfeitas, não há razão para acreditar que os tipos de condições suficientes na situação controlada sejam dos mesmos tipos que as condições suficientes para os comportamentos em outras situações. Do fato de que alguns comportamentos sejam inteiramente controlados, de acordo com leis funcionais, por variáveis ambientais, não se segue que todos sejam. Mais uma vez, o argumento aqui apresentado não visa um ceticismo geral contra inferir (indutivamente) “todo” a partir de “algum.” Ao contrário, há teorias concorrentes que sustentam que os tipos de condições suficientes são diferentes nas situações controladas e em outras. Por exemplo, embora o comportamento verbal nos experimentos de condicionamento verbal esteja sob controle operante, algumas teorias negam que a fala comum esteja em geral sob controle operante. O recurso às situações de controle não pode resolver esse tipo de disputa teórica. A menos que aquelas condi-

⁷ Essa condição nos parece óbvia, embora seja freqüentemente desconsiderada na literatura sobre a análise aplicada do comportamento, na qual, com freqüência, do fato de que um elemento de uma classe de comportamentos esteja sob controle operante, infere-se que todos os elementos da classe estão (Lacey 1975). Essa inferência equivocada é especialmente séria com respeito ao comportamento verbal.

ções sejam satisfeitas, pode-se dizer que o controle indica entendimento apenas de um domínio limitado de fenômenos comportamentais. Essa conclusão se sustenta mesmo a respeito de uma teoria que seja superior a todas as suas concorrentes quanto ao poder de controle que ela originou (*cf.* cap. 5).

Se a concepção de Skinner da natureza humana for correta, então aquelas condições são satisfeitas. Contudo, para cumprir seu papel pretendido, é preciso para elas evidência independente. Alcançar o controle simplesmente não oferece tal evidência. O que forneceria a fonte de uma tal evidência? Uma fonte seria simular em detalhe, com base em leis empíricas conhecidas, interações sociais reais de complexidade gradualmente crescente (envolvendo a fala). Uma outra fonte mais plausível seria o sucesso preditivo generalizado do tipo discutido na seção anterior. Mas o controle, reforçado pela predição desta maneira, como um critério, estaria sujeito às mesmas reservas expressas com relação à predição unicamente. Uma possível terceira fonte de evidência seriam as interpretações, mas apenas se elas sobrevivessem às críticas mencionadas na seção precedente.

Presumivelmente, Skinner não aceitaria tão prontamente estas críticas a suas interpretações. Entretanto, ele aceita a inadequação da evidência que as apóia. Apesar disso, argumenta que elas devem “ser preferidas aos tratamentos que carecem do mesmo tipo de apoio experimental.” Um relato que utilize apenas princípios experimentalmente demonstrados é preferível. Argumenta-se que atingir o controle experimental tem um papel preferencial na valoração das alegações de que uma teoria expressa entendimento científico. De fato, sustenta-se em geral que o experimento é o campo de teste decisivo para teorias concorrentes. Enquanto que os experimentos de laboratório podem demonstrar que certos princípios realmente se aplicam ao comportamento humano, nossa preocupação é com a abrangência do poder explicativo. [Para uma discussão mais geral das questões aqui envolvidas, *cf.* cap. 4, seção 7.] Que certos princípios demonstravelmente se aplicam a algum comportamento humano na ausência de evidência a favor daquelas quatro condições, isso não estabelece que eles se apliquem a todo comportamento humano. O que confere então preferência a um relato interpretativo do comportamento humano que emprega apenas princípios

experimentalmente demonstrados quando apenas se conjectura, mas não se confirma, que eles se aplicam aos comportamentos que estão sendo interpretados?

Ao responder esta questão surgem considerações semelhantes às aquelas que surgiram na consideração da predição do comportamento como um critério neutro. Em primeiro lugar, pode haver controle experimental não apenas da ocorrência ou da probabilidade de ocorrência de comportamentos, mas também de aspectos do comportamento, tais como características estruturais ou intervalos de resposta. Dependendo do conteúdo da teoria sob consideração, ao testá-la, pode ou não ser relevante colocar a ocorrência do comportamento sob controle experimental. Com razão, poder-se-ia preferir aceitar interpretações derivadas de uma teoria testada com outro tipo de dados experimentais. Assim, mesmo que o controle experimental seja aceito como um critério, não se segue que o controle do comportamento seja o critério apropriado, a menos que aquelas quatro condições sejam satisfeitas. Em segundo lugar, não há nenhuma razão *a priori* para acreditar ou que os princípios, que demonstraram-se aplicar aos comportamentos sob controle experimental, são também em geral atuantes na produção do comportamento humano, ou que os processos que são atuantes na produção do comportamento humano em geral possam ser reproduzidos em laboratório, e, portanto, que seus princípios possam ali ser descobertos. As limitações do laboratório podem impedir a atuação de certos processos atuantes no ambiente social, ou certos processos podem ser identificáveis apenas no final de longos períodos de desenvolvimento. Eles podem ou não. Tudo depende da maneira como são os seres humanos. Qualquer compromisso prévio a este respeito depende de um compromisso ontológico. Restringir desde início o conteúdo de nossas teorias de tal modo que elas não postulem outros processos exceto aqueles cujos princípios foram ou possam ser demonstrados experimentalmente, isso é forçar as teorias de acordo com um compromisso ontológico.

O controle do comportamento, tecnológico ou experimental, não pode ser sustentado como o critério externo de entendimento científico. Entretanto, como indicamos acima, o controle e o entendimento estão relacionados. Alcançar controle positivo requer conhecimento de condições suficientes, nas circunstâncias, para a ocorrência do comporta-

mento, e ele mostra tal conhecimento e nosso poder de produzir tais condições. Além disso, se as situações controladas não são essencialmente diferentes das situações humanas características, como sugere a concepção de Skinner da natureza humana, então é razoável aceitar que o alcance do controle que podemos exercer é uma medida de nosso entendimento abrangente do comportamento humano. Neste sentido, a concepção de Skinner da natureza humana e o critério de controle se apoiam mutuamente.

Contudo, dadas concepções alternativas da natureza humana, não há nenhuma razão para acreditar que os aumentos de entendimento vão aumentar o âmbito de controle potencial do comportamento. Assim, sem o compromisso com uma concepção da natureza humana, a partir de controles bem sucedidos, não se pode estimar a adequação de um entendimento abrangente oferecido pela teoria que subjaz a esses controles. Uma teoria que pretende oferecer um entendimento científico do comportamento humano deve incorporar categorias adequadas, em princípio, para explicar todos os comportamentos que ocorrem naturalmente, e não simplesmente aqueles que ocorrem em circunstâncias delimitadas. O controle garante apenas que foi alcançado o entendimento restrito a essas circunstâncias.

5. Controle: um critério perigoso

Há um sentido no qual o controle é um critério “objetivo.” Tendo-o em conta, estão virtualmente assegurados juízos unânimes. Além disso, trata-se de um critério firmemente fundamentado em fatos. Alcançar o controle é um fato. Quando ele é alcançado, é um fato demonstrado que um certo comportamento em determinadas circunstâncias possui condições suficientes em certo conjunto de eventos ambientais. Tais fatos são independentes de qualquer opção teórica. Uma fundamentação factual forte deste tipo não pode ser negada em um programa como o de Skinner. Toda teoria deve ser compatível com tais fatos. Contudo, não se segue que certas explicações alternativas deles não devam ser consideradas, ou que uma outra teoria deva tomá-los como ponto de partida. Eles podem não ser fatos relevantes para descobrir processos humanos característicos. Nem todos os fatos são iguais; alguns são mais interessantes que outros. Em parte, quais fatos são interessantes,

isso reflete o conteúdo da teoria sob investigação. Que eventos ambientais e , em circunstâncias c (uma pluralidade de fatores que pode ou não estar sujeita à manipulação do controlador, que permanece constante no decorrer do exercício do controle), são suficientes para a ocorrência do comportamento b , isso não nos diz (por si mesmo) nada sobre o que é suficiente para b em outras circunstâncias c' . Entretanto, uma teoria alternativa pode propriamente tomar como seu ponto de partida apenas as ocorrências de b em c' . Não há nenhuma razão geral pela qual uma teoria do comportamento humano devesse estar fundamentada em qualquer conjunto específico de fatos, embora ela deva estar fundamentada em alguns fatos, e submeter-se a todos os fatos comportamentais conhecidos. Teorias alternativas podem estar propriamente fundamentadas em fatos que não estão ligados às leis funcionais que correlacionam os comportamentos aos eventos ambientais que subjazem ao controle comportamental.

Skinner sustenta que o mais eficiente programa para produzir tais leis funcionais é aquele que (sem dar atenção a quaisquer variáveis intermediárias, ou tentativas de levantar hipóteses a seu respeito), direta e experimentalmente, explora a dependência funcional dos comportamentos em relação a eventos ambientais. Essa alegação, obviamente, não é correta. Uma razão para afirmar isso é que o conhecimento das condições ambientais suficientes para um comportamento não implica o conhecimento de uma lei funcional (não-trivial) que ligue tais condições àquele comportamento. Para mostrar isso (*cf.* seção 1, acima), é suficiente dar o exemplo utilizado para mostrar que (2), a concepção de Skinner da natureza humana, não se segue de (1). Os argumentos que apresentamos abaixo têm sua força mitigada se a alegação de Skinner for incorreta. Contudo, a inteligibilidade do controle como um critério se baseia em (3). Isso não significa que um programa condicionado por (3), de fato, vá produzir um controle maior que um programa condicionado apenas por (1). Mais uma vez, tudo depende da maneira como o mundo é. Que a alegação de Skinner não seja correta, isso é assumido nos programas de pesquisa da psicologia cognitiva. Mesmo assim, não vamos criticá-la neste capítulo.

Uma teoria alternativa, T , pode levantar a hipótese de que, em c' , b é produzido por um certo tipo de processo (por exemplo, uma escolha

envolvendo crenças sobre as conseqüências de diversos cursos possíveis de ação; Fodor 1975, p. 28), mas no qual, embora confirmada em algum grau, tal hipótese não levará a novas leis funcionais relevantes para o controle. *T* também está de acordo com o fato de que, em *c*, *e* é suficiente para *b*. Ela pode mesmo dar uma explicação da razão pela qual, em *c* mas não em *c'*, os fatores ambientais bastam para explicar *b*. Por exemplo, ela pode propor que as condições *c* são incompatíveis com a atuação dos processos que atuavam em *c'*; talvez conjuntamente com *e*, *c* possa simplesmente eliminar a ocorrência de tais processos. Esta não é uma sugestão absurda. Os sucessos da modificação do comportamento se deram, em grande medida, em ambientes altamente controlados e limitados, tais como hospitais psiquiátricos, prisões e salas de aula. O controle foi alcançado, para falar de maneira geral, limitando o ambiente, limitando e padronizando o domínio das variáveis que agem sobre a pessoa. Pode bem ser que certos processos humanos, por exemplo, aqueles que associamos à criatividade, à racionalidade e à liberdade, requeiram que uma pessoa esteja em contato com um domínio de fatores ambientais virtualmente ilimitado. Ou então, eles podem requerer que estejam ausentes certos tipos de fatores ambientais. Sugeriu-se, por exemplo, que alguns comportamentos inteligentes ("intrinsecamente motivados") que estão presentes no repertório de uma criança, uma vez levados ao controle do reforço recompensador, deixam de ocorrer quando se retira o reforço (Levine e Fasnacht 1974). Se é assim, os procedimentos de controle, enquanto operam, eliminam um processo humano. Isso está em contraste com o relato que sustenta que, quer o controle seja exercido, quer não, os mesmos tipos de variáveis e processos atuam para produzir o comportamento. A única coisa diferente neste último relato são as variáveis das quais tais variáveis são função.

Nossa preocupação no momento não é de afirmar a verdade de uma teoria semelhante a *T*. Ao contrário, é de apontar que se *T* for verdadeira, então certos procedimentos de controle têm efeitos colaterais não-desejados de razoável relevância moral; eles suprimem a atuação de alguns processos humanos. Contudo, *T* não receberia nenhum apoio confirmativo do próprio programa de Skinner, uma vez que ele deixa de produzir o tipo requerido de leis funcionais. Logo, uma pesquisa reali-

zada no programa de Skinner não descobriria tais efeitos colaterais. Ela impediria seu reconhecimento. Em uma máxima freqüentemente repetida, ao criticar as teorias do tipo de *T*, Skinner sustenta que “não podemos mudar seu comportamento mudando sua mente” (1974, p. 11). Talvez, ao mudar as variáveis que controlam seu comportamento, mudamos a operação de sua mente. Podemos fazer isso, e – seguindo a metodologia modelada pelo critério de controle – se o fizermos, não o descobriríamos. Este é o primeiro perigo de tomar o controle como um critério externo.

É claro que se se aceita que os ambientes controlados não são essencialmente diferentes dos ambientes sociais normais, como Skinner supõe, então, de fato, *T* é falsa, e o perigo é irrelevante. A questão é que o recurso ao controle não pode estabelecer a falsidade de *T*, e, portanto, o recurso ao controle não dá nenhuma razão para acreditarmos que os controles não possuam tais efeitos colaterais.⁸ Se o controle for o critério para a escolha de teorias, na presente situação, se *T* for verdadeira, rejeitaríamos uma teoria verdadeira. Se o controle for o critério de escolha de programas, nem mesmo formularíamos a teoria verdadeira. De qualquer maneira, o resultado é que a aplicação de tais procedimentos envolveria efeitos não-reconhecidos e, portanto, não-avaliados.

Há um perigo relacionado com isso, que é maior, embora menos urgente. É possível criar controles muito amplos sobre o comportamento humano. Pode mesmo ser possível reconstruir todo o ambiente de tal modo que todo comportamento humano seja deliberadamente controlado. Neste mundo remodelado, todo comportamento seria go-

⁸ Aqueles que aceitam a verdade de algo como *T* não se comprometem com a alegação de que os processos de modificação de comportamento normalmente utilizados *realmente* apresentam tais efeitos colaterais. A pesquisa conduzida por sua teoria pode mostrar que eles não apresentam tais efeitos. Os perigos que estamos apontando são conseqüências de tomar o controle como um critério externo. A ameaça que eles representam é atenuada pelo fato de que nem todos os pesquisadores aceitam esse critério. Notemos que *pode* haver razões para realizar a pesquisa no programa de Skinner, mesmo que se negue sua alegação de abrangência potencial.

vernado pelas leis empíricas subjacentes aos procedimentos de controle (por exemplo, as contingências do reforço), e um exame empírico *deste* mundo, de fato, revelaria que todo comportamento é controlado deste modo. (Assim como um estudo empírico adequado dos aviões revelaria as leis que guiaram sua construção.) A teoria que deu origem aos procedimentos de controle ter-se-ia tornado uma teoria verdadeira e completa do comportamento humano real [embora não necessariamente possível] no mundo remodelado. Uma vez que, nesse mundo, o controle é completo, se o controle é o critério, uma teoria do comportamento humano não poderia ter uma evidência mais forte. Entretanto, se *T* for verdadeira, tal teoria será inadequada em relação ao comportamento humano; a aparência contrária resultaria apenas do fato de que os controles eliminaram aqueles processos não-explicados pela teoria. Uma implicação mais ampla dessa linha de argumento (sugerida por Richard Schuldenfrei) é que nunca se poderia esperar que um estudo puramente empírico de uma cultura em uma época revelasse completamente os processos que subjazem a todo comportamento humano possível. Um tal estudo nunca poderá eliminar a possibilidade de que, em tal época, aquela cultura, assim como o mundo remodelado, seja uma cultura na qual certos processos não possam ocorrer, porque eles são incompatíveis com certas condições que se dão nesta cultura. O perigo é que, se o controle for nosso critério, podemos refazer o mundo de tal modo que a teoria mais apoiada segundo este critério se torne verdadeira, e essa metodologia impediria o reconhecimento de que a aplicabilidade da teoria é limitada, enquanto uma teoria geral do comportamento humano, ao mundo refeito.

A conclusão que acabamos de tirar repousa na pressuposição não de que a versão atual da teoria de Skinner esteja inadequadamente confirmada, mas de que seu programa possa produzir um relato completo do comportamento humano apenas se o comportamento humano for como Skinner o concebe. Neste programa, qualquer pesquisa vai produzir teorias e leis que concordam com sua concepção da natureza humana. Contudo, não há qualquer argumento sólido *a priori* que apóie esta concepção – e o critério de controle é inteligível apenas se ela for aceita. Portanto, se a natureza humana não for como é concebida por Skinner (por exemplo, se uma teoria como *T* for verdadeira), então

aceitar o critério de controle poderia deixar algo importante fora do relato do comportamento humano. Vejamos:

Os proponentes que reconhecem apenas conseqüências externas restringem sua pesquisa e prática a tais influências e, assim, produzem evidência que reforça suas concepções. Aqueles que também admitem as influências pessoais tendem a selecionar métodos que revelem e promovam as capacidades auto-diretivas no homem. A concepção do homem incorporada nas tecnologias comportamentais é, portanto, mais que uma questão filosófica. Ela afeta as potencialidades humanas que vão ser cultivadas e aquelas que vão ficar subdesenvolvidas. (Bandura 1974, p. 863.)

Naturalmente, um skinneriano vai detestar aceitar essa conclusão. Certamente, ele não pensa que seu programa possa possivelmente impedir a descoberta de processos que produzem o comportamento humano. Ele acha que seu programa é aberto. A metodologia do programa faz com que seus resultados consistam apenas em leis funcionais nas quais o comportamento aparece como função de variáveis ambientais. O programa não limita necessariamente a classe das leis àquelas segundo os paradigmas do condicionamento operante. É possível que a existência de outros tipos de leis funcionais relevantes possa ser demonstrada em laboratório (*cf.* cap. 7). Contudo, é impossível demonstrar em laboratório a existência de um processo que, em princípio, não possa ser posto sob controle experimental. No programa de Skinner, qualquer processo ou seqüência de comportamentos que, no momento, desafiem a explicação em termos de leis funcionais é visto simplesmente como um problema, uma ocasião para uma pesquisa do mesmo tipo mais sutil ainda, e não como um contra-exemplo.

Se a concepção de Skinner da natureza humana for incorreta, e for verdadeira uma teoria que reflita uma outra concepção, o trabalho dentro do programa experimental, interpretativo e prático, que ele projetou, nunca vai mostrá-lo. Seu programa é capaz de uma extensão ilimitada, mas se sua concepção da natureza humana for incorreta, ele está essencialmente fadado a que certos fenômenos comportamentais vão sempre permanecer fora dos limites de sua apreensão. A conclusão aqui é condicional. A tese de delimitação essencial está condicionada a ser a concepção de Skinner da natureza humana incorreta. Muitos

skinnerianos parecem ter dificuldade de *conceber* que seu programa possa estar limitado deste modo – tal é a força de sua concepção da natureza humana sobre seu programa. É interessante notar que o que denominamos a concepção de Skinner da natureza humana não é, em sentido algum, uma “verdade conceitual,” embora pelo menos um autor tenha argumentado, em nossa opinião, incorretamente, que um versão dela é uma tautologia (Rachlin 1971). Essa concepção poderia estar errada e, embora ela não seja falseável em qualquer sentido estrito, em princípio, a pesquisa empírica poderia apoiar uma concepção concorrente, em detrimento dela.

Poder-se-ia objetar que se as pressuposições de Skinner são incorretas, então isso vai um dia revelar-se por si mesmo indiretamente, em seu programa, pelo fato de que ele vai deixar de se desenvolver de modo significativo, quando se aproximar de seus limites. Se realmente o programa deixasse de ser profícuo, suas alegações desapareceriam certamente. Há um problema aqui apenas porque o programa é bem sucedido. Mas não podemos ver qualquer razão para esperar que, mesmo que haja limites, estes vão se revelar dessa maneira. Primeiro, o programa poderia continuar a se expandir indefinidamente com a investigação de contingências de reforço mais complexas e mais sutis (ou outros processos experimentalmente demonstráveis), e sua aplicação em domínio mais amplo de circunstâncias. Enquanto houver expansão e alguns avanços sobre o que permanecia sem explicação, a esperança de que um dia tudo vá ser explicado pode ser conservada.⁹ Em segundo

⁹ A *demonstração* da existência de limites inerentes dependeria da articulação de uma teoria concorrente com explicações e sucesso preditivo (de um tipo relevante) em domínios nos quais o programa de Skinner deixa de produzir predições bem sucedidas (*cf.* cap. 1, seção 2). Fodor (1975), por exemplo, sustenta que, a respeito dos fenômenos da escolha e da formação de conceitos, as teorias cognitivas são as únicas teorias existentes que fornecem algum tipo de explicação. A tese de que o programa de Skinner possui limites inerentes precisa ser enunciada com cuidado. Ela não é: há certos domínios de comportamento nos quais o controle não pode ser alcançado. Ela é: os princípios que subjazem ao controle não são suficientes, em princípio,

lugar, uma vez que o programa experimental é acompanhado por aplicações práticas, sempre permanece a possibilidade de remodelar o mundo, de modo que a teoria venha a não ter (efetivamente) limites reais como uma teoria do mundo remodelado. O poderoso apelo do programa de Skinner reside, em parte, em seus enormes recursos de expansão. E o mesmo vale para seu perigo.

6. Controle: um objetivo ambíguo

No início deste capítulo, mencionamos que, às vezes, toma-se o entendimento científico como algo idêntico ao conhecimento que torna possíveis os procedimentos de controle e os explica. No caso presente, isso seria a totalidade das leis empíricas conhecidas de acordo com as quais o comportamento ocorre como função de variáveis ambientais. Conseguir entender, neste sentido, poderia ser interpretado como o objetivo de uma ciência comportamental, ou, mais especificamente, o controle do comportamento poderia ser considerado o objetivo da psicologia.

É importante enfatizar que os objetivos do controle e um entendimento abrangente não precisam conduzir a resultados iguais. Tudo depende da maneira como são os seres humanos. A expectativa por resultados idênticos depende do compromisso com a concepção de Skinner da natureza humana. Quando isto for esclarecido, torna-se patente que a aceitação do objetivo de controle é o resultado de uma escolha. Ele é escolhido em detrimento do objetivo de entendimento abrangente. Ele não se impõe ao investigador em virtude da natureza da pesquisa científica. Não há necessariamente nada de errado em escolher o controle do comportamento como o objetivo da psicologia. Nossa questão é que, assim como qualquer outra escolha, ela pressupõe uma avaliação. Ele é tido em conta mais alta que o objetivo alternativo. Não é um objetivo livre de valores. Além disso, os argumentos relevantes para sua avaliação derivam quase certamente de uma concepção da natureza humana. O controle não é nem um critério nem um objetivo neutro.

para prever todos os comportamentos que ocorrem naturalmente. É difícil ver como esse ponto poderia ser testado em laboratório.

Nada disso visa negar que, algumas vezes, ou mesmo em geral, o controle do comportamento possa ser um objetivo legítimo. Ademais, mesmo que se valorize o objetivo de entendimento abrangente, o objetivo de controle poderia ser mais valorizado. Entretanto, é difícil imaginar uma justificativa para o objetivo do controle sem qualquer qualificação. Enquanto tal, o controle é dificilmente desejável, mas podem ser os procedimentos de controle que permitem atingir objetivos *desejados*. É neste contexto que o objetivo de controle deveria ser avaliado. Assim, a respeito do programa de Skinner, é razoável levantar questões como as seguintes: (A) Os procedimentos de controle (aqueles já produzidos, e aqueles prometidos) são potencialmente aplicáveis para resolver problemas de importância maior? (B) A serviço de que interesses podem esses procedimentos ser colocados? (C) Tais procedimentos são eficientes? (D) Eles produzem efeitos colaterais indesejáveis?

Skinner tomou todas estas questões em consideração. A respeito de (A), é justo dizer que ele pensa que os objetivos que podem ser alcançados com uma tecnologia comportamental se estendem muito além dos sucessos atuais de modificação do comportamento. Presentemente, objetivos como os que se seguem podem ser efetivamente alcançados: doentes mentais crônicos realizando um mínimo de trabalho rotineiro, delinqüentes aprendendo um ofício, prisioneiros tornando-se mais facilmente tratáveis, minimização da indisciplina em salas de aula, programas de ensino desenvolvidos para acelerar e otimizar a aprendizagem, aperfeiçoamento de técnicas de perda de peso, problemas individuais de comportamento sendo eliminados – para darmos uma lista mínima, mas característica. Obviamente, vai haver considerável variação na avaliação desses objetivos. Certamente, nem todo mundo vai valorizar todos eles. Alguns podem ser considerados altamente questionáveis, outros, meramente insignificantes. Mas o problema não pára aqui. Skinner sustenta que os procedimentos disponíveis de controle estão quase à altura da tarefa de resolver os grandes problemas da civilização contemporânea, aqueles que são relevantes para a sobrevivência humana: o problema da população, o controle da energia nuclear, os problemas urbanos e ecológicos (Skinner 1971).

A respeito de (B), Skinner sustenta:

Uma tal tecnologia é eticamente neutra. Ela pode ser utilizada por um vilão ou por um santo. Não há nada nessa metodologia que realmente determine os valores que governam seu uso. (Skinner 1971, p. 150.)

Mesmo que isso seja verdade, simplesmente observamos que pode haver alguma coisa no contexto social dessa utilização que determine os valores de acordo com os quais tal metodologia é utilizada. A respeito de (C), ele supõe que a eficiência dos procedimentos tenha sido adequadamente estabelecida.

Se as alegações de Skinner a respeito de (A)–(C) forem corretas, e se uma resposta negativa para (D) puder ser sustentada, então pensamos que se poderia argumentar que a urgência dos problemas da sociedade requeira o desenvolvimento do programa de Skinner, mesmo às custas do entendimento abrangente. Estes são os tipos de consideração que, razoavelmente, levariam alguém a aceitar a primazia do objetivo de controle. Elas são considerações substantivas, obviamente carregadas de valores, e que não derivam da consideração da natureza da ciência. De fato, não é óbvio que essas alegações sejam corretas. Achamos que elas não são (*cf.* Chomsky 1973), mas não vamos defender nossa concepção aqui.

(D) levanta um tipo diferente de questão. Como argumentamos na seção anterior, se houver efeitos colaterais de um certo tipo, a pesquisa dentro do programa de Skinner vai deixar de detectá-los. O perigo que acompanha o controle enquanto critério, da mesma maneira, está presente em relação ao controle enquanto um objetivo a ser perseguido. É claro que o perigo desaparece se puder ficar estabelecido que o programa é adequado para produzir um entendimento abrangente. Mais uma vez, isso evidencia a importância metodológica das interpretações para o programa de Skinner. Sem elas, no atual estágio de desenvolvimento do programa, não há qualquer razão resultante de dentro do próprio programa para acreditar que efeitos colaterais indesejáveis estejam ausentes. Parece claro que a legitimidade do controle como um objetivo depende de uma resposta negativa para (D). Contudo, agora parece que uma tal resposta poderia ser sustentada apenas como consequência de um relato (potencialmente) abrangente do comportamento humano. O controle, enquanto um objetivo, não pode ser legitimado independentemente da busca do objetivo de entendimento abrangente.

7. Observações finais

Argumentamos que nem a predição, nem o controle do comportamento, nem sua combinação são um critério neutro para a avaliação de uma teoria ou programa científico. Isto está de acordo com um certo tipo de predição, o tipo relevante determinado a curto prazo pelo conteúdo da teoria que está sendo testada, sendo essencial para sua confirmação. A inteligibilidade do apelo à predição e ao controle do comportamento, como critérios, e não apenas à inteligibilidade e unidade do pensamento de Skinner, depende do compromisso com o que denominamos a concepção de Skinner da natureza humana. Assim, essa concepção da natureza humana deve assumir um grande ônus.

Nossa explicação dessa concepção (seção 1, acima) envolveu a enunciação de três teses de força crescente. A aceitação de (3) é fundamental para a inteligibilidade do controle do comportamento como um critério. (2) é fundamental para aquela da predição do comportamento como um critério, e é uma concepção amplamente compartilhada na psicologia contemporânea, embora sem unanimidade. Sua aceitação não se restringe aos behavioristas. Por exemplo, ela é aceita também por aqueles que sustentam que o desempenho de uma pessoa em certos testes está fundamentalmente sob o controle de variáveis genéticas. Entre aqueles que aceitam (2), há ênfases variáveis. Skinner enfatiza o papel do ambiente, e desenvolve um programa com metodologia apropriada, assim como fazem outros que enfatizam a herança genética. Estas são apenas ênfases diferentes, que refletem juízos diferentes sobre as variáveis predominantes, e não concepções diferentes. Todos eles se submeteriam em algum momento ao teste da predição (e do controle) do comportamento.

(2) acarreta (1), mas (1) não é suficiente para a inteligibilidade da predição e do controle do comportamento como um critério [de maneira mais exata, como um critério único e exclusivo]. Está de acordo com (1) a visão (fundamental para a concepção da natureza humana que motiva a psicologia cognitiva; cf. cap. 2, seção 3, e cap. 8) de que a estrutura mental de uma pessoa contribui *significativamente* para seu comportamento. Algumas versões dessa concepção podem sustentar que o comportamento é um produto da operação de leis funcionais; e

que explicar um comportamento envolve o conhecimento das leis funcionais que concorrem para sua produção. Mas pode não haver qualquer “lei” funcional não-trivial que ligue um comportamento com fatores ambientais e genéticos. As únicas leis funcionais podem envolver variáveis internas (mentais). Nestes casos – de grande relevância na psicologia cognitiva –, a explicação funcional requer referência à mente, e, neste sentido, a contribuição da mente é significativa. (1) implica que as variáveis internas sejam causadas por fatores ambientais e genéticos (da maneira acima esboçada). Há quem aceite a importância da mente, e postule que ela tem certo grau de autonomia em relação às variáveis externas. Outros encaram a relação entre variáveis internas e externas como uma questão, em última instância, de determinação empírica, mas não sujeita a uma investigação séria até que o caráter das estruturas mentais e seu modo de operação sejam empiricamente determinados.

Delineamos duas concepções conflitantes da natureza humana (cap. 2, seção 3). Dependendo daquela que seja aceita (se uma delas for), com sua ênfase particular, diferentes tipos de programas teóricos e empíricos são aceitos como inteligíveis, e diferentes juízos podem se seguir sobre a legitimidade das aplicações. Faz diferença qual delas aceitamos, se aceitamos alguma.

Em que bases, então, se fundamenta um juízo racional? Não sabemos de quaisquer argumentos *a priori* que coloquem a questão de um jeito ou de outro (embora não haja falta de argumentos *a priori* ruins disseminados pela literatura). Além disso, a curto prazo, os argumentos empiricamente fundamentados deixam de decidir a questão, e apelar para a predição e controle seria raciocinar de maneira circular. A longo prazo, a concepção que subjaz à teoria mais bem confirmada receberia apoio empírico, mas estamos longe disso.

Talvez algumas considerações metodológicas gerais sejam relevantes? Skinner sugeriu que é da natureza da investigação científica que sua concepção seja mais confirmada (Skinner 1971, p. 101), como discutimos na seção 3. Isso é verdade, desde que a pesquisa se restrinja ao programa de Skinner, pois nele, quanto maior for o número de leis funcionais descobertas, maior a confirmação da teoria, e, portanto, da concepção subjacente. E como vimos, nenhuma quantidade de pesquisa inteiramente dentro do programa precisa revelar seus limites, se eles

existem. O programa, em outras palavras, pode confirmar a concepção, mas nunca vai testá-la. Segundo muitos cânones metodológicos, isso é uma fraqueza, e não uma força.

Esse comentário conduz à sugestão de que um programa baseado na segunda concepção (aquela ligada à psicologia cognitiva) é menos restritivo, uma vez que, no limite, ele admite uma teoria que apóia o primeiro como um resultado possível entre outros, e, assim, torna possível testar o primeiro (*cf.* cap. 8). A sugestão é a seguinte: todas as concepções admitem que o comportamento esteja funcionalmente relacionado com variáveis internas. Se são admitidas hipóteses a respeito dessas variáveis, então parece ser possível, em princípio, determinar empiricamente se elas possuem qualquer autonomia em relação às variáveis externas, e se não possuem, se apenas (1) ou, além disso, (2), ou mesmo (3) é apoiada. Em tal programa, parece que (2) e (3) são resultados possíveis; no programa de Skinner, essa possibilidade é descartada desde o início. Colocada dessa maneira abstrata, essa sugestão parece persuasiva. Na prática, ela vai ter pouca força a menos que certas condições sejam satisfeitas. Vamos mencionar apenas uma: que os comportamentos sejam individuados da mesma maneira no contexto de duas concepções da natureza humana. É duvidoso que eles sejam. No contexto da primeira (behaviorista), eles são em geral individuados em termos de suas características físicas, seus efeitos no ambiente, as contingências do reforço que os controlam, ou os operantes dos quais eles são membros. No contexto da segunda (cognitivista), os comportamentos são considerados ações cuja individuação é inseparável das intenções correspondentes. A questão aqui envolvida é se há uma estrutura na qual as teorias formuladas no contexto das diferentes concepções da natureza humana possam ser diretamente comparadas, ou se elas são realmente incomensuráveis. Isso é muito complicado para resolvêmos aqui. [Para uma discussão de questões correlatas, mais gerais, *cf.* Lacey (1999, caps. 7, 9 e 10).]

O ônus da prova ainda recai sobre a concepção de Skinner da natureza humana. Sem ela, suas teses e seu programa são ininteligíveis, assim como a alegação de que a predição e o controle do comportamento são critérios neutros para avaliar as teorias científicas.

Esses argumentos levantam algumas questões difíceis, com implicações de longo alcance: (1) Como está justificado racionalmente o compromisso com uma concepção da natureza humana? Ela está sujeita a uma justificação racional, ou é tema apenas para uma explicação psicológica, sociológica ou histórica? (2) É possível realizar uma pesquisa psicológica sem o compromisso com uma concepção da natureza humana? Se é assim, isso é preferível? Esta questão não diz respeito aos compromissos conscientes de um pesquisador, mas se a inteligibilidade do programa, do qual a pesquisa faz parte, deve fundamentar-se em uma concepção da natureza humana. (3) É coerente alguma coisa como a distinção empirista lógica entre os contextos de descoberta e de justificação? Por exemplo, poder-se-ia sustentar que a existência de qualquer programa deriva de uma concepção da natureza humana ou é por ela motivada, mas que se deve deixar para possível comprovação empírica qualquer coisa diferente de um compromisso provisório com um programa? Se se pode sustentar uma tal posição, pareceria que isso requer uma metodologia que não impeça opções empiricamente concebíveis.¹⁰ Tal metodologia poderia, por exemplo, encorajar o desenvolvimento de teorias e programas conflitantes, naqueles casos nos quais o conflito não está sujeito, nos estágios iniciais de desenvolvimento, a qualquer tipo de comprovação direta. Quais seriam as consequências de uma tal posição no que diz respeito à legitimação das aplicações?

¹⁰ Chosmky (1973) nota que a metodologia restritiva de Skinner, que proíbe a formulação de certos tipos de teorias, impede certas opções empiricamente concebíveis, e que algumas de suas interpretações carecem de apoio empírico. Ele conclui disso que o pensamento de Skinner está a serviço de fins ideológicos, ao invés de científicos. As questões que levantamos não descartam a possibilidade de que toda pesquisa em psicologia seja ideológica neste sentido.

CAPÍTULO 4

CHOMSKY SOBRE A ANALOGIA ENTRE A AQUISIÇÃO DE LINGUAGEM E A FORMAÇÃO DE TEORIA

1. Teorias e dados empíricos

Fatos anômalos às vezes ocasionam novas teorias científicas, e novas teorias, freqüentemente, provam seu valor ao conduzir à descoberta de novos fatos. Houve época em que se pensou também que os fatos pudessem contribuir para o processo de produção de novas teorias. Pensava-se não apenas que as teorias podem ter lugar por causa de fatos que necessitem de uma explicação que não pudesse ser dada por teorias anteriores, mas também que elas surgem, de algum modo, a partir dos fatos. As teorias são indutivamente derivadas dos fenômenos. Segundo esta concepção, a ciência utiliza métodos sistemáticos que, simultaneamente, funcionam como uma *heurística*, geradores de hipóteses teóricas a partir de fatos (que, usualmente, são regularidades experimentais ou derivadas de observações), e como *justificadores* da aparente legitimidade das hipóteses assim produzidas. Esta concepção expressa reservas a respeito da separação dos contextos de descoberta e justificação, que está muitas vezes disseminada em escritos atuais de filosofia da ciência. Entretanto, os primeiros pensadores científicos modernos, como Bacon e Newton, perguntavam de que outro modo poderíamos explicar o rápido crescimento do conhecimento científico que eles testemunhavam. A ciência lhes parecia começar com a atividade experimental, produzindo então teorias (aparentemente, de acordo com procedimentos publicamente acessíveis e que pudessem ser aprendidos), em torno das quais, em geral, convergia rapidamente o acordo de todos os investigadores. Além disso, produziu algumas grandes teorias que foram notavelmente bem sucedidas, primeiro resistindo ao desafio experimental e, mais tarde, na era científica, chegando a dar forma a aplicações tecnológicas poderosas. Esses fenômenos do empreendimento científico – a convergência de juízo sobre as teorias e o sucesso delas – poderia certamente ser explicado se as teorias realmente surgissem de

dados experimentais por meio de procedimentos explícitos que fossem simultaneamente heurísticos e justificadores.

No início da era científica, havia uma explicação alternativa desses fenômenos, devida sobretudo a Descartes. De acordo com ela, a mente humana possui em si o poder de produzir certo conhecimento dos princípios gerais do mundo físico. Os princípios gerais assim derivados condicionam fortemente a classe das hipóteses científicas aceitáveis, e, desta classe, são aceitas aquelas que melhor se ajustam aos dados experimentais. Segundo esta concepção, a convergência dos investigadores em torno de uma teoria é explicada pelo poder compartilhado de chegar a conhecer os princípios gerais, e o sucesso das teorias, pela verdade desses princípios. Os experimentos possuem um importante papel nessa concepção, não para produzir os princípios fundamentais de uma teoria, mas, ao contrário, para completar os parâmetros deixados em aberto pelos princípios gerais.

Nenhuma dessas concepções permaneceu aceita em geral. A razão disso é bem conhecida e não vamos aqui recontá-la. Notamos apenas que permanecem conosco aqueles dois fenômenos – a convergência e o sucesso. Como podem eles ser explicados se não houver procedimentos para ir dos dados experimentais à teoria, ou se a mente humana não estiver, de algum modo, sistematicamente sintonizada com o mundo físico?

Os filósofos da ciência atuais, como já dissemos, freqüentemente, sustentam uma divisão nítida entre os contextos da descoberta científica e da justificação. Além disso, simplificando um pouco, a concepção mais comum (empirismo lógico e racionalismo crítico) nega que haja procedimentos sistemáticos para produzir novas hipóteses (e se, às vezes, se pode identificar um procedimento gerativo, ela nega que isso tenha algo a ver com a justificação da hipótese); nem há condicionantes *a priori* das classes de hipóteses aceitáveis. No contexto de descoberta, reina a “livre criatividade,” e apenas a análise sociológica ou psicológica ali se aplica. Qualquer hipótese pode se considerar; aquelas que são aceitas dependem de como elas se saem no contexto de justificação. Este é o domínio da análise lógica, no qual as credenciais racionais das teorias científicas aceitáveis são examinadas. Assim, quando desejamos avaliar uma teoria, podemos desconsiderar o contexto e as contingên-

cias de sua origem. É preciso apenas examinar o tipo de relação que ela guarda com os fatos observados. Em qualquer caso, pode haver desacordo a respeito da classe relevante de fatos observados a considerar, e há diversas escolas concorrentes de pensamento – indutivistas, falseacionistas, etc. – a respeito exatamente de qual é a relação lógica adequada entre as teorias e os fatos observados [*cf.* Lacey 1998a, cap. 3; 1999, cap. 3]. Mas essas divergências não são nossa preocupação aqui.

Qualquer que possa ser a relação lógica exata entre as teorias e os fatos observados, não há passos dedutivos desde os fatos até as teorias, e as relações que fundamentam qualquer grau de apoio indutivo que os fatos confiram às teorias não são, ao mesmo tempo, relações a serviço do papel heurístico de produzir teorias. O apoio às teorias depende de elas conferirem explicações para um adequado domínio de fatos. Se a explicação for analisada como uma variante da análise essencialmente sintática de Popper (1959) e de Hempel (1965), então qualquer domínio de fatos pode, em princípio, ser explicado por um número indefinido de teorias mutuamente incompatíveis. Os lógicos indutivos não foram bem sucedidos em descobrir qualquer função de apoio indutivo que pudesse escolher uma teoria, dentre este número indefinido, como aquela que melhor se apóia em dados. As teorias são subdeterminadas pelos fatos. Ainda assim, os dados podem possuir um papel seletivo fundamental: dadas duas teorias incompatíveis explicitamente formuladas, em princípio, apelando para uma maior classe de fatos (a classe na qual seu ponto de divergência produz previsões contraditórias), podemos razoavelmente escolher uma delas. Entretanto, enquanto a relação com os dados possa ser suficiente para, em princípio, fundamentar o juízo de que uma teoria T_1 é melhor que uma outra, T_2 , restam, em princípio, diversas outras teorias – ainda por serem formuladas, que possam talvez envolver categorias fundamentalmente diferentes daquelas de T_1 – e que seriam apoiadas pelos mesmos dados que apóiam T_1 . As bases para esse tipo de seleção entre teorias incompatíveis não eliminam a subdeterminação das teorias pelos fatos observados [*cf.* Lacey 1998a, cap. 1].

Assim, as teorias não apenas são falíveis, mas se, de fato, seu apoio vem de suas relações com os fatos, então não seria surpresa se descobertas factuais subsequentes refutassem T_1 e apoiassem uma de suas

diversas competidoras incompatíveis (potenciais), embora, no momento, ainda não formulada. Popper enfatiza que, de fato, a história da ciência revela uma seqüência de teorias falseadas, apelando com isso para os fenômenos da atividade científica para apoiar sua análise da inferência científica. Em outras palavras, ele pretende dar conta da racionalidade do movimento histórico da ciência inteiramente com uma lógica da justificação, complementada com uma explicação da “criatividade livre” das inovações teóricas. Assim como a teoria neodarwinista explica a sobrevivência de uma nova espécie, enquanto que, de sua perspectiva, o aparecimento de uma nova espécie é “ocasional” (isto é, algo não-explicado pela teoria, embora as mutações genéticas possam ser explicadas, por exemplo, pela teoria física), do mesmo modo, Popper explica a lógica por meio da qual uma nova teoria é justificada (e, assim, depois articulada, testada e talvez aplicada), ao mesmo tempo em que deixa sua origem sem uma explicação racional (embora possa haver uma explicação parcial dada pela teoria sociológica ou psicológica).

2. O sucesso teórico e a convergência da avaliação científica

A avaliação de Popper sobre a história da ciência é amplamente correta, e qualquer explicação do caráter das teorias e inferência científicas deve ser compatível com ela. Mas tê-la em conta não deve desviar nossa atenção dos dois fenômenos que tanto impressionaram Bacon e Newton. Vamos então redescrivê-los.

Primeiro, o fenômeno do *sucesso teórico*. Os cientistas foram notavelmente bem sucedidos em produzir teorias que geraram novas previsões por períodos de tempo significativos. Além disso, tais teorias, se rejeitadas, costumam ser conservadas como aproximações, casos especiais ou limítrofes das teorias que as sucederam. Popper está certo sobre o fato de que as boas teorias, em última instância, tendem a ser consideradas falsas – mas não “muito falsas”! As teorias produziram descobertas, e o movimento histórico das teorias deixa para trás um resíduo de conhecimento consolidado, sobretudo a respeito das estruturas dos objetos de nível intermediário e das generalizações sobre eles, em geral (embora haja exceções importantes), um tipo de conhecimento consolidado por nossa fabricação de objetos que se prestam consis-

temente a nossos fins, com base em tal conhecimento, o tipo que é expresso na termodinâmica básica, na teoria molecular e na teoria eletrônica.

Segundo, o fenômeno da *convergência das avaliações teóricas*. Embora seja amplamente reconhecido que os fatos disponíveis subdeterminam a melhor das teorias [cf. Lacey 1998a, cap. 1, para um relato mais nuançado], e, assim, que os fatos à mão não conferem qualquer privilégio à atual T_1 ao invés de suas alternativas não-formuladas, os cientistas, em geral, não fazem proliferar as teorias (como Feyerabend 1965 insiste que eles devam fazer). Mesmo que os cientistas reconheçam implicitamente, ainda que, talvez, de forma abstrata, que dentre as teorias à espera de formulação vai haver provavelmente uma que seja melhor que T_1 , eles não têm pressa de procurar por ela. De forma impaciente, eles vão dizer que, se alguém aparece com uma alternativa formulada, então vão avaliar suas credenciais, mas, apenas em alguns momentos, vão sentir a necessidade de uma alternativa (Kuhn 1962; cf. Lacey 1999, cap. 7). As novas teorias parecem emergir quando as antigas experimentam dificuldades; quando elas, repetidamente, deixam de explicar fenômenos relevantes, que são considerados claramente dentro de seu domínio, quando novos fenômenos são descobertos (talvez independentemente da teoria, ou como sub-produtos acidentais da atividade experimental), que levam a teoria ao limite – em especial, se se suspeita que esses fenômenos possam prestar-se a um uso tecnológico (cf. Lacey, no prelo), quando a teoria deixa de ser profícua (uma fonte de novas explicações e novas descobertas), quando o domínio de suas instâncias confirmadas deixa de se expandir. Espera-se das teorias que elas sejam agentes de descoberta, e que seja maximizada a generalidade do escopo de sua instânciação confirmada. As fraquezas de uma teoria nestes domínios abrem o caminho para uma nova teoria. Embora os fatos subdeterminem a teoria, ao se confrontarem com os mesmos fatos, em geral e quando certas dificuldades não são experimentadas, diferentes cientistas não chegam a diferentes teorias. A prática científica, tal como refletida na ausência normal de proliferação de teorias, não é atingida pela subdeterminação das teorias.

Estes dois fenômenos, o sucesso teórico e a convergência, são anômalos na análise de Popper; pois, embora compatíveis com suas linhas

gerais, eles permanecem inexplicados. Que tipo de explicação para esses fenômenos é possível?

3. A comparação de Chomsky entre a criatividade lingüística e a criatividade científica

Chomsky analisou o fenômeno da convergência teórica (Chomsky 1975, 1979). Voltando às intuições cartesianas, ele sugere que procuremos explicar a convergência a partir da estrutura da mente, *como uma entidade biológica*. A idéia de Chomsky é notavelmente simples. Primeiro, ele “domestica” a criatividade, sustentando que ela é uma característica humana comum e virtualmente universal, e não apenas o privilégio de uns poucos abençoados com talentos especiais, embora, de fato, os poderes criativos de alguns sejam maiores que aqueles de outros. Em segundo lugar, ele argumenta que “o uso criativo da linguagem” (cf. cap. 1, seção 3) é uma parte essencial da comunicação lingüística. As pessoas agem, de hábito e irrefletidamente, de forma criativa no discurso quando proferem (e compreendem) novas sentenças que são apropriadas a novas situações. Esta “criatividade rotineira” é possível porque, ao adquirir uma língua, as pessoas internalizam sua gramática, sendo que a gramática pode ser encarada idealmente como um conjunto finito de regras que podem gerar todas as sentenças gramaticais da língua e apenas elas. A gramática produz, então, (idealmente) todas as sentenças que um falante de uma língua pode produzir e entender. Assim, há condicionantes sobre a criatividade do desempenho lingüístico, condicionantes que, ao mesmo tempo em que impõem limites, tornam possível o poder comunicativo da linguagem. A criatividade lingüística “livre” dificilmente funcionaria no contexto da comunicação. Essa observação é importante. Se verdadeira, ela sustenta a compatibilidade entre a criatividade e os condicionantes, inclusive aqueles que confinam os produtos criativos possíveis a modos governados por regras. (Para evitar desentendimento, notemos que Chomsky não chega a sustentar que os próprios atos criativos são governados por regras; apenas que a aplicação recursiva de um conjunto de regras define os produtos possíveis da criatividade. De acordo com Chomsky, permanece aberto a futuras pesquisas descobrir como esse conjunto de regras está relacionado com os processos que produzem o ato criativo.)

Em terceiro lugar, Chomsky desenvolve uma analogia entre a aquisição de linguagem e a formação de teoria científica, que é a chave para sua explicação do fenômeno de convergência teórica. Vamos delinear agora, esquematicamente, os principais aspectos dessa analogia.

O ponto de partida. Em ambos os casos, os dados empíricos de um tipo são a ocasião para a atividade intelectual subsequente. As crianças são expostas a uma comunidade lingüística que lhes oferece os dados lingüísticos que consistem em amostras limitadas, fragmentadas e, às vezes, degeneradas, de uma língua. O teórico começa com a reunião de um conjunto de dados observacionais.

O produto. Ao adquirir a linguagem, a criança internaliza a gramática de uma língua específica. O teórico produz uma teoria, um conjunto de princípios gerais, a respeito de estrutura e lei, que possui conseqüências sobre o comportamento dos objetos no domínio da teoria, e que explica os dados empíricos iniciais. A criança, por assim dizer, ao internalizar a gramática, produz (implicitamente, e não consciente ou deliberadamente) uma teoria que explica os dados (as amostras lingüísticas) aos quais ela foi exposta. Notemos que, tanto para a criança quanto para o teórico, explicar os dados iniciais pode envolver a eliminação de alguns deles como “defeituosos.”

As conseqüências. As crianças se tornam capazes de produzir (e de entender) novas sentenças (isto é, sentenças com as quais elas não se confrontaram antes – não utilizaram, ouviram ou leram). E o teórico se torna capaz de gerar predições a respeito de fenômenos previamente desconhecidos ou não-observados.

A subdeterminação do produto. Assim como qualquer conjunto de dados empíricos subdetermina o que a teoria explicativa apropriada pode ser, do mesmo modo, as amostras lingüísticas encontradas na experiência subdeterminam a gramática correta. Muitas gramáticas podem produzir essas amostras, com descrições gramaticais apropriadas. Além disso, Chomsky sustenta que não há quaisquer regras indutivas que gerem as teorias a partir dos fatos. De forma análoga, a gramática não pode ser gerada a partir das amostras por meio de generalização, associação ou abstração (ou qualquer outro equivalente psicológico da indução que os psicólogos empiristas tenham postulado).

O produto único. Expostas à mesma comunidade lingüística, as crianças internalizam a mesma gramática. E, ao lidar com os mesmos dados, os teóricos produzem (ou, mais exatamente, tendem a aceitar) a mesma teoria.

Um problema. Da subdeterminação e exclusividade do produto resulta o paralelo lingüístico do problema de explicar a convergência das teorias científicas. Dado que a gramática é subdeterminada pelas amostras de uma língua que uma criança experienciou, como podemos explicar que as crianças expostas a uma dada comunidade lingüística internalizam a mesma gramática?

De fato, ninguém se surpreende com o fato de que as crianças expostas a um ambiente de fala em português aprendam a gramática do português, ao invés da gramática de uma outra língua, e (mais importante) ao invés de uma outra “gramática” que poderia dar sentido às amostras lingüísticas às quais a criança foi exposta. A questão de Chomsky provém de seu reconhecimento de que este fenômeno bastante conhecido não é fácil de explicar. Ele sustenta que a aquisição de linguagem, embora seja conhecida e quase rotineira com a maior parte das crianças, é um feito intelectual notável; e propõe que ele deveria ser encarado como uma espécie de inferência para a melhor explicação de uma classe de fatos. Não vamos discutir se esta é ou não a abordagem mais profícua no estudo da aquisição de linguagem. Ao contrário, propomos conferir se a solução de Chomsky para o problema da convergência gramatical conduz, por meio da analogia, a uma boa explicação para a convergência das teorias científicas.

4. A solução de Chomsky para o problema da convergência

A solução de Chomsky pressupõe que a convergência – de gramática e de teoria – só possa ser explicada de uma das seguintes maneiras: ou em termos de um conjunto de regras (a maneira *empirista*), regras que, sendo aplicadas aos dados, produzem uma única teoria, ou, no máximo, um domínio muito restrito de teorias; ou em termos de um intercâmbio entre os dados e um conjunto de condicionantes derivados da natureza da mente humana (a maneira *racionalista*). Ele rejeita o primeiro modo com base no fato de que nenhum conjunto de regras ou procedimentos propostos por teorias empiristas da aprendizagem se-

quer chega perto de ser bem sucedido. O segundo modo remonta à solução cartesiana mencionada acima. Descartes sustentava que a mente, por seus próprios poderes, pode chegar a conhecer com certeza um conjunto de princípios que, uma vez conhecidos, condicionam de modo apropriado a classe de hipóteses aceitáveis. (A interpretação de Descartes seguida ao longo desse capítulo deriva de sua prática científica e observações explícitas na parte 3 de seus *Princípios da Filosofia*.) Chomsky não busca princípios *a priori*. Ao contrário, ele procura pelo caráter biológico da mente, antecipando que isso vai fornecer os condicionantes sobre a classe das hipóteses que a mente humana pode considerar.

Chomsky faz a conjectura de que a mente humana está especialmente adaptada (biologicamente) para aprender a linguagem (Chomsky 1980). Esta própria conjectura geral que, de fato, pode ser parte da explicação para a rapidez e facilidade com as quais as crianças aprendem sua primeira língua, é complementada com propostas mais concretas. (a) A mente humana possui condicionantes sobre a classe de gramáticas que podem ser adquiridas (espontaneamente). (b) Tais condicionantes (“universais lingüísticos,” “princípios da gramática universal”) delimitam de maneira restritiva a possível variedade de línguas humanas; formulados abstratamente, eles definem a classe de gramáticas possíveis. (c) Exatamente, como os universais lingüísticos – aspectos inatos da mente – interagem com os dados para produzir a gramática real, isso parece não ser uma parte fixa das diversas formulações que Chomsky faz de sua teoria. Em escritos mais antigos (Chomsky 1972), ele sugere que adquirir a linguagem é (ou pode ser modelado como) selecionar a partir da classe de gramáticas possíveis aquela que melhor se encaixa às amostras experienciadas pela criança. Os condicionantes sobre as gramáticas possíveis são suficientemente restritivos de modo que uma amostra pouco extensa reduz as possibilidades relevantes a apenas uma. Mais tarde, contudo (Chomsky 1980), ele sugere que a mente está estruturada por princípios inatos altamente restritivos (que impõem condicionantes sobre qualquer gramática que possa ser aprendida), mas com parâmetros deixados em aberto, para serem fixados pela experiência. A linguagem é então adquirida quando a criança, a partir de sua experiência limitada, fixa esses parâmetros.

(d) Chomsky oferece uma lista de alguns dos supostos universais lingüísticos.

Para evitar qualquer má compreensão, deve-se dizer que a proposta de Chomsky é neocartesiana na medida em que apela para conteúdos da mente como condicionantes sobre hipóteses aceitáveis; ao contrário de Descartes, ela não alega ser capaz de chegar ao conhecimento desses conteúdos *a priori*. A proposta de Chomsky é uma teoria empírica, ou talvez o “núcleo metafísico” [ou o “pano de fundo” – *cf.* cap. 1, acima] de um programa empírico de pesquisa (*cf.* Lakatos 1978). Ele justifica sua adesão a ela com base no fato de ser ela uma proposta explícita que, em princípio, quando desenvolvida em seus detalhes, parece capaz de explicar a aquisição de linguagem; e cujas rivais explicitamente formuladas são demonstrativamente incapazes de fazer o mesmo. Se a justificativa de Chomsky é sólida ou não, isso não importa para a presente discussão. O que importa por ora é que ela é uma proposta empírica ou o pano de fundo de um programa de investigação empírica. De qualquer forma, ela se abre ao teste à luz de dados empíricos. Por exemplo, segue-se da última proposição de Chomsky que nenhuma língua que possa ser espontaneamente aprendida contenha regras incompatíveis com os universais lingüísticos, e que as línguas deveriam (em um nível apropriadamente abstrato de análise) compartilhar a maior parte dos universais lingüísticos, senão todos.¹

Chomsky especula que a convergência de teorias possa ser explicada de uma forma análoga: a mente humana limita a classe de teorias científicas que podem ser formadas e aprendidas; ela possui “um tipo de ‘gramática universal’ das teorias científicas.” Esses condicionantes definem a classe de “teorias aceitáveis;” eles determinam de forma significativa a forma das teorias que podem ser aprendidas. Mais uma vez, os condicionantes são altamente restritivos, de modo que sua inter-relação com uma quantidade pequena de dados restringe rapidamente a

¹ A proposta de Chomsky oferece ainda um outro exemplo de como a criatividade pode estar sujeita a condicionantes. Como indicamos antes, para ele, o uso criativo da linguagem está condicionado pela gramática internalizada; ora, conjectura-se que o processo criativo de internalizar a gramática esteja condicionado pelos universais lingüísticos.

classe de teorias aceitáveis em um dado domínio a apenas uma teoria. Vejamos as palavras do próprio Chomsky:

(...) sem essas limitações anteriores, poderíamos construir um enorme número de sistemas possíveis de conhecimento, cada um dos quais compatível com o que é dado na experiência. Assim, chegar uniformemente a algum sistema específico de conhecimento que se estenda muito além da experiência seria impossível; poderíamos adotar diferentes sistemas cognitivos, com nenhuma possibilidade de determinarmos qual desses sistemas é, de fato, o correto. Se possuímos um número considerável de teorias que sejam comparáveis em credibilidade, isso é virtualmente o mesmo que não possuir teoria alguma. (Chomsky 1979, p. 65.)

As [teorias da aprendizagem] envolvidas na investigação científica, o que quer que elas possam ser, devem ser especiais e restritivas, ou seria impossível para os cientistas convergir em seus juízos sobre teorias explicativas particulares que vão muito além da evidência à mão, como eles em geral fazem naqueles poucos campos nos quais há realmente progresso significativo, ao passo que, ao mesmo tempo, rejeitam grande parte da evidência como irrelevante ou sem importância, pelo menos no momento. (Chomsky 1975, pp. 24–5.)

Programaticamente, a existência de tais condicionantes, “universais teóricos,” poderia explicar a convergência das teorias. Mais uma vez, assim como em relação ao programa de pesquisa de Chomsky para o estudo da aquisição de linguagem, essa proposta representa uma hipótese empírica. Assim, que haja condicionantes, isso não é dado *a priori*, e se os há, seu caráter pode ser descoberto apenas no curso de uma investigação empírica. É compatível com isso que haja condicionantes sobre os princípios explicativos apenas de *alguns* domínios de investigação. Há convergência em torno das teorias em física; assim, se Chomsky estiver certo, há condicionantes significativos que operam na atividade teórica no domínio da física. Talvez, sugere Chomsky, a ausência de convergência em alguns outros domínios, por exemplo, na psicologia, se deva à inexistência de condicionantes relevantes. Assim, alguns domínios podem carecer de teorias acessíveis. Isso não impede uma investigação empírica sobre eles, mas tal investigação vai produzir

provavelmente apenas generalizações empíricas de baixo nível e uma proliferação de teorias explicativas provisórias.

Pensando os seres humanos como organismos biológicos no mundo natural, é apenas um feliz acidente se acontecer de sua capacidade cognitiva ser bem adaptada à verdade científica em alguma área. Não seria surpresa alguma, então, que haja tão poucas ciências, e que uma parte tão grande da investigação humana deixe de alcançar qualquer profundidade intelectual. A investigação da capacidade cognitiva humana poderia nos dar algum entendimento sobre a classe das ciências humanamente acessíveis, possivelmente, um pequeno subconjunto daquelas ciências possíveis que lidam com assuntos a cujo respeito esperamos (em vão) atingir algum conhecimento e entendimento (...) Não se exclui que as capacidades humanas de formulação de ciências simplesmente não se estendam a esse domínio [do desempenho lingüístico], ou qualquer outro domínio que envolva o exercício da vontade, de modo que, para os seres humanos, essas questões vão sempre estar envolvidas em mistério. (Chomsky 1975, p. 25.)

Notemos o elemento novo introduzido na citação acima: “é apenas um feliz acidente se acontecer de sua capacidade cognitiva ser bem adaptada à verdade científica em alguma área.” Seria isso uma indicação de que uma conjectura sobre “universais teóricos” poderia explicar não apenas o fenômeno da convergência, mas também o sucesso das teorias científicas? (A herança cartesiana é, de fato, pronunciada.) Retornaremos depois a esse assunto.

As propostas de Chomsky sobre a aquisição de linguagem se tornam algo mais que apenas o “núcleo metafísico” de um possível programa de pesquisa, com suas tentativas concretas de especificar o que os universais lingüísticos são, e com a confirmação de que esses supostos universais são encontrados amplamente nas línguas, sem exceção. Se Chomsky está certo sobre a convergência de teorias, em relação a um domínio tal como a física, no qual algumas teorias profundas foram desenvolvidas no curso de uma longa tradição, dever-se-ia ter em mente os condicionantes sobre a classe das teorias acessíveis, e todas as teorias físicas deveriam possuir características formais importantes em comum, que podem ser abstratas, embora devam ser suficientemente específicas para assegurar a convergência na interação com da-

dos empíricos. Diferentemente do caso da aquisição de linguagem, Chomsky não oferece nenhuma proposta específica sobre o que poderiam ser os “universais teóricos.”

Contudo, a esta altura, a herança cartesiana é sugestiva. De acordo com Descartes, o mundo físico possui apenas características “geométricas” (matemáticas); pelo que ele deve ser entendido por meio de categorias matemáticas. As próprias categorias matemáticas são derivadas da mente humana. Elas não são derivadas empiricamente, nem são meramente arbitrárias, e os fracassos posteriores dos programas empirista e formalista na filosofia da matemática deixam a explicação cartesiana como uma opção não-implausível. Mas, qual é a ligação entre as categorias matemáticas produzidas pela mente e o caráter matemático do mundo físico? Felizmente, o Deus de Descartes, que não é enganador, garante que elas correspondam umas às outras, de modo que, assim, a convergência e o sucesso são explicados de uma só vez. De qualquer maneira, todas as modernas teorias físicas são matemáticas em caráter. Assim, a menos que uma filosofia da matemática empirista ou formalista se estabeleça convincentemente, pode bem ser o caso que as categorias fundamentais da teoria física derivem da estrutura da mente. Esta proposta não é absurda, e se se puder encontrar um meio de investigá-la empiricamente, isso seria uma das maiores realizações; mas, que saibamos, um tal projeto ainda não se iniciou. A proposta de Chomsky não é, então, implausível. Ela é um desenvolvimento de uma rica tradição; mas, por ora, ela parece carecer de uma confirmação positiva. Entretanto, diferentemente da concepção delineada na seção 1, acima, ela realmente oferece a possibilidade de uma explicação do fenômeno da convergência de teorias.

5. Algumas diferenças entre a aquisição de linguagem e a construção de teorias

Segue-se disso que há uma certa urgência em desenvolver esse programa nascente de pesquisa que Chomsky está propondo? Lembremos a premissa inicial do argumento de Chomsky, de que a convergência pode ser explicada em termos ou de um conjunto de regras que gera uma única teoria a partir de um conjunto de dados, ou de condicionantes derivados da natureza da mente. São estas as únicas alternativas?

Antes de respondermos, vale notar que pode haver tentativas de evitar o problema. Poder-se-ia alegar que a convergência é um resultado trivial do fato de que as boas teorias dificilmente acontecem, sendo elas os produtos de atos raros do gênio criativo. Não há uma proliferação de teorias porque não há uma proliferação de gênios científicos. Segue-se que a convergência é um acidente da condição humana contingente. Esta concepção poderia mesmo ser apoiada pela diferença mais gritante entre a aquisição de linguagem e a formação de teoria. Enquanto que, virtualmente, toda criança aprende a falar sua língua materna, poucas *produzem* teorias. Muitas *aprendem* teorias, mas, ao contrário da gramática da língua nativa de uma criança, as teorias são explicitamente ensinadas. Em geral, os estudantes não são confrontados com os dados e deixados a construir a teoria; ensina-se-lhes a teoria explicitamente, mostrando a relação explicativa entre seus princípios fundamentais e os dados que os confirmam. A maior parte daqueles aos quais se ensina uma teoria a assimila e transmite, e uns poucos a desenvolvem mais ("a ciência normal" – *cf.* Kuhn 1962). Geralmente, a questão de produzir uma alternativa talvez não surja porque a maior parte deles careça da habilidade (ou oportunidade – *cf.* Feyerabend 1978) para se concentrar nas anomalias das teorias aceitas, para gerar alternativas.

Isso leva imediatamente à segunda tentativa de superação: de que quando nos concentramos nos poucos grandes inovadores científicos, vemos que há proliferação de teorias. Essa superação nega o fenômeno. Pensemos em Copérnico e Ptolomeu, ou Einstein e Lorentz, casos em que as maiores inovações teóricas, pelo menos inicialmente, envolveram a consideração de mais ou menos os mesmos dados que seus predecessores. E pensemos nas controvérsias entre Descartes, Newton e Leibniz, ou entre Einstein e Bohr. Os primeiros casos são inovações teóricas ocasionadas não por novos dados, mas por um tipo de coerência interna percebida na antiga teoria. Os últimos mostram que a formação e a consolidação de uma teoria se dão com o tempo, através de ensaio e erro, através da proposição, rejeição e transformação de algumas candidatas. Cientistas rivais se confrontam explicitamente uns com as teorias dos outros, criticam suas estruturas e, freqüentemente, produzem novos dados para resolver suas disputas.

Estes são fenômenos interessantes e importantes, que não possuem correlatos no caso da aquisição de linguagem. Entretanto, tais disputas realmente tendem a ser resolvidas com uma solução em torno da qual há uma convergência geral, usualmente com a teoria consolidada possuindo maior poder explicativo com respeito a algum domínio de fatos, no qual muitos dos fatos podem ter sido gerados no curso da controvérsia que precedeu sua consolidação. Em tais ocasiões, a proliferação termina, e não há nenhuma busca ativa por alternativas. Em resumo, a convergência é um fenômeno, mesmo que seu perfil seja difícil de delinear em detalhe. Assim, apesar das tentativas de superação, há um fenômeno a ser explicado. Existem explicações possíveis alternativas para ele além daquele par identificado por Chomsky?

6. O problema do sucesso das teorias

Podemos nos dirigir para uma alternativa ao considerarmos o outro fenômeno que Chomsky não explica: o sucesso das teorias. Em uma das passagens acima citadas, ele indica que seus supostos “universais teóricos” estão “bem adaptados à verdade científica.” Se fosse o caso de vir a ser bem confirmado que eles estão, então teríamos uma explicação para o sucesso, juntamente com aquela da convergência. Até que “universais teóricos” específicos sejam propostos, não se espera uma tal confirmação, nem, obviamente, uma infirmação definitiva. Contudo, esse projeto nos parece ser, de antemão, não-promissor. Lembremos que Descartes tentou levar a efeito um projeto similar. Os princípios derivados da mente deveriam condicionar as hipóteses aceitáveis. Assim, por exemplo, de maneira consistente com seu princípio segundo o qual a essência da matéria é a extensão e, daí, que as distinções materiais devam ser fundamentadas em diferenças de extensão, Descartes formulou a hipótese de que o *continuum* de matéria é composto de partículas de três tamanhos. Com base nisso, ele desenvolveu sua famosa hipótese de que o movimento dos planetas é uma consequência de sua localização em vórtices complicados. Posteriormente, Newton mostrou que a hipótese do vórtice é incompatível com as leis de Kepler do movimento planetário; e, além disso, que sua própria explicação alternativa, que explicava as leis de Kepler, é inconsistente com os princípios cuja certeza Descartes derivou dos poderes de sua mente. A famosa

frase de Newton, "*Hypotheses non fingo*," deveria ser entendida não apenas como apoio a métodos indutivos, mas também como a recusa de submeter os princípios explicativos a condicionantes *a priori*. Assim como, de acordo com Newton, a mente de Descartes não estava "bem adaptada à verdade científica," do mesmo modo, não há nenhuma razão anterior para esperar que os "universais teóricos" estejam mais bem adaptados.

É difícil imaginar como a convergência vá ser explicada sem apelo aos condicionantes de algum tipo. Poderia haver um tipo de condicionante que também explicasse o sucesso? Ou talvez possa haver um tipo diferente de fundamento racional para os condicionantes que também expliquem o sucesso? Vamos indicar agora que há. Nossa sugestão é especulativa, assim como a de Chomsky, e podemos aqui apresentar apenas suas linhas gerais. Enfatizamos que não estamos aqui tentando esclarecer as nuances dessa sugestão, de modo a defendê-la de objeções imediatas, ou relacioná-la com outras concepções que há na literatura (embora notemos que ela possui uma clara afinidade com a concepção de Kuhn). [Cf. Lacey (1998; 1999), para mais detalhes, elaborações e generalizações dessa idéia.]

Uma outra diferença nos dá a indicação que conduz a nossa idéia. A analogia de Chomsky se desenvolve ao tomar a ambas a aquisição de linguagem e a construção de teorias como coisas que se iniciam a partir da exposição a certos conjuntos de dados. Contudo, o ponto de partida da aquisição de linguagem das crianças são as amostras da língua que acontece de elas encontrarem, e para cuja determinação elas contribuem no máximo de modo marginal. De fato, se Chomsky estiver certo, não importa muito que amostras as crianças encontram, elas ainda vão internalizar a mesma gramática. Por outro lado, os cientistas selecionam os dados que vão ser o ponto de partida de sua teorização, dados que, freqüentemente, podem ser obtidos apenas com a observação dos fenômenos em espaços que eles ativamente construíram. Apenas os fatos de certos tipos são relevantes para a formação e consolidação das teorias. Esses tipos de dados são selecionados antes que a construção da teoria comece. Em geral, os dados relevantes teoricamente costumam ser obtidos de situações experimentais ou de outras situações controladas ou sistematicamente observadas. De modo característico,

eles envolvem correlações entre variáveis quantitativas, ou seqüências de pontos de dados que podem ser representados em uma curva. Uma vez que um bom experimento é reprodutível, os dados vão, assim, consistir tipicamente em generalizações de baixo nível que expressem relações entre variáveis quantitativas. Selecionar os dados relevantes de modo que eles sejam quantitativos e reprodutíveis limita significativamente a classe das hipóteses explicativas que podem ser envolvidas. As leis matematicamente formuláveis, e não, por exemplo, princípios teleológicos, podem explicar tais dados. [Recentemente, generalizamos essas observações (Lacey 1998; 1999) – *cf.* nossas observações sobre as “estratégias,” na Introdução.]

Pensamos que esteja claro que nada na estrutura da mente requeira que selecionemos os dados desta forma. Alguns modos de teorizar se baseiam em dados de tipos completamente diferentes: a física de Aristóteles repousa sobre a observação de regularidades naturais da experiência comum; a psicologia de Freud, sobre a evidência da prática clínica; a teoria etológica, sobre a observação sistemática do ambiente natural de uma espécie; e a própria lingüística de Chomsky, sobre os relatos dos indivíduos sobre suas “intuições” gramaticais. A investigação científica *per se* não requer uma seleção que priorize esses tipos de dados, ou que condicione as postulações teóricas àquelas que possam estar relacionadas com eles. Qual é então sua origem na investigação em física? cremos que dois tipos de resposta podem ser dados, um metafísico, o outro, histórico, embora os dois tendam a se fundir. [Em Lacey (1998; 1999), propomos um outro tipo de resposta, fundamentada em relações mutuamente reforçadoras entre adotar certos tipos de condicionantes das teorias (e, reciprocamente, selecionar certos tipos de dados) e sustentar certos valores sociais. Essa resposta está antecipada no capítulo 2, acima.]

Em seu início, a ciência moderna modelou o universo como uma máquina. Isso implicou tanto que as hipóteses teóricas devessem estar condicionadas por categorias mecânicas quanto que a investigação experimental devesse se concentrar em mecanismos simples e movimentos mecânicos. O experimento estudava protótipos do universo em pequena escala e simplificados; as categorias necessárias para expressar os dados reprodutíveis obtidos dele, por sua vez, eram extrapolados como as

categorias gerais da explicação teórica. Os modelos mecânicos eram também matemáticos (“geométricos” – *cf.* Descartes). À medida que alguns fenômenos, tais como a gravitação e a luz, deixavam de se encaixar nos modelos mecânicos simples, o matemático se tornou dissociado do mecânico, e o modelo mais abstrato do universo “escrito na linguagem da matemática” (*cf.* Galileu) recebeu aceitação geral, em qualquer momento, concretizado pela matemática mais rica disponível. Mas permanecia ainda uma relação estreita entre as categorias empregadas nas teorias e aquelas que foram utilizadas para expressar os relatos experimentais ou observacionais; a equação que expressa os resultados observacionais é a solução (pelo menos aproximada) das equações teóricas fundamentais em certos casos limite.

Quando encaramos assim a história da física, vemos que o sucesso das teorias deriva de um ponto de partida em dados reprodutíveis. Em poucos casos, como o movimento dos planetas, os próprios fenômenos se reproduzem. Na maior parte dos casos, contudo, a reprodução é alcançada em contextos que *nós* construímos e nos quais *nosso* controle e conhecimento das variáveis de controle está demonstrado pelo sucesso na reprodução. Em geral, os fundamentos da inferência científica não são a classe de enunciados observacionais, mas certas instâncias de ação bem sucedida nas quais nosso controle sobre um fenômeno está demonstrado. As teorias, sem dúvida, são mais gerais que os dados que as apóiam. Seu sucesso em produzir previsões e novas descobertas mostra que há um número significativo de sistemas fechados (Bhaskar 1978) – sejam experimentais, tecnológicos ou naturais – suficientemente semelhantes aos sistemas que proveram os dados iniciais nos quais os mesmos princípios são exemplificados. O sucesso é, assim, uma consequência da similaridade demonstrada entre os vários sistemas e o mundo, em sua maioria, sistemas feitos pelos seres humanos.

É um fato importante da história da ciência que se mostrou que os princípios teóricos são exemplificados trans-situacionalmente. É também o caso que, à medida que as situações se tornam mais e mais diferentes das situações originais reprodutíveis, há uma tendência de que a exemplificação deixe de ser demonstrada. Tais fracassos, frequentemente, ocasionaram novas teorias. É também um outro fato importante da história da ciência moderna que, frequentemente, a classe de siste-

mas fechados explicada por uma nova teoria contenha a classe explicada pela antiga. Isso confirma que as teorias sejam subdeterminadas pelos dados, mas mostra também que a proliferação de teorias não é necessária (à medida que continua a se expandir o escopo de exemplificação da teoria aceita), desde que se interprete o objetivo principal da atividade científica como algo que produza um conhecimento sólido de sistemas fechados de detalhamento e complexidade cada vez maior.

O desenvolvimento da ciência é acompanhado pela construção de mais e mais sistemas fechados – experimentais e tecnológicos – e a descoberta de mais sistemas fechados “naturais” nos quais os princípios teóricos sejam exemplificados. Nossa vida prática até mesmo se tornou dominada pela interação com tais sistemas. Não há razão para acreditar que haja qualquer limite de princípio a um tal desenvolvimento. Mas, igualmente, não há razão para acreditar que tal desenvolvimento vá produzir um escopo que, em certo momento, em princípio, vá englobar todo o universo [Cartwright 1983; 1999]. O sistema fechado mais rico não precisa coincidir com o universo, a menos que se nos seja dado que todo fenômeno seja não apenas regular, mas também que as categorias que possam representar todas as leis sejam apreensíveis (o que, pelo menos no caso dos fenômenos humanos, como Chomsky, não vemos qualquer razão para crer). O escopo de exemplificações de tais princípios teóricos pode estar confinado apenas àqueles sistemas que possuem as características expressas pelos condicionantes colocados nas teorias. Dito de outro modo, o sucesso empírico e prático certamente justifica que os princípios teóricos expressem certas *tendências* na natureza, mas isso não é suficiente para sustentar que eles expressem *necessidades* na natureza (Bhaskar 1978; cf. Cartwright 1999).

7. Os condicionantes e a prática

Voltemos à premissa inicial de Chomsky: de que a convergência pode ser explicada apenas por procedimentos indutivos ou por condicionantes das teorias derivados da estrutura da mente. Indagamos se não haveria uma terceira possibilidade: de que ela se deve a condicionantes derivados, em primeiro lugar, das características de fenômenos chave experimentais ou práticos, e, depois, abstraídos deles à luz de caracte-

rísticas de outros fenômenos chave experimentais de acordo com a mais rica matemática disponível. Claramente, assim como Chomsky, fizemos pouco mais que propor o “núcleo metafísico” de um programa de pesquisa. Mas isso já sugere algumas possibilidades interessantes [confirmadas em desenvolvimentos recentes de nosso “programa” (Lacey 1998; 1999)]. Um programa vê o sucesso da ciência como sua principal característica; o outro, diz respeito à dicotomia entre os contextos de descoberta e justificação. Uma teoria pode ser avaliada de três pontos de vista:

- (1) seu poder de explicar uma certa classe de dados experimentais e de prever corretamente outros resultados experimentais;
- (2) nosso poder de construir objetos e situações nos quais seus princípios sejam exemplificados – isto é, se ela pode ou não ser aplicada com sucesso;
- (3) seu poder de explicar os fenômenos “naturais” – isto é, fenômenos que não sejam produto nem da atividade experimental, nem da aplicada.

Se há condicionantes das teorias do tipo que sugerimos, então a avaliação de uma teoria do terceiro ponto de vista repousa criticamente sobre o contexto de descoberta. Pois parece razoável sugerir que o poder explicativo geral de uma teoria vá ser limitado àqueles contextos que realmente incorporam ou exemplificam os condicionantes, e é a reflexão sobre o contexto de descoberta que nos habilita a discernir quais são tais condicionantes. Para definir os limites do poder explicativo de uma teoria, os condicionantes devem ser especificados. Se a teoria se aplica à natureza em geral ou não, isso depende de manifestar a natureza em geral tais condicionantes. Deixar de colocar essa questão mostra que se está apenas projetando os condicionantes sobre uma outra concepção da natureza (ou, no caso da psicologia, da natureza humana – cf. caps. 2 e 5).

* * *

Na *Instauratio Magna*, Bacon escreveu a respeito de seu desejo de um conjunto de princípios “não apenas da natureza livre e em geral (quando ela é deixada em seu próprio curso e faz seu trabalho a seu próprio

modo) (...) mas muito mais da natureza sob condicionantes e exigências, isto é, quando, pela arte e pela mão do homem, ela é retirada de seu estado natural, e dominada e modelada.” Além disso, ele afirmava, “a natureza das coisas se trai mais prontamente sob as exigências da arte que em sua liberdade natural.” Estamos sugerindo, talvez, que o que é revelado sob tais exigências da arte seja apenas a natureza das coisas enquanto elas possam estar sob a exigência da arte e naquelas situações naturais que, assim como aquelas criadas por dispositivos experimentais e tecnológicos, estão efetivamente fechadas à influência externa irrelevante.

PARTE 2

AVALIANDO OS PROGRAMAS DE PESQUISA EM PSICOLOGIA: O LUGAR DA INTENCIONALIDADE

CAPÍTULO 5

O PODER EXPLICATIVO DO BEHAVIORISMO RADICAL¹

O programa behaviorista radical de Skinner sempre foi ousado, singular, importante e de grande alcance. Ele também foi controvertido, pois envolveu compromissos com as seguintes concepções (todas elas discutidas detalhadamente nos capítulos 1-3, acima):

1. Todo comportamento humano segue leis. Ele pode ser explicado em termos de princípios (leis, regularidades, generalizações) que podem ser descobertos e confirmados em estudos experimentais de laboratório.
2. Para a maior parte do comportamento humano, inclusive o comportamento verbal e intencional, essas generalizações envolvem apenas relações atuais entre os comportamentos e os fatores ambientais, juntamente com a história passada que uma pessoa tem de tais relações. Outras variáveis, seja da fisiologia, seja da psicologia cognitiva, são desnecessárias para exprimir essas generalizações. (Cf. Skinner 1972, cap. 25, para especificações dessa concepção.)
3. À luz dessas generalizações, controles significativos podem ser exercidos sobre o comportamento humano – controles que, à medida em que são progressivamente implementados, prometem resolver alguns dos problemas sociais mais importantes.
4. A realização de um amplo controle, tanto experimental quanto tecnológico, é um fator crucial, juntamente com a predição, para avaliar as alegações explicativas de um programa de pesquisa.

Skinner reconhece que esses compromissos pressupõem uma concepção particular da pessoa humana. Ele a resume nos termos que já temos freqüentemente citado ao longo desse livro: “Uma pessoa não é um

¹ Este capítulo é de co-autoria de Barry Schwartz e foi publicado originalmente em Lacey e Schwartz 1987.

agente gerador; ela é um lugar, um ponto no qual diversas variáveis genéticas e ambientais se reúnem em um esforço conjunto” (Skinner 1974, p. 168). Reconhecer essa concepção o levou a propor uma revisão fundamental de nosso discurso sobre as pessoas humanas e as relações sociais, uma revisão que desafia as pressuposições que mantêm as instituições sociais e políticas liberais e, de fato, o modo como pensamos as questões morais e políticas em geral. Este capítulo é motivado pela seguinte questão: há apoio suficiente, seja teórico, seja empírico, para os compromissos de Skinner que justifique tomá-los como guias sérios para a ação? Vamos nos ocupar principalmente de avaliar a abrangência do poder explicativo dos princípios do behaviorismo radical.

1. Avaliando a abrangência

Como pode ser avaliada a abrangência dos princípios do comportamento? Muitos se recusam a examinar essa questão, encarando-a como nada mais que uma especulação enganadora, incapaz de receber uma resposta séria enquanto o programa de pesquisa behaviorista radical não estiver suficientemente desenvolvido. De fato, muitos ficam impacientes com o próprio Skinner quando ele tira do behaviorismo radical consequências de longo alcance, e, até aqui, carentes de apoio. Eles percebem que tal especulação é um alvo fácil de crítica, ao mesmo tempo que pouco ajuda a ciência do comportamento. Portanto, antes de apresentarmos nosso principal argumento sobre quão abrangentes são os princípios do behaviorismo radical, devemos comentar um pouco por que uma avaliação da abrangência é importante, mesmo, e talvez especialmente, neste estágio do desenvolvimento da ciência. Há pelo menos três razões importantes para avaliar a abrangência. Elas se aplicam a qualquer programa de pesquisa, em qualquer ciência.

Em primeiro lugar, um programa de pesquisa (*cf.* Lakatos 1978, cap. 2, para uma aplicação à psicologia) oferece orientações positivas para a pesquisa, em grande medida ao indicar o que é uma pesquisa adequada – quais são os métodos, estratégias de pesquisa e hipóteses adequados. Pode-se dizer que ele se define por um objeto de investigação (por exemplo, o comportamento), e por uma classe de parâmetros esboçada em suas linhas gerais, cujos efeitos ele investiga sistemática e

progressivamente de modo a incluir em seu âmbito de explicação mais aspectos, mais complexos e mais importantes, do objeto de investigação. Provisoriamente, ele assume que a classe de parâmetros investigados é suficientemente ampla para dar conta do objeto de investigação. Sem um mapeamento preliminar dos aspectos gerais e fundamentais do objeto de investigação, e sem um argumento sobre a plausibilidade de que os parâmetros em questão seriam suficientes para explicá-lo, não há bases para restringir a investigação do modo requerido pelo programa de pesquisa. Os argumentos metodológicos gerais, se dissociados de um objeto de investigação específico, não podem dar tais bases (*cf.* cap. 1, acima). Assim, por exemplo, o estudo dos parâmetros comportamentais e ambientais, e não daqueles que seriam cognitivos, requer uma defesa substantiva, e não meramente metodológica.

Em segundo lugar, como Skinner (1971) deixa claro, há uma contradição entre a concepção do comportamento humano que dá forma ao programa behaviorista de pesquisa e aquela que dá forma às práticas sociais dominantes. Se esta última concepção estiver correta, o programa behaviorista não pode produzir um relato explicativo abrangente do comportamento. Por outro lado, se a concepção behaviorista estiver certa, e se ela vier a ser amplamente aceita, as práticas sociais justificadas pela outra concepção estariam abaladas e seriam substituídas. Não há aqui espaço para conciliações: ou o programa behaviorista é incompleto de forma relevante, ou certas práticas sociais importantes estão mal concebidas. Se aquele programa de pesquisa for incompleto, uma pesquisa bem fundamentada deve se estender, para além dele, àqueles aspectos do comportamento dos quais tal programa não possa dar conta. Para assegurar então qualquer alegação sobre a *prioridade* do programa behaviorista, é essencial que haja um forte argumento de plausibilidade que sustente sua abrangência.

Em terceiro lugar, os behavioristas tendem a procurar com determinação a aplicação de suas descobertas e, para muitos deles, a aplicação é o principal fundamento racional da investigação experimental. Uma aplicação é lícita apenas se duas condições são preenchidas: se ela for bem sucedida na produção do efeito desejado; e se ela não produzir quaisquer efeitos colaterais indesejáveis. A experimentação pode garantir a primeira. Para garantir a segunda, é preciso explorar o domínio

de variáveis sobre o qual o procedimento de aplicação poderia ter algum impacto. Suponhamos, por exemplo, que seja verdade que o comportamento seja quase que exclusivamente controlado pelas contingências de reforço predominantes, associadas à história passada de reforço do organismo. Se assim é, não se precisa procurar para além do escopo do behaviorismo para averiguar se há efeitos colaterais, e poder-se-ia razoavelmente esperar que um procedimento que apenas recoloca as contingências predominantes não produziria efeitos adversos nos seres humanos. Mas nossa expectativa seria diferente se comportamentos importantes não pudessem ser explicados em termos dos princípios behavioristas, mas, ao contrário, exigissem, digamos, recurso a princípios da psicologia cognitiva. Então, alcançar o controle através de um procedimento aplicado poderia bem envolver a modificação de fatores cognitivos dos quais os princípios behavioristas não dão conta, embora eles possam ter importância humana fundamental (*cf.* cap. 3, acima). Um exemplo desse tipo de efeito colateral é a demonstração de Schwartz (1982) de que a história de reforço para respostas individuais bem sucedidas diminuiria a habilidade das pessoas para descobrir eficientemente generalizações. Uma vez que raramente os analistas do comportamento avaliam se as aplicações são lícitas à luz de postulações de programas de pesquisa concorrentes, ou das pressuposições que subjazem às práticas sociais dominantes, segue-se que eles presumem que é lícita a aplicação rotineira dos princípios comportamentais porque dão por pacífica uma avaliação positiva da abrangência do programa behaviorista.

2. O behaviorismo é abrangente?

Agora que está claro que uma avaliação da abrangência do behaviorismo é importante, é o momento de fazer tal avaliação. Skinner sustentou que seu compromisso com a abrangência é necessário se se quer adotar uma perspectiva científica em relação aos seres humanos (*cf.* cap. 3, seção 3, acima). Certamente, sua aparente plausibilidade é apoiada pelo sucesso do programa de pesquisa científica do behaviorismo radical. Já foi demonstrado em inúmeros experimentos que há princípios do tipo citado por Skinner, e o domínio de sua exemplificação manifesta continua a se expandir (para uma apresentação geral, *cf.*

Schwartz 1984). Igualmente importante foi o sucesso da análise aplicada do comportamento, a aplicação de princípios derivados experimentalmente para produzir o controle em certas instituições e contextos sociais.

Contudo, esses sucessos não nos dizem o quanto são abrangentes os princípios do behaviorismo radical. Isso é porque os contextos experimentais e de aplicação, aqueles nos quais o poder explicativo dos princípios comportamentais é claro, possuem características significativas que faltam em uma grande e importante classe de contextos sociais comuns. Eles tendem a ser relativamente simples, com a atuação de poucas variáveis relevantes. São construídos por alguns seres humanos para satisfazer certos fins explícitos, fins que envolvem o controle bem sucedido de outros seres humanos (ou animais de laboratório). O quão abrangentes são os princípios do comportamento, isso não se pode estabelecer apenas pela investigação dos contextos experimentais e de aplicação, assim como a abrangência da física do movimento não se estabelece pelo estudo dos objetos no vácuo, ou pela construção de canhões (*cf.* cap. 4, seção 7, acima).

Acreditamos que há limites claros para a abrangência dos princípios do comportamento, e agora nos voltamos para o tipo de argumento que pode apoiar essa avaliação negativa. A questão é difícil e complexa; ela é o tipo de questão para a qual, freqüentemente, ocorre certa falta de razões. Isso acontece porque não estamos perguntando se os princípios do comportamento *são* atualmente abrangentes. Sobre isso, não há virtualmente qualquer desacordo; todos concordam que há ainda muito trabalho a ser feito. Ao contrário, o que estamos perguntando, e respondendo negativamente, é se os princípios do comportamento são *em princípio* abrangentes. Para mostrar que eles não podem produzir um relato abrangente do comportamento, devemos mostrar que há comportamentos que não podem ser explicados pelos princípios consistentes com os condicionantes daquele programa de pesquisa. Como isso pode ser feito?

Há sempre tanto continuidade quanto mudança à medida que um programa de pesquisa se desenrola. Sua concepção do objeto de investigação e dos parâmetros que merecem ser investigados permanecem mais ou menos constantes. O compromisso behaviorista com o com-

portamento como objeto de pesquisa, e com certos fatores ambientais atuais e passados como parâmetros, é um exemplo dessa continuidade. Embora esta formulação dos condicionantes do programa de pesquisa seja bem geral, de fato, ela entra em conflito com outras concepções; por exemplo, que o comportamento verbal e o comportamento intencional são expressões de eventos mentais. O que deveria ser estudado não está logicamente implicado pela concepção behaviorista; entretanto, ela coloca limites aí. O reforço, a punição, o controle discriminativo, etc., podem ser estudados; os estados mentais, não. O programa de pesquisa impõe condicionantes; ele elimina algumas coisas.

Por outro lado, o conjunto apropriado e específico de parâmetros pode mudar. Ele pode se expandir, como quando Skinner adicionou o domínio do operante àquele do condicionamento de resposta. Ou ele pode ser transformado de um modo mais fundamental, como nas tentativas de Rachlin de incorporar princípios comportamentais na armação conceitual mais ampla fornecida pela teoria microeconômica (Rachlin *et al.* 1976), [para destacar a importância causal dos hiatos de tempo entre o comportamento e o reforço (Rachlin 1989), e para analisar os operantes em termos de padrões de comportamento (Rachlin 1994; 1995; *cf.* cap. 7)]. Tais tentativas deveriam ser encaradas como desenvolvimentos progressivos do programa behaviorista de pesquisa, ao invés da apresentação de uma alternativa, porque (1) os parâmetros empregados nessas tentativas estão todos de acordo com os condicionantes do behaviorismo radical; (2) eles conservam princípios comportamentais antes estabelecidos como casos especiais, e não como acréscimos *ad hoc*; (3) eles expandiram o âmbito dos fenômenos para os quais os princípios comportamentais dão explicações explícitas e detalhadas; e (4) eles inauguram novas e potencialmente profícuas áreas de pesquisa. Dada a possibilidade desse tipo de mudança *dentro* do programa behaviorista, é mais importante ainda enfatizar que qualquer argumento em favor dos limites da explicação behaviorista deve ser aplicável às concepções gerais que definem o programa, e não apenas ao conjunto específico de princípios hoje conhecidos ou que estejam sendo explorados.

Identificando os limites do behaviorismo

Esperamos que um argumento sério para o poder explicativo inerentemente restrito do programa de pesquisa do behaviorismo radical não provenha de uma prova formal de que os princípios behavioristas deviam ser inconsistentes com determinados dados, mas de resultados positivos de uma abordagem alternativa, que pode ser caracterizada, de modo geral, como se segue :

- 1) A alternativa oferece explicações explícitas e detalhadas de certa classe de fenômenos.
- 2) Essas explicações empregam parâmetros que violam os condicionantes do programa behaviorista.
- 3) E elas possuem algum apoio empírico.
- 4) Os princípios comportamentais não oferecem, via de regra, qualquer explicação para esta classe de fenômenos.
- 5) A classe de fenômenos explicada pela abordagem alternativa consiste em comportamentos que são encarados razoavelmente como caracteristicamente humanos.
- 6) O esquema alternativo é profícuo, seja com respeito à definição e solução de problemas da pesquisa, seja a respeito de darem alguma ajuda para as preocupações práticas.
- 7) A abordagem alternativa mostra que os princípios comportamentais hoje aceitos são casos especiais obtidos quando uma ou mais variáveis específicas são mantidas constantes ou sob condições ambientais especiais e explicitamente colocadas.
- 8) As pressuposições ou princípios teóricos do esquema alternativo implicam que existem regularidades relacionando o comportamento com fatores ambientais, passados e presentes, *apenas* em contextos nos quais as variáveis especificadas são mantidas constantes ou nos quais dão-se condições ambientais específicas.
- 9) Falharam os repetidos esforços para estender o programa de pesquisa behaviorista, enquanto produtor de pesquisa profícua, aos

contextos nos quais as variáveis específicas não são mantidas constantes, ou não se dão as condições ambientais específicas.

Encaramos a demonstração dessa lista de resultados por parte de uma abordagem alternativa ao behaviorismo como algo necessário e suficiente para mostrar que o behaviorismo é inerentemente incompleto. Além disso, tais resultados também serviriam para definir positivamente os limites da explicação behaviorista, especificando quais variáveis têm de ser mantidas constantes, ou que condições ambientais têm de existir, para que os princípios comportamentais dêem uma explicação satisfatória do comportamento. A apresentação de uma tal abordagem alternativa não levaria logicamente à rejeição do behaviorismo mas, se ela fosse apresentada, não seria fácil ver quais são as bases que poderiam ser utilizadas para defender o prosseguimento na adesão ao behaviorismo radical. Não se poderia apelar para a abrangência uma vez que, nas circunstâncias estipuladas, mostrou-se que o behaviorismo não é tão abrangente como aquela alternativa. Não se poderia apelar para a proficuidade uma vez que, de novo, como se estipulou, há pelo menos um domínio importante no qual a abordagem alternativa é mais profícua. E não se poderia apelar para o poder de controle do comportamento que os princípios do comportamento oferecem uma vez que, ainda de acordo com a estipulação, tal poder está restringido a um conjunto específico de situações.

3. Uma alternativa ao behaviorismo

Uma alternativa adequada ao behaviorismo, em princípio, poderia vir de uma das seguintes fontes (*cf.* cap. 7, seção 1). Poderia vir de um programa de pesquisa “científico” concorrente, tal como a psicologia cognitiva. Ou poderia vir de um esquema explicativo cujas origens residem na vida prática ao invés da pesquisa experimental, tal como aquela da explicação intencional (teleológica) (Taylor 1964; Donagan 1987). Se elas realmente preenchem nossos requisitos estritos ou não, é justo interpretar os argumentos de crítica contra o behaviorismo feitos por Chomsky (1959) e Fodor (1975) como tentativas de oferecer uma abordagem científica alternativa a partir da psicolingüística e da psicologia cognitiva. Esta é certamente uma fonte apropriada para uma

alternativa ao behaviorismo, se se compartilha com o behaviorismo a pressuposição “científica” de que o comportamento é nomológico. Não vamos avaliar aqui os argumentos que derivam dos programas científicos de pesquisa concorrentes. Ao invés disso, vamos apontar os limites da explicação behaviorista vistos a partir da perspectiva da estrutura explicativa universalmente utilizada nas deliberações da vida prática – aquela das explicações intencionais.

Contextos fechados

Começemos por reconhecer que os princípios behavioristas estão manifestamente exemplificados em contextos (tanto experimentais quanto de aplicação) nos quais o controle se estabelece. Esses contextos – que vamos denominar *contextos fechados* – apresentam as seguintes características:

- apenas alguns poucos reforçadores estão disponíveis, e, em geral, um deles tem saliência especial;
- o experimentador (o modificador do comportamento) tem o controle das condições de privação e acesso aos reforçadores;
- há apenas um, ou, no máximo, alguns poucos meios disponíveis para os reforçadores;
- o desempenho de tarefas claramente definidas e específicas é reforçado;
- tarefas diferentes são, de fato, intercambiáveis com aquela que é reforçada;
- o esquema de reforço é imposto de fora e variado por agentes que não estão eles próprios sujeitos às contingências; e
- não há quaisquer alternativas efetivas no contexto.

É claro que os contextos podem ser mais ou menos fechados.

O argumento que se segue sugere que a exemplificação dos princípios do comportamento deveria se tornar cada vez mais discernível à medida que o contexto se torna cada vez mais fechado. Demonstrar que o behaviorismo possui sucesso explicativo em contextos fechados não é suficiente para mostrar que seus princípios explicativos são abrangentes, se nem todos os contextos forem fechados. E muitos dos contextos

sociais comuns não são. Delineamos agora um argumento cujos detalhes podem ser encontrados em outra parte (Schwartz e Lacey 1982, cap. 9; Schwartz *et al.* 1978), segundo o qual o poder explicativo do behaviorismo está limitado a contextos fechados. O argumento é de caráter empírico, embora essencialmente baseado em considerações sociológicas e históricas, ao invés de experimentais.

Os contextos experimentais e de aplicação são (aproximadamente) fechados e, na psicologia behaviorista, em geral, foram construídos para que neles o controle fosse alcançado. Como um passo em direção a explorar uma possível exemplificação dos princípios comportamentais em contextos *abertos* (isto é, não-fechados), perguntamos se eles estão manifestamente exemplificados em qualquer contexto de nossa sociedade que não tenha sido construído no curso da aplicação de princípios comportamentais conhecidos. Há um tal contexto, dentro de partes do ambiente de trabalho da fábrica moderna. Se esse contexto fosse paradigmático a respeito dos contextos sociais em geral, estaríamos bem em posição de defender a abrangência do behaviorismo. Mas ele não é, por duas razões. Primeiro, enquanto esse contexto é lugar comum no mundo moderno (diminuindo no primeiro mundo e aumentando no terceiro), há importantes cursos de ação (por exemplo, a criação e a administração da fábrica, ou a participação na ciência) que não são englobados por ele. Ou seja, os behavioristas podem ser capazes de dar conta do comportamento de uma pessoa dentro de um contexto fechado, mas não podem dar conta de seu próprio comportamento ao estabelecê-lo. Em segundo lugar, este contexto, enquanto um fenômeno social importante é um desenvolvimento histórico recente, e se espalhou apenas pelas sociedades industrializadas. Chegamos a esta segunda conclusão com base nas seguintes observações (Schwartz *et al.* 1978).

1. O trabalho na Idade Média, precursor do trabalho moderno, não pode ser analisado como uma exemplificação dos princípios comportamentais, porque ele era variado, flexível e socialmente integrado.
2. Aspectos importantes do ambiente de trabalho da fábrica moderna apareceram lentamente durante o século XIX. À medida que eles surgiam, algumas práticas de trabalho costumeiras e tradi-

onais eram suprimidas e gradualmente substituídas pelos salários como a principal preocupação dos trabalhadores no lugar de trabalho.

3. Apenas com a supressão dessas práticas tradicionais, o comportamento no lugar de trabalho realmente se tornou descritível e explicável em termos dos princípios comportamentais, com detalhes informativos.
4. A estruturação do local de trabalho moderno foi completada sob a grande influência do movimento científico de administração na virada para o século XX, à luz de princípios virtualmente idênticos àqueles do behaviorismo.

Concluimos dessas observações que aqueles contextos nos quais os princípios comportamentais estão manifestamente exemplificados não são em geral característicos das sociedades humanas, mas foram construídos no curso da história recente. Além disso, embora eles não sejam o produto de uma análise aplicada do comportamento, tal como a conhecemos hoje, eles também são contextos fechados, nos quais o dinheiro é o reforçador preponderante. O ambiente de trabalho da fábrica não constitui então uma evidência de que os princípios comportamentais sejam exemplificados fora dos contextos fechados. Que isto seja assim é algo que se apóia no fato de que à medida que vamos para contextos mais abertos – nos quais minimiza-se o controle externo, e os resultados desejados são produto de atividades prolongadas, variadas e, freqüentemente novas, e os planos e ações são modelados no decurso de estudo e discussão – as categorias descritivas behavioristas se tornam cada vez menos úteis para dar descrições esclarecedoras. Ao contrário, elas se tornam mais metafóricas, mais parasitárias em relação a outros esquemas conceituais, e mais dependentes do apelo ao complexo ou desconhecido. Um exemplo claro disso é como ‘reforço’ tende a se tornar de uso vago e metafórico (Chomsky 1959), marcado por uma confusão conceitual reiterada.

O reforço e as conseqüências do comportamento

Os behavioristas radicais asseveram freqüentemente que seu princípio fundamental é: “o comportamento está sob controle de suas conseqüências,” que eles tomam, de costume, como equivalente a: “o comportamento está sob o controle das contingências de reforço.” Assim, qualquer conseqüência que controle o comportamento se torna necessariamente um reforçador, do que se infere com freqüência que qualquer objetivo da ação humana é um reforçador. Uma vez que uma grande parte do comportamento, na maioria dos contextos abertos, está direcionada a um fim, isto é, é realizada para produzir certas conseqüências, a inferência implicaria que, neste contexto aberto, o comportamento direcionado para um fim é controlado pelo reforço. Para vermos que esta inferência é inválida, notemos que, na teoria do comportamento, ‘o comportamento está sob o controle das contingências de reforço’ possui o significado bastante exato: “o comportamento ocorre por causa das contingências de reforço nas quais instâncias anteriores desse comportamento estiveram envolvidas.” Mas o comportamento pode ocorrer para produzir uma certa conseqüência sem que instâncias anteriores do mesmo tipo desse comportamento jamais tenham sido reforçadas, ou jamais tenham ocorrido. Também, segundo a teoria do comportamento, alguma coisa é um reforçador apenas se aumenta a probabilidade dos comportamentos nos quais ela é contingente. Mas há muitos objetivos em relação aos quais uma pessoa pode agir e que não possuem essa propriedade, objetivos que, uma vez alcançados, tornam irrelevante ou desnecessária a futura repetição dos comportamentos que ocorreram no processo de atingir os objetivos. Por exemplo, quando Skinner e seus colaboradores alcançaram o objetivo de descobrir generalizações sobre os esquemas de reforço, eles passaram a outras investigações experimentais. Tais objetivos não são reforçadores.

Concluimos que não há qualquer evidência de que os princípios comportamentais sejam exemplificados de maneiras significativas fora dos contextos fechados, e que, nos contextos abertos, o behaviorismo radical não oferece nem explicações nem descrições elucidativas. Para ser completo, nosso argumento requereria demonstrar a inadequação das “interpretações” de Skinner do comportamento verbal (Skinner 1957; cf. cap. 1, seção 3). Ao contrário, as categoria intencionais (ob-

jetivo, expectativa, plano, razão, intenção) são rotineiramente bem sucedidas em capturar a ordem na ação humana e em expressar o detalhe, a seqüência, a novidade e a variação significativa que o comportamento humano apresenta. Elas são utilizadas na investigação em história e no comentário sociológico, e, universalmente, para retratar o ambiente humano como um guia apropriado para a ação. A estrutura da explicação intencional (teleológica) satisfaz todos os critérios que identificamos antes como uma alternativa séria que o behaviorismo teria de encerrar.

1. Ela dá explicações explícitas e detalhadas para certa classe de fenômenos – a ação intencional (os comportamentos dirigidos para um fim) em contextos abertos.
2. Essas explicações empregam categorias (intenção, propósito, deliberação, etc.) que violam os condicionantes do programa behaviorista.
3. Essas explicações possuem apoio empírico; nós as utilizamos efetivamente para dar sentido à maior parte dos aspectos da vida diária.
4. Os princípios comportamentais, em geral, não oferecem qualquer explicação para essa classe de fenômenos (como argumentamos acima).
5. Os fenômenos que a estrutura intencional explica são caracteristicamente humanos.
6. A estrutura intencional é profícua; ela nos dá as categorias que permitem a interação efetiva e a deliberação na vida prática.
7. Ela trata os princípios aceitos do comportamento como casos especiais, generalizações que ocorrem quando e apenas quando as condições que definem os contextos fechados ocorrem. Nestes contextos, o comportamento ainda é intencional; que ele exiba regularidades nomológicas, isso é uma consequência das opções e meios limitados para realizá-lo, que caracterizam os contextos fechados. O comportamento nestes contextos é um caso especial, ainda que, em nossa época histórica, comum. Colocado de outra

maneira, os fins se tornam reforçadores apenas sob as condições dos contextos fechados, e os princípios comportamentais são exemplificados apenas quando as condições chave que prevalecem nos contextos abertos são suprimidas.

8. De maneira mais geral, as pressuposições das explicações intencionais (*cf.* abaixo) implicam que existem regularidades relacionando o comportamento com fatores ambientais, passados e presentes, apenas quando as condições ambientais são mantidas suficientemente constantes, tal que não é provável que uma variação inteligente dos objetivos ocorra.
9. Os esforços reiterados para estender o programa de pesquisa behaviorista aos contextos abertos falharam.

A complexidade

Desejamos enfatizar que, embora os fenômenos comportamentais em contextos abertos sejam mais complexos que aqueles em contextos fechados, a complexidade não é a chave de nosso argumento. Os contextos fechados não são os casos mais simples a partir dos quais devemos fazer construções de modo a, mais cedo ou mais tarde, englobar os casos complexos (abertos), que é o que a maior parte dos pesquisadores behavioristas pressupõe. Ao invés disso, eles são casos especiais e degenerados, que são propriamente inteligíveis apenas à luz das categorias intencionais que também elucidam os contextos abertos.

A explicação intencional²

A lógica das explicações intencionais é completamente distinta daquela das explicações obtidas quando se subsume um fenômeno a leis gerais, um objetivo almejado por todas as explicações behavioristas (Taylor 1964; Donagan 1987). Quando dizemos “*A* tem o objetivo *X*, e *A* fez *Y* porque *A* acreditava que, fazendo *Y*, produziria *X* (ou para isso contribuiria),” não queremos dizer que haja estados internos, os objetivos e crenças de *A*, que sejam instâncias das variáveis em uma lei que sub-

² Essa sub-seção pode ser tomada como um resumo do capítulo 6, seção 4.

sume o fato de *A* fazer *X*. Consideremos, por exemplo, o enunciado: “Nos anos 1950s, Skinner se consagrou a um programa de experimentação fundamentado e colaborativo que investigava sistematicamente os esquemas de reforço porque seu objetivo era o de formular um conjunto abrangente de princípios comportamentais, e ele acreditava que os esquemas de reforço eram variáveis importantes naquele conjunto e que suas técnicas experimentais disponíveis poderiam descobrir os princípios dos esquemas de reforço.” Seu conteúdo explicativo não depende de encontrar leis (regularidades, generalizações) ligando aqueles objetivos e crenças a uma seqüência de ações que constituiriam a realização do programa de pesquisa. Possuir objetivos e crenças não é um suposto estado interno que tenha um papel causal que é explicado por leis. Ao contrário, a ligação entre possuir objetivos e crenças e a ação está mais próxima de uma relação lógica, expressa naquilo que alguns filósofos chamaram um “silogismo prático.” A idéia aqui (bastante simplificada) é a seguinte: se digo que possuo o objetivo *X* e que acredito que fazer *Y* vai produzir *X*, mas, mesmo assim, não faço *Y*, então estou envolvido em uma “contradição prática,” a não ser que eu mostre que há considerações contrárias de igual peso (por exemplo, um outro objetivo que prevaleça sobre *X*, ou um outro meio para chegar a *X*, ou estar por força impedido de fazer *Y*). Colocado de outro modo, não fazer *Y* é, *ceteris paribus*, uma evidência pública de que ou não possuo aquele objetivo, ou não possuo aquela crença. Este é um exemplo de como há “critérios” públicos para o que é possuir objetivos e crenças (Wittgenstein 1958; cf. cap. 7, seção 2). A existência desses critérios públicos torna possível a confirmação empírica da atribuição de objetivos e crenças a uma pessoa.

Além disso, a ordem que pode ser vista nas ações, no decorrer das explicações intencionais, não deriva de uma classificação das ações (comportamentos) e de uma apresentação dos elementos de tal classe como coisas que se seguem regularmente daquelas de uma classe de eventos anteriores, como seria o caso nas generalizações nomológicas. A ordem deriva, ao contrário, de relacionarmos as ações com os objetivos, e ela varia em riqueza, dependendo de sua capacidade para mostrar uma larga variedade, padrão e seqüência de ações como algo que leve ao mesmo objetivo. Uma vez que há uma ligação lógica (“criteri-

al”) entre possuir objetivos e crenças e consagrar-se à ação, as ligações não precisam ser definidas em termos de sucessões regulares de classes de eventos; a explicação intencional pode ficar apenas com descrições de ações particulares e ainda refletir ordem.

Para criticar nosso argumento sobre os limites da explicação behaviorista, é necessário mostrar que há contextos, além daquelas condições limítrofes que especificamos em nossa discussão dos contextos fechados, nos quais os princípios behavioristas são exemplificados claramente e de modo relevante. Deve-se mostrar como a estrutura intencional, na qual as relações entre os fatores explicativos e as ações são “lógicas,” ao invés de causais, pode ser substituída por (ou reduzida a) leis causais do programa de pesquisa behaviorista.

4. O que os seres humanos são

Utilizamos as categorias da explicação intencional, aquelas que empregamos rotineiramente para esclarecer a maior parte da vida prática, para definirmos positivamente os limites do poder explicativo dos princípios behavioristas, e nosso modo de argumentar envolveu uma análise sociológica e histórica. Embora nossa análise não seja “científica,” naquele sentido em que se concebe que a ciência envolve a representação dos fenômenos como submetidos a leis, ela serve à função científica indispensável de definir os limites ou as condições de limitação das generalizações conhecidas. Nosso procedimento não é *ad hoc*; ele é inteiramente apropriado à luz do tipo de seres que são os seres humanos. Para concluir, vamos delinear brevemente nossa concepção dos seres humanos, contrastando-a com a concepção geral do behaviorismo radical.

Assim como os behavioristas, encaramos a análise da relação entre as pessoas e o ambiente como algo essencial para entender o comportamento humano. Diferentemente deles, negamos que esta relação possa ser apreendida em um conjunto de regularidades envolvendo o comportamento e variáveis ambientais, exceto nos contextos fechados. De forma característica, a relação entre uma pessoa e o ambiente é mediada pelas interpretações (percepções, crenças) dessa pessoa sobre o ambiente e suas intenções de modificá-lo. As interpretações e intenções podem ser tomadas como o domínio dos psicólogos cognitivistas. Mas,

assim como os behavioristas, normalmente, eles estão procurando leis (*cf.* cap. 8), e não acreditamos que as interpretações sejam mais nomológicas do que são as ações nos contextos abertos. Conseqüentemente, com exceção dos contextos fechados, o comportamento humano é marcado por certa variabilidade e por certa novidade.

Afirmar a importância explicativa e a indispensabilidade das interpretações e intenções não diminui a importância do ambiente. Ele é tanto um condicionante do comportamento quanto seu objeto. Ele limita o que é possível fazer, e o que se pode fazer é sempre uma modificação do ambiente (nunca o produto de “pura volição”). A modificação do ambiente é o objeto explícito das intenções; virtualmente, todos os atos pressupõem uma multiplicidade de condições ambientais, e são expressos em um meio material. Mais que isso, também sustentamos que a própria ocorrência de regularidades comportamentais depende da presença de certas condições ambientais (grandes estruturas sócio-econômicas que possam transformar muitos contextos em contextos fechados). Segundo esta concepção, diferentes regularidades podem se dar nas diferentes estruturas sócio-econômicas, de modo que a ocorrência de regularidades possui uma historicidade essencial e ineliminável, e requer uma análise sócio-histórica para sua explicação. Quando as regularidades se separam das estruturas sócio-econômicas, passa-se a ver a natureza humana como algo idêntico a suas manifestações nas circunstâncias sócio-históricas particulares nas quais ela está sendo examinada. A investigação em psicologia separada da história sempre corre o risco dessa má identificação.

Por outros meios, também enfatizamos o caráter social e histórico da ação humana. Os seres humanos são seres sociais. O que eles fazem reflete suas posições e papéis sociais, e muito do que eles fazem destina-se a produzir e manter diversos tipos de relações sociais. Grande parte da deliberação sobre o que fazer diz respeito ao que é possível e apropriado dada a posição e o papel social que se tem, e as posições e papéis aos quais se pode razoavelmente aspirar. A explicação dos objetivos de uma pessoa inclui localizá-la no nexos social. O nexos social, por sua vez, requer que a pessoa participe de certas práticas, *ou* esteja sujeita a certos controles. Comparemos, por exemplo, o papel de professor em um departamento de psicologia, que requer a participação na

prática da pesquisa científica, com aquele de um trabalhador que recebe por tarefa em uma fábrica, que requer o desempenho de tarefas estabelecidas pela chefia de acordo com esquemas controlados pela ela.

Em uma prática tal como a pesquisa científica, os objetivos são entendidos em termos de sua propriedade dado o estado atual de desenvolvimento de um programa de pesquisa particular – por exemplo, se a pesquisa em questão contribui para resolver um problema em aberto, para refutar uma hipótese concorrente, para explorar um fenômeno novo importante, para confirmar uma predição que foi produzida por uma teoria, e assim por diante. O que faz sentido fazer em certo momento, muitas vezes, é completamente diferente daquilo que faz sentido fazer em outro momento. Para compreender por que um pesquisador realiza um dado experimento, é preciso identificar sua relevância para o desenrolar histórico do programa de pesquisa. As ações que derivam de práticas se tornam inteiramente articuladas apenas em termos intencionais e históricos.

Em uma prática, o estabelecimento de fins não é apenas uma questão individual, pois, em última instância, os juízos de propriedade envolvem a sabedoria coletiva do corpo de praticantes, e os iniciantes são incorporados a essa prática no contexto dessa autoridade coletiva. Assim propostos, os objetivos podem ser variados, criticados e modificados. Os objetivos podem ser modificados por diversas razões, por exemplo, as condições para realizar o objetivo (financiamento, meios de publicação) podem ser retiradas. De forma paradigmática, contudo, em uma prática, os objetivos são modificados por causa de crítica, argumento, apresentação de evidência – em geral, através da participação em um diálogo. Como a prática se desenvolve é, de maneira crucial, o resultado desse diálogo entre os praticantes, e assim, uma prática desenvolve relações sociais apropriadas entre seus participantes para facilitar e aumentar tal diálogo. Ao contrário, o diálogo entre os indivíduos em uma força de trabalho é essencialmente irrelevante para estabelecer objetivos em um contexto fechado como a fábrica, e as relações sociais que facilitam o controle, ao invés do diálogo, são assim desenvolvidas.

Sempre houve um impulso moral por trás do compromisso compulsivo e inflexível de Skinner com o behaviorismo, uma crença de que a implementação de controles comportamentais sistemáticos ia contribuir

rapidamente para resolver os grandes problemas sociais do mundo moderno (Skinner 1971; cap. 2, seção 4). E grande parte de seus escritos filosóficos se destinou a argumentar que as pessoas são o tipo de seres definidos por relações de controle. Nós também possuímos um motivo moral. Ele é que as relações de diálogo em todos os aspectos da vida são melhores para todos que as relações de controle. Assim, para nós, é importante tomarmos como os objetos apropriados da investigação em psicologia as pessoas que são capazes de relações ricas e dialogais, e dar uma base empírica para a alegação de que os contextos nos quais dominam as relações de controle são produto de estruturas sócio-econômicas historicamente contingentes. Tentamos fazer isso aqui, assim como sugerir que os seres humanos são aquilo que o esquema explicativo com a maior abrangência – o esquema intencional – diz que eles são, e que onde quer que eles pareçam ser de outro jeito, aspectos importantes do caráter humano foram suprimidos.

5. Um esclarecimento adicional do argumento³

Há limites para o poder explicativo do behaviorismo radical. O poder explicativo é *um* critério comum com o qual as teorias científicas são avaliadas: *ceteris paribus*, a teoria (de um domínio) que explica o maior número de fenômenos, com o maior detalhe, é preferida. Argumentamos que há fenômenos comportamentais (inclusive aqueles que envolvem os cientistas consagrados a seu trabalho científico) que não podem ser explicados com as categorias e princípios que podem ser desenvolvidos no programa de pesquisa do behaviorismo radical. Nosso argumento emprega o esquema intencional não apenas para caracterizar os limites no interior dos quais os fenômenos podem ser explicados por meio dos princípios do comportamento, mas também para explicar a ação humana fora desses limites – de forma que, concluímos, o behaviorismo radical esclarece o comportamento humano apenas na-

³ Esse adendo é um extrato de Lacey 1988b. Ele foi escrito em resposta às críticas feitas por Leigland (1998) a uma versão sucinta do argumento deste capítulo (cap. 7, seção 1).

queles ambientes sociais da vida diária nos quais as condições limitantes desses ambientes instanciam tais limites.

Enquanto um programa científico de pesquisa, o behaviorismo radical deveria ser tratado como qualquer outro programa de pesquisa. Particularmente, as hipóteses sobre a aplicabilidade dos princípios do comportamento a qualquer conjunto de fenômenos estão sujeitas ao mesmo tipo de avaliação (racional) a que estão quaisquer propostas teóricas em qualquer ciência ou quaisquer crenças empiricamente fundamentadas, isto é, avaliação que recorra a critérios tais como (valores cognitivos – Lacey 1998a, cap. 3; 1999, cap. 3) a adequação empírica, o poder preditivo e explicativo, a capacidade de antecipar possibilidades, a consistência com outras teorias bem avaliadas, a fertilidade. O *controle* não está entre estes critérios (*cf.* cap. 3, e Lacey 1999, pp. 61–2). Embora o fato de alguém sustentar uma teoria (seja em física, seja em psicologia) possua uma história causal, a avaliação racional de uma teoria não é redutível à história causal do fato de ser ela sustentada. O fenômeno de fazerem os cientistas avaliações racionais de teorias, algo comum nas práticas científicas, pode ser descrito em formulação intencional: fazem-se juízos, depois de participar em um diálogo e controvérsia críticos, sobre a medida na qual uma teoria se ajusta aos dados empíricos disponíveis e outras teorias aceitas, tendo em conta os critérios de avaliação. Não há qualquer evidência que torne remotamente plausível que as análises funcionais do comportamento verbal e experimental do cientista em relação às contingências ambientais possam descrever esse fenômeno; e qualquer aparente plausibilidade que isso possa ter depende de paráfrases vagas e inadequadas (“traduções”) dos termos intencionais em linguagem behaviorista, ao invés de “interpretações” ou análises funcionais explícitas de seus usos (*cf.* seção 3, acima, “O reforço e as conseqüências do comportamento;” Schwartz e Lacey 1988).

O caráter empírico do argumento

Nosso argumento é largamente de caráter *empírico*, sendo que “empírico” não se identifica com “experimental” ou “científico.” Para esclarecer isso, vamos apresentar quatro pontos. Primeiro, a questão da aplicabilidade dos princípios consolidados na pesquisa experimental, tanto

de fenômenos aplicados quanto de fenômenos em geral no domínio da experiência diária, está sempre aberta ao escrutínio empírico, independentemente da ciência em discussão (cap. 4, seção 7; Lacey 1999, pp. 15–6). Ela se aplica tanto às leis de Newton quanto aos princípios behavioristas, uma vez que diz respeito a uma questão essencial sobre a avaliação e produção de teorias. Dentre os grandes fundadores da ciência moderna, Newton percebeu isso mais claramente, e isso foi essencial para sua mais famosa realização, a explicação dos movimentos dos planetas (Schwartz e Lacey 1988). Para testar com severidade o âmbito de aplicação de suas leis do movimento, Newton valeu-se das cartas empíricas, oferecidas pelos astrônomos, dos movimentos dos planetas (um fenômeno não-experimental e que não é de aplicação), resumido nas regularidades empíricas (as leis de Kepler) do movimento planetário. Isso lhe permitiu demonstrar (*Principia*, livro 3; Newton 1934) que, em conjunção com uma outra lei (da gravitação), que ele derivou da mesma maneira, as leis do movimento poderiam ser extrapoladas para explicar os movimentos dos planetas. Que a extrapolação a partir de princípios experimentalmente estabelecidos (e aplicados na prática) para fenômenos em geral não possa ser considerada pacífica, isto está claro quando se lembra que Newton extrapolou erroneamente seus princípios para a passagem da luz.

Em segundo lugar, é difícil mapear empiricamente os espaços do comportamento humano comum, das relações sociais e suas histórias. Além disso, qualquer mapeamento relevante precisa ser sensível a potenciais variações do contexto social, localização institucional, tradição cultural e momento histórico. Dando um esboço de um tal mapeamento, argumentamos que apenas onde os contextos sociais se tornaram “fechados,” sob condições sócio-históricas especiais, realmente encontramos exemplificações claras das aproximações dos princípios do comportamento. Como já dissemos, nosso argumento emprega categorias intencionais, que também se aplicam fora dos limites dos contextos fechados – e podemos interpretar o comportamento dentro dos espaços fechados como casos “degenerados” da ação intencional. Da perspectiva intencional, então, alcançamos um poder explicativo maior, inclusive uma explicação da aplicabilidade dos princípios do comportamento como algo limitado do modo como especificamos; mas, da perspectiva

do behaviorismo radical, não obtemos qualquer relato correspondente ou concorrente sobre explicações intencionais – daí nossa conclusão sobre os limites da aplicabilidade do behaviorismo radical. É claro que o detalhe é crucial em um argumento desse tipo.

Em terceiro lugar, seguem-se predições de nossa análise: particularmente, que exemplificações claras dos princípios descobertos no programa de pesquisa do behaviorismo radical não serão encontradas fora dos limites que especificamos. Assim, os desenvolvimentos do programa poderiam refutar nossa análise – assim como os desenvolvimentos da mecânica newtoniana poderiam ter refutado a predição relativista de que as leis de Newton não seriam exemplificadas em velocidades próximas àquela da luz. Os adeptos do behaviorismo radical possuem uma grande confiança de que nossas predições serão refutadas. Não há nada no caráter geral da ciência que fundamente essa confiança. Argumentamos detalhadamente que o mesmo vale para os sucessos da análise aplicada do comportamento (Schwartz e Lacey 1982, cap. 8; 1988). O que a fundamenta?

Em quarto lugar, variações de nosso argumento se aplicam a todas as abordagens em “psicologia científica,” isto é, a todas as abordagens que buscam mostrar o caráter nomológico do comportamento, com a experimentação como a principal fonte de evidência (*cf.* cap. 8, abaixo). Nosso argumento é empírico mas não “científico” neste sentido. Ele é parte de uma investigação sistemática e empiricamente fundamentada que emprega categorias intencionais, e um grande grupo de métodos históricos e das ciências sociais. Embora tal investigação não procure representar os fenômenos nomologicamente, ela produz narrativas que são muitas vezes de considerável generalidade de alcance – *cf.*, por exemplo, nossa narrativa sobre a formação e a transformação dos valores (Lacey 1998a, cap. 2; Lacey e Schwartz 1996).

O poder explicativo das explicações apresentadas com o esquema intencional reside na “*pressuposição* de que as ações são realizadas para alcançar fins à luz das crenças do agente sobre os meios” (cap 7, seção 1). Essa pressuposição é a contrapartida daquela da explicação científica de que os eventos são nomológicos. Qualquer forma de explicação possui suas pressuposições (ou idéias de fundo) sobre a forma que as explicações *devam* tomar. Concepções claramente metafísicas

(entre outras coisas) influenciam o que se supõe ser o ideal explicativo (cf. cap. 2; Lacey 1998a, cap. 5) – no presente caso, dependendo de se conceber a natureza dos seres humanos em termos de ação (como fazemos), ou como “um lugar, um ponto no qual diversas variáveis genéticas e ambientais se reúnem em um esforço conjunto” (Skinner 1974, p. 168), seremos levados, respectivamente, ao ideal intencional ou ao ideal nomológico. De qualquer maneira, a metafísica está envolvida. Mas a metafísica não possui a última palavra. Os ideais explicativos estão sujeitos ao teste de seu poder explicativo, a longo prazo, a um condicionante empírico.

CAPÍTULO 6

BEHAVIORISMO, INTENCIONALIDADE E ESTRUTURA SÓCIO-HISTÓRICA¹

Em nosso livro, *Behaviorism, Science and Human Nature* (Schwartz e Lacey 1982 – *BSHN*), tentamos com Barry Schwartz apresentar um retrato exato dos resultados genuínos da teoria do comportamento, assim como uma discussão crítica do que pensamos serem suas limitações. A revista *Behaviorism* (hoje, *Behavior and Philosophy*) encomendou e publicou conjuntamente três resenhas de nosso livro (McDowell 1986; Ringen 1986; Ulman 1986). Este capítulo é nossa resposta a essas críticas. Ele se destina a complementar o capítulo 5.

Nossa discussão (em *BSHN*) dos limites da teoria do comportamento deriva de uma atitude que podemos denominar “historicismo intencional.” A componente “intencional” apela para a linguagem do dia a dia, sobre objetivos, propósitos e crenças, para explicar a ação. Ela sugere que os estados mentais figuram de forma proeminente nos relatos causais da ação. A componente “historicista” sugere que as condições sob as quais ocorre a ação, as explicações que são apropriadas a tais condições, e mesmo a natureza das próprias ações são provavelmente muito diferentes em diferentes condições históricas e sociais. Ambas essas componentes desafiam a teoria do comportamento ao levantar questões sobre sua abrangência. Pelo menos alguma ação humana, sugerimos, pode ser mais bem entendida com a linguagem intencional do que com a linguagem do reforço; e pelo menos alguns princípios do comportamento derivados em laboratório podem representar verdadeiras regularidades apenas em condições históricas e sociais particulares.

Enquanto a maior parte das críticas de nosso livro concentrou-se na componente intencional, que parece ser interpretada como um tipo de cognitivismo improvisado (Braunstein e Shull 1983; Hayes 1984), fe-

¹ Este capítulo é de co-autoria de Barry Schwartz, sendo uma versão abreviada de Lacey e Schwartz 1986.

lizmente, as três resenhas às quais estamos respondendo, especialmente a de Ringen (1986), se dirigem também à componente historicista. Neste capítulo, ao procurarmos responder a nossos críticos, vamos tentar esclarecer ambas as componentes de nosso argumento.

1. Pontos de acordo e desacordo com nossos críticos

Ao tentarmos identificar e distinguir as áreas de desacordo, é frequentemente útil começarmos apontando áreas de acordo. Vamos começar, então, identificando diversos pontos sobre os quais concordamos com nossos críticos:

1. A teoria do comportamento é um programa de pesquisa vigoroso, em desenvolvimento e progressivo.
2. Pelo menos algumas das regularidades identificadas na experimentação dos teóricos do comportamento também são exemplificadas em circunstâncias concretas nos ambientes sociais atuais, com razoável grau de aproximação.
3. O fisicalismo *de ocorrência* [*token*] (não *de tipo* [*type*]) pode ser um condicionante apropriado na explicação do comportamento.
4. As categorias intencionais e históricas do discurso comum, pelo menos até hoje, são indispensáveis para a conduta na vida prática, e, assim, para a formulação de grande parte de nosso conhecimento comum das questões humanas.
5. Há uma incompatibilidade fundamental entre as explicações do dia a dia e intencionais da ação humana e as pressuposições que subjazem à teoria do comportamento.

Muitos teóricos do comportamento encaram as explicações intencionais ou históricas do comportamento como algo de importância prática na vida diária, mas, na análise científica, como substitutos inadequados para as formulações apropriadas da teoria comportamental. Nós as consideramos indispensáveis, inclusive para algumas das tarefas essenciais da ciência. De fato, é a necessidade de relatos intencionais assim como históricos que ajuda a estabelecer limites definíveis para o poder explicativo da teoria do comportamento (*cf.* cap. 5). Rin-

gen acha que advogamos o uso do linguajar intencional para o vocabulário científico e descritivo da teoria do comportamento, ao invés do linguajar comportamental. Contudo, o ponto principal de nosso argumento em favor da necessidade de um linguajar intencional, como sugere Ringen, não é que ele pudesse *substituir* o linguajar comportamental. Em nosso livro, ao invés de argumentar *em favor* da substituição do linguajar comportamental pelo intencional, argumentamos *contra* as propostas de substituir o linguajar intencional pelo comportamental. Nosso argumento tem implicações sobre os limites da teoria do comportamento, sobre o estatuto apropriado a ser conferido à psicologia científica, e sobre a questão da adesão à pesquisa em psicologia científica. Ele pode mesmo nos ajudar a entender por que e quando as explicações apresentadas pela teoria do comportamento são bem sucedidas. Mas não é, e nem se pretendeu que fosse, um argumento de que a estrutura da teoria do comportamento possa ser simplesmente descartada ou ignorada.

Por essa razão, mais da metade de nosso livro foi destinado a algumas das maiores realizações da teoria do comportamento. Identificamos e discutimos as principais generalizações empíricas resultantes das pesquisas sobre o condicionamento pavloviano e operante, sobre o controle e a escolha de esquemas, e sobre discriminação e generalização. Ao contrário do que McDowell sugere, não fizemos isso porque queríamos tomar certa distância, e “tomá-la em ambas as formas,” mas porque acreditamos que ela *é* de ambas as formas. A questão crucial para nós era, e é, quando ela é de uma forma ou de outra. Assim, tal como Skinner (por exemplo, 1971) perguntamos sobre o alcance e a importância das realizações da teoria do comportamento. Não duvidávamos que elas apóiam a promessa de que o programa de pesquisa da teoria do comportamento vá produzir um conhecimento de regularidades mais e mais abrangentes, nem duvidávamos que alguns resultados empíricos podem e vão ser empregados em uma tecnologia comportamental efetiva. Ao contrário, perguntávamos se o programa de pesquisa poderia esperar englobar *todo* comportamento humano, se as técnicas da tecnologia comportamental não seriam apenas eficientes, mas também desejáveis em seus resultados, se as categorias explicativas da teoria do comportamento eram eficientes como termos para entender tanto

os indivíduos quanto a situação social, e se os princípios da teoria do comportamento eram guias eficientes da ação.

Nossas conclusões sobre essas questões diferem muito daquelas de Skinner. Acreditamos que há limites importantes para o alcance e a importância da teoria do comportamento. Mas Ringen sugeriu que nós superestimamos seriamente as alegações da teoria do comportamento desde início, de modo que somos responsáveis pela criação de uma espécie de *homem de palha* (Hayes 1984). Antes de discutirmos nossos argumentos sobre os limites da teoria do comportamento, tentemos esclarecer essa disputa sobre a amplitude de suas alegações e aspirações.

Ringen discorda quando atribuímos a Skinner que “uma análise de como os eventos ambientais afetam o comportamento vai nos dizer tudo o que precisamos saber sobre os determinantes da ação” (*BSHN*, pp. 14–5). Ele lembra que Skinner não nega a existência de causas internas. (Isso é discutido no capítulo 1, seção 2.) Ao contrário, Skinner recomenda que estudemos o comportamento em relação a determinantes ambientais, e não sejamos distraídos por um enfoque das causas internas. Assim, diz Ringen, a conexão entre o ambientalismo de Skinner e seu anti-mentalismo não é lógica (como se diz que pensamos), mas pragmática, do que Ringen conclui que não podemos abalar o behaviorismo mostrando que alguns determinantes do comportamento não são variáveis ambientais. Hayes (1986) apresenta um tipo semelhante de argumento pragmático, segundo o qual, uma vez que as causas internas não podem ser controladas diretamente, a investigação deveria se concentrar em determinantes ambientais dessas causas internas (uma concepção que supõe implicitamente que o controle bem sucedido é critério para dizer que uma análise é bem sucedida). Em nosso livro, elaboramos a observação acima citada dizendo: “a tese central da teoria do comportamento é que todas as ações humanas voluntárias importantes podem virtualmente ser entendidas em termos de suas relações passadas com premiações e punições. O que controla a ação voluntária é sua história passada de associação com eventos ambientais premiadores ou punitivos” (*BSHN*, p. 15). Mais precisamente, atribuímos a Skinner a concepção segundo a qual qualquer instância de comportamento humano pode virtualmente ser englobada por uma generalização cujas condições antecedentes envolvem apenas relações presentes

entre o comportamento e os fatores ambientais, juntamente com a história passada que uma pessoa tem de tais relações.

A menos que Skinner e os behavioristas radicais em geral sustentem essa concepção, suas recomendações firmes a respeito da estratégia de pesquisa comportamental apropriada são sem fundamento. Não sustentar essa concepção é reconhecer que algumas das leis do comportamento humano vão estar fora do alcance do programa behaviorista de pesquisa. Ainda se poderia seguir a estratégia behaviorista de pesquisa sob as bases de que há leis a serem descobertas relacionando o comportamento com variáveis ambientais, mas isso dificilmente confere um fundamento racional quer para as proibições metodológicas quer para uma reelaboração geral das relações sociais em termos comportamentais, coisas que são tão características dos escritos de Skinner. Como afirma Ringen corretamente, essa defesa modesta e pragmática da busca por determinantes ambientais do comportamento não implica que não haja também generalizações a serem encontradas englobando o comportamento cujos determinantes possam ser não-ambientais (por exemplo, fisiológicos ou cognitivos). Acreditamos que a concepção mais forte de Skinner é que há generalizações a serem encontradas no nível ambiental e que são de alcance suficiente de modo a não precisarmos lidar com variáveis de qualquer outro nível para mostrar o caráter nomológico do comportamento. Quando sustentamos que Skinner se compromete com a alegação de que (em princípio) a teoria do comportamento pode oferecer um relato completo do comportamento humano, é esta concepção que lhe estamos atribuindo. É uma concepção que, de fato, não pode ser refutada mostrando que há determinantes do comportamento que não são variáveis ambientais, de modo que a relação entre o ambientalismo de Skinner e seu anti-mentalismo não é lógica. Mas ela também não é apenas pragmática. O pragmatismo sugere um ecletismo metodológico, e não um dogmatismo metodológico. Sustentamos que a ligação entre o ambientalismo de Skinner e seu anti-mentalismo é metafísica (*cf.* caps. 1-3, acima).

2. A teoria do comportamento e a história

Falando de modo geral, há duas maneiras pelas quais se poderia tentar abalar a teoria do comportamento. A primeira consiste em mostrar que

há comportamentos que são englobados pelas leis de um programa de pesquisa concorrente e incompatível, e que não podem ser englobados pela teoria do comportamento. Neste sentido, os psicólogos cognitivos tentam mostrar que algum comportamento é englobado pelas leis que envolvem variáveis cognitivas que não estão, elas próprias, nomologicamente relacionadas com variáveis ambientais (*cf.* cap. 8, abaixo). A segunda maneira consiste em mostrar que as regularidades da teoria do comportamento se manifestam apenas em contextos ambientais especificáveis. Nossos argumentos em *BSHN* (e no cap. 5, acima) são inteiramente desse segundo tipo.

Nossa alegação é que as regularidades do tipo descoberto pela pesquisa em teoria do comportamento se manifestam apenas em *contextos fechados* (definidos no capítulo 5, seção 3). Além disso, no capítulo 5, argumentamos que o fato de que o comportamento se conforme aos princípios da teoria do comportamento em contextos como esses não é apenas uma generalização empírica isolada, mas está de acordo com a pressuposição de que o comportamento humano é de caráter fundamentalmente intencional e que os atores humanos apresentam intencionalidade, e é inteiramente explicável com base nessa pressuposição. Em outras palavras, vemos a conformidade da ação com os princípios da teoria do comportamento nos contextos fechados como um caso especial e limítrofe da atividade intencional. Uma das implicações dessa concepção é a de que o quanto é adequado um relato da ação que a teoria do comportamento vai oferecer, isso depende do quanto são comuns os contextos fechados no ambiente humano. Explorar essa implicação foi o objetivo de nos concentrarmos na análise sócio-histórica dos limites da teoria do comportamento (*BSHN*, cap. 9).

Tentar avaliar a importância dos resultados positivos alcançados pela teoria do comportamento, em parte, envolve formular a questão: qual é a evidência de que as regularidades descobertas pela teoria do comportamento são leis gerais da natureza humana? Qual é a evidência de que essas regularidades possam ser extrapoladas para além dos contextos experimentais nos quais elas foram descobertas e dos contextos aplicados nos quais elas foram utilizadas para manipular o comportamento, de modo a dar conta de aspectos da vida diária? Isso não é por si um questionamento cético da teoria do comportamento. Questões

análogas surgem em relação a qualquer área da ciência experimental (cap. 4, seção 7). E muito está na dependência da resposta para isso. Se Skinner estiver certo, e a extrapolação pode ser feita, então, de fato, há uma boa razão e certa urgência de embarcarmos no projeto de reconceber nossas relações sociais do dia a dia e nossas instituições sociais em termos da teoria do comportamento.

Extrapolando a partir da experimentação para a natureza

A excepcionalidade da ciência moderna está em sua confiança na experimentação. Mas o preço da confiança que a experimentação inspira é a possibilidade sempre presente de que o conhecimento científico assim derivado diga respeito apenas a artefatos da situação experimental. Um espaço experimental é sempre um contexto especial e simples, especialmente concebido para excluir todos os tipos de influências “indesejáveis.” Que uma regularidade ocorra em um espaço experimental, por si mesmo, isso não pode ser evidência de que os eventos nos espaços comuns do dia a dia ocorram de acordo com a mesma regularidade, ou mesmo que a regularidade expresse uma influência parcial significativa nos espaços comuns. Os experimentos podem revelar tendências da natureza, ao revelar sua manifestação em espaços experimentais; por si mesmos, eles nunca podem nos dizer o que são as influências dominantes em um contexto natural ou social [cf. Joseph 1980; Cartwright 1999]. Como então podemos saber, ao realizarmos um experimento, se estamos investigando uma das influências dominantes em um contexto natural ou uma tendência que se manifesta apenas sob as condições do experimento?

Observemos que esta é uma questão claramente empírica e científica, embora apenas a experimentação não possa respondê-la, assim como o sucesso no controle tecnológico, uma vez que este é alcançado em geral em contextos que se assemelham aos espaços experimentais (cf. cap. 4, seção 7). Nossa discussão sobre o “comportamento defeituoso dos organismos” (BSHN, cap.7), ao invés de se direcionar para uma refutação geral da teoria do comportamento, como supõem McDowell e Riegen, visava sugerir que, no caso dos animais, as influências operantes podem realmente *apenas* desempenhar um papel predominante nos contextos experimentais. Fora desses contextos, elas

podem ser suprimidas por outras influências que podem (ou não) estar também no domínio da investigação da teoria do comportamento, interpretada amplamente.

Em geral, para mostrar que as regularidades derivadas experimentalmente podem ser extrapoladas, é necessário mostrar que algum fenômeno natural ou social – isto é, um fenômeno que não seja nem uma construção experimental, nem tecnológica – exemplifica claramente essa regularidade. O exemplo clássico disso foi a demonstração de Newton nos seus *Principia* de que as leis do movimento derivadas experimentalmente também eram exemplificadas nos movimentos dos planetas, eles mesmos fenômenos nem experimentais nem tecnológicos (cap. 5, seção 5). Esse exemplo é tão marcante e dominou tanto a imaginação da moderna tradição científica que os que mais tarde ingressaram na prática científica, algumas vezes, não se deram conta de que o movimento da experimentação para a natureza não é automático. Uma investigação empírica em contextos naturais ou sociais é necessária para autorizar esse passo.

Achamos que as tentativas de Skinner no *Verbal Behavior* (1957) de dar “interpretações” dos episódios lingüísticos comuns (cf. cap. 1, seção 3, acima) deveriam ser encaradas como passos preliminares em direção a uma tal investigação empírica que, se bem sucedida, autorizaria a passagem do laboratório para a natureza no caso da teoria do comportamento. Deveria estar claro que este tipo de investigação empírica raramente é fácil (se fosse, as pessoas não se empenhariam em fazer experimentos), e, freqüentemente, impossível, talvez por causa da complexidade dos fenômenos relevantes. Onde é extraordinariamente difícil de fazer uma investigação relevante, a tentação está em defender o programa experimental apelando para instâncias do controle tecnológico. Mas argumentamos (cf. cap. 3; e também Schwartz e Lacey 1988) que a própria legitimidade de uma tecnologia de controle do comportamento não pode ser avaliada independentemente dos compromissos com a abrangência dos princípios da teoria do comportamento. Em outras palavras, a própria avaliação dessa tecnologia, que se destina a medir sua abrangência, depende de uma avaliação da abrangência que deveria ser feita por outros meios. Na ausência de análogos comportamentais do movimento planetário, esses outros meios poderiam ter

o caráter de compromissos teóricos *a priori*. De qualquer forma, a importância da teoria do comportamento não pode repousar apenas em seu poder de produzir instâncias bem sucedidas de controle do comportamento.

A história e os limites do behaviorismo

Este é o contexto teórico no qual procurávamos uma situação social comum na qual poder-se-ia mostrar que os princípios comportamentais se manifestam clara e razoavelmente. O contexto que identificamos, marcante e comum, é o lugar de trabalho da fábrica moderna (BSHN, cap. 9; Schwartz *et al.* 1978). Contudo, a fábrica é um contexto fechado no qual o comportamento do trabalhador, em sua maior parte, é uma consequência dos objetivos e esquemas de reforço estabelecidos pela chefia, ao invés dos próprios planos, deliberações, juízos críticos e diálogo do trabalhador com outros trabalhadores. Além disso, a fábrica é um produto da história social relativamente recente, especificamente, de um movimento econômico e político particular, o capitalismo. Ela foi construída, em parte, de modo a que os estados intencionais dos trabalhadores e o diálogo entre eles se tornassem ineficazes, exceto onde isso refletisse os objetivos da chefia. Portanto, a fábrica não pode autorizar a extrapolação dos princípios comportamentais para os contextos abertos nos quais ocorre o que encaramos como comportamento característico humano. De fato, não conhecemos nenhum contexto social a que se possa recorrer para apoiar a extrapolação dos princípios comportamentais e que esteja presente para além das fronteiras dos períodos históricos e sistemas econômicos.

Nossa interpretação da evidência (e ela é empírica, embora não seja experimental) apóia, portanto, apenas a alegação de que os princípios behavioristas se manifestam em contextos fechados, e não que eles representem influências predominantes sobre o comportamento humano característico. Deste modo, o ponto fundamental de nosso uso da análise sócio-histórica era exibir os limites do poder explicativo da teoria do comportamento. Além disso, achamos que aquela conclusão à qual chegamos sobre a teoria do comportamento (com base na análise sócio-histórica) ilustra uma tese mais geral: a investigação dos limites explicativos de *qualquer* teoria psicológica científica vai envolver uma aná-

lise sócio-histórica. Assim, não seria surpresa para nós descobrir que os princípios de diferentes teorias se manifestam em diferentes contextos sociais, de forma que quais os princípios psicológicos que são exemplificados, isso vai variar de acordo com a cultura, o sistema econômico, a classe, o papel social, ou o período histórico. Isso se aplica à psicologia cognitiva tanto quanto à teoria do comportamento (cap. 8, seção 3). É por isso que encaramos a análise sócio-histórica como uma parte *indispensável* da psicologia científica, desempenhando um papel essencial que complementa os métodos experimentais. Escrevemos nosso livro com reconhecimento dessa concepção e como uma ilustração dela.

Ora, é uma parte comum da investigação científica investigar os limites do programa de pesquisa no qual se está trabalhando, embora, muitas vezes, ela seja desconsiderada. Uma pessoa pode se consagrar a um programa de pesquisa e recusar preocupar-se com os limites de investigação, pois, em um programa de pesquisa progressivo, há sempre mais regularidades a serem descobertas, e encontrar os limites pode ser deixado para outros, ou para o futuro. Contudo, como indicamos (*cf.* também cap. 5; e Schwartz e Lacey 1988), uma pessoa que ignore esses limites não está em posição de defender a importância do programa de pesquisa ou de legitimar suas aplicações tecnológicas (*cf.* cap. 3).

O behaviorismo como ideologia

Nossa análise sócio-histórica também apresenta um outro ponto. Argumentamos que a evidência comum apóia apenas a alegação de que os princípios behavioristas se manifestam em contextos fechados. Entretanto, muitos behavioristas radicais persistem na convicção de que a teoria do comportamento é virtualmente completa, e continuam a perseguir o projeto de rearticular as relações sociais e a vida humana em geral no linguajar da teoria do comportamento. Essa convicção vai além do que é plausivelmente justificado pela evidência. Como se pode explicar essa convicção? A fábrica é um aspecto essencial da economia moderna (cada vez menos no “primeiro mundo,” cada vez mais no “terceiro”), e portanto, da vida moderna. Estão incorporadas nela as relações de produção do sistema capitalista (e de suas imitações). Em

nossa sociedade, a legitimidade do capitalismo está virtualmente intocada. Além disso, essa legitimidade depende de pressuposições, raramente articuladas, sobre a inevitabilidade do crescimento contínuo do capitalismo e sobre sua superioridade moral em relação a outros sistemas. As vidas de todos nós estão profundamente enraizadas nas relações capitalistas de produção, de modo que se tende a tomá-las como “dados” na deliberação política e econômica. Quando se as toma como dados, não sujeitos a mudança, é fácil considerá-las como universais da história, e mesmo protótipos das relações humanas em geral. Uma vez que as próprias relações capitalistas de produção são em grande medida incorporações de princípios behavioristas, as convicções sobre a abrangência da teoria do comportamento ecoam um aspecto fundamental do auto-entendimento de nossa cultura. Sugerimos que isso é a principal fonte da persistência das convicções sobre a abrangência da teoria do comportamento (*cf.* Schwartz 1986, para uma discussão detalhada dos princípios compartilhados entre a economia neoclássica e a teoria do comportamento). Essa poderosa fonte de convicção revela uma situação problemática. Se negarmos a universalidade dos princípios da teoria do comportamento, duvidaremos da universalidade das relações capitalistas de produção (por mais que ela esteja oculta). Consequentemente, as questões sobre a legitimidade dessas relações devem surgir inevitavelmente.

Em outras palavras, nossa análise implica que as convicções sobre a completude da teoria do comportamento são “ideológicas,” no sentido que Marx dá ao termo. Para ele, (1845/1983), uma concepção é ideológica se: 1) está consolidada no auto-entendimento de uma sociedade; 2) não pode ser apoiada pela evidência disponível; 3) qualquer que seja o apoio parcial que possua, ele provém da reflexão sobre uma prática exemplar da sociedade, que é então tomada como reflexo de relações humanas universais, ao invés de características contingentes de um sistema social particular, isto é, as contingências históricas são confundidas com leis universais; 4) suas componentes, informadas pelos detalhes de seus princípios fundamentais, atuam para estender ainda mais a prática exemplar na sociedade e consolidá-la; e 5) sua consolidação serve aos interesses das classes dominantes. Para sermos claros, enfatizamos que nossa concepção é a de que embora consagrar-se ao pro-

grama behaviorista de pesquisa não precise ser visto como algo ideológico, a convicção de que a teoria do comportamento é completa é ideológica.

O behaviorismo e a teoria da evolução

Ringen reconhece a propriedade de utilizar uma análise sócio-histórica para dar esclarecimentos sobre o programa de pesquisa do behaviorismo radical. Mas ele argumenta que nossa análise particular falha “porque não leva em conta com suficiente detalhe episódios fundamentais da história da ciência.” Especificamente, ela não dá conta da própria persistência de Skinner “em desafiar o senso comum com a crítica behaviorista.” Ringen apresenta uma discussão esclarecedora sobre o movimento de “teleomecanicismo” na biologia evolutiva, apontando de maneira convincente que muitos dos fenômenos evolutivos que os teleomecanicistas consideraram inexplicáveis na estrutura darwiniana possuem análogos próximos nos fenômenos comportamentais que levaram alguns psicólogos atuais a buscar o cognitivismo. Está implícita na análise de Ringen a conclusão de que, uma vez que o darwinismo resistiu ao desafio teleomecanicista e mostrou que relatos perfeitamente adequados dos fenômenos que parecem teleológicos poderiam ser dados em termos puramente ambientalistas ou funcionalistas, segue-se que a teoria do comportamento vai resistir a desafios similares do cognitivismo. Ou pelo menos ela inspira a confiança dos teóricos do comportamento de que nenhum conceito teleológico ou intencional será necessário.

O relato de Ringen apresenta um entendimento importante do compromisso de Skinner com o behaviorismo. Contudo, não é bem sucedido em abalar nossa análise, por diversas razões. Primeiro, Ringen não discute a principal diferença entre o comportamento humano e a evolução das espécies. A combinação da teleologia com a *intencionalidade* é exclusiva dos seres humanos. Tentar estudar os seres humanos sem teleologia é também tentar estudá-los sem intencionalidade. Certamente, não há quaisquer precedentes disso na biologia evolutiva. Quaisquer que possam ser as analogias entre o vitalismo em biologia e o “mentalismo” em psicologia, o vitalismo não envolve a intencionalidade, e esta é a chave para entender a ação humana (Schwartz 1986, cap. 4).

Em segundo lugar, o relato de Ringen pode explicar por que Skinner, uma vez comprometido em dedicar-se à psicologia científica, continuou com o desenvolvimento do programa de pesquisa do behaviorismo radical. Mas isso não explica por que ele continuou “a desafiar o senso comum com a crítica behaviorista.” Isso faz sentido apenas se houver uma boa razão para endossar a *completude* da teoria do comportamento. Uma analogia profícua (que, além do mais, no presente contexto, é tudo que há sobre o relato evolucionista) não pode dar evidência de que a promessa desse programa de pesquisa vá realmente ser cumprida no decurso da pesquisa. Mesmo que se conceda que há razões metafísicas de peso para aceitar as pressuposições gerais da psicologia científica, e de que é preciso substituir o senso comum por uma concepção de mundo científica, a analogia com a biologia, por si mesma, não pode dar uma razão para persistir no desafio particular do behaviorista ao senso comum. Além do mais, grande parte da psicologia cognitiva é igualmente uma crítica ao senso comum, como é a teoria do comportamento, na medida em que envolve o apelo a todo tipo de processos cognitivos aos quais diz-se que não têm acesso as pessoas que emitem comportamentos. Nossa análise possui a vantagem de explicar por que a posição de Skinner pareceu a tanta gente o modo mais óbvio de pensar, inclusive a maior parte de nossos críticos.

Por fim, vale notar que o relato histórico de Ringen não oferece um exemplo do uso das categorias da teoria do comportamento para explicar a atividade científica. Embora ele não alegue isso, sem discutir seriamente relatos comportamentais da ciência, Ringen nos censura por argumentarmos que a própria atividade científica é intencional e não é passível de uma análise por parte da teoria do comportamento (*BSHN* cap. 9). Consideramos o próprio relato de Ringen compatível com isso. Ele é claramente intencional e teleológico. Skinner persiste no programa de pesquisa do behaviorismo radical por que ele está *buscando* as leis da psicologia científica, e ele *acredita* (tem uma intuição ou um argumento forte, ou foi persuadido pela história da ciência) que seguir o exemplo da biologia de ambientalismo e sua rejeição da teleologia é a maneira profícua para alcançar esse objetivo. O comportamento de Skinner está direcionado a um fim e, em parte, é causado por tais estados intencionais como as crenças.

3. A história social e o marxismo

Ulman levanta questões sobre as relações entre nossa análise sócio-histórica e o marxismo. Embora as questões aqui sejam profundas e complexas, vamos apresentar apenas umas poucas observações de esclarecimento. De acordo com o materialismo histórico de Marx, as relações sociais predominantes entre os membros de uma sociedade variam com as formas predominantes da exploração humana da natureza. As relações trabalhador-trabalhador, trabalhador-capitalista e capitalista-capitalista são diferentes, mas todas são produto do modo capitalista de produção, e todas diferem das relações dentro das classes e entre elas em outros sistemas econômicos. De maneira mais geral, o materialismo histórico implica que as regularidades psicológicas, que dizem respeito à relação entre o comportamento de uma pessoa em relação a outras, ao ambiente, e mesmo a seus próprios pensamentos (ou, para utilizarmos o termo de Marx, a “consciência”), que ocorrem, vão variar com sua posição de classe ou lugar nas relações de produção que são, elas mesmas, variáveis históricas. Nossa conclusão de que as regularidades comportamentais se manifestam principalmente no comportamento dos trabalhadores dentro do local de trabalho capitalista está de acordo com o materialismo histórico. E também está de acordo com a concepção de que as regularidades psicológicas variam com o lugar de uma pessoa na estrutura social, quer se aceite, quer não, a pressuposição materialista de que a principal variável independente da mudança histórica é a forma predominante de exploração humana da natureza.

Compartilhamos a concepção neomarxista de que existem estruturas sociais relativamente duradouras – instituições e práticas (econômicas, políticas, militares, patriarcais, culturais) – que, em um momento dado, limitam o número de possibilidades abertas à ação humana, e tendem a determinar a principal estrutura motivacional que guia a ação. Os motivos de uma pessoa refletem amplamente seu papel (ou papéis) nas instituições e as práticas de tais instituições. É por isso que pode haver regularidades psicológicas específicas de uma estrutura. Quando a motivação de uma pessoa se estende para além dos requisitos daqueles papéis, as possibilidades abertas à ação são severamente condicionadas

pelas instituições e práticas [cf. Lacey 1998a, cap. 2; Lacey e Schwartz 1996].

Dentro das estruturas, tendem a ocorrer desigualdades de poder, de modo que a persistência de uma estrutura vai refletir os interesses de um grupo particular ou a aliança de grupos, e sua construção histórica vai ser o resultado da ascensão desses grupos. Ao refletir os interesses dos grupos dominantes, os interesses de outros grupos tendem a ser minimizados ou mesmo suprimidos. Temos nisso a origem da “luta de classes,” a luta dos destituídos para construir instituições que respondam a suas necessidades e interesses, uma luta conduzida dentro das estruturas presentes que foram modeladas para minimizar a possibilidade de que tais instituições alternativas surjam e se tornem viáveis. O número de possibilidades que permanecem abertas raramente coincide completamente com aquele pretendido por aqueles que colaboraram na modelagem das estruturas. De fato, as estruturas podem apresentar tensões (“contradições”), que podem ser contidas a curto mas não a longo prazo. Uma análise histórica e estrutural procura demarcar as estruturas dominantes do momento, dar um relato histórico de como um conjunto de interesses chega a colaborar e produzir aquelas estruturas, caracterizar seus efeitos sobre os diversos grupos que existem dentro delas, examinar onde as tensões estão dentro destas estruturas e como elas poderiam ser exploradas e potencializadas para permitir o desenvolvimento de novas estruturas. Uma análise histórica e estrutural completa e bem detalhada não apenas nos permite explicar o que é o caso agora, mas também a discernir o que pode ser o caso dadas as estruturas presentes [cf. Lacey 1998a, cap. 8; 1997].

Uma análise detalhada desse tipo pode ser um guia eficiente para transformar ações e práticas. Nossa própria análise é muito mais modesta que isso. Sua preocupação está limitada a explicar por que é o caso que a manifestação de determinados princípios behavioristas está bastante limitada a partes significativas do lugar de trabalho moderno (além dos contextos experimentais e daqueles projetados para a aplicação dos princípios behavioristas), e que muitos tenham tomado esses princípios como universais. O caso paradigmático de uma análise completa e detalhada é o *Capital* de Marx. Ao contrário de Marx, nossa concepção não se compromete com a primazia do econômico como

algo oposto a outras estruturas sociais, nem pensamos que a análise estrutural revele necessidades históricas. Embora possa ser verdade que algumas tensões estruturais vão tão fundo que não podem ser resolvidas sem uma transformação estrutural significativa, acreditamos que, em geral, mais de uma possibilidade para a transformação estrutural que vai resolver a tensão esteja disponível em qualquer momento dado.

Como Marx, pensamos que há uma forte tendência nos seres humanos para identificar os condicionantes das estruturas presentes como necessidades universais da natureza humana, para confundir regularidades específicas de uma estrutura com leis universais. Essa tendência produz "ideologia." A análise histórica e estrutural detecta a presença da ideologia. Como já dissemos, acreditamos que o compromisso com a completude da teoria do comportamento é ideológico precisamente neste sentido.

Finalmente, há uma considerável afinidade entre nossa análise e o relato de Marx sobre a *alienação*. Podemos resumir partes importantes do relato de Marx sobre o "trabalho alienado" da seguinte maneira. Primeiro, à medida em que os trabalhadores entram nas relações capitalistas de produção, seu trabalho se torna um objeto de troca [*commodity*]. Assim como outros objetos de troca, o trabalho é produzido pelos trabalhadores no decurso de sua interação com o capital, ele é comprado e vendido no mercado, e seu uso não está determinado pelos próprios trabalhadores. O trabalho dos trabalhadores é utilizado de acordo com os fins dos outros, os donos e gerentes do capital. É um comportamento controlado pelas contingências do reforço estabelecidas por outros. O próprio trabalho não é um meio ou ocasião de expressão e desenvolvimento pessoais. No melhor dos casos, seu reforço – o pagamento – dá as condições materiais para a expressão e o desenvolvimento pessoais *fora* do local de trabalho (cf. Skinner 1986). Em segundo lugar, os produtos do trabalho e o ato de produção funcionam para diminuir o trabalhador. O trabalho serve aos interesses do capital. No melhor dos casos, o capital é indiferente aos interesses dos trabalhadores. Ele controla o que eles podem possuir, quando e onde eles podem trabalhar, e que trabalho eles fazem. Ele não assegura que eles possam se manter a si mesmos e a seus dependentes materialmente por meio do trabalho, e sua expansão fecha outras vias através das quais eles pode-

riam cuidar de suas necessidades materiais [cf. Lacey 1985; 1998a, cap. 6; 1999, cap. 8]. Mas, mais importante para nossos propósitos atuais, o capital torna muito difícil para os trabalhadores que eles se expressem através de seu trabalho, uma vez que eles não dirigem nem os meios nem os fins de seu trabalho. No local de trabalho, a deliberação que está relacionada com o trabalho, por parte dos trabalhadores, é eliminada em grande medida, e suas ações ali não tem nada a ver com seus próprios objetivos e crenças. O local de trabalho, o lugar no qual as pessoas passam a maior parte de seu tempo de vigília, está fora dos limites para a expressão da personalidade e intelecto únicos de cada indivíduo, com a diminuição resultante do caráter especificamente humano das pessoas (Lacey 1985).

Marx (1844/1983) descreveu esse processo da seguinte maneira:

(...) quanto mais o trabalhador se esforça, (...) tanto mais pobre se tornam ele e seu mundo interno, tanto menos existe que pertença a ele como algo seu (p. 134) (...) o trabalho é *externo* ao trabalhador, isto é, ele não pertence a seu ser essencial; em seu trabalho, portanto, ele não se afirma a si mesmo (...) ele não desenvolve livremente sua energia física e mental, mas mortifica seu corpo e arruína sua mente. (p. 136).

E Adam Smith o descreveu em termos que não são diferentes:

O homem cuja vida é gasta desempenhando umas poucas operações simples (...) não tem nenhuma ocasião para exercer seu entendimento, ou para exercitar sua faculdade inventiva, encontrando expedientes para dificuldades que nunca ocorrem. Ele perde naturalmente, portanto, o hábito de um tal exercício e se torna em geral tão estúpido e ignorante quanto é possível que se torne uma criatura humana. (Smith 1776/1937, pp. 734-5.)

No local de trabalho (da fábrica), as pessoas devem se dedicar a programas estabelecidos de acordo com os objetivos e as crenças dos outros, produzindo uma experiência de um intenso descontentamento e um sentimento de aversão e desgosto pelo trabalho. Contudo, a alienação não deveria ser identificada com esse sentimento de descontentamento, e nem se deveria pensar que ela está presente apenas quando o pagamento é tão baixo que a miséria é profunda. O trabalho alienado é

o trabalho sob controle externo, o trabalho produzido sob contingências de reforço explícita e externamente controladas, sem a participação significativa do trabalhador na determinação dos objetivos e processos de produção. Tal trabalho é um estranho para o trabalhador enquanto pessoa humana; ele diminui as pessoas humanas, e faz isso quer o pagamento seja bom, quer não, e quer o trabalhador tenha um certo número de empregos para escolher, quer não. Alguma coisa se suprimiu no local de trabalho; as possibilidades que estão presentes em outras circunstâncias são ali anuladas (*cf.* cap. 3, seção 5, acima). No local de trabalho, “o trabalho, a atividade vital e a vida produtiva (...) aparecem primeiro ao homem apenas como um meio para satisfazer uma necessidade, a necessidade de manter a existência física” (Marx, p. 138).

O trabalho alienado produz a diminuição humana porque os contextos nos quais ele se dá suprimem aquelas possibilidades que caracterizam exclusivamente os seres humanos, possibilidades que incluem participar em atividades com outros com base em seus próprios objetivos e crenças, testados criticamente [Lacey 1985]. Uma possibilidade humana especialmente fundamental é a manifestação do que Marx chamou de “o ser da espécie,” a interconexão profunda de vidas humanas que torna impossível entender as pessoas individuais fora de suas relações com os outros, ou de permitir a realização individual sem estabelecer as relações apropriadas e a participação coletiva dos outros. Esse “ser da espécie” promove um esforço compartilhado para direcionar o futuro da espécie e seu ambiente. O crescimento do capital contribui para a destruição do “ser da espécie” de diversas maneiras. Ele tende a separar as pessoas desagregando comunidades tradicionais, à medida que as pessoas se mudam para assegurar suas necessidades materiais, seguindo o movimento do capital. A organização do local de trabalho não permite que a participação coletiva se desenvolva prontamente. E por fim, os objetivos da realização individual se tornam a norma dentro dos sistemas capitalistas, não apenas apoiados pela ideologia do capitalismo, mas também necessários para sua manutenção e crescimento continuados (Schwartz 1986; *cf.* também Lacey e Schwartz 1996).

Em nossa própria e modesta análise estrutural e histórica, estávamos satisfeitos em argumentar que fenômenos humanos importantes

estão suprimidos do local de trabalho capitalista, e que os princípios behavioristas estão manifestados apenas onde há tal supressão. A análise de Marx compartilha nossa concepção sobre aquilo que é suprimido. Argumentamos que isso ocorre dentro de contextos fechados. Marx foi muito além de qualquer coisa que tenhamos pretendido, ao dar um relato histórico e causal de como o crescimento do capital produziu contextos fechados. Para nós, uma indicação de que os contextos fechados realmente resultam em uma supressão significativa é que neles o comportamento manifesta generalizações (regularidades) nomológicas. Onde quer que haja tais regularidades manifestas, a adequação descritiva pode ser obtida utilizando categorias puramente *extensio-nais*. Contudo, a atividade humana característica é marcada pela *intencionalidade*. Vejamos então o que significa uma atividade ser intencional.

4. Intencionalidade

Tal como caracterizada no discurso cotidiano, a atividade humana é teleológica; ela está direcionada para fins. De modo característico, um comportamento ocorre porque, na situação dada, ele é um comportamento que tende a produzir certo objetivo. [Sobre a teleologia e suas relações com as categorias do condicionamento operante, *cf.* Ringen (1976) e Rachlin (1994).] Mas isso é simples demais. Com a atividade humana, o que importa são as crenças do agente sobre o que é a situação e o que vai levar ao objetivo, e as intenções do agente; isto é, o objetivo visto pelos olhos do agente (Taylor 1964). Se quisermos *explicar* o comportamento de um agente, em oposição a apenas prever a probabilidade de que o agente vá ter sucesso em chegar a seu objetivo, o que importa não é simplesmente a situação “objetiva,” mas como o agente interpreta a situação e suas possibilidades, e aquilo que o agente pretende ou pensa que está fazendo. A atividade humana é não apenas teleológica, ela é intencional. Ou seja, ela reflete a perspectiva do agente.

Não é novidade alguma que as perspectivas individuais importam; de fato, isso é quase um truismo para diversas áreas diferentes da psicologia experimental. Ele foi compreendido pela teoria do comportamento por meio do apelo às histórias passadas de reforço. O que é me-

nos óbvio é a relação entre reconhecer a importância da perspectiva individual e reconhecer a importância da intencionalidade. Para uma discussão mais exata, vamos tomar o seguinte exemplo (tirado de *BSHN*, pp. 7–8): imaginemos a leitura de um artigo de jornal sobre um garoto adolescente que entra em uma pequena loja de aparelhos de som. Depois de olhar os diversos aparelhos em exposição, o garoto pega um deles; mas, ao invés de ir para o caixa e pagar pelo aparelho, ele tenta sair da loja com ele. O proprietário da loja pega uma arma e grita para o garoto parar. O garoto não pára, e o proprietário dispara a arma. A bala atinge o garoto na cabeça, e ele morre.

Para explicar a ação do garoto de uma perspectiva intencional ou teleológica, vamos utilizar o seguinte esquema canônico (embora simplificado) de uma explicação intencional:

A fez X porque

- 1) A tinha o objetivo G (A queria produzir G).
- 2) A acreditava que estava na situação S.
- 3) A acreditava que, em S, fazer X leva a produzir G.
- 4) A acreditava que, em S, fazer X não acarretaria efeitos colaterais indesejáveis suficientemente importantes.

Para aplicar esse esquema, deve-se primeiro descrever uma ação (X). Uma ação é o que A fez ou está fazendo. Em nosso exemplo, o garoto está roubando o aparelho de som. Mas notemos que descrever a ação dessa maneira já é atribuir certos objetivos e crenças a A; o objetivo de pegar um aparelho de som, a crença de que ele não era seu, etc. Dependendo do contexto, poderíamos redescrever a ação como o roubo do objeto mais caro, ou a tentativa de impressionar um amigo, dependendo de qual era o objetivo do garoto. De fato, frequentemente, a explicação de uma ação se alcança simplesmente ao redescrivê-la à luz de intenções mais amplas, ou de objetivos mais distantes. Isso pode facilmente se encaixar em nosso esquema, na medida em que alcançar um objetivo mais próximo fica recolocado como uma ação que é um meio para atingir um objetivo mais distante. Quando perguntamos o que A está fazendo, normalmente, não damos uma descrição elaborada dos movimentos corporais de A; mas empregamos intenções. De fato, o reconhecimento de que os movimentos corporais particulares são em

grande medida irrelevantes para a especificação da ação foi uma das mais fundamentais entre as primeiras contribuições de Skinner (Skinner 1935), aquela que o separou drasticamente de seus rivais teóricos. É claro que Skinner não apelou para a intenção, mas para a especificação funcional. Embora esse passo, com certeza, vá na direção certa, ele não é suficientemente grande, como vai se tornar mais claro abaixo.

A iniciativa de apelar para a intenção foi uma fonte de grande disputa. Para vermos por que, suponhamos que, em nosso exemplo, a intenção do garoto fosse a de roubar o objeto mais caro da loja. Suponhamos também que, de fato, o objeto mais caro não fosse aquele aparelho, mas um relógio.

Consideremos a seguinte inferência:

- I. A pretendia roubar o objeto mais caro (X)
O relógio (Y) era o objeto mais caro ($Y=X$)
Portanto, A pretendia roubar o relógio (Y)

Comparemos isso com:

- II. A mão de A tocou o objeto mais caro (X)
O relógio (Y) era o objeto mais caro ($Y=X$)
Portanto, a mão de A tocou o relógio (Y)

Consideremos agora a seguinte inferência:

- III. A pretendia roubar a fita (Z) dentro do aparelho
Portanto, há uma fita dentro do aparelho

E comparemos com:

- IV. A mão de A fez contato com a fita (Z) dentro do aparelho
Portanto, há uma fita dentro do aparelho

Claramente, as inferências II e IV são válidas, mas não I e III. Isso mostra que os enunciados sobre movimentos corporais (e também sobre processos complexos físico-químicos no cérebro, e sobre efeitos ambientais dos movimentos corporais) são *referencialmente transparentes*. Ignorando para os propósitos atuais alguns detalhes lógicos, um enunciado (S) é referencialmente transparente apenas se (1) o valor de verdade de S não se altera quando se substitui uma expressão referencial

(um nome ou uma descrição definida) de S por uma expressão co-referencial; e (2) S implica que os objetos referidos por suas expressões referenciais existem. De acordo com (1), o valor de verdade de S depende apenas dos objetos referidos, e não da maneira particular na qual eles são referidos. As coisas, os eventos e as propriedades tornam os enunciados verdadeiros ou falsos, e não o aparato descritivo que utilizamos para formular relatos sobre eles. O aparato descritivo, além do mais, é uma criação humana, e pode variar de pessoa para pessoa. É comum sustentar que os enunciados científicos deveriam ser desse tipo referencialmente transparente: objetivos, fiéis ao modo como o mundo é, e não sujeitos às idiossincrasias da perspectiva lingüística. A ciência deveria utilizar uma linguagem "transparente," no sentido de que, através dela, possamos ver diretamente e sem ambigüidade as coisas no mundo que ela descreve.

Diz-se que os enunciados referencialmente transparentes exibem *extensionalidade*. Ao contrário, diz-se que os enunciados como as premissas de I e III, acima, exibem *intensionalidade*. Assim, os enunciados sobre intenções exibem intensionalidade. A intensionalidade é uma propriedade de enunciados, de entidades lingüísticas, aquelas que expressam alegações sobre fenômenos que exibem *intencionalidade*. Aqueles fenômenos que exibem intencionalidade serão denominados *fenômenos mentais*. Eles incluem estados mentais como intenções e crenças, e eventos mentais como pensamentos e sensações. Eles também incluem ações, o mais notadamente, as ações comunicativas. O mental não se caracteriza pela interioridade, privacidade, ou por ser uma substância não-física. Um fenômeno é intencional se ele *diz respeito* a alguma coisa, se ele *está dirigido para* alguma coisa. Os pensamentos são pensamentos *sobre* ---, um ato de fala é *sobre* ---, uma ação é um movimento corporal dirigido *para* ---. Sendo sobre as coisas, pode-se dizer que um fenômeno mental *representa*.²

² O termo filosófico 'intencional' não deve ser confundido com a palavra comum 'intencional'. A expressão comum 'tencionar' ['ter a intenção'] toma parte no esquema *intencional*, assim como 'desejar' e 'escolher'. As intenções exibem *intencionalidade*. Mas dizer que um fenômeno mental *exibe intencionalidade* não implica que ele tenha sido produzido intencio-

Esse relato sobre o mental está relacionado com as distinções feitas por Descartes em sua terceira *Meditação*. Ele distingue entre eventos mentais e não-mentais com a tese de que os mentais possuem dois tipos de realidade: formal e objetiva (representacional). Assim como outros eventos, os mentais podem apresentar uns com os outros relações temporais e causais. Mas eles também podem representar, isto é, eles dizem respeito a alguma coisa que é normalmente concebida como algo distinto do próprio evento mental. Essa distinção não implica o dualismo mental-físico normalmente associado a Descartes. Nosso uso desta distinção é compatível com (pelo menos) o fisicalismo de ocorrência [*token physicalism*]. Qualquer evento físico pode ser descrito no linguajar extensional; do mesmo modo como pode qualquer evento mental se o fisicalismo de ocorrência for verdadeiro (cf. Davidson 1980). Não se segue disso que o papel explicativo dos eventos mentais possa ser expresso adequadamente sem recurso ao linguajar intencional.

Na literatura filosófica, é costume chamar de *objetos intencionais* aquilo que os fenômenos mentais representam. Seguindo esse uso, quando dizemos que explicar a ação humana requer conhecimento da perspectiva do ator, o que estamos sugerindo é que o caráter do objeto intencional depende da caracterização que o agente faz dele. O relógio pode ser o objeto mais caro, e contudo A pode querer o objeto mais caro mas não querer o relógio. Aquilo que é o objeto intencional de um estado mental particular depende de outros estados mentais (por exemplo, as crenças) do agente. Além disso, o objeto intencional de um dado fenômeno mental pode não existir. I e III, respectivamente, ilustram esses pontos. A intencionalidade dos enunciados nessas inferências inválidas reflete a intencionalidade do mental. É porque os objetos intencionais possuem uma caracterização privilegiada – a perspectiva do agente – que o discurso intencional é *referencialmente opaco* (intensional), e não referencialmente transparente.

nalmente por seu portador. Como aponta Flanagan (1986, p. 28), ‘*intencional*’ deriva do termo latino ‘*intendere*’, que significa “visar” ou “apontar para.” Um fenômeno mental “aponta para” alguma coisa, aquilo “sobre” o que ele é, aquilo que ele “representa.”

Dissemos que é intensional a linguagem sobre o mental, e que a linguagem sobre o não-mental é extensional. Cada um desses tipos de linguagem é *sobre* algo; assim, a própria linguagem exibe intencionalidade. Quando é utilizada em sentenças, a linguagem – entendida como um meio do pensamento ou para a expressão do pensamento – também representa. Vejamos a inferência II. Formalmente interpretada, ela consiste em três sentenças, cada uma delas sendo uma seqüência de marcas físicas sobre o papel, cada uma delas estando localizada espacialmente abaixo ou acima da outra. Mas cada uma delas também representa um estado de coisas, isto é, possui *significado*. Quando afirmamos que II constitui uma inferência válida, estamos fazendo alegações sobre as relações entre as representações expressas nas três sentenças. A conclusão se segue das premissas não por causa do formato físico, localização, tamanho, ou cor das seqüências de letras; “seguir-se de” é uma relação semântica.

Isso tudo pode parecer bastante óbvio. E, de fato, deveria. Mas possui implicações bastante sérias, acreditamos, para aquilo que uma psicologia completa da ação humana deve incluir. Notemos que se acreditamos nas premissas de II, isso é também uma boa razão para acreditar em sua conclusão. As inferências válidas podem ser utilizadas para dar *razões* para crer. Por que alguém acredita em Z? Porque essa pessoa acredita em X e acredita em Y, e acredita que Z se segue de X e Y. Ou, ao contrário, se acredita que Z se segue de X e Y, mas não acredita em Z, então deve ser que ela não acredita em ambos X e Y. No caso de alguém realmente vir a acreditar em Z por causa dessas crenças anteriores [é claro que existem fontes não-lógicas de evidência para a crença em Z, para diversos Zs – cf. Lacey 1999, cap. 3], então é justo dizer que suas razões para acreditar em Z são as *causas* dessa crença. As razões podem ser causas.

O silogismo prático

De modo análogo, podemos falar de razões para as ações. Suponhamos o seguinte: alguém deseja roubar o objeto mais caro; e acredita que está em S; e acredita que, em S, o aparelho de som é o objeto mais caro. Então, isso constitui boas razões para realizar a ação de roubar o aparelho. Se realmente a pessoa rouba o aparelho por essas razões, então,

essas razões, esses desejos e crenças, também são as causas de sua ação (Davidson 1980). Há um sentido no qual tais razões levam à ação, assim como as crenças em X e Y levam à crença em Z. Assim como pode haver relações causais entre estados mentais por causa de seus significados ou daquilo que eles representam, do mesmo modo, pode haver relações causais entre estados mentais e ações em virtude das representações dos estados mentais e da demarcação das ações com base nas intenções do agente. Ser conduzido a uma crença ou a uma ação não é algo inteiramente rígido. Pode-se ter todas as razões, reconhecer que elas são boas razões para realizar a ação, mas, mesmo assim, não realizá-la. Poder-se-ia não realizá-la por imaginar que ela conflitaria com um outro desejo, por exemplo, o de evitar confusão. Em tal caso, dar-se-ia uma outra razão para explicar por que não se roubou o aparelho de som, uma razão que ultrapassa as outras. Assim, a relação entre razões e ações envolve qualificações *ceteris paribus*, que permanecem independentemente da quantidade de cláusulas acrescentadas ao esquema canônico intencional.

Notemos aqui que poderia haver duas pessoas, uma ao lado da outra naquela loja, e cada uma delas podendo estar evitando roubar o aparelho. Para uma delas, a possibilidade de um roubo pode simplesmente nunca ter ocorrido. Para outra, como aquele adolescente, a possibilidade pode bem ter ocorrido, mas ter sido rejeitada por causa de outras razões de maior peso. O comportamento dessas pessoas é o mesmo. Entretanto, está claro que um relato causal mais exato de seu comportamento identificaria diferenças importantes – diferenças de intenção. Além disso, essa diferenciação causal produziria previsões testáveis sobre como essas duas pessoas poderiam agir em circunstâncias ligeiramente diferentes, por exemplo, aquelas circunstâncias nas quais é desprezível a probabilidade de ser pego roubando. A questão aqui é que o apelo à intenção não é mero acessório; ela pode possuir peso tanto preditivo quanto explicativo.

Consideremos agora um caso geral de análise intencional :

Alguém tem o objetivo G.

Acredita que está em S.

Acredita que, em S, fazer X vai acarretar G.

Portanto, *ceteris paribus*, faz X.

A força do “*ceteris paribus*” está no fato de que se a pessoa tem razões para fazer X e não faz, é necessária uma explicação. Seria incompreensível dizer que ela possui essas razões, e que não existem razões contrárias, mas, mesmo assim, não vai fazer X. Nessas condições, se não faz X, então deve não ter tido pelo menos uma das razões. Assim, *ceteris paribus*, realizar uma ação se segue das razões. A relação é lógica. É por isso que o esquema acima é às vezes chamado de *silogismo prático*.

A relação lógica entre as razões e a ação é a fonte do conteúdo explicativo das razões, e ela deriva da intencionalidade de razões e ações. Esse tipo de explicação não trata os desejos e as crenças (como fazem os psicólogos cognitivos) como possíveis estados internos, cujo papel causal deve ser explicado por leis gerais. A força explicativa de uma explicação intencional é completamente independente de qualquer relação nomológica que possa haver entre as razões e a ação. No caso mais marcante, quando a ação é uma novidade, não há qualquer relação nomológica, mas apenas relação lógica. É aqui que falha mais notadamente a alternativa funcional de Skinner para a especificação intencional da ação. A especificação funcional da ação depende da experiência do organismo das contingências relevantes; ela é impotente para explicar a novidade. A análise intencional não é.

A explicação intencional e a narrativa

Quando negamos que a força explicativa das explicações intencionais derive de relações nomológicas, com isso, não estamos sugerindo que não podem ser encontrados padrões significativos e ordem na atividade humana. Existe ordem e padrão, mas não derivam de uma classificação dos estados mentais e ações de modo que os membros de uma classe sigam regularmente aqueles de outra. Ao contrário, a ordem deriva da construção de narrativas históricas, da associação de uma variedade e seqüência de ações em um padrão inteligível definido por algum objetivo significativo. A lógica da explicação em uma narrativa é aquela de uma multiplicidade de silogismos práticos aliterados. Quanto mais completa for a narrativa, mais empiricamente testadas podem ser as premissas dos silogismos práticos que nela construímos. Pois os estados mentais sempre vêm em redes cujas fibras individuais envolvem

relações silogísticas práticas, de evidência e de acarretamento (*cf.* cap. 7, seção 2, abaixo: “crenças”). Quando a intencionalidade está envolvida, averiguações empíricas posteriores sempre envolvem preencher mais e mais a rede, relacionando mais e mais as coisas na narrativa. Tal método é interpretativo, ao invés de experimental, embora a evidência experimental certamente possa ajudar a enriquecer a interpretação. Nossa concepção é que são narrativas desse tipo que tornam a atividade e o progresso científicos compreensíveis. Na medida em que os relatos comportamentais da atividade científica são plausíveis, isso se dá porque eles conseguem incorporar conceitos da teoria do comportamento em tais narrativas de fundo.

Além disso, tecer a narrativa vai incluir explicar por que o agente possui um conjunto particular de crenças e objetivos, que outros objetivos foram avaliados, que cursos de ação acabaram falhando e por quê. Para que isso seja realizado, as análises históricas e estruturais, como as descrevemos acima, vão fornecer o pano de fundo e o contexto da narrativa. O que esse último ponto deve tornar claro é que tomar em consideração a intencionalidade, ao invés de localizar as causas chave do comportamento humano em eventos internos e privados, enfatiza a determinação largamente ambiental (social, estrutural) da atividade humana. Assim, concordamos com os teóricos do comportamento em rejeitar banalidades tais como a de que “o primeiro passo para a mudança da sociedade está na mudança das atitudes dos indivíduos.”

Da perspectiva do discurso do dia a dia, a vida mental – caracterizada pela marca da intencionalidade – é parte do caráter único da humanidade. Seu cultivo requer uma prática de estabelecer objetivos e de teste das crenças. Por sua vez, isso requer ocasiões para elaborar planos, executá-los com eficiência, e participar construtivamente em um diálogo. Este último ponto é especialmente importante, pois é no decurso de um diálogo que o estabelecimento seguro de objetivos e de teste de crenças muitas vezes ocorre. As desigualdades de poder nas estruturas sociais, freqüentemente, causam o efeito de restringir as ocasiões de diálogo para um número considerável de pessoas. Nestas condições, a vida mental de alguns (aqueles cujas atividades ocorrem largamente em contextos fechados) pode estar bastante limitada ao reconhecimento de objetivos externamente estabelecidos e os meios para atingi-los, pois

fechar o contexto deixa pouco espaço para a busca de fins alternativos. Como argumentamos (no cap. 5), é em tais contextos que podemos esperar que o comportamento humano exiba regularidades nomológicas, uma vez que os objetivos disponíveis e meios para atingi-los estão efetivamente fixados. Nos contextos em que há tais regularidades, o linguajar extensional pode ser descritiva e explicativamente adequado, embora nada se siga disso a respeito da adequação geral do linguajar extensional. Nesses contextos, as relações de dominação e controle substituem as relações de diálogo, e o papel do discurso é estritamente manipulativo.

Um cultivo mais amplo da vida mental pode ocorrer quando o discurso é utilizado não para manipular, mas para fornecer informação, à luz da qual uma pessoa pode formar seus próprios juízos e agir de acordo com eles. Um cultivo mais amplo ainda pode ocorrer quando o discurso se torna o diálogo de iguais, que participam em projetos comuns, juntos testando crenças e avaliando objetivos. O cultivo da vida mental, portanto, requer a participação em práticas comunicativas, estar em uma comunidade lingüística e o desenvolvimento de instituições que levam adiante tal participação. O grau de cultivo vai depender de qual dos três níveis do discurso – manipulativo, informativo ou dialógico – é aquele ao qual as pessoas se consagram.³

³ É interessante examinar os estudos sobre o controle educacional *versus* o controle contingente do comportamento humano à luz dessas distinções. Os experimentos parecem mostrar que quando as instruções sobre as contingências são uma parte de um procedimento experimental, elas controlam o comportamento quase que completamente, mesmo quando contradizem as contingências reais em vigor. Além disso, esse poderoso efeito das instruções ocorre mesmo quando, de fato, os sujeitos selecionam as contingências que as contradizem (por exemplo, *cf.* Catania *et al.* 1982; Baron e Galizio 1983; Hayes *et al.* 1986; Shimoff *et al.* 1981). Um tipo de relato sobre o poderoso efeito das instruções apela para a história passada, dos indivíduos, de reforço social em segui-las e, sem dúvida, há muito de verdade nisso. Mas as pessoas não seguem instruções de forma indiscriminada. De hábito, elas detectam e desconsideram as instruções que procuram manipular ao invés de informar, tal como ocorre na propaganda. Se os sujeitos seguem as instruções do experimentador, é com certeza porque eles supõem (talvez com base em sua

5. Leis da natureza ou regularidades historicamente específicas

Quando o caráter distintivo humano não é bem cultivado, falamos da diminuição da pessoa humana, como quando discutimos a análise de Marx sobre a “alienação.” Dizemos “diminuição” porque se nega à pessoa o acesso aos tipos de possibilidade que refletem o caráter distintivo humano. Este modo de falar está carregado de valores morais. A fonte moral de nossa ênfase sobre o caráter fundamental da intencionalidade é que, ao contrário da teoria do comportamento, ela fornece bases para sustentar a primazia moral do diálogo sobre a manipulação. É claro que as razões morais não são suficientes para alegações de veracidade. A base analítico-empírica de nosso argumento, sem a qual sua fonte moral seria um gesto vazio, é que (pelo menos até o momento) a teoria do comportamento não foi capaz de igualar o poder explicativo do esquema intencional no domínio da atividade comum e que, da perspectiva do esquema intencional, os limites da teoria do comportamento podem ser definidos e explicados.

Argumentamos contra a substituição do linguajar intensional da vida diária pelo linguajar extensional da teoria do comportamento. Nosso argumento possui implicações para a linguagem e o estatuto da psicologia científica em geral, e não apenas para a teoria do comportamento. Por “psicologia científica” queremos dizer aqueles programas de pesquisa que visam descobrir regularidades nomológicas na natureza humana (percepção, cognição, memória, motivação, ação, etc.) e que estão fundamentados em investigações experimentais. Sustentamos que ser simplesmente “científico,” neste sentido, não garante a impor-

história passada) que se lhes estão dizendo a verdade. Se o controle do comportamento por meio de instruções ainda persistiria em um contexto no qual toda interação verbal fosse tomada como manipulativa, isso é uma questão que requer atenção. Ela é uma questão difícil de colocar e, ainda mais, de responder, a partir de uma estrutura explicativa que não consegue fazer a distinção entre manipulação, informação e diálogo. Acreditamos que uma pesquisa sobre esse importante tópico possa se enriquecer consideravelmente se for feita a partir de uma estrutura intencional daquele tipo que estivemos elaborando.

tância geral dos resultados obtidos. As regularidades observadas poderiam representar leis gerais da natureza humana, ou poderiam ser específicas de condições históricas e sociais particulares. Argumentamos que os princípios behavioristas são regularidades desse último tipo, e, assim, insistimos sobre um modo de investigação que torne clara essa especificidade histórica – a análise histórica e estrutural que emprega o linguajar intensional. Nestas condições históricas, contudo, o linguajar extensional da teoria comportamental é adequado descritiva e explicativamente. Ele capta o modo como as coisas são em uma medida considerável neste momento da história, e isso é certamente algo valioso de se conhecer. Mas dissociado do esquema histórico, estrutural e intencional, ele não dá conta de todas as possibilidades que podem ser realizadas, dados os condicionantes dessas estruturas [Lacey 1998a, cap. 2; Lacey e Schwartz 1996]. E as possibilidades das quais não dá conta são precisamente aquelas ligadas ao cultivo do caráter distintivo da humanidade. Assim, não podemos aceitar a admoestação de McDowell (acima mencionada) para que se abandone completamente a versão behaviorista da psicologia científica, porque ela realmente esclarece como as coisas são *agora*. Mas esperamos por um tempo em que as estruturas sociais vão chegar a refletir relações de diálogo ao invés de controle. Skinner disse: “em um sentido bastante real, o escravo controla o feitor” (1971, p. 169). Sem dúvida, há alguma verdade nisso. Escravos e feitores, alunos e professores, maridos e esposas, trabalhadores e capitalistas, e mesmo os teóricos do comportamento e seus críticos, todos podem se dedicar a relações de controle. Mas eles não podem todos se dedicar juntos a relações de diálogo.

CAPÍTULO 7

BEHAVIORISMO: UMA TRADIÇÃO DE PESQUISA COM MÚLTIPLOS PROGRAMAS

O behaviorismo é uma tradição de pesquisa em psicologia científica, agora com quase cem anos, tendo produzido numerosos e diversos programas de pesquisa concretos, que, muitas vezes, competiram um com o outro e, em geral, duraram pouco. Ao contrário de outros programas, o “behaviorismo radical” de Skinner desenvolveu-se bastante por diversas décadas; seu programa experimental continua; e, em grande medida, ele estabeleceu os fundamentos para programas que o sucederam, como o *behaviorismo teleológico* de Rachlin (1994 – aqui indicado por *R*) e o *behaviorismo teórico* de Staddon (1993a – *S*), que serão discutidos neste capítulo. A tradição behaviorista é regenerativa. É interessante como tanto Rachlin quanto Staddon não apenas vão além de Skinner, mas como eles fizeram isso em parte retomando e reelaborando as contribuições de behavioristas anteriores. *S* dá uma visão geral esclarecedora de toda a tradição behaviorista, enquanto que, ao mesmo tempo – através de um sumário dos pontos fortes e fracos das principais variedades de behaviorismo, especialmente o de Skinner –, apresenta uma argumentação bastante concisa em favor do behaviorismo teórico. *R* apresenta um argumento elaborado em favor do behaviorismo teleológico. *S* e *R* juntos produzem um contraste interessante, mostrando que o “behaviorismo” abrange muitos estilos, concepções e projetos. Neste capítulo, vamos tentar identificar de forma concisa as teses centrais dos behaviorismos teleológico e teórico, levantar algumas questões a respeito de sua avaliação, e apresentar uma crítica detalhada do behaviorismo teleológico. Vamos começar com algumas observações gerais sobre os diferentes tipos de críticas ao behaviorismo.

1. Dois tipos de críticas ao behaviorismo

Nos capítulos anteriores, distinguimos dois tipos de críticas que foram feitas ao behaviorismo: aquelas que questionam sua adequação como uma abordagem em psicologia *científica*, e aquelas que sustentam que

há limites essenciais para *qualquer* abordagem em psicologia científica. O primeiro tipo, que inclui as críticas *cognitivistas*, compartilha com o behaviorismo a concepção de que a ciência investiga fenômenos sujeitos a leis, e, em geral, também a concepção metafísica de que todos os fenômenos humanos, inclusive o comportamento, estão sujeitos a leis. A crítica é que as categorias behavioristas são muito pobres para representar o caráter nomológico do comportamento humano característico, e seu resultado é, muitas vezes, um apoio à tradição alternativa de pesquisa da psicologia cognitiva. O segundo tipo, que endossamos (*cf.* caps. 5 e 6), e que denominamos *intencionalista*, sustenta que as generalizações, derivadas nos programas de psicologia científica, são incapazes de dar explicações adequadas para domínios importantes da ação humana, nos quais é comum darmos explicações por meio do uso de categorias *intencionais* comuns. Também sustenta que os limites para o poder explicativo de um programa de pesquisa em psicologia científica podem ser identificados apenas com a ajuda de categorias *intencionais*, e só assim. Esta crítica se aplica tanto à psicologia cognitiva quanto à psicologia behaviorista (*cf.* cap. 8), embora os limites identificados possam ser diferentes nos dois casos.

Um crítico *intencionalista* não precisa negar o valor da psicologia científica, mas apenas a metafísica, o caráter nomológico de *todo* comportamento humano, que é freqüentemente uma de suas motivações. Ele não precisa (como, em geral, não fazemos) apoiar as alegações da psicologia cognitiva contra a psicologia behaviorista, e ele pode argumentar (como fazemos) que as abordagens behavioristas, entendidas dentro de seus limites apropriados, possuem virtudes que faltam às abordagens cognitivistas (Lacey e Rachlin 1978).

O caráter profícuo do esquema *intencional* na vida diária e seu papel onipresente e aparentemente indispensável, dirigindo e avaliando nossas práticas – inclusive as científicas – colocam questões para a interpretação de qualquer abordagem em psicologia científica. Esta deve explicar o caráter profícuo do esquema *intencional* e definir seus limites? (É claro que nem tudo o que os seres humanos fazem é realmente explicável em termos intencionais; eles nem sempre se comportam racionalmente.) Ela deve substituir o esquema intencional com categorias empregadas em suas mais bem sucedidas teorias ou reduzi-lo a

elas? Ela deve localizar o domínio da psicologia científica exclusivamente onde as categorias *intencionais* não mostram qualquer poder explicativo? Qualquer que seja a resposta, dilemas e paradoxos podem surgir.

Intencionalidade

No decorrer da vida diária e suas práticas, observamos os agentes humanos realizando ações. Estas são explicadas em termos das volições e crenças do agente (*cf.* cap. 6, seção 4, para maiores detalhes). De modo mais simples: um agente (X) realiza uma ação (A) porque ele *quer* que determinado resultado (O) ocorra por meio de sua atuação, e ele acredita que fazer A vai contribuir para ocasionar O. A explicação que utiliza o esquema *intencional* difere da explicação científica. Ao contrário desta, aquela não envolve pôr em evidência o caráter nomológico dos eventos, ou mostrar que eles estão contidos em generalizações empíricas confirmadas. A força das explicações desse tipo não tem nada a ver com a existência de generalizações relacionando tipos de ações com tipos de volições e tipos de crenças. Em geral, não há tais generalizações e, onde elas existem, a evidência que as apóia reside na força explicativa precedente de suas instâncias particulares. Elas existem apenas sob condições limite especiais que estão presentes em “sistemas fechados” (cap. 5, seção 3).

O poder explicativo do esquema intencional¹ repousa sobre a seguinte *pressuposição* (chamada I): as ações (que são fenômenos humanos característicos) são realizadas com vistas a fins à luz das crenças do agente sobre os meios para tais fins. Ao invés de haver uma ligação nomológica entre as volições ou crenças e as ações, existe uma relação “racional” – articulada no “silogismo prático” (Donagan 1987; *cf.* também cap. 6, seção 4, acima) – entre elas. Se X quer O, e se acredita que fazer A vai contribuir para a ocorrência de O, então, *ceteris paribus*, ele faz A. Isso é possível por causa do aspecto essencial de estados mentais como volições e crenças (se não for de todos eles): sua relação

¹ Como o esquema *intencional* dá forma à predição, antecipação, identificação de possibilidades, controle e diálogo, isso não vai ser discutido aqui.

com o *conteúdo*, conteúdo proposicional ou (para utilizarmos um termo técnico filosófico) sua *intencionalidade*.

A pressuposição I é o equivalente da *pressuposição de explicação científica*, de que os eventos são sujeitos a leis. (Vamos chamar essa pressuposição, quando se pretende que ela se aplique a todos os eventos, de L; e, quando estiver limitada aos eventos apenas na medida em que eles forem passíveis de explicações científicas, de S.) I não recebe apoio de qualquer programa de pesquisa desenvolvido sob o guarda-chuva de S (ou de L); ela não é uma hipótese que necessite receber confirmação no curso de uma pesquisa científica. Como Dummett (1988, p. 513) diz: “Uma explicação das ações (...) em termos de motivos, intenções, desejos e crenças é inteligível por si mesma, independentemente de qualquer hipótese sobre um mecanismo causal subjacente.” De fato, não podemos falar inteligivelmente sobre as práticas nas quais nos consagramos em nosso programa de pesquisa (pelo menos hoje) exceto com as categorias baseadas em I. Suas alegações provêm do fato de que todos nós, quando aprendemos nossa primeira língua, em geral, adquirimos e utilizamos sem dificuldade as capacidades descritivas e explicativas que pressupõem I (Donagan 1987, p. 55).

Um dilema

À primeira vista, I e L são inconsistentes. Para aqueles que pensam que a ciência pressupõe L, e não apenas S, isso parece colocar um dilema: *ou* ignorar, substituir ou reduzir as explicações *intencionais*, *ou* aceitar que há limites para a explicação científica. O dilema é acentuado quando consideramos que se sustenta que as explicações científicas são “racionalmente” fundamentadas, e que se sustenta amplamente que as práticas científicas são os paradigmas de racionalidade. No mínimo, isso implica que as crenças que atuam em uma boa explicação científica são bem apoiadas pela evidência disponível; que o objetivo da atividade científica (as “volições” dos pesquisadores) inclui a obtenção de crenças bem fundamentadas sobre as leis que controlam os fenômenos; e que há boas razões para acreditar que os métodos geralmente empregados na pesquisa científica não apenas são apropriados para esses fins, mas também mais apropriados que quaisquer outros para o objeti-

vo de obter crenças bem fundamentadas. Notemos que todas essas implicações pressupõem que os cientistas que se consagram à pesquisa são agentes com volições e crenças; isto é, elas pressupõem **I**, que não é ela própria derivada da prática científica.

Sem **I**, a racionalidade da ciência (pelo menos hoje) não pode ser articulada, e, portanto, nem pode o apelo normativo de que, na medida do possível, nossas ações devem ser informadas por crenças estabelecidas cientificamente. A esta altura, o dilema ameaça se tornar um paradoxo. Se **L** é uma pressuposição da explicação científica, então pode-se descobrir uma teoria que se torne bem confirmada, e que dá conta amplamente do comportamento dos cientistas em termos nomológicos – assim, dando evidência de que as volições e crenças não existem. Essa teoria abalaria então a racionalidade da ciência, e, assim, não haveria razão para acreditar em uma nova teoria (*cf.* Donagan 1987, cap. 1). Há uma contradição entre **L** e as pressuposições de racionalidade da ciência. [Com uma elaboração apropriada, esse argumento cria um problema para todas as formas fortes de epistemologia naturalista, embora não para todos os estudos empíricos críticos sobre a atividade científica.] O modo de fugir do paradoxo é afirmar que a mais fraca **S**, ao invés da metafisicamente forte **L**, é uma pressuposição suficiente para a ciência. Assim, onde eles valem, os métodos da ciência são, de fato, os métodos certos para adquirirmos crenças bem fundamentadas. O paradoxo apenas ameaça surgir quando se faz com que os produtos da ciência dependam de sua pressuposição de racionalidade.

O behaviorismo radical

O behaviorismo radical continua a enfrentar esse paradoxo. Em diversos escritos, Skinner (1957; 1971) apresentou modos de evitá-lo. Esses modos conduziram tanto a comentários críticos generalizados quanto a uma pronta rejeição, e para sua maior notoriedade. Skinner propôs a tese de que, virtualmente, todos os comportamentos que tenderíamos a chamar de *intencionais*, racionais ou dirigidos a um fim (assim, inclusive o comportamento que constitui a atividade científica) estão nomo-

logicamente relacionados com contingências ambientais.² Sua proposta era em favor de uma concepção mais ampla da natureza humana, que (em princípio) poderia dar conta de todo comportamento humano. Ele parecia pensar que sua proposta era científica ou, de algum modo, requerida pela ciência. Contudo, claramente, a tese de Skinner nem é falseável e nem se pode dizer que ela possua mais que um pequeno apoio empírico. Sua função é a de ser uma parte do pano de fundo metafísico para o programa de pesquisa do behaviorismo radical (cf. caps. 1 e 2, acima).

O comportamento humano inclui o “comportamento verbal,” que, em grande medida, envolve proferimentos e respostas a usos de “termos mentalistas.” Se se sustentar a proposição de Skinner, então esses proferimentos e respostas estão sujeitos às leis que relacionam os comportamentos às contingências ambientais. Tentando mostrar a plausibilidade dessa proposta, Skinner apresentou suas “interpretações” – análises especulativas – do comportamento verbal. É assim que interpretamos o *Verbal Behavior* (Skinner 1957; cf. cap. 1, seção 3, acima). Nossa interpretação é *intencional* em todos os seus passos, de modo que achamos que Skinner está “propondo uma tese,” “tentando tornar plausível sua aplicação ao comportamento verbal,” etc. Ele mesmo não formula as coisas desse modo. Ao contrário, diz que seu livro é apenas uma seqüência de seu próprio comportamento verbal, assim como nossa interpretação é apenas uma seqüência de nosso próprio comportamento verbal, cujos diversos elementos estão, presumivelmente, de algum modo, sob o controle estimulativo de alguns dos elementos do dele. Pensamos que Skinner acredita que a reação apropriada a sua obra seria a de tentar reconstruir elementos chave da história das con-

² À vezes, Skinner aceita que os princípios (leis) que relacionam o comportamento com contingências ambientais também possam incluir variáveis cujas instâncias são eventos privados (não mentais) (cf. cap. 1, seção 2, “Terceira objeção”). Diferentemente de outros críticos (por exemplo, Rachlin, cuja objeção ao uso de Skinner de eventos privados ajudou a motivar sua formulação do behaviorismo teleológico), não pensamos que admitir isso abalaria a integridade da posição de Skinner – nem pensamos que ele ganhe muito poder explicativo ou preditivo com isso.

tingências de reforço que supostamente a produziram. Isso parece ser uma das razões pelas quais ele raramente respondeu a seus críticos. Ele estava tentando alcançar uma forma totalmente nova de comportamento verbal, para substituir nossos modos comuns de falar sobre a ação humana, uma forma que não contivesse qualquer traço dos termos mentalistas desempenham um papel descritivo. Contudo, seu livro procurava claramente *persuadir* o leitor. Portanto, tem-se pouca escolha senão interpretar que ele está dando evidência e argumentos para diversas teses (crenças). De outra forma, não haveria sentido em darmos atenção ao trabalho de Skinner. Que ele, por um lado, apresente argumentos para teses e, por outro, não trate esses argumentos como contribuições para o diálogo crítico, mas como episódios de comportamento verbal a serem explicados (e mesmo preditos e controlados) com referência a contingências do reforço, isso reflete que ele não tinha resolvido o paradoxo acima apresentado.

Alguns críticos questionaram essa conclusão (Leigland 1998; Rachlin 1996), de modo que vamos melhorar um pouco o argumento. Dizer que a ciência é *racional*, presumimos, implica que ela seja uma prática na qual as teorias são (e devem ser) aceitas e rejeitadas com base em como elas se saem à luz dos dados empíricos disponíveis com respeito aos critérios apropriados de avaliação. A própria caracterização da ciência como racional (e, se ela não for racional, que apelo especial a ciência nos faz?) envolve, portanto, atos intencionais descritos no linguajar intencional. Além disso, todos os argumentos em favor do behaviorismo radical (ou de qualquer outra abordagem abrangente em psicologia) são formulados no mesmo linguajar. Enquanto tal, esses atos e argumentos não podem ser formulados agora na linguagem do behaviorismo radical (ou de qualquer outra estrutura que pressuponha seu caráter nomológico). Suponhamos que o behaviorismo radical se desenvolvesse, ao contrário do que predizemos, e desse conta de cada vez mais comportamentos fora dos contextos fechados. Então, de acordo com a racionalidade da ciência, deveríamos adotar a teoria behaviorista sobre esses comportamentos – e se ele chegasse a incluir os próprios comportamentos de avaliar e aceitar as teorias, deveríamos aceitar tal explicação para eles também. Mas, ao aplicar uma teoria behaviorista a este último ato de aceitação, estaríamos aceitando que o ato

fosse adequadamente explicado por sua história causal, e, assim, não se trata de um ato de avaliação – mas aceitar aquela conclusão é em si mesma fazer uma avaliação. A questão é que a intencionalidade é onipresente e seja lá quando for que pensemos ter-nos livrado dela em algum ponto, ela reaparece em um outro lugar. Nem Leigland nem Skinner desejam eliminar os termos intencionais de nosso comportamento verbal, mas eles querem privar a intencionalidade de seu papel na explicação do comportamento. Quando se força nesse sentido, enfrenta-se aquele dilema.

Rachlin entende que esse argumento é “arrogante:” “Lacey presume que [sua] teoria dos significados dos termos mentalistas deve estar certa e que qualquer um que utilize esses termos deva automaticamente aceitar [sua] teoria” (Rachlin 1996, p. 82). De fato, presumimos [ou melhor, concluímos] apenas que o relato intencional é o melhor que há, assim considerado à luz dos critérios usuais de avaliação, sobretudo o poder explicativo, e que os adeptos do behaviorismo radical (ou teleológico) são incapazes de explicar (em seus próprios termos) seu próprio comportamento de avaliar e aceitar suas próprias teorias; e o dilema mostra que eles não possuem qualquer modo de articular em seus próprios termos, mesmo que especulativamente, aqueles atos que em geral descrevemos como avaliações racionais de teorias.

As coisas podem mudar! Se mudarem, vamos ter de lidar com as consequências. Enquanto isso, nenhum apoio para o poder explicativo ampliado do behaviorismo radical se ganha ao apelar para um argumento de “dois vocabulários.” Quando lidamos com as ações aqui em discussão, não *há* dois vocabulários, o *intencional* e o *comportamental*; *há* apenas um. É verdade que há um vocabulário sendo desenvolvido no programa do behaviorismo radical e que ele é de origem recente, mas presumir que ele possa chegar a esclarecer essas ações é pura especulação (muito distante da experimentação, e não-elaborada em face das ações avaliativas e de aceitação de teorias). Certamente, dizer que “algumas das práticas não-verbais e verbais das ciências podem ser descritas em termos de regras verbais, convenções sociais, e coisas semelhantes” (Leigland 1998) apenas agrava o fato de que é pura especulação atribuir um poder explicativo ampliado ao behaviorismo radical. Com certeza, não há nada de errado com a especulação, e com a dedi-

cação a um programa de pesquisa na esperança de fundamentar uma especulação – desde que se esteja ciente do que se está fazendo e que se dêem razões para fazer isso. Nosso palpite é que a razão de Leigland se expressa na seguinte passagem: “(...) continuar a colocar a questão relevante ‘por quê’, vai levar em algum momento de tais termos [*intencionais*] à biologia, à história e ao contexto de atividades do indivíduo, isto é, aos fatores de interesse para a ciência comportamental.” Em resumo, a razão é metafísica.³ Mas um tal apelo à metafísica não dá meios para evitar o dilema.

O apelo do behaviorismo

A inadequação das interpretações de Skinner sobre o comportamento verbal – e de esforços recentes de outros behavioristas radicais (por exemplo, Baum 1994) – com certeza, não é sinal do fracasso do behaviorismo. O apelo do behaviorismo sempre foi o de que ele é científico, de que suas alegações estabelecidas estão fundamentadas na experimentação. Há algo de bem fundamentado nisso. Alguns comportamentos, especialmente dos animais, podem ser demonstravelmente preditos e controlados mediante a suposição de que são sujeitos a leis e que são explicáveis em termos de contingências do reforço. Além disso, como Rachlin e outros mostram (Rachlin *et al.* 1976; 1981), há uma convergência dos princípios derivados no programa de pesquisa sobre operantes e aqueles da micro-economia; e Staddon e outros enfatizaram tanto as analogias quanto as afinidades do behaviorismo com a teoria da evolução. Há, então, boa razão para antecipar que o alcance das explicações behavioristas vá continuar a se expandir à medida que forem descobertas mais e mais generalizações mais abrangentes, funda-

³ Como os compreendemos, os defensores do behaviorismo radical – e Leigland (1998) não é exceção –, tipicamente, sustentam versões das seguintes concepções: que os cânones gerais da prática científica, de certo modo, endossam de maneira especial a abordagem do behaviorismo radical, desde o início, antes mesmo do desenvolvimento empírico e teórico de seu programa de pesquisa; que seus sucessos de aplicação dão testemunho de suas boas credenciais científicas; e que os argumentos de seus críticos, e não os seus próprios, provêm do domínio da metafísica.

mentadas, sem dúvida, em teorias de uma sofisticação matemática cada vez maior.

Os programas de pesquisa da tradição behaviorista tendem a se diferenciar com a representação de diferentes concepções sobre alguns ou todos os seguintes pontos:

- 1) Objetivos da investigação, compromissos metodológicos e estratégias de pesquisa.
- 2) Resultados experimentais, generalizações empíricas confirmadas e teorias – e quais delas são consideradas significativas.
- 3) Interpretações dos fenômenos da vida diária e das situações sociais em termos das categorias empregadas em (2).
- 4) Programas de psicologia aplicada enraizados em princípios derivados de (2).

S se concentra amplamente nos pontos (1) e (2). Staddon é altamente crítico sobre todas as tentativas atuais a respeito de (3); e ele virtualmente se cala sobre (4). Ao contrário, *R* tem pouco a dizer sobre (1) e (2), embora as concepções de Rachlin sobre eles sejam muito bem conhecidas por seus outros escritos (por exemplo, Rachlin 1989; cf. Lacey e Rachlin 1978). Seu tema central diz respeito a (3); e ele aponta (4) como aquele ponto em que, a longo prazo, poderá ser justificada uma posição adotada. Estas diferenças não são apenas de estilo e gosto. Elas refletem diferenças profundas sobre o que é sólido na tradição behaviorista.

2. O behaviorismo teleológico

R apresenta uma formulação completa de Rachlin sobre uma abordagem ao behaviorismo, o *behaviorismo teleológico*, do qual ele deu sugestões em diversas publicações ao longo de anos. Sua formulação foi influenciada por grandes figuras da tradição behaviorista. De Skinner, Rachlin tomou sua ênfase no organismo todo, como algo distinto dos mecanismos internos ou dos movimentos fisicamente caracterizados das partes do organismo; de Tolman, a legitimidade de utilizar termos mentalistas para a descrição científica do comportamento; e de Guthrie, a concepção de que o comportamento – “concebido como um padrão

duradouro de interação de um organismo todo com seu ambiente” em lugar de algo “em termos de movimentos discretos em um curto período de tempo” (R, p. 137) – precisa ser freqüentemente considerado em períodos de tempo significativos para alcançar uma descrição adequada. Rachlin compartilha com toda a tradição behaviorista a rejeição ao “mentalismo” e a convicção de que tal tradição possui os recursos, pelo menos de forma programática, para dar uma explicação abrangente do comportamento humano, inclusive o papel dos “termos mentalistas” no comportamento verbal.

A originalidade da posição de Rachlin está contida em uma nova interpretação do papel dos termos mentalistas. Como comentamos acima, Skinner esboçou interpretações que relacionavam proferimentos de termos mentalistas e respostas a eles com contingências ambientais. Contudo, ele excluía os termos mentalistas das categorias utilizadas na formulação das leis comportamentais (*cf.* acima, nota 2). Assim, na ciência do behaviorismo radical, os termos mentalistas não poderiam ser utilizados para classificar ou descrever o comportamento. O comportamento não é considerado uma *ação*; ao contrário, para a finalidade de representar o caráter nomológico do comportamento, ele é caracterizado apenas em um linguajar extensional – normalmente, na psicologia operante, não no linguajar fisicalista, mas em termos “molares”, em termos dos efeitos do comportamento do organismo como um todo no ambiente. Em experimentos de laboratório, é fácil dar tais caracterizações (bicar teclas, pressionar barras, etc.), mas isso é muito mais difícil em contextos sociais comuns. Ao apresentar interpretações do comportamento em tais contextos, Skinner (também Baum 1994) não consegue descrever o comportamento, de formas relevantes para sua explicação e avaliação, sem utilizar termos mentalistas; e, às vezes, ele se desculpava por isso, dizendo ser um expediente temporário ocasionado pela complexidade do caso. Rachlin espera evitar as dificuldades de Skinner, primeiro, admitindo um papel legítimo para os termos mentalistas na descrição do comportamento, um papel que faz parte do programa de apresentar um relato explicativo abrangente do comportamento em termos de suas relações nomológicas com contingências ambientais; e, em segundo lugar, rejeitando o recurso de Skinner aos eventos privados (*cf.* nota 2, acima).

As teses do behaviorismo teleológico

Como Skinner, Rachlin não expõe teses claras e explícitas que definam sua concepção, que, ao invés disso, se desdobra aos poucos ao longo do texto. Isso talvez seja apenas uma preferência estilística; talvez, por assim dizer, reflita conscientemente algo importante sobre a concepção que o levou a apresentar uma seqüência de seu comportamento verbal deste modo. Seja como for, identificamos as teses centrais do behaviorismo teleológico (cuja exatidão foi reconhecida por Rachlin 1996) como se segue:

1. Os fenômenos mentais são padrões complexos, observáveis e temporalmente duradouros de comportamento molar real.

Comentários: (a) ‘os fenômenos mentais são...’ pode ser substituído por: ‘o significado dos termos mentalistas é dado ao se designar...’ ou: ‘os termos mentalistas se referem a...’. Utilizamos a palavra ‘fenômeno’ para incluir o que Rachlin denomina, de maneira diversa, “atos,” “estados” e “eventos.” (b) Os padrões envolvem relações – em longos períodos de tempo – entre os comportamentos, eventos ambientais observáveis e (às vezes) mudanças quantitativas observáveis do organismo; ou entre o comportamento e seu contexto. (c) Um elemento de comportamento pode ser considerado um padrão de elementos menores; e, por sua vez, um padrão de comportamento pode ser, ele mesmo, considerado um comportamento que “se encaixa em” um padrão maior. (d) O comportamento verbal é considerado, como qualquer outro comportamento, dentro de um padrão relevante, ao passo que desempenha um papel chave para modelar certos padrões.

2. Os fenômenos mentais são causados por contingências ambientais *reais* (R, p. 137).
3. Alguns dos padrões são “teleológicos:” um comportamento “se encaixa em” um padrão, que pode se estender seja para o futuro, seja para o passado, e que se caracteriza em termos de seu *fim*, ou que pode constituir um fim.

Um comportamento pode ser explicado ao se mostrar como ele se ajusta a um padrão descrito deste modo. Rachlin propõe uma reinterpretação teleológica da linguagem padrão utilizada para caracterizar as histórias de reforço e as funções de utilidade (econômica).

4. Os padrões são perceptíveis (*R*, pp. 93–7), sendo que “a percepção é definida como um padrão discriminativo do comportamento” (*Rachlin*, p. 116).

a) Os padrões podem funcionar como estímulos discriminativos para o comportamento (inclusive o comportamento verbal) dos observadores.

b) Os termos mentalistas podem ser utilizados para descrever esses padrões observáveis.

5. Alguém aprende sobre seus próprios estados mentais da mesma maneira – pela percepção de seu próprio comportamento – como aprende sobre os estados mentais dos outros.

Alguém pode ter percebido mais de seus próprios padrões de comportamento que os outros observadores o fizeram. Apenas neste sentido essa pessoa realmente possui uma posição privilegiada com respeito a seus próprios estados mentais (*R*, p. 34). Isso não implica que uma pessoa perceba seus próprios padrões de maneira mais exata; um outro observador pode possuir deles uma melhor perspectiva (*R*, p. 16).

As teses 1–5 constituem o núcleo do behaviorismo teleológico, mas as duas outras teses abaixo também são importantes.

6. Certas estruturas e mecanismos internos e certa organização neural são condição necessária para a produção dos fenômenos mentais, os padrões de comportamento a que se referem os termos mentalistas (*R*, p. 17), e para sua percepção (*Rachlin*, p. 115).

A psicologia cognitiva pode estudar apropriadamente estas estruturas e mecanismos. Ela pode responder questões sobre *como* o comportamento se realiza, suas “causas eficientes;” mas não sobre *por quê*, suas “causas finais,” o que requer a referência aos padrões da Tese 3. Assim, a psicologia cognitiva pode complementar, mas não substituir, a psicologia behaviorista. Pela mesma razão, *Rachlin* diria que o behavi-

orismo teórico de Staddon pode apenas complementar o behaviorismo teleológico.

7. As teses 1–5 caracterizam uma abordagem apropriada do entendimento *científico* da mente, uma abordagem que permite prever, controlar e explicar o comportamento (R, p. 20).

Esta abordagem apresenta maior poder preditivo que as teorias cognitivas (R, p. 136; cf. Lacey e Rachlin 1978), e nos permite obter “um conjunto de regras de predição e controle do comportamento manifesto” (R, p. 44).

Há aqui uma falha importante no pensamento de Rachlin (1994); ele não inclui qualquer discussão detalhada de *como* as teses 1–5 estão relacionadas com a metodologia e os resultados da pesquisa experimental básica, e de como elas nos fornecem regras para a predição e o controle. Contudo, em outra parte, de fato, ele mostra explicitamente e em detalhes como suas interpretações de alguns termos mentalistas estão ligadas a seu vigoroso programa experimental e teórico; por exemplo, em Rachlin *et al.* 1981, ele representou as noções de “preferência” e de “utilidade,” dos economistas, com padrões de relações observáveis entre comportamento e ambiente que são bem definidas nos paradigmas experimentais a respeito da “escolha” (Rachlin 1989). Nosso palpite é que são estas representações que oferecem o modelo para suas interpretações de todos os termos mentalistas. Mas nunca é uma questão direta a de extrapolar, além de apenas metaforicamente, dos espaços experimentais para os contextos da vida real (cf. caps. 4–6, acima). Um relato completo do behaviorismo teleológico precisaria incluir teses sobre a metodologia, a estratégia de pesquisa e que teorias, fundamentadas diretamente em resultados experimentais, são consideradas significativas. Está fora do alcance desse capítulo tentar delinear tais teses a partir dos diversos trabalhos de Rachlin que estão relacionados com isso.

Críticas

‘Padrão’ é o termo chave do behaviorismo teleológico. Mas Rachlin quase não tenta explicá-lo ou analisar como os padrões que supostamente constituem diferentes estados mentais, por exemplo, volições e

crenças, diferem um do outro. Para ele, parece ser o bastante ficar com as supostas diferenças percebidas. Certamente, Rachlin faz um pouco mais. Ao longo de *R*, uma verdadeira ladainha se coloca: dor (*R*, p. 6), amor (17), idéia (28), crença (22), motivação (34), atividade científica (44), escolha entre o agradável e o bom (49), felicidade (63, 105), racionalidade (71), apreendido pela mente (80), pensado (101–102), ato voluntário (108) – cada um desses temas seguido pela resposta de que (com pequenas variações de formulação) é um padrão de comportamento molar real complexo, observável e com certa duração. Há apenas uma leve sugestão sobre quais possam ser as diferenças: o amor, por exemplo, é um padrão que envolve pelo menos duas pessoas e um sistema social; as motivações são esclarecidas pelo contexto; a felicidade é um “padrão harmonioso;” a racionalidade é “o (grifo nosso) padrão de comportamento que todas as pessoas racionais têm em comum;” a intenção é a “definição planejada de um movimento;” a diferença entre o agradável e o bom é aquela entre os padrões de curto e de longo prazo. Nenhuma análise mais detalhada dos padrões é apresentada. Rachlin, de fato, reconhece que “uma análise comportamental abrangente de tais conceitos não existe no momento” (*R*, p. 31). Contudo, na ausência de tais análises, achamos que a Tese 1 é simplesmente vaga, vaga demais para uma avaliação crítica decisiva.

O problema não é apenas a vaguidade, e ela não é mitigada com o apelo à complexidade do assunto (*R*, pp. 32, 89, 100). Para Rachlin, os padrões relevantes devem (a) ser observáveis; (b) ser compostos de elementos – cada um dos quais é um comportamento e, em si mesmo, um padrão – que são observáveis; e (c) as relações dos elementos uns com os outros, ao comporem o padrão, devem ser observáveis. Além disso, (d) ‘observável’ (ou ‘perceptível’) é aqui explicável em termos de processos de discriminação, tal como definidos nos paradigmas operantes. Consideremos o exemplo de Rachlin: a construção de uma casa (*cf.* Rachlin; Lacey 1995a). Não podemos *demonstrar* que a construção de uma casa não pode ser analisada como um padrão que satisfaça (a)–(d). É de Rachlin o ônus de produzir uma análise plausível. Contudo, há uma análise alternativa que ele não toma seriamente em consideração. Na medida em que construir uma casa é algo constituído por um padrão comportamental de longo prazo, um ato particular é parte do

padrão apenas se for realizado porque o construtor acredita que isso vá contribuir para seu objetivo de que a casa seja construída por meio de sua própria atuação; isto é, o padrão é definido através do uso de categorias *intencionais*. Nessa alternativa, as categorias *intencionais* são essenciais para definir o padrão comportamental. A aplicabilidade de tais categorias aos estados de um organismo não pode ser fundamentada em processos operantes de discriminação.

Os estados mentais podem ser observados? Como aponta Donagan (1987, pp. 53–5), na estrutura *intencional*, há um sentido claro no qual eles podem, *desde que* se sustente a pressuposição I (seção I, acima). Dado I, em geral, não há qualquer boa razão para deixar de descrever em termos *intencionais* o que as pessoas fazem (na linguagem da ação, não daquela de movimentos corporais ou efeitos ambientais); assim como quando aceitamos uma teoria da física subatômica, em geral, não há qualquer boa razão para deixar de utilizar seus conceitos teóricos na descrição daquilo que observamos em contextos experimentais. Embora os atos de observação possam servir para várias finalidades, uma delas é permitir que as explicações sejam construídas. Assim, faz sentido descrever o que observamos com categorias que acreditamos serem úteis para fins explicativos. I impede que a observação dos estados mentais seja entendida segundo os paradigmas de operantes discriminativos. É claro que isso é uma pressuposição, assim como (a)–(d) são pressuposições do behaviorismo teleológico. A diferença é que possuímos práticas bem estabelecidas, profundamente consolidadas na linguagem comum, para descrever e explicar a ação humana, e para interagir com os outros dialogicamente, utilizando termos *intencionais*, de maneiras que não são igualadas pelas análises comportamentais.

Em particular, certos termos mentalistas importantes parecem perder seu papel *explicativo* nas análises comportamentais propostas. Na estrutura *intencionalista*, juntamente com as volições, as crenças contribuem para a explicação das ações de um agente. Mas, se uma crença é um padrão de comportamentos, então descrever um comportamento como parte de um tal padrão pareceria possuir um papel explicativo apenas se houvesse *generalizações* (que podem ser estatísticas) relacionando os padrões assim descritos (juntamente com outras variáveis, por exemplo, envolvendo padrões que constituem volições) com conse-

qüências ambientais. Identificar simplesmente um comportamento particular como algo que pertença tanto a um padrão de crença quanto a um padrão volitivo não possui qualquer conteúdo explicativo. Indicamos acima (seção 1) que, em geral, não há quaisquer generalizações empiricamente confirmadas que relacionem as ações com as crenças e as volições que as explicam. Não vemos nenhuma razão pela qual a identificação de crenças, volições e ações com certos padrões de comportamento permitiria que generalizações relevantes fossem propostas.⁴ Talvez Rachlin não queira admitir que as crenças possuem certo papel na explicação do comportamento do próprio agente, mas (como parece sugerido em Rachlin 1995, p. 148) apenas aquele de servir como estímulo discriminativo para o comportamento dos outros.

Apesar das longas reflexões sobre Aristóteles ao longo de *R*, Rachlin não enfoca explicitamente nem a concepção de que o aspecto essencial dos estados mentais é sua relação com o conteúdo, nem como o poder explicativo do behaviorismo teleológico se compara com aquele do esquema *intencional*. Ele entende apenas que, para os aristotélicos, não é essencial aos fenômenos mentais serem eles internos, privados, pertencer a uma substância mental, serem acessíveis diretamente através de um poder especial de introspecção, ou conhecidos de maneira privilegiada por seus portadores. Ele conclui disso que, para eles, os fenômenos mentais são padrões de comportamento, ao invés de – se podemos dizer assim – aquilo que padroniza o comportamento.⁵

⁴ Em certas condições limítrofes, as generalizações confirmadas, cuja formulação envolve termos *intencionais*, podem ser enunciadas (cap. 8). Isso pode ser suficiente para contemplar o teste de Rachlin de um programa de pesquisa bem sucedido: de que ele leva a práticas aplicadas concernentes “ao tratamento de doenças mentais, ao desenvolvimento de métodos educativos eficientes, ao controle do vício e do crime, e outros problemas humanos” (*R*, p. 134); ou a habilidade para “manipular escolhas” e o desenvolvimento de habilidades “para lidar com problemas do mundo real” (*R*, p. 110). Visto deste modo, o behaviorismo teleológico se tornaria simplesmente o estudo empírico da ação com o objetivo de lidar com tais problemas.

⁵ Também Descartes – cf. sua terceira *Meditação*, na qual ele aponta as duas “realidades” dos eventos mentais: o fato de terem eles relações temporais e causais com outros eventos, e o fato de “representarem” algo – sustentou que

Rachlin apresenta o behaviorismo teleológico como se estivesse em competição, a respeito do uso de termos mentalistas, com quatro outras posições: o “behaviorismo skinneriano,” o “cognitivismo,” o “fisiologismo” e o “mentalismo.” O mentalismo é a concepção de que “os termos mentalistas se referem a eventos internos e intrinsecamente privados, que podem ser revelados por introspecção” (R, p. 15). Uma vez que seu argumento em favor do behaviorismo teleológico, em grande medida, se desenvolve alegando virtudes para ele em comparação com aqueles seus competidores, sua força vai ser também testada em relação a como ele se compara com um outro competidor:

O intencionalismo: A crença de que os termos mentalistas se referem a estados, definidos essencialmente por sua *intencionalidade*, empregados na explicação da ação humana (e talvez também nas explicações teleológicas dos movimentos dos seres vivos).

Sugerimos que o behaviorismo teleológico não se sai muito bem nessa comparação.

a *intencionalidade* é essencial nos fenômenos mentais. Diferentemente dos aristotélicos, ele pensava que ela poderia ser explicada apenas se houvesse uma substância mental. A *intencionalidade* coloca um problema igualmente para os behavioristas e para os cognitivistas, na medida em que eles estão todos comprometidos com o caráter nomológico do comportamento, e também para aqueles que Rachlin denomina de “mentalistas,” se eles sustentam que há relações nomológicas entre os eventos privados e o comportamento. Esse problema foi examinado amplamente, em nossa opinião, de modo inconclusivo, por diversos filósofos que possuem simpatia por uma ou outra abordagem em psicologia cognitiva, por exemplo, Davidson (1980), Dennett (1987), Fodor (1981). Que saibamos, a resposta behaviorista mais consequente é aquela de Place (1981). Em geral, os behavioristas – não tendo se consagrado a uma análise comportamental suficientemente consequente – deixam de distinguir os *intencionalistas* dos mentalistas.

Crenças

Para desenvolvermos aquela sugestão, vamos discutir um pouco o que são as crenças (*cf.* também Lacey 1999, pp. 46–50; 1998a, cap. 8). Não pretendemos fazer um relato completo, mas apenas alguns destaques. O que é estar no estado de acreditar que P? Antes de mais nada, é também estar em outros estados de acreditar que Q, que R, e assim por diante. As crenças ocorrem em redes. Q, R, etc., são premissas de argumentos para P, evidências de que P, implicações de P, etc. Para qualquer P, contudo, não podemos especificar quais devem ser os outros elementos da rede. As relações da rede são “racionais,” ou de relevância lógica, ou de evidência, e – dependendo do contexto e da perspectiva do agente – virtualmente, qualquer proposição pode se tornar parte da rede de crenças do agente.

Em segundo lugar, as crenças podem ser articuladas em palavras. Certos elementos do comportamento verbal expressam as crenças de um agente. Eles expressam as crenças, não as relatam: não há uma ligação externa entre “eu acredito que P” e meu estado de acreditar que P, como há entre “o gato está sobre o tapete” e a localização do gato. Onde há ligações externas, o relato deixa inalterado o objeto relatado, e o que sobre ele é verdade não depende da forma do relato, mas apenas do estado do objeto. Ao contrário, é da natureza dos estados *intencionais* serem articulados em palavras. Eles são os estados que são, em parte, por serem articulados, ou pelas relações racionais de seus conteúdos com os conteúdos de estados que foram articulados. Isso se dá porque o conteúdo proposicional de um estado *intencional* não pode ser definido a não ser através da expressão verbal. Contudo, voltando às crenças, uma vez que elas ocorrem em redes, estão sempre articuladas de forma incompleta. Assim, é incorreto identificar as crenças de um agente com suas crenças articuladas e, ou, aquelas crenças que atuam na explicação de suas ações.

E o agente pode estar ciente de sustentar certas crenças, mesmo que elas permaneçam sem expressão; tais crenças, que podem nunca ser articuladas ou tornadas relevantes publicamente de qualquer maneira que seja, são freqüentemente relevantes em processos de deliberação que precedem a escolha. Assim, em terceiro lugar, alguém pode estar ciente de seus próprios estados mentais sem ter observado quaisquer

manifestações públicas deles. Isso não torna os estados mentais “mentalistas,” isto é, objetos fundamentalmente de consciência privada. Aquilo de que alguém está ciente é estar em um estado (sustentar uma crença), que é o que é pelo fato de ser parte de uma rede que possui alguns elementos que estão articulados em palavras. Tal consciência, por assim dizer, oferece um reservatório de recursos para produzir razões para nossas crenças quando elas são questionadas, e para enfrentar interlocutores que levantam questões novas. Em virtude de haver tal consciência, o assentimento do agente a “eu acredito que P” é, *prima facie*, uma evidência de que ele realmente acredita que P. Mas, ao dar seu assentimento, ele está afirmando que P é parte da rede de suas crenças, e, assim, colocando-se a si mesmo em uma atitude aberta à solicitação de razões (evidência, argumentos, testemunhos reconhecidos) que apóiem P. Deixar de atender a esta solicitação desautoriza a evidência apresentada pelo assentimento do agente – os agentes podem mentir sobre suas crenças ou identificá-las mal; eles podem também expressar assentimentos por razões de conveniência, desconsiderando a veracidade (então, eles podem estar sob o controle de contingências do reforço). A identidade dos estados de crença de alguém é inseparável da existência de relações “racionais” apropriadas entre seus conteúdos e os conteúdos de outros estados mentais; por sua vez, a existência dessas relações é indeterminada no que vai além de suas articulações verbais. (Rachlin está bastante certo de que as diferenças nos estados mentais vão ser manifestadas em diferenças de comportamentos reais, mas não se segue disso que esses comportamentos reais sejam parte daquilo que, de forma essencial, define os estados mentais.)

Em quarto lugar, as crenças são manifestadas na ação; juntamente com outros estados mentais, as ações se seguem delas. Mais uma vez, o conteúdo é crucial. Assim como as crenças estão inter-relacionadas em uma rede de relações lógicas e de evidência, do mesmo modo, crenças, volições e ações estão racionalmente inter-relacionadas por meio do silogismo prático (*cf.* cap. 6, seção 4, acima). É parte da identidade de estar X no estado de crer que fazer A é o meio mais eficiente para ocasionar O, que se X quer ocasionar O, então, *ceteris paribus*, X faz A. Quais as ações que vão manifestar uma dada crença, isso depende de quais sejam os outros estados *intencionais* do agente.

Em suma, uma crença pode estar articulada em palavras; ela pode ser um objeto de consciência de seu portador; e pode ser manifestada na ação. Denominamos isso de os “modos” dos estados de crença (Lacey 1995a, 1999, cap. 3). Nenhum deles é mais fundamental que os outros; todos são essenciais para os estados de crença, embora varie de acordo com o tempo e os contextos aquele que é mais saliente. O que é fundamental são o conteúdo proposicional da crença e a rede de relações racionais, com os conteúdos de outros estados mentais, com a qual seu conteúdo se ajusta.

Esse relato dá sentido ao fato de que as crenças podem ser matéria de crítica, e de que pensamos que uma crença refutada deva ser abandonada. Nem os eventos “mentalistas” nem os padrões de comportamento podem ser criticados. A crítica diz respeito aos conteúdos, e envolve a tentativa de fazer ajustes na rede de crenças de uma pessoa. A crítica é uma atividade, uma sequência de ações (e interações), que pode ser observada; é um padrão de comportamento estruturado à luz do conteúdo do argumento. Esse relato também utiliza os fatos de que, para influenciar o curso de ação de alguém, podemos apresentar-lhe considerações que possam levar a mudanças – que acreditamos serem racionalmente necessários – em sua rede de crenças, e que, muitas vezes, explicamos as falhas em efetivar os desejos em termos das falsas crenças do agente.

Também pode haver discrepâncias entre os vários modos da crença. Uma crença, manifesta na ação, pode contradizer uma outra que o agente defende por meio de uma evidência. Tais discrepâncias, se reconhecidas pelo agente, vão forçar revisões na rede de crenças e ações. Em parte, elas podem ocorrer porque os diversos mecanismos, às vezes, em relativo isolamento uns dos outros, podem dar conta do fato de que alguém venha a nutrir certas crenças. Alguns desses mecanismos (por exemplo, os ideológicos) bloqueiam ao agente o acesso à evidências relevante. Por esta razão, quando avaliamos as crenças, a explicação de como chegamos a nutri-las, em primeiro lugar, é irrelevante em grande medida. O que importa é o argumento e a evidência – não a história causal do agente, mas o conteúdo da crença (Lacey 1999, cap. 3).

E, assim, por exemplo, ao encararmos a crença de Rachlin no behaviorismo teleológico (ele realmente diz que chegou a acreditar nisso – cf. *R*, p. v), tentamos esclarecer seu conteúdo, e então criticá-lo. Não poderíamos fazer isso sem ter acesso a seu livro (um “padrão” e um produto de seu comportamento verbal). Isso nos dá acesso ao conteúdo de sua crença. Não precisamos ter acesso a nada mais que isso em seu comportamento para tal fim; certamente, não às contingências do reforço que podem tê-lo levado, inicialmente, a nutrir sua crença. E nem precisamos tentar identificar um padrão de comportamento para identificar sua crença. E é claro que, em *R*, Rachlin não tenta identificar com sua crença no behaviorismo teleológico qualquer padrão de seu próprio comportamento, caracterizado pelas categorias comportamentais apropriadas. Ele argumenta, enuncia suas concepções (de forma vaga, dissemos acima), apresenta argumentos a seu favor, constrói argumentos contra seus oponentes – na esperança de convencer os outros a aceitar suas crenças e, por conseguinte, a se consagrarem às atividades que ele favorece. Na ação, Rachlin trata as crenças identificando-as por seu conteúdo, mesmo quando está apresentando argumentos de que as crenças são padrões de comportamento manifesto real. Parece que há uma discrepância entre certas crenças, tal como são manifestadas pelas ações de Rachlin, e tal como ele as articula em palavras. Assim como Skinner, ele não é capaz de transcender o paradoxo que parece surgir quando se tenta substituir a *intencionalidade* pelo caráter nomológico de algo.

3. O behaviorismo teórico

Staddon diz que o behaviorismo teórico “não é realmente um ‘ismo’ de modo algum, mas uma estrutura para a psicologia geral” (*S*, p. 7). Ele admite outras abordagens em psicologia e está aberto a sínteses com elas. Ele não é nem ideológico nem dogmático. Além disso, ele faz uma média entre a priorização comum behaviorista dos valores cognitivos (epistêmicos) da predição e do controle e uma atenção explícita àqueles da falseabilidade, alcance explicativo, proficiência para produzir pesquisa e consistência entre teorias (Lacey 1998a, cap. 3). Há certa modestia nas alegações de Staddon em favor do behaviorismo teórico. Ele se ocupa de questões básicas metodológicas, experimentais e teóricas.

Tem pouco a dizer sobre aplicações práticas, e é muito crítico sobre as tentativas de oferecer interpretações para a vida diária, os fenômenos sociais e as práticas científicas em termos das categorias produzidas e empregadas na pesquisa behaviorista. Neste contexto, ele encara os esforços de Skinner para revisar o discurso comum moral e epistemológico como algo, na melhor das hipóteses, prematuro, senão completamente equivocado (S, cap. 4). Sua ênfase na evolução o conduz a ser mais confiante na moralidade tradicional que em qualquer substitutivo – não importa quão intimamente ele esteja ligado a resultados científicos – que não tenha passado no teste do tempo (S, p. 78).

Estados internos

A tese principal do behaviorismo teórico é que as variáveis de estado interno podem desempenhar um papel útil na explicação do comportamento, e nos esforços para identificar os mecanismos que produzem o comportamento. Staddon considera cada elemento na sequência temporal do comportamento de um organismo como o produto conjunto de um estímulo e de um estado interno do organismo (às vezes, apenas do estado interno), cuja ação conjunta pode também modificar o estado do organismo. Estas variáveis de estado possuem as seguintes características:

- 1) Suas instâncias são *estados*, nem eventos como estímulos e respostas, nem experiências conscientes (“*qualia*”), e eles não são estados representacionais.
- 2) Esses estados não são diretamente observáveis. Seu papel é no interior das teorias; eles são “construções teóricas” (S, p. 97).⁶

⁶ O argumento de Staddon nos lembra uma velha discussão sobre os “construtos hipotéticos” e as “variáveis intervenientes” (por exemplo, MacCorquodale e Meehl 1948), reforçando ainda a idéia – já explorada tanto por Rachlin quanto por Staddon – de que a história do behaviorismo possui recursos que podem instilar nova vida nesta tradição. Os “estados” de Staddon são exemplos de construtos hipotéticos, e seus argumentos são semelhantes àqueles velhos argumentos.

- 3) Eles são os *produtos* da história de um organismo, inclusive sua história de reforço.⁷ Contudo, mais de uma história pode levar ao mesmo estado. Um estado é *definido* por “um conjunto de histórias equivalentes,” sendo que duas histórias são equivalentes (definem o mesmo estado) se o comportamento futuro do organismo, em resposta às novas condições, for o mesmo independentemente de qual delas constituir sua própria história (S, p. 97; Staddon 1993b, p. 445).
- 4) Está de acordo com (3) que em certos modelos teóricos podem ser introduzidos modos de caracterizar o estado como uma função de quantidades especificadas cujos valores podem ser estimados (e, assim, utilizados para propósitos preditivos, que também vão servir para testar o papel teórico daquele estado) com base nos dados comportamentais experimentais, sem ter conhecimento de toda a história do organismo (*cf.* Staddon 1993b, para exemplos). Assim, embora os estados sejam internos, inferidos “inventados” e hipotéticos, postulá-los não contradiz o fato de que aprendemos sobre um organismo apenas através de seu comportamento.
- 5) Não há quaisquer condicionantes *a priori* sobre os tipos de categorias teóricas ou de funções matemáticas que podem ser empregadas em tais modelos.⁸

⁷ Tais estímulos incluem relações entre comportamento e reforço, de modo que o reforço leve a mudanças nos estados internos do organismo. Ainda mais, não se representa o organismo como algo que possua um número fixo de estados internos (como nos modelos da máquina de Turing). A história de reforço pode produzir novos estados.

⁸ Staddon não busca uma heurística no esquema *intencional*. Ele critica o behaviorismo teleológico por fazer isso de fato, dizendo que, por isto, ele está “bastante próximo da psicologia popular, o modo não-científico por meio do qual tentamos entender os ‘motivos’ de nossas esposas, filhos e colegas” (S, p. 92). É também, obviamente, o modo com o qual ele fala de sua própria posição.

- 6) Tais estados não são estados fisiológicos, embora “quanto melhor for a teoria, mais provável é que mais próxima seja a relação com a fisiologia” (Staddon 1993b, p. 492).

O argumento de Staddon

Embora Staddon não enuncie em detalhe seu argumento, suas linhas principais são claras. A primeira é que o behaviorismo teórico apresenta um modo prático de trazer para nossos esforços explicativos e preditivos, assim como para nossos esforços para identificar os mecanismos que produzem o comportamento, a história do organismo que sabemos ser relevante. O behaviorismo radical (e o teleológico) rejeita um tal uso de teoria, em parte porque deseja colocar toda a ênfase na história das relações do organismo entre ambiente e comportamento, e em parte porque os estados internos são “inventados,” apresentando o risco de que os “produtos de nossa mente,” ao invés do comportamento, se tornem o objeto de investigação. Staddon aponta que isso é para, de fato, deixar fora do relato a história do organismo (S, p. 95-6),⁹ uma vez que ela é complicada e pode ser inacessível, e privar a análise do comportamento de um método científico – a utilização de construtos teóricos e modelos – que é demonstravelmente bem sucedido nas ciências mais bem estabelecidas.

Um segundo argumento provém da concepção de Staddon do caráter central, para o behaviorismo, da metáfora darwinista. Para ele, o reforço é mais bem entendido como aquilo que *seleciona* o comportamento, ao invés daquilo que o *torna mais forte* (behaviorismo radical) ou aquilo que se *maximiza* por sua produção (behaviorismo teleológico). Staddon argumenta que os processos de *variação comportamental* são pelo menos tão importantes quanto aqueles de seleção do ponto de

⁹ Os argumentos metodológicos abstratos podem não ser decisivos a este respeito; os detalhes e sucessos das teorias que realmente são desenvolvidas podem ser cruciais. Lacey e Rachlin (1978) argumentam que o tipo de teoria cognitiva defendida por Fodor (1975) não confere nenhum papel aos estados internos que pudesse ser prontamente substituído pela história do organismo. Mesmo que estes autores estejam certos a este respeito, ainda se pode sustentar o ponto geral de Staddon.

vista da explicação do comportamento do organismo. Uma vez que eles são anteriores ao comportamento operante, os mecanismos desses processos não podem ser entendidos completamente em termos de reforço, embora eles estejam abertos à investigação behaviorista do tipo que ele favorece. As teorias que postulam estados internos, diz Staddon, tendem mais a lidar com a variação comportamental que aquelas que restringem sua atenção às relações entre comportamento e ambiente.

Um terceiro argumento é que o behaviorismo teórico está intimamente ligado com os modelos “conexionistas” na psicologia cognitiva, modelos que propõem “que o comportamento complexo surge de uma ação combinada de uma multiplicidade de agentes estúpidos,” ao invés de provir de qualquer relação com representações internas (*cf.* cap. 8, abaixo). Essas ligações são importantes para descartar objeções antigas ao behaviorismo da parte da psicologia cognitiva: de que a postulação teórica de representações internas, combinada com o uso de modelos derivados da computação digital, tanto aumentam o poder explicativo da psicologia científica quanto oferecem a única promessa de sermos capazes de apreender os fenômenos humanos mais característicos. Staddon cita as objeções connexionistas ao cognitivismo – objeções filosóficas levantadas por Searle (1992) e as objeções da inteligência artificial, providas dos pesquisadores em robótica – e, claramente, encara as abordagens connexionistas como algo que alcançou credenciais teóricas mais respeitáveis. Mas o connexionismo, ao invés de ser contraditório com o behaviorismo, é “completamente compatível com o behaviorismo associacionista clássico.” Os modelos connexionistas envolvem “redes neurais artificiais, uma tecnologia derivada da biologia.” Testá-los re-enfatiza a importância fundamental da pesquisa com animais. Ademais, uma vez que eles postulam redes que “acrescentam ‘nós’ internos que podem estar associados uns com os outros tanto quanto com estímulos e respostas externas,” eles podem presumivelmente oferecer instâncias dos tipos de modelos acima referidos, em (4). É por isso que Staddon encara sua forma de behaviorismo como a combinação de idéias da psicologia, da biologia e da engenharia. (Todas as citações neste parágrafo são de *S*, p. 91.)

Um quarto argumento repousa sobre uma concepção do objetivo do estudo comportamental que Staddon empresta de Hull: o objetivo é a

derivação de mecanismos do comportamento que “em última instância, fazem alguma conexão com a fisiologia do cérebro” (S, p. 97). A predição, com certeza, é um valor cognitivo, pois as teorias sobre tais mecanismos são testadas com relação a seus sucessos preditivos em experimentos. Mas, para Staddon, a predição do comportamento, enquanto tal, não é um objetivo do estudo comportamental. Nem o é o controle do comportamento. Sem dúvida, ele valorizaria as aplicações práticas que fossem desenvolvidas a partir dos resultados de sua pesquisa, mas isso é acidental em relação a seu fim, e ele não procura seduzir o leitor para o behaviorismo com promessas de aplicações.

Staddon não vê razão para tentar caracterizar as práticas do behaviorismo teórico (ou qualquer outra prática humana complexa) com categorias inferidas de teorias atuais do comportamento. Conhecemos muito pouco, ele sustenta, para tentarmos isso com qualquer seriedade (Staddon 1993b, p. 490). Uma revisão ou uma substituição do esquema *intencional* não tem nada a ver com o objetivo atual da pesquisa comportamental. De fato, ele reconhece prontamente que o esquema *intencional* atualmente oferece a única estrutura disponível para apresentar criticamente as teses do behaviorismo teórico e os argumentos em seu favor ou em favor de qualquer outra abordagem científica. Quaisquer que sejam as intuições e esperanças que Staddon possua sobre o futuro poder explicativo dos mecanismos que ele almeja descobrir, no momento, ele não discute (com evidências ou argumentos) que onde as explicações *intencionais* são bem fundamentadas, há limites ao poder explicativo baseado em leis e mecanismos. Os críticos *intencionalistas* não têm nenhuma contenda com o behaviorismo teórico – exceto talvez por questionar a importância ou prioridade de seu objetivo. Não fosse isso, eles considerariam suas propostas teóricas específicas à luz dos mesmos cânones de confirmação que valem para qualquer teoria científica. Staddon não pediria mais que isso.

Por outro lado, duvidamos que os argumentos de Staddon vão silenciar todos os críticos cognitivistas e behavioristas radicais (e teleológicos). Os primeiros vão criar caso em virtude das críticas conexionistas da abordagem cognitiva. Os últimos vão defender a superioridade (ou pelo menos a complementaridade) do aumento de força (ou da economia) da metáfora evolutiva, não apenas para entender o reforço, mas

também para oferecer a estratégia guia para a pesquisa profícua. Ambos vão questionar o objetivo da ciência proposto por Staddon. Não podemos querer resolver essas questões aqui.

Contudo, realmente pensamos que Staddon mostrou que, dados os cânones comuns da ciência, não há nenhuma objeção de princípio à postulação de estados internos em teorias que buscam explicar os fenômenos comportamentais (*cf.* cap. 3, seção 1, acima). Mas isso não implica (e Staddon não o sustenta) que – a longo prazo – boas teorias abrangentes venham a ser produzidas por uma estratégia de dar prioridade à criação de hipóteses sobre estados internos, ou mesmo que teorias melhores vão ser produzidas deste modo, ao invés de o serem seguindo outras estratégias. O teste está no resultado a longo prazo: se a metodologia informa práticas de pesquisa que conduzem ao objetivo do programa de pesquisa que está sendo realizado com mais progresso. De forma mais geral, o sucesso de um programa científico de pesquisa é medido em termos das leis e teorias confirmadas que ele produz.

* * *

Embora sempre se renove, o behaviorismo permanece uma tradição controvertida, assim como uma tradição dividida. Continua a haver uma tensão entre a procura de entendimento (em termos de princípios confirmados experimentalmente) dos fenômenos comportamentais mais básicos e um sentido de urgência de demonstrar a relevância prática das descobertas behavioristas. A primeira tendência enfatiza quase que exclusivamente a pesquisa com animais, a última quer fazer com que a pesquisa seja sobre os seres humanos o mais cedo possível. A tensão é construtiva, e a discussão (na qual *R* e *S* possuem um lugar importante) ainda ocorre. Continuamos convencidos, contudo, da limitação essencial da explicação behaviorista.

CAPÍTULO 8

O PODER EXPLICATIVO DA PSICOLOGIA COGNITIVA

1. Observações gerais sobre a ciência

As práticas predominantes na ciência moderna incorporam uma concepção particular do que é entender. Entender uma coisa é mostrar que seus movimentos e variações são produto de sua ordem subjacente (estrutura, processos e interações subjacentes) e leis naturais. Assim, as teorias científicas modernas contêm, em sua maioria, representações (hipotéticas) de leis e de ordem subjacente. Uma lei fundamental (de acordo com explicações filosóficas amplamente aceitas) é uma generalização, que, em geral, expressa uma relação entre quantidades, e que vale universalmente em todos os espaços e tempos. Ela representa uma necessidade na natureza, e, assim, condiciona todas as possibilidades futuras a estarem de acordo consigo. Portanto, na medida em que representa adequadamente as leis e a ordem subjacente, uma teoria contém também o domínio de possibilidades futuras. É por isso (como se diz) que as teorias bem confirmadas podem guiar com sucesso nossa interação prática com o mundo.

Em seu auto-entendimento, a ciência moderna está profundamente imbuída de que as teorias adequadas surgem, ou são testadas, quando se segue um método, cujas práticas principais são o experimento e a medição; e isso permitiu à ciência lidar com sua tarefa de forma construtiva, com a constante acumulação de resultados, isenta do tipo de disputas que inibem o progresso nas disciplinas morais, conduzindo ao crescimento espetacular da ciência ao longo dos quatro últimos séculos. O método experimental (diz-se) está livre de valores: seus resultados estão estabelecidos de maneira imparcial; eles são neutros em relação às diversas posições morais, e suas práticas são autônomas (Lacey 1998a; e 1999, no prelo) – de maneira que, ao avaliarmos uma realização científica, os únicos critérios relevantes são aqueles internos à própria ciência: a consistência, a exatidão, o poder preditivo, a abrangência explicativa e a proficuidade em produzir pesquisa. Não há lugar apropriado (conclui-se) para a crítica moral ou política da ciência.

O behaviorismo radical surgiu dentro deste tipo de concepção da natureza das teorias e do método científico. Frequentemente, ele encontrou objeções políticas, tanto nos meios liberais quanto nos meios marxistas, mas seus proponentes as consideraram irrelevantes. Os resultados positivos do behaviorismo radical estavam fortemente baseados em experimentação; seus oponentes, e não eles (é o que diziam estes), podiam ser acusados de ideologia.

Argumentamos em outra parte (Lacey 1999) que essa concepção comum do método da ciência é incorreta; que embora a experimentação seja indispensável para o crescimento da ciência, seu papel é muitas vezes mal compreendido de maneira séria; e que, de fato, as teorias científicas estão sujeitas a uma variedade de formas de crítica, inclusive certas formas que têm fundamentos morais ou políticos. Essas alegações, na medida em que se aplicam ao behaviorismo radical, estão ilustradas nos capítulos 2, 5 e 6, acima. Mas, agora, algumas observações gerais, pois nossas alegações possuem escopo bastante geral e se aplicam a todas as ciências.

A avaliação das teorias científicas: a relação entre experimentação e natureza

O que esperamos de uma boa teoria científica? As teorias são de muitos tipos, e servem a uma variedade de propósitos; assim, deve-se ter cuidado em não generalizar demais. Mas de uma ampla classe de teorias científicas, esperamos (Lacey 1998a, cap. 4; 1999, cap. 5):

- Que contenham representações das leis da natureza.
- E, logo, que o poder explicativo e preditivo de seus princípios teóricos sejam amplamente aplicáveis, isto é, que tais princípios se apliquem em diversos e variados domínios, inclusive os “naturais.”
- Que elas sejam partes de programas de pesquisa que visam explicar os fenômenos em sua inteireza ou totalidade, isto é, explicar todos os aspectos das coisas.

O que é um experimento? É o fenômeno de um espaço particular e simplificado, feito pelos seres humanos, com variáveis que podem ser

manipuladas e controladas por eles, e projetado para impedir a ação de outras variáveis. Um bom experimento é reproduzível, assegurando, assim, que nele alguma generalização vá se manifestar; mas a reproduzibilidade do experimento assegura apenas que a generalização se manifeste no interior dos limites definidos pelo espaço experimental.

Qual é a relação entre um experimento e a natureza? Responder esta questão deu um grande ímpeto à ciência moderna. Na ciência antiga, em geral, não havia qualquer ligação entre experimento e natureza. Os experimentos diziam respeito a artefatos, que tinham importância prática mas não teórica. Galileu fez rolar bolas em planos inclinados de superfície polida, notou as generalizações que relacionavam a distância, o tempo e o ângulo de inclinação, mostrou que eles eram amplamente variados em alguns outros espaços experimentais (como aqueles que envolviam pêndulos e projéteis), e concluiu que tinha descoberto leis da natureza, generalizações relevantes para os movimentos nos céus tanto quanto para os movimentos em seus espaços experimentais. Seus oponentes contra-argumentavam que era óbvio que os movimentos nos céus obedecem a outros princípios (não-mecânicos). Galileu não os podia refutar. Newton pôde.

Este demonstrou que suas leis do movimento (os princípios fundamentados nos experimentos de Galileu) também se manifestavam nos movimentos dos planetas. Sua demonstração envolveu tanto uma análise teórica cuidadosa quanto uma observação (prolongada e disciplinada) dos planetas. Newton mostrou que a experimentação poderia descobrir leis da natureza (e não apenas princípios práticos). Mas sua demonstração envolveu uma investigação empírica, e não experimental, de um espaço natural. Depois dele, o passo da experimentação para a natureza se tornou uma prática comum; freqüentemente, a necessidade de uma investigação não-experimental e empírica para apoiá-lo foi esquecida.

Com certeza, na ciência moderna, os experimentos são interessantes não apenas por causa de seu papel na confirmação das leis da natureza, mas também por causa de seu papel de informar os procedimentos práticos (tecnológicos). O passo da experimentação para a tecnologia, em geral, não precisa do apoio de muita outra pesquisa.

Estas observações breves destinam-se a dar sentido à tese de que há sempre diversas dimensões na confirmação de uma teoria (*cf.* cap. 4, seção 7, acima):

- A que classe de espaços experimentais ela se aplica?
- Que tipo de práticas tecnológicas a confirmam (ou podem fazê-lo)?
- Em que domínio de espaços naturais ela se manifesta e que aspectos das coisas ela explica?

Nunca uma teoria é simplesmente aceita (sem mais qualificativos). Aceita-se uma teoria como algo aplicável a certos espaços, ou a certos domínios de fenômenos. É o trabalho da ciência responder as três questões acima a respeito das teorias. As respostas para apenas as duas primeiras nunca bastam para responder a terceira. A confirmação de que uma teoria se aplica a espaços experimentais e informa com sucesso as práticas tecnológicas não implica que ela, em geral, apresente entendimento dos fenômenos naturais. Uma resposta para a primeira questão pode também implicar uma resposta para a segunda, mas a legitimidade de uma prática tecnológica depende de uma avaliação não apenas de sua eficácia, mas também de seus efeitos colaterais, e uma avaliação criteriosa destes envolve respostas anteriores à terceira questão acima.

Sustentamos que é o trabalho da ciência responder todas as três questões. Ademais, sustentamos que: (a) uma boa prática experimental é projetada com a terceira questão em mente; (b) que a resposta para ela é uma questão multidisciplinar; e (c) que a ciência deve ser ensinada com as três dimensões explicitamente, isto é, de que ela deva ser ensinada de forma crítica, com especial atenção para a definição dos limites da aplicabilidade de uma teoria. Não há lugar aqui para defender essas alegações. Elas estão presentes nas críticas que fizemos ao behaviorismo radical nos capítulos 5 e 6 deste livro.

Nossas críticas ao behaviorismo foram fundamentadas na estrutura *intencional*, não em alegações que sejam justificadas por um programa de pesquisa “científico” concorrente, tal como a psicologia cognitiva que, assim como o behaviorismo radical, pressupõe que os fenômenos humanos possuem caráter nomológico. Uma crítica *cognitivista* (feita

da perspectiva da psicologia cognitiva) enfatiza as seguintes questões: Quais as variáveis que devem ser investigadas na psicologia cognitiva para que suas teorias sejam mais abrangentes em seu poder explicativo que a teoria comportamental? E com que métodos e modelos deveríamos conduzir tal investigação? Ao contrário, uma crítica *intencionalista*, ao enfatizar as possibilidades da atuação humana e os recursos explicativos da narrativa e do silogismo prático (cap. 6, seção 4, acima), procura localizar os limites das leis que se aplicam aos fenômenos humanos, e dar sentido à ação humana fora desses limites. Isso, por sua vez, oferece um contexto para levantar questões do tipo: Como pode a psicologia – como aquela disciplina que investiga as possibilidades da natureza humana – contribuir para o processo de transformação das condições sócio-históricas que sustentam e reproduzem o trabalho alienado (caps. 2 e 6, acima)? É claro que é muito mais fácil responder estas questões colocadas pelos cognitivistas. Em nossas condições sociais atuais, contudo, aquelas colocadas pelos intencionalistas são tanto mais interessantes quanto mais urgentes.

Neste capítulo, vamos delinear uma crítica *intencionalista* ao cognitivismo. Seus detalhes, e as variações necessárias para lidar com uma variedade de programas de pesquisa que se reúnem sob o guarda-chuva da “ciência cognitiva,” precisam de muito mais desenvolvimento.

* * *

A inteligibilidade da atividade de pesquisa científica requer que ela esteja localizada historicamente. Uma concepção mais antiga e ainda influente nega isso, entendendo a atividade científica apenas como a proposta de conjecturas e sua colocação em teste – e deixando a origem dessas conjecturas sem explicação, ou pelo menos sem qualquer explicação que, de algum modo, diga respeito ao *status* científico de uma conjectura. A maior parte dos autores recentes em filosofia da ciência aceita o caráter conjectural das teorias científicas, mas compreendem as conjecturas atualmente viáveis e a pesquisa empírica motivada por elas como parte de um desenvolvimento ou desdobramento de uma sequência de eventos historicamente ligados – seja tal desenvolvimento entendido como o desenrolar de um paradigma (Kuhn 1962), ou de um programa de pesquisa (Lakatos 1978), ou de uma tradição de pesquisa

(Laudan 1977), ou uma estratégia (Lacey 1998a, 1999). De acordo com Lakatos, cuja terminologia temos freqüentemente empregado ao longo deste livro, um programa de pesquisa se baseia em um conjunto de pressuposições metafísicas de fundo (cap. 1), que permanecem imunes a questionamento durante a vida do programa de pesquisa. Muitas vezes, essa metafísica de fundo está associada com uma metáfora fértil – por exemplo, um organismo ou uma máquina – que é uma rica fonte de hipóteses teóricas e uma ferramenta para explorar os limites para o desenvolvimento do programa, assim como um meio para atrair a atenção, o entusiasmo e o apoio do público em geral. A metáfora dominante em certo momento é em geral um objeto de importância capital para a atividade produtiva de uma sociedade.

Os programas de pesquisa em psicologia experimental também possuem este aspecto. O behaviorismo de Skinner, por exemplo, até recentemente ganhou grande credibilidade por causa de ter implicitamente aproximado todos os fenômenos humanos daqueles relativos ao trabalhador ou consumidor na sociedade capitalista (*cf.* caps. 5 e 6, acima; e Schwartz *et al.* 1978). Durante os últimos trinta anos, a metáfora da mente como um computador ganhou uma ampla adesão na psicologia experimental, e originou um novo programa de pesquisa – a ciência cognitiva, um amálgama interdisciplinar de psicologia cognitiva, lingüística, ciência da computação e pesquisa em inteligência artificial, com uma multidão de filósofos defendendo sua inteligibilidade e sua promessa de produzir uma teoria abrangente da mente humana.¹

2. A metafísica de fundo da ciência cognitiva

A metafísica de fundo da ciência cognitiva pode ser enunciada de diversas formas. Fodor (1975; 1981; e 1990) elabora uma versão influ-

¹ Notemos que as abordagens “conexionistas” em ciência cognitiva, em geral, não tratam o computador como um modelo da mente; ao contrário, elas o utilizam como uma ferramenta para representar modelos complexos da mente que foram motivados pela arquitetura neural do cérebro (*cf.*, por exemplo, Bechtel 1990).

ente, com pressupostos que incluem aqueles que parafraseamos da seguinte maneira:

- As atitudes proposicionais (os estados de acreditar que ---, desejar que ---, pensar que ---, etc.) são relações entre um agente e representações mentais (internas), que são símbolos tanto com propriedades sintáticas quanto semânticas, e papéis causais em virtude de suas propriedades sintáticas.²
- Os processos cognitivos (mentais) são processos computacionais, isto é, que manipulam símbolos, realizáveis³ mecanicamente que, em si mesmos, são transformações de representações mentais.
- A computação pressupõe um meio de computação: um sistema de representações mentais, uma linguagem interna do pensamento, na qual (como Block 1983 elabora) as representações mentais são codificadas em um sistema ou talvez alguns sistemas de estruturas neurológicas, sendo que pelo menos alguns deles possuem sintaxe e semântica similares àquelas das linguagens artificiais e línguas naturais conhecidas.

Esta metafísica de fundo desempenha diversos e variados papéis:

- (a) Oferecer condicionantes sobre as hipóteses aceitáveis na teoria cognitiva e, mais positivamente, oferecer uma fonte de hipóteses aceitáveis; oferecer um vocabulário apropriado para a construção de teorias.

² *'A acredita que p'* expressa uma relação (definida por certas propriedades funcionais) entre *A* e *m*, uma representação mental (na "linguagem do pensamento") com propriedades semânticas e sintáticas como aquelas de *p* (uma representação em linguagem natural). Pode-se dizer que *m* expressa a mesma proposição que *p*. *'A acredita que p'* difere de *'A deseja que p'* no sentido de que as propriedades funcionais da relação expressa na primeira são diferentes daquelas expressas na última, mas ambas envolvem relações entre *A* e *m*.

³ A simulação por computador assegura a factibilidade mecânica daqueles processos que são postulados como processos cognitivos nas teorias da psicologia cognitiva.

- (b) Elaborar os aspectos gerais do objeto de investigação (a mente).
- (c) Ajudar a antecipar que fenômenos vale a pena investigar, que tipos de experimentos vale a pena realizar para descobrir regularidades ocultas (leis) dos fenômenos mentais e processos cognitivos. Por exemplo, Fodor diz:

Há (...) muitas generalizações interessantes para enunciar a respeito de como as atitudes proposicionais que um organismo tem são afetadas pelos aspectos de sua experiência, e sua constituição genética, e por outras atitudes proposicionais que ele cogita. Um dos objetivos de uma psicologia (cognitiva) é o de enunciar essas generalizações e, quando possível, sistematizá-las e explicá-las. (Fodor 1981, pp. 18–9.)

- (d) Expressar como o mundo (neste caso, a mente) deve ser para que a pesquisa no programa seja capaz em algum momento – se for bem sucedida a longo prazo – de produzir um relato completo de um domínio relevante de fenômenos. Tais pressupostos especificam como a mente deve ser para que façam sentido os métodos atuais de pesquisa, e os resultados do programa estejam se somando a uma totalidade coerente. Eles são, assim, não apenas condicionantes sobre as hipóteses e fontes delas, mas também extrapolações a partir do atual estado da arte.
- (e) Defender o programa contra objeções. É aqui que o apoio filosófico é crucial. O programa precisa de uma defesa contra as acusações de que é incoerente (Fodor 1994), ou que ele é inerentemente limitado, em princípio, incapaz de lidar com fenômenos importantes no domínio que se supõe que ele dê conta. Neste sentido, encontram-se defesas de que o programa repousa sobre uma forma de mentalismo compatível com o materialismo, de que ele pode dar conta dos aspectos qualitativos (conscientes) da experiência tanto quanto dos intelectuais (cognitivos, racionais), e de que ele pode apresentar um relato das atividades de seus próprios praticantes (conhecer, pesquisar, etc.).

Fodor (1975) diz que essas pressuposições metafísicas pertencem à “psicologia especulativa.” Nós as encaramos como a expressão de aspectos chave de uma “concepção da natureza humana” (cap. 2, acima). A questão é que elas são guias indispensáveis para a pesquisa em psicologia cognitiva, mas não foram estabelecidas empiricamente; ou mesmo sujeitas a um teste empírico severo. Elas são controversas, e poderiam muito bem ser falsas. De fato, são pressuposições não-falseáveis, independentemente da maneira, mais ou menos precisa, em que se especifica a relação entre teorias e dados em uma das análises neopopperianas do “falseamento” (Lakatos 1978). Mesmo que não encontremos representações internas apropriadas, que não sejamos bem sucedidos em confirmar teorias significativas que postulem representações internas, podemos – se estivermos suficientemente motivados – voltar à sugestão de que elas ainda podem ser encontradas. Estar de acordo com os dados empíricos nunca vai requerer uma rejeição definitiva das postulações sobre a ubiquidade das representações internas que subjazem aos fenômenos mentais. Entretanto, embora esses pressupostos não sejam falseáveis, eles são confirmáveis em um sentido claro. Isso é porque (se pudermos simplificar um pouco as coisas) as hipóteses que concretamente especificaram as representações internas e seu processamento, e servem para explicar um dado domínio de comportamento inteligente observado, podem ser falseadas e, assim, podem ser confirmadas quando resistem às tentativas de falseá-las. Na medida em que um número significativo de domínios de fenômenos mentais são explicados deste modo, a confirmação das pressuposições enunciadas aumenta. Desde que alguns fenômenos experimentais tenham sido explicados por meio da postulação de representações internas, essas pressuposições possuem algum apoio confirmativo. Contudo, ninguém pensa que elas possuem o que pode ser encarado (por padrões semelhantes àqueles que se aplicam às ciências naturais) como alta confirmação; mas muitos pensam que as pressuposições de outros programas (por exemplo, behaviorista, piagetiano) possuem menos, embora nenhuma teoria da confirmação existente ofereça bases para uma comparação séria de seus respectivos graus quantitativos de confirmação. A longo prazo, a falta de confirmação significativa daquelas pressuposições e o crescimento da confirmação de um programa concorrente podem ser

boas bases empíricas, ainda que não sejam definitivas, para rejeitar aquelas pressuposições.

A psicologia cognitiva é um programa de pesquisa. Além do mais, é um programa de pesquisa inteiramente em seus primeiros estágios de desenvolvimento. Assim como todo outro programa em seus primeiros estágios de desenvolvimento, ela está envolvida em pressuposições com pouca confirmação empírica. Algumas dessas pressuposições, assim como a pressuposição dos físicos de que os fenômenos físicos são em geral de caráter matemático, tornam-se em algum momento tão ricamente especificadas e apoiadas em numerosos domínios que sua forte confirmação empírica se torna algo não-controvertido, e seu apelo a nossa confiança, virtualmente irresistível.

O status da metafísica de fundo da ciência cognitiva

Que alegação pode nos fazer com legitimidade a metafísica de fundo da psicologia cognitiva? Claramente, ela não pode pedir nossa confiança agora. Então, presumivelmente, qualquer alegação que ela faz é sobre nossas ações – sobre o tipo de pesquisa que encorajamos e financiamos, sobre o conteúdo dos cursos que damos; e talvez também apresente uma compreensão de fatores relevantes a considerar ao aplicarmos teorias da psicologia.

Ela apresenta alegações fortes sobre nossas ações? Especificamente, se alguém deseja ser um psicólogo experimental, há um fundamento racional preponderante para que se consagre ao programa de pesquisa da psicologia cognitiva? Se é assim, que fundamento racional é este? Há razões pelas quais deveríamos nos dedicar à psicologia cognitiva ao invés da pesquisa behaviorista, digamos, ou da etológica, ou da piagetiana – ou a psicologia cognitiva desenvolvida sob pressuposições diferentes (por exemplo, conexionistas)? Obviamente, onde coexistem programas de pesquisa competidores nas mesmas instituições, há uma variedade de razões pelas quais os pesquisadores fazem suas escolhas para se consagrarem a um deles, ao invés do outro. Nossa questão não diz respeito diretamente às bases sobre as quais tais escolhas são feitas pelos pesquisadores individuais. Ela pergunta se há bons argumentos segundo os quais a psicologia cognitiva constitui um programa de pesquisa melhor que seus rivais atuais reais ou potenciais. O tom da maior

parte da literatura dos que apóiam filosoficamente a psicologia cognitiva sugere que há tais argumentos (embora haja um intenso debate entre aqueles que apóiam as abordagens representacional e connexionista). Quais são os argumentos segundo os quais a metafísica de fundo da psicologia cognitiva é mais sólida que aquela (digamos) do behaviorismo radical?

O argumento não é claramente empírico; nenhuma teoria da confirmação existente sustenta que a metafísica de fundo da psicologia cognitiva possua confirmação mais forte que suas rivais. E nem há argumentos *a priori* em favor de sua verdade. Apesar da herança cartesiana da psicologia cognitiva, não esperamos encontrar argumentos *a priori* em favor de pressuposições similares àquelas que Descartes apresentou (em vão) em favor do caráter matemático do mundo físico. Por outro lado, poderia haver argumentos *a priori* que nos levariam a rejeitá-las – se, por exemplo, mostrássemos a incoerência dessas pressuposições. Quais são, então, esses argumentos? Há alguma plausibilidade prévia que nos levaria a essas pressuposições?

Block diz que aquilo que as torna plausíveis é “o trabalho explicativo que elas parecem fazer,” e ele diz ainda:

A ciência cognitiva possui diversos pesquisadores competentes e sofisticados que desenvolveram programas experimentais que são promissores segundo qualquer padrão razoável e, assim, suas pressuposições têm um apelo *prima facie* que deve ser tomado a sério. (Block 1981.)

Isso pode sustentar que a psicologia cognitiva seja um empreendimento de valor, mas não que ela possua o tipo de fundamento racional que falta aos programas rivais. A expressão ‘promissores segundo qualquer padrão razoável’ é ambígua. Ela significa “que prometem outros resultados experimentais e desenvolvimento teórico,” ou “que prometem dar um dia um relato completo dos fenômenos mentais (ou de uma classe importante deles)?”⁴ Há uma diferença.

⁴ Block (1983) não pensa que um programa de pesquisa fundamentado nas pressuposições acima possa esperar dar conta dos aspectos “qualitativos” (“conscientes,” os “*qualia*”) da mente, mas apenas do aspecto “intelectual”

Em primeiro lugar, então, a plausibilidade das pressuposições que expressam a metafísica de fundo cognitivista deriva de sucessos explicativos e experimentais do programa de pesquisa, e da promessa, neles fundamentada, de outros sucessos. Fodor (1981; 1994) e outros filósofos defenderam a coerência dessas pressuposições, de maneiras que julgamos inteiramente convincentes, contra as acusações de incoerência. Parafraseando Haugeland (1986): a metafísica de fundo da psicologia cognitiva associa a intuição de Hobbes de que as representações internas estão causalmente ligadas com o mundo exterior à intuição de Descartes de que os processos mentais são computacionais, de uma maneira que evita as dificuldades de ambas aquelas intuições, se consideradas isoladamente. A síntese é feita sem o recurso cartesiano a um Deus, localizando as representações internas neurologicamente, e sua coerência recebe apoio do sucesso das simulações por computador de alguns processos de inteligência.

Fodor vai mais longe:

Os únicos modelos psicológicos dos processos cognitivos que parecem mesmo remotamente plausíveis representam tais processos como processos computacionais. (Fodor 1975.)

Se vamos ser psicólogos experimentais, então: *a promessa no nível explicativo e experimental + a coerência demonstrada da metafísica de fundo + a ausência da mais remota plausibilidade dos concorrentes = uma argumentação convincente para nos consagrarmos ao programa de pesquisa da psicologia cognitiva.* (Chamamos isso de “a soma de Fodor.”) Ele está certo?⁵

(cognitivo, racional, semântico, do processamento de informação). O argumento que se segue não se baseia em questões que dizem respeito aos *qualia*, de modo que ele diz respeito à promessa “de dar um dia um relato completo dos fenômenos mentais enquanto fenômenos ‘intelectuais’.”

⁵ Em outra ocasião, Fodor foi mais modesto: “O teste de um tal programa, em última instância, é a proficuidade empírica, e sobre isso temos de esperar e ver. Enquanto isso, há pelo menos o seguinte a dizer: a idéia de uma representação mental possui uma origem bem impressionante na tradição filosófica; ela abre um amplo domínio de possibilidades para a construção de teo-

Uma comparação entre a psicologia cognitiva e o behaviorismo

Por que o behaviorismo (a variedade de Skinner) não é uma opção “remotamente plausível?” O argumento mais forte e mais bem conhecido provém de Chomsky. Há fenômenos lingüísticos conhecidos e recorrentes (por exemplo, a gramática transformacional, o uso criativo da linguagem, a capacidade dos falantes fluentes de responderem apropriadamente a circunstâncias novas, a rapidez e uniformidade do aprendizado da linguagem – cf. cap. 1, seção 3), que não podem ser explicados em termos dos princípios da teoria do comportamento. Em outras palavras, os princípios behavioristas carecem do que Neisser (1975) denominou “validade ecológica.” Notemos que isso está de acordo com a seguinte substituição na citação acima de Block:

A psicologia behaviorista possui muitos pesquisadores competentes e sofisticados que desenvolveram programas experimentais que são promissores segundo qualquer padrão razoável [de produzir outros resultados de interesse e complexidade crescentes] e, assim, suas pressuposições têm um apelo *prima facie* que deve ser tomado a sério.

A objeção ao behaviorismo é que ele não promete para algum dia um relato completo do comportamento, um relato que pode ser obtido unicamente, argumenta Chomsky, com hipóteses sobre estruturas mentais.

Poucos behavioristas se impressionaram com o argumento de Chomsky. Eles replicam que Chomsky mostrou apenas que os princípios behavioristas, em seu estágio concreto atual de desenvolvimento, não podem dar conta dos fenômenos mencionados, mas que há razão para acreditar que futuros desenvolvimentos desses princípios (isto é, futuras hipóteses consistentes com a metafísica de fundo do behaviorismo) não vão ser capazes de fazer isso. Para eles, o argumento de Chomsky seria decisivo apenas se se pudesse mostrar que as pressuposições de sua metafísica de fundo são inconsistentes com os fenômenos que Chomsky menciona. Para mostrar que não há qualquer inconsis-

rias em psicologia; e, no mínimo, não *sabemos* que ela seja incapaz de uma explicação coerente. É uma idéia *interessante*; talvez devamos lhe dar crédito” (Fodor 1981, p. 31).

tência, é suficiente apontar que deixar de encontrar reforçadores não implica que eles não existam, e que o desenvolvimento atual de suas teorias não é um indicador da complexidade que os futuros desenvolvimentos possam assumir, que a pesquisa atual, por exemplo, a respeito da “lei de proporção” (Schwartz e Lacey 1982, cap. 5) está estendendo o alcance da teoria do comportamento para áreas de complexidade consideravelmente crescente, etc. Ou seja, é suficiente tomar as medidas comuns que prontamente se apresentam para proteger as pressuposições de um programa de pesquisa durante os primeiros estágios de seu desenvolvimento.

A resposta de Chomsky a isso é curta e incisiva. Diagnosticando a defesa behaviorista como uma simples retirada para a vaguidade, ele alega que todas as (reais) teorias behavioristas bem formuladas são incompatíveis com aqueles fenômenos. É suficiente rejeitar o behaviorismo em virtude de não apresentar agora teorias de valor explicativo para os fenômenos lingüísticos mencionados, que Chomsky encara como exemplos do comportamento caracteristicamente humano, o tipo de fenômenos com os quais a investigação em psicologia *deveria* lidar. Ele pode aceitar que haja a possibilidade lógica de que o behaviorismo possa estar certo, mas mesmo assim, um programa de pesquisa que dê explicações para os fenômenos humanos característicos deveria reclamar nossa lealdade.

Essa análise do argumento de por que o behaviorismo não é uma opção “remotamente plausível” sugere que, em geral, um programa de pesquisa não nos faz apelos fortes apenas do ponto de vista de uma promessa razoável quanto a seu programa experimental se expandir para fenômenos mais ricos e mais complexos, e do ponto de vista da coerência interna de sua metafísica de fundo. (Por outro lado, um programa sem essas duas características não nos faz qualquer apelo.) É importante enfatizar que o sucesso experimental não é garantia de validade ecológica. Esse é um ponto lógico óbvio, mas não é apenas um ponto lógico. O sucesso experimental pode dever-se à construção de novos fenômenos (não uma coisa insignificante em si mesma), ao invés do discernimento de leis dos ambientes natural e social do dia a dia. Há boas razões para acreditarmos que algumas teorias da ciência natural realmente possuem validade ecológica neste sentido, uma vez que os

princípios confirmados experimentalmente foram utilizados para produzir explicações detalhadas de fenômenos “naturais” – nem experimentais, nem de ciência aplicada. A validade ecológica é requerida de qualquer teoria com pretensões de ser uma teoria abrangente sobre um objeto de investigação significativo. A soma de Fodor precisa de um outro item: *uma promessa de validade ecológica algum dia*.

A validade ecológica da ciência cognitiva

A ciência cognitiva possui validade ecológica? Assim como Searle (1992), Taylor (1985) e Haugeland (1986), Dreyfus (1992) argumenta que a ciência que exemplifica a metafísica cognitivista não pode dar conta de um domínio de fenômenos humanos importantes, como “a atividade corporal hábil de um homem,” a existência de revoluções conceituais e culturais, o papel do fundo na percepção, as mudanças de humor, a sustentação de valores, a intuição.

As respostas comuns a esses argumentos da parte dos psicólogos cognitivistas e de seus amigos filósofos possui por ora uma forma conhecida. Podemos dizer que eles negam que Dreyfus tenha mostrado uma inconsistência entre sua metafísica de fundo e aqueles fenômenos. Eles reconhecem que as teorias e conjecturas atuais estão aquém do que deveriam, mas apelam para as exemplificações da metafísica cognitivista ainda por vir, que eles esperam que reparem essas falhas. (Eles também apelam para a rapidez de desenvolvimento de seu programa de pesquisa, alegando que Dreyfus e outros estão realmente se referindo ao estado da arte de vários anos atrás – mas deixemos isso para os especialistas!) A questão para eles é que as teorias atuais concretas não definem os limites de seu programa de pesquisa, e de que os alegados limites poderiam ser estabelecidos apenas por uma demonstração relevante de inconsistência. Em suma, sua resposta consiste em apelar para futuras e logicamente possíveis, vagamente definidas, teorias e desenvolvimentos. Dado que alguém tenha escolhido consagrar-se à psicologia cognitiva, tais respostas mitigam o apelo de outras buscas. O mesmo vale para o behaviorismo. Mas os cognitivistas, frequentemente, não vão conceder esse ponto aos behavioristas. Qual é a diferença?

Acreditamos que a diferença tenha sido indicada pela análise de Haugeland (1986), acima apresentada, sobre a coerência interna das

pressuposições da psicologia cognitiva. Elas expressam temas chave do pensamento moderno ocidental (cartesiano e hobbesiano). Seu apelo é forte e sutil, uma vez que tais temas estão incorporados em todos os tipos de formas sociais modernas. Eles estão nas profundezas do auto-entendimento de nossa cultura, e o ônus da prova é de seus rivais. Expliquemos o que queremos dizer de um modo um pouco diferente.

Lembremos nosso relato, no início desta seção, sobre a relação entre as pressuposições cognitivistas e os produtos experimentais e teóricos de seu programa de pesquisa. A relação é dialética: as pressuposições são tanto extrapolações a partir de produtos já existentes quanto condicionantes e fontes de futuras pesquisas. Uma vez que, até certo ponto, as pressuposições precedem logicamente a pesquisa, poderia haver argumentos pró e contra elas, argumentos que são relativamente independentes dos detalhes da pesquisa. Mais uma vez, Chomsky dá uma pista em sua discussão sobre o behaviorismo. Notando a enorme defasagem de confirmação entre os experimentos behavioristas e as pressuposições do programa behaviorista de pesquisa, ele pergunta o que poderia sustentar o compromisso com tais pressuposições que se mostra nas ações de seus defensores – tanto na continuidade de sua pesquisa quanto na aplicação prática. Chomsky apontou a “ideologia” no sentido negativo, segundo o qual ‘ideologia’ significa uma “falsa consciência” (Chomsky 1973): dever-se-ia explicar o compromisso com as pressuposições behavioristas com referência não aos argumentos de seus defensores, mas às instituições e práticas sociais que seriam legitimadas se tais pressuposições fossem verdadeiras, neste caso, instituições e práticas cujo funcionamento depende do controle do comportamento humano. Segue-se que uma razão para rejeitar tais práticas é motivo suficiente para não participar do programa de pesquisa. (Pode haver outras razões para participar dele em um sentido limitado.)

De forma similar, as razões para se consagrar a certa prática social podem oferecer uma razão suficiente para participar de um programa de pesquisa que repouse em pressuposições que, se vierem a receber confirmação forte, poderiam aumentar e legitimar aquela prática. O próprio Chomsky se refere a um programa de pesquisa (*cf.* cap. 2), que pode ser encarado como uma versão ou uma parte da psicologia cogni-

tiva, e que teria raízes em “esforços racionalistas para estabelecer uma teoria da liberdade humana.” Ele diz:

Investigar, aprofundar e, se possível, consubstanciar as idéias desenvolvidas nessa tradição pelos métodos da ciência é uma tarefa fundamental de uma teoria social libertária. (Chomsky 1975, p. 134.)

As pressuposições da ciência cognitiva possuem um forte apelo para nós, já que fomos criados na tradição liberal, porque elas são a expressão científica (e talvez, um dia, elas venham a dar base à justificação científica) da concepção da natureza humana (de fontes cartesiana e hobbesiana) que foi expressa nas instituições e práticas políticas liberais. Essas pressuposições prometem consolidar a idéia dos seres humanos como seres essencialmente pensantes, possuidores de liberdade individual; e elas prometem tornar essa idéia compatível com o materialismo – por essa via, reconciliando o humanismo liberal com a concepção de que, em princípio, a ciência pode explicar tudo. Ela legitima que sejamos cartesianos quanto ao método e materialistas quanto à metafísica. Sugerimos que ela não é a satisfação da soma de Fodor (com aquele outro item incluído), que fundamenta a alegação de que se dê prioridade ao programa de pesquisa da ciência cognitiva, mas o compromisso com a prática social liberal.

À luz disso, sugerimos que é plausível participar de qualquer programa que tenha produzido certo sucesso experimental e cujas pressuposições sejam internamente coerentes; não é necessário ter razões independentes para aceitar tais pressuposições. Os pesquisadores podem apenas querer tomar parte em um programa de pesquisa em andamento e que eles achem interessante, e deixá-lo a sua própria sorte, para ver aonde ele leva e, no devido tempo, revele seu potencial, ou então produza um relato completo de algum objeto de investigação. Mas uma tal perspectiva não é compatível com as alegações fortes feitas sobre um pesquisador em nome da psicologia cognitiva; ao contrário, ela requer um pluralismo de programas de pesquisa rivais (e, como veremos, uma considerável reserva em relação às aplicações das teorias psicológicas). Propor alegações exclusivas para a psicologia cognitiva requer uma razão independente para aceitar aquelas pressuposições, e o único tipo de razão que podemos encontrar está profundamente marcado por

compromissos valorativos. (Isso não quer dizer que endossemos essas razões.)

A situação em que nos encontramos pode ser assim resumida: há hoje pelo menos dois programas de pesquisa (o behaviorista e o cognitivista), cada um dos quais possui: (1) uma promessa no nível explicativo e experimental (e também no de aplicação); (2) alegações iguais de coerência de sua metafísica de fundo, ou concepção da natureza humana – o argumento da incompatibilidade do caráter nomológico com a intencionalidade (cap. 7, seção 1), sendo correto, também abalaria a metafísica de ambos; (3) falhas importantes em sua promessa de validade ecológica abrangente. Cada um deles, sendo mais desenvolvido, poderia melhorar sua marca em um ou mais desses pontos.

3. É possível uma teoria psicológica abrangente?

Podemos esperar por um tempo em que um programa (ou algum outro, talvez seu sucessor) vá manifestar sua superioridade a todos aqueles três respeito – de modo que a opção de alguém por ele seja “objetiva,” e não dependa nem de fatores não-fundamentados nem da coerência da concepção da natureza humana que tal programa pressupõe com uma certa perspectiva moral ou política? Ou deveríamos abandonar a busca por uma teoria abrangente da natureza humana e, em lugar disso, reconhecer que cada programa investiga (preponderantemente) distintos objetos – distintos fenômenos humanos localizados? Então, poderíamos concentrar nossas pesquisas naquele desses objetos que quiséssemos que obtivesse predominância no ambiente humano – os seres humanos controlados por contingências do reforço, ou sistemas computacionais (processadores de informação) humanos (ou...).

Pensamos ser justo dizer que a aspiração de grande parte da psicologia experimental é de construir (e, um dia, confirmar) uma teoria psicológica cuja generalidade expresse uma representação da lei e da ordem subjacentes da natureza humana, e, assim, seja aplicável através de épocas, ordens e práticas sociais. No momento, com certeza, isso é apenas uma aspiração, uma vez que ninguém pretende que qualquer teoria atual da psicologia esteja chegando perto desse ideal. Entretanto, isso funciona como um tipo de ideal regulador – suficiente para que a maior parte dos teóricos veja com cautela qualquer intrusão de valores

em seus próprios juízos e, especialmente, nos de seus oponentes. Para nossas esperanças e desejos, nossos compromissos morais não podem ser propriamente condicionantes do que é o caso no nível de estruturas fundamentais e leis.

Essa aspiração seria desafiada por uma concepção que mantivesse que os objetos da investigação em psicologia são todos objetos culturais, por conseguinte, portadores de valores, produtos variáveis de épocas, ordem e práticas sociais. Ainda haveria fatos e regularidades a serem descobertas sobre esses objetos (*cf.* cap. 9, adiante) – mas a questão de investigá-los deixaria de ser a de encontrar uma estrutura psicológica e lei subjacentes, e seria inseparável do engajamento em práticas culturais (ou possíveis tentativas para, ativamente, se desligar delas) que produzissem tais objetos.

Seguindo o exemplo das ciências naturais, parece razoável aspirar à abrangência, para, um dia, conseguir uma teoria ou conjunto de teorias que contenha leis suficientes para representar o caráter nomológico de cada comportamento e outro aspecto da natureza humana. Ademais, continuando a seguir as ciências naturais, pode-se esperar que a investigação experimental vá oferecer os meios para descobrir (ou confirmar) leis particulares; então, o teste de abrangência vai ser a adequação das leis experimentalmente derivadas (ou testadas) para oferecer explicação para fenômenos não-experimentais. A investigação científica moderna tende a guiar-se pelo pressuposto metodológico de que a abrangência vai um dia (talvez no limite) resultar do sucesso experimental continuado. Isso não precisa ser o caso, pois o que um experimento demonstra é que, dadas certas condições limite, uma certa tendência natural será realizada (Bashkar 1978). Um experimento bem sucedido realiza uma possibilidade genuína da natureza, mas não necessariamente uma tendência que é comum ou significativamente realizada fora das condições limite do experimento; ele estabelece que uma certa regularidade está exemplificada localmente, e não que ela esteja exemplificada significativamente na natureza. O experimentador pode criar as condições sob as quais as regularidades de sua teoria sejam exemplificadas (Cartwright 1983; 1999). E ele pode ter sucesso virtualmente ilimitado sem sequer tratar das leis de partes importantes da natureza. (É por isso que é necessário ter uma metafísica de fundo, no

caso da psicologia, uma concepção da natureza humana, para esboçar o território que o programa de pesquisa pode mapear em detalhe para avaliar, inicialmente, a validade ecológica dos resultados experimentais.) Esse é um aspecto importante da ciência experimental, e ele vale quer a ciência experimental possa um dia criar teorias abrangentes, quer não. O sucesso experimental pode muitas vezes antecipar e guiar o sucesso na aplicação tecnológica, uma vez que as aplicações bem sucedidas apenas requerem a existência de regularidades conhecidas sob certas condições limite. Ao contrário do que Skinner pensa, o fato de uma teoria produzir predição e controle não é um sintoma claro da abrangência de seu poder explicativo (*cf.* cap. 3, acima).

Limites históricos para a aplicação de teorias psicológicas

É difícil avaliar a validade ecológica de uma teoria psicológica. Pois o próprio ecossistema humano é um produto da atividade humana, cujas estruturas atuais e modos de interação são produtos da transformação de estruturas e modos anteriores. Em parte – talvez uma parte cada vez maior – tais transformações são o resultado da psicologia aplicada ou da tecnologia comportamental (nem sempre através de uma aplicação auto-consciente de uma teoria psicológica). Isso abre a possibilidade de que uma teoria possa obter validade ecológica em um dado momento histórico, porque os aplicadores da teoria tiveram o poder de tornar um domínio significativo de fenômenos conformes a ela. Isso não é uma possibilidade remota. Argumentamos em outra parte que os princípios do condicionamento operante possuem validade ecológica significativa na época histórica atual porque os administradores de indústrias criaram no local de trabalho da fábrica as condições limite (análogas às aquelas presentes na caixa de Skinner) nas quais aqueles princípios se aplicam com uma razoável aproximação (*cf.* cap. 5; e Schwartz *et al.* 1978).

Dreyfus enuncia uma posição similar com relação à teoria cognitiva:

A natureza do homem é, de fato, tão maleável que ela pode estar prestes a mudar de novo. Se o paradigma computacional se tornar tão forte que as pessoas comecem a se verem a si mesmas como dispositi-

vos digitais no modelo do trabalho em inteligência artificial, então, uma vez que (...) as máquinas não podem ser como os seres humanos, estes podem se tornar progressivamente máquinas. (...) As pessoas começaram a se ver a si mesmas como objetos capazes de corresponder aos cálculos inflexíveis de máquinas desencarnadas. (...) Nosso risco não é o advento de computadores superinteligentes, mas o de seres humanos subinteligentes. (Dreyfus 1992, p. 280.)⁶

À medida que exploramos nosso ecossistema humano em busca de fenômenos chave e para ver se seus aspectos são tais que eles possam ser englobados no alcance explicativo de um programa de pesquisa, devemos ter em mente (e sujeito a escrutínio histórico) que tais fenômenos poderiam ser apenas contingências históricas – (parcialmente) o produto da aplicação da teoria que está sendo testada. A validade ecológica de uma teoria, em determinado momento, pode ser devida ou ao poder de suas aplicações (inclusive seu poder para remover exemplares claros de teorias rivais) ou ao poder explicativo abrangente da teoria. (Sem uma investigação histórica, não podemos decidir isso.)

Um dilema

Essas considerações levantam um dilema. O ideal da ciência é uma teoria abrangente (ou conjunto de teorias), no caso da psicologia, capaz de explicar todos os fenômenos humanos em todos os ambientes. As teorias psicológicas atuais não mostraram um poder explicativo significativo fora dos domínios experimentais imediatos produzidos por seus respectivos programas de pesquisa, e dos domínios de fenômenos sociais produzidos por suas aplicações. Consagrar-se a um programa de pesquisa é algo (em parte) motivado moral ou politicamente (como dissemos antes), e, presumivelmente, as aplicações são parte dos projetos morais ou políticos que tornam inteligíveis as pressuposições do pro-

⁶ Cf.: “À medida que nossa busca pela verdadeira natureza da inteligência arrastou-se pelo caminho, especialmente na tradição intelectual ocidental, ela foi espremida por pequenas aberturas – QI, a habilidade de calcular, a lógica, o xadrez. E, assim, criamos máquinas enormes, não à nossa própria imagem, mas à imagem daquilo que pensávamos que deveríamos ser” (Dyke 1997).

grama. Não há nada de surpreendente, então, no fato de uma teoria psicológica ter validade em estruturas e formas sociais produzidas pelo projeto moral ou político associado a ela. Se tal projeto alcançar hegemonia em dado momento, então, *naquele momento*, a teoria vai possuir validade geral – mas uma validade alcançada através da eliminação dos fenômenos, cuja observação pudesse produzir dados que apoiassem suas concorrentes.

Assim, uma aplicação bem sucedida generalizada minimiza a possibilidade de um teste severo dos limites da validade de uma teoria. Por outro lado, deixar de fazer tais aplicações poderia deixar aberta a possibilidade de um futuro teste severo – mas isso privaria a sociedade dos benefícios daquelas aplicações. O dilema é: *ou fazer aplicações e minimizar as opções de testes severos, ou buscar um possível teste severo e deixar de fazer aplicações* (cf. Lacey 1997; 1998a, cap. 8). Tomar a segunda possibilidade seria um gesto irresponsável e fútil, assim como ignorar que todas as estruturas prevalecentes são produtos de projetos morais ou políticos. Tomar a primeira possibilidade parece implicar o abandono de uma possível teoria psicológica abrangente. Isso não implica que uma tal teoria seja impossível – mas sua pequena possibilidade não é suficiente para tornar a procura por ela um fundamento racional da investigação em psicologia.

A investigação em psicologia como algo local

Sugerimos, então, que se concebam os programas de pesquisa em psicologia como coisas que se concentram em fenômenos humanos localizados – programas que explorem as possibilidades humanas sistemáticas, programas motivados por projetos morais ou políticos particulares, mas também capazes de revelar as possibilidades que poderiam fundamentar ou apoiar novos projetos morais ou políticos. A ênfase no que é local e a atribuição de menor importância ao que é abrangente não implicam um enfoque exclusivo em um domínio particular. Se colocarmos o objetivo das ciências humanas como aquele de descobrir as possibilidades humanas sistemáticas, então torna-se importante definir de maneira exata os limites da validade ecológica aos quais qualquer programa de pesquisa dado possa aspirar. Para fazer isso, é essencial esclarecer, manter existindo, e produzir fenômenos que resistam à in-

corporação em programas já existentes – pois é a partir do estudo desses fenômenos, se pudermos encontrar sua ordem subjacente, que novas possibilidades poderiam emergir (Lacey 1998a, caps. 2 e 9).

* * *

O engajamento em um programa de pesquisa é carregado de valores. Não se segue que todos os juízos feitos na psicologia sejam carregados de valores. Que uma teoria particular (T), desenvolvida sub um programa particular de pesquisa (R), explique um fenômeno local mais bem que qualquer alternativa proposta, isso pode ser perfeitamente objetivo (Lacey 1999, caps. 9 e 10). Os valores determinam os juízos em psicologia apenas se se está comprometido com a concepção de que as categorias utilizadas em R devem ser impostas a todo fenômeno humano. Para evitar de cair no discurso dominado por tais juízos carregados de valor, talvez seja necessário dar mais peso às anomalias dos programas de pesquisa atuais (à atividade científica, conversação, atos de tomada de decisão inteligente) que à massa de dados experimentais e descrições de aplicações. O que fazemos na pesquisa em psicologia e em sua aplicação reflete inevitavelmente valores (aqueles que dão sentido às pressuposições do programa de pesquisa). Os valores não vão ser os determinantes preponderantes do resultado da pesquisa em psicologia, desde que tentemos definir os limites do programa e descobrir novas possibilidades que algum programa, em particular, não possa englobar.

A importância da intencionalidade

Note-se nossa ênfase na descoberta de novas possibilidades, e, de fato, da abrangência de cobertura dos fenômenos – esses são critérios amplamente aceitos para a avaliação das teorias científicas. Contudo, duvidamos que possa ser encontrada uma teoria geral em psicologia, cuja generalidade expresse uma representação da estrutura e da lei subjacentes à natureza humana, e, assim, seja aplicável através de épocas, ordens e práticas sociais. E onde encontramos regularidade nas questões humanas, suspeitamos do poder hegemônico de uma prática particular para reestruturar a ordem social de modo que a teoria com isso relacionada se torne verdadeira em geral sobre o comportamento hu-

mano na nova ordem social. Nossas suspeitas deveriam abalar o compromisso profundamente consolidado com o naturalismo científico em nossa sociedade, que aspira a uma tal teoria geral em psicologia?

Pensamos que nossas suspeitas possam ser colocadas em bases mais firmes. Há uma razão, não derivada simplesmente de limitações empíricas de teorias hoje disponíveis, para pensarmos que devemos estar satisfeitos com teorias locais em psicologia. Essa razão deriva da alegação de que as explicações intencionais são as explicações *básicas* do comportamento humano (Taylor 1964). Se é assim, esperaríamos que as regularidades do comportamento humano derivassem amplamente de objetivos compartilhados, e de circunstâncias compartilhadas nas quais as pessoas devam formular seus objetivos e agir; e que as regularidades fossem diferentes onde esses fatores sistemáticos compartilhados fossem diferentes.

Utilizamos as explicações intencionais todo o tempo, e as categorias intencionais estão em todo o nosso discurso. (Nossas explicações para a escolha de teorias e programas de pesquisa em psicologia neste livro são, com certeza, intencionais.) Há qualquer razão para acreditar que as explicações intencionais não são básicas? Se não há, a justa parcimônia do naturalismo científico seria quebrada. A força do naturalismo científico é tão grande sobre a consciência contemporânea que muitos alegam que não podem conceber que ele não seja verdadeiro – isto é, não podem conceber que as explicações *básicas* dos eventos (inclusive dos comportamentos) possam não envolver subsumi-los sob regularidades nomológicas. Mas isso não é uma verdade *a priori*. Parece ser pelo menos tão importante quanto isso que uma teoria da natureza humana seja capaz de explicar a atividade (teórica e experimental) que produz nosso conhecimento das leis – e, até hoje, não há nenhum relato que mesmo remotamente rivalize com o intencional.

Por que se comprometer com o naturalismo científico? Nosso palpite é que isso deriva de uma relação de reforço mútuo entre o naturalismo filosófico (e a metafísica materialista) e um modo especial de valorizar o controle na modernidade (Lacey 1998a, pp. 129–32; 1999, pp. 126–30) – o interesse em representar todos os objetos como objetos de predição e de controle, de modo que eles possam ser tornados objetos de predição e controle (*cf.* caps. 2 e 3, acima). Ao contrário, a con-

cepção de que a intencionalidade é básica também possui raízes morais, na medida em que as explicações básicas da ação são intencionais, os agente são livres e responsáveis por suas próprias ações, de modo que tornarem-se eles objeto de predição e controle é um sinal da diminuição de sua atuação. Mas o conflito dos valores (valorizar ampliadas capacidades humanas de controle, valorizar uma incrementada atuação humana) não é tudo a dizer, embora esse conflito particular de valores esteja no centro da principal luta política do mundo contemporâneo. Também deve-se dizer que os valores de alguém dão uma motivação forte para que tal pessoa escolha um programa de pesquisa. O resto do que se disse permanece ambíguo. Que tipo de explicação é mais básico, a longo prazo, isso é uma questão empírica. A produção de uma teoria psicológica abrangente bem confirmada decidiria a questão de uma maneira. Ela poderia ser decidida de outra, se a partir de uma perspectiva intencional (combinada com uma perspectiva social e histórica), os limites de aplicação daquelas teorias psicológicas, que expressam conjuntos de regularidade nomológicas, pudessem ser delineadas em detalhe, enquanto que, ao mesmo tempo, as explicações daquelas ações que aquelas teorias deixam de explicar continuassem a ser explicadas com profundidade.

PARTE 3

PESQUISA EM PSICOLOGIA EM ESTRUTURA INTENCIONAL: UM EXEMPLO

CAPÍTULO 9

A FORMAÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO DOS VALORES¹

1. Valor

A palavra ‘valor’ tem usos variados e complexos. Tal variedade e tal complexidade são reflexo do amplo domínio de tarefas realizadas pelos “valores” em nossas práticas comunicativas, e também de que a profundidade de nossa apreensão do significado de ‘valor’ depende em parte dos valores que sustentamos. No discurso comum, quando nos referimos a um valor pessoal, podemos estar indicando alguns ou todos os pontos a seguir:

1. Um bem fundamental que uma pessoa persegue consistentemente por um longo período de tempo em sua vida; uma das razões últimas que a pessoa tem para agir.
2. Uma qualidade (ou uma prática) que confere valor, bondade, significado, ou um caráter de satisfação à vida que uma pessoa está levando ou almejando levar.
3. Uma qualidade (ou uma prática) que é parcialmente constitutiva da identidade de uma pessoa, enquanto um ser auto-avaliador, auto-interpretador e auto-realizador.
4. Um critério fundamental para uma pessoa escolher o que é bom (ou melhor) entre possíveis cursos de ação.
5. Um padrão fundamental pelo qual alguém mede seu próprio comportamento e o dos outros.
6. Um “objeto de valor,” uma relação apropriada com aquilo que é parcialmente constitutivo tanto uma vida que vale a pena viver quando da identidade pessoal de alguém. Os objetos de valor podem incluir obras de arte, teorias científicas, dispositivos tecnológicos, objetos sagrados, culturas, tradições, instituições, outras pessoas, e a própria natureza. As relações

¹ Este capítulo, originalmente Lacey e Schwartz 1996, é de co-autoria de Barry Schwartz.

apropriadas que temos com os objetos de valor, dependendo do objeto particular, incluem o seguinte: produção, reprodução, respeito, sustento, manutenção, preservação, reverência, amor, reconhecimento público e posse pessoal (*cf.* Anderson 1993).

Esta lista esboça apenas os usos superficiais de 'valor'. Seus itens permanecem abertos a diversas interpretações. Por exemplo, o item 2, o valor como uma qualidade que dá importância ou significado à vida de uma pessoa, está aberto a pelo menos três interpretações: (a) uma qualidade que alguém sustenta como algo que dê importância a sua *própria* vida ou aspirações; (b), uma qualidade que alguém sustenta como algo que dê importância a *qualquer* vida humana; (c), uma qualidade que *efetivamente* dá importância a qualquer vida humana. A interpretação (a) representa uma postura subjetiva (pessoal) frente a um fenômeno subjetivo; (b) uma postura subjetiva frente a um fenômeno objetivo; (c) uma alegação objetiva sobre um fenômeno objetivo. Deixando a interpretação em aberto, de fato, deixando em aberto se, a longo prazo, qualquer interpretação diferente de (a) possa ser sustentada, não conferimos nenhuma teoria dos valores aos usos superficiais da palavra.

O discurso sobre valores é freqüentemente bastante controverso, sugerindo que os valores podem ser uma fonte de conflito permanente e ineliminável. Na esperança de evitar esse conflito, muitos tentaram relativizar os valores à pessoa, insistindo que apenas as interpretações do tipo (a) são possíveis, e diagnosticando a aparência de conflito como algo que se deve a um composto de dois erros: o primeiro, que o objeto da postura pessoal de alguém é um fenômeno objetivo (interpretação b), e o outro, que a própria postura pessoal de alguém possa ser considerada de acordo com uma posição objetiva (interpretação c). Com a interpretação (a), o que aparece como desacordo se revela como mera diferença. Muitos esperam que o reconhecimento do fato de uma mera diferença vá fundamentar uma tolerância universal. Contudo, a modernidade também nos ensina que os fatos não acarretam valores; assim, essa expectativa possui uma fundamentação lógica precária.

Há uma *distinção* a ser feita entre os fatos (o que é o caso) e os valores (o que é bom, o que possui importância). Se não houvesse, a avaliação seria ininteligível. Mas, na vida prática, os fatos e os valores não

podem ser *separados*, a ponto de ser lugar comum e apropriado dizer que uma simples sentença serve simultaneamente aos papéis descritivo e avaliativo. Consideremos, por exemplo, 'a violência caótica e sem lei que se seguiu ao desfecho do veredito de Rodney King', ou 'os desafortunados do centro de Los Angeles, tendo os limites de sua tolerância à injustiça sido atingidos, se levantaram em rebelião'. Dada essa inevitável interconexão do factual com o avaliativo, se os valores devem sempre ser relativizados à pessoa, podemos evitar a conclusão de que os fatos também são relativos à pessoa? Examinemos mais de perto a concepção de que os valores são sempre relativos à pessoa.

Nos Estados Unidos, o discurso sobre os valores tende a causar desconforto. Para muitos, os valores são profundamente pessoais, e mesmo privados; eles são parte da auto-definição de alguém, do que alguém é; alguém não é responsável perante os outros por seus valores, e os valores de alguém não precisam ser responsáveis pelos padrões dos outros. Alguém poderia esclarecer seus valores, mas eles não precisam de defesa quando são diferentes daqueles dos outros, mesmo daqueles que são centrais em sua cultura. Os valores de alguém são seus próprios. Para alguns, é um tanto de mau gosto falar sobre os valores de alguém. Para outros, os valores são afirmados sem argumentação, e se pede para eles o respeito público (*cf.* Taylor 1992). (O respeito público só pode ser pedido. Que ele seja obtido, isso não se pode argumentar com fundamento, a menos que se reconheça o compromisso com valores que estejam além do que é meramente subjetivo.) Se alguém conserva silêncio sobre seus valores ou se os afirma publicamente, isso é, em si mesmo, um reflexo dos valores pessoais de alguém. De qualquer modo, o escrutínio crítico dos outros sobre os valores de alguém, ou das escolhas que deles derivam, isso é visto como um tipo de violência contra o eu da pessoa.

As pessoas para as quais a privacidade e a subjetividade são características definidoras dos valores tendem a preferir a linguagem dos direitos (direitos negativos) à linguagem dos valores. Eles reivindicam o direito de escolher como querem, sujeito apenas à restrição de que as ações que eles escolhem não prejudiquem os outros, sendo que prejudicar inclui impedir os outros de agir de acordo com seus valores pessoais. É ininteligível reivindicar um direito para si mesmo e não reconhe-

cer que ele é devido a todos. Assim, a universalidade é construída no discurso dos direitos, contanto que os direitos sejam entendidos negativamente: deve-se a todo mundo que se não interfira com ele enquanto está agindo segundo seus próprios valores. E essa universalidade não depende de um acordo sobre os valores.

Entretanto, invocar direitos não implica que haja limites não-subjetivos para os valores aceitáveis. Não é correto, por exemplo, valorizar o prejuízo dos outros. Assim, os valores pessoais saem um pouco fora do reino do que é puramente subjetivo, pois os valores pessoais se manifestam em geral em contextos nos quais há impacto sobre os outros. Além disso, o próprio compromisso pessoal com os direitos é um valor, e está ligado ao compromisso com valores sociais tais como a tolerância e a primazia da liberdade individual (negativa). Dada a concepção dos valores como coisas privadas e subjetivas, é fácil *explicar* por que muitas pessoas sustentam (com palavras, senão sempre na prática) tais valores sociais. Mas essa explicação não produz uma justificação racional paralela. É igualmente fácil explicar por que muitos outros rejeitam tais valores sociais, pois eles podem ser incompatíveis com seus valores pessoais mais profundamente sustentados. Assim, enquanto é importante o discurso sobre os direitos (negativos), ele nem substitui o discurso sobre os valores, nem é independente dele.

Essa análise sugere que a concepção dos valores como coisas privadas e subjetivas, quando tomada como algo que se aplique a todos os valores, em última instância, pode ser incoerente. *Realmente* importa para alguém quais são os valores dos outros, e *realmente* espera-se que os outros correspondam a pelo menos alguns de seus valores. Se alguém pode agir segundo seus próprios valores ou não, se alguém pode expressar o tipo de pessoa que aspira ser ou não, isso depende socialmente, e mesmo logicamente, de que os outros sustentem certos valores pessoais e sociais. A maior parte da ação é também interação. Por exemplo, não podemos ensinar a menos que tenhamos uma classe de alunos para ensinar. De diversas maneiras, as ações de alguém pressupõem as condições sociais, e que os outros estejam agindo de acordo com certos valores. A expressão dos valores de alguém pressupõe que aqueles que são mais importantes entre as outras pessoas estejam expressando certos valores (em geral, diferentes), de modo que se torna

difícil abstrair a desejabilidade e a legitimidade dos próprios valores de uma pessoa dos valores dos outros. Talvez, então, haja pelo menos alguns valores apropriados aos seres humanos enquanto tal. Que alguém compartilhe um subconjunto significativo de seus valores com os outros, e que se possa contar com os outros para agir de acordo com certos valores, essas não são questões de indiferença pessoal, mas pré-requisitos para que alguém seja capaz de expressar seus próprios valores.

Um discurso público e (em alguma medida) compartilhado dos valores não pode, se estivermos certos, ser evitado. Contudo, a insistência sobre a subjetividade dos valores diminui nossa capacidade de discernir a racionalidade requerida para esse discurso, e tende a deixá-lo à eventualidade ou a processos de socialização para formar grupos com valores compartilhados, e desenvolver os recursos para lidar com conflitos de valores. Se os valores são inteiramente privados e subjetivos, não há qualquer argumento sólido que, em geral, priorize a tolerância em detrimento da imposição autoritária dos valores de certo grupo.

2. Uma análise dos valores

Na vida prática, as crenças e desejos constituem a parte essencial da explicação da ação humana. Alguém realiza uma ação porque deseja um certo resultado, e acredita que a ação vá contribuir para acarretar aquele resultado. Os desejos estão, então, entre as causas da ação, e, enquanto tal, podem ser objetos de investigação psicológica e social. Mas, além disso, os desejos são objetos de avaliação. Eles podem ser avaliados pelas pessoas que os têm, e por outros, no que diz respeito à possibilidade de sua realização e sua importância na vida de uma pessoa ou na vida humana em geral. Em particular, quando se pode representar os desejos como ter objetivos, os agentes visam, como um ideal, ter os desejos que desempenham um papel causal em seu comportamento, estando incluídos entre os desejos avaliados positivamente aqueles que estão de acordo com os valores daqueles agentes.

Que os desejos estejam sujeitos a avaliação, isso não significa que esteja implicado um processo que seja frio e desapaixonado. Especialmente quando os valores de alguém estão na raiz de seus desejos, esperaríamos que a paixão também estivesse atuando, pois os valores são

parte da expressão de nosso ser mais profundo. O amor poderia conduzir nossas interações com aqueles com os quais compartilhamos os momentos mais importantes de nossas vidas; a indignação, nossa resposta à injustiça; a gratidão, nossa aceitação de um favor; a compaixão, nossa tendência para sofrermos com alguém; a raiva, nossa reação à ameaça de violência; a irritação, nossa realização de uma tarefa institucionalmente imposta, e assim por diante. A avaliação não deve suprimir (o que é diferente de canalizar) a paixão, desejos profundos ou sentimentos, e reduzir-se ao cálculo. Além do mais, quando falamos de desejos como coisas que estão de acordo com valores, não sugerimos que seja necessário avaliar os desejos antes de agir (embora, às vezes, possa ser); de fato, pode-se argumentar fortemente que uma certa espontaneidade é, ela própria, um valor.

Explicar as ações em termos das crenças e desejos de um agente sempre pressupõe um contexto mais amplo no qual a ação em questão esteja relacionada com outras ações (inclusive atos de avaliação) através do desenvolvimento de redes de crenças e desejos, que, em determinado momento, façam contato com os objetivos e desejos fundamentais do agente, isto é, seus valores. Através de tais explicações desenvolvidas, o papel causal dos valores no comportamento se torna patente. As explicações intencionais comuns da ação, assim, pressupõem que os valores desempenhem um papel causal no comportamento.

Valores pessoais

Podemos conceber os valores pessoais, dialeticamente, tanto como produtos dos processos com os quais refletimos sobre nossos desejos e os avaliamos quanto como seus pontos de referência. (Cf. Nerlich 1989 e, especialmente, Taylor 1985; a análise da presente seção deve muito a estas obras.) Então, sustentar valores envolve desejos de segunda ordem, desejos sobre desejos de primeira ordem, que desempenham e vão desempenhar um papel causal em nossas vidas. Os valores são desejos de que apenas desejos de primeira ordem com certas características marquem nossas vidas, como vidas que são vividas como a realização do ser humano e algo que lhe seja de valor (cf. Sen 1976). Sustentar um valor envolve um desejo de segunda ordem, que representa um dos objetivos fundamentais de uma pessoa, de que seus desejos de primeira

ordem (diferentemente de coisas meramente experimentadas, coisas sobre as quais agimos) sejam ou se tornem daqueles tipos que levem a ações que dão forma ou produzem uma vida marcada por certa qualidade (pela participação em certa prática, ou pela relação apropriada com certo objeto de valor), que contribua para uma vida de realização (boa, significativa, bem vivida), e que seja parcialmente constitutiva da identidade da pessoa. O papel dos valores como critérios de escolha e padrões de comportamento deriva desse significado nuclear. Os desejos são pessoais. O componente de desejo na sustentação de valores aponta para o caráter pessoal dos valores, para o fato de que os valores de alguém estão ligados a seus desejos mais fundamentais e a seus sentimentos mais profundos. Sustentar um valor também envolve um componente de crença, a crença de que a qualidade mencionada está, de fato, ligada às experiências de uma vida bem realizada, e talvez também com a crença que uma vida marcada por essa qualidade não cause a diminuição das vidas dos outros, ou não se baseie em condições que a causem.

Entendidos desta forma, os valores se *manifestam no comportamento* onde quer que eles (e os sentimentos e emoções a eles associados) apareçam em esquemas explicativos que são criados para estruturar o comportamento de um agente. Os valores são *incorporados em uma vida* na medida em que (sempre em maior ou menor medida) que a trajetória da vida de um agente mostre um comportamento constante, consistente e recorrentemente manifestador dos valores. Um valor se *expressa em uma prática* quando a conduta nesta prática é levada a efeito pelo comportamento que manifesta os valores e os requer (cf. Hodges e Baron 1992, para exemplos de como os valores podem se expressar em práticas). Os valores também podem estar *presentes na consciência* (seja sendo sentidos, seja refletindo-se), e podem ser *articulados em palavras*, representando um relato parcial de quem uma pessoa é (ou gostaria de ser, ou o que gostaria que os outros pensassem que ela é), as aspirações de alguém para o futuro, e o que acredita sobre o bem estar humano e sua condição. Sempre vai haver alguma distância entre os valores enquanto são manifestados e enquanto são articulados. Alguém chega a sustentar valores de forma razoável à luz do desejo e do compromisso com a diminuição dessa distância (cf. seção 3,

abaixo). Essa distância possui várias fontes. Por um lado, as aspirações de alguém podem ir propriamente além das realidades presentes, e freqüentemente deveriam fazê-lo. Por outro lado, tal distância pode ser uma conseqüência de um auto-entendimento inadequado, de uma capacidade limitada ou subdesenvolvida de auto-interpretação, do desejo de parecer conformar-se com as normas de algum grupo, e mesmo de um auto-engano proposital.

Há alguns tipos de deformação do discurso avaliativo. Esse discurso é deformado quando o que alguém denomina “valores” se separa de seus desejos, aspirações, de seu senso do que é genuinamente possível, e de suas tentativas para definir a trajetória de sua vida. Então, o discurso avaliativo se torna simplesmente um discurso de recomendação e de condenação, um discurso voluntarista que trata a vontade como algo separado das condições de sua atuação. A retórica recente sobre os “valores familiares” é um exemplo disso. Quer tais valores estejam incorporados nas vidas de seus proponentes, quer não, tal retórica funciona como um tipo de porrete moral, que se destina a combater os oponentes de alguém para diminuí-los. E o discurso avaliativo é deformado quando a articulação dos valores se torna identificada com “o esclarecimento dos valores.” Uma vez que se exclui a crítica dos valores, a possibilidade de uma distância entre os valores enquanto são articulados e enquanto são manifestos é efetivamente negada, e o componente de crença dos valores é ignorado. O esclarecimento dos valores, com efeito, os reduz a valores enquanto são articulados, a um relatar das aspirações conscientes de alguém (em geral, idealizadas), separadas das condições materiais, psicológicas e sociais para sua realização. Assim, ele provavelmente vai esconder os valores manifestos no comportamento de alguém e incorporados na sociedade. A discussão crítica dos valores não pode abstrair de nenhum dos modos que atribuímos aos valores (a manifestação no comportamento, a incorporação na vida, a expressão na prática, a presença na consciência, a articulação em palavras). Limitar os valores ao modo da articulação está fadado a conduzir a relatos subjetivistas dos valores, pois é verdade que não há argumentos sólidos que apóiem alguns valores em detrimento de outros, se os argumentos tratarem apenas dos valores enquanto são articulados.

Mas embora os valores enquanto são articulados, abstraídos de ou-

tros modos de valores, percam seu caráter distintivo, a articulação dos valores é criticamente importante. Ela não é apenas um discurso *sobre* os valores, como se eles tivessem um tipo de ser separável de suas articulações, tornando a articulação uma representação verbal de uma realidade separada, talvez mental (como uma sentença descrevendo um objeto material está separada dele). É parte da natureza dos valores que eles sejam articulados; a própria articulação é um modo essencial dos valores – parte de sua formação, manutenção, transformação, aprofundamento, esclarecimento, reconhecimento, e definição. E o próprio ato de articulação dos valores pode também manifestar nossos valores, uma vez que aqueles para quem articulamos nossos valores, como e com que profundidade, isso vai variar de acordo com a composição da audiência, se ela é de pessoas amadas, amigos, colegas em um movimento, e assim por diante. Tal articulação é parte da prática de auto-interpretação, uma prática necessária para uma vida sem auto-engano. Isso ajuda a definir as aspirações de alguém; implica não somente uma antecipação ou predição sobre a trajetória futura da vida da pessoa, mas também promessas a respeito dessa trajetória – que os valores enquanto são articulados vão se tornar os valores enquanto são incorporados na vida dessa pessoa. Para serem credíveis como aspirações, os valores enquanto são articulados devem ir além dos valores enquanto são correntemente manifestados. Para serem credíveis como predições e promessas, a distância não deve ser grande demais, pois as futuras possibilidades de alguém estão condicionadas pelas realidades presentes de sua vida, e os valores que se manifestam em seu comportamento presente realmente envolvem desejos reais. Aquela credibilidade é aumentada quando alguém se consagra conscientemente a práticas que conferem uma possibilidade bem fundamentada de realizar suas aspirações. Pode haver tensão aqui, e grande espaço para o auto-engano. Finalmente, a articulação dos valores permite que eles se tornem objetos de investigação (psicológica, epistêmica e avaliativa), de reflexão, de discussão, e de argumento crítico, e quando se descobre – como uma consequência de tal articulação – que alguém compartilha seus valores com os outros, eles podem tornar-se a base de participação em práticas comuns e na construção da comunidade, a base para vivermos juntos sem violência. Essa articulação torna possível raciocinar sobre os valo-

res; e se não se raciocina sobre os valores, não se valoriza a razão.

Os valores pessoais também podem estar *incorporados* (em maior ou menor grau) *em instituições sociais*, e *na sociedade* como um todo. Uma instituição incorpora um valor em alta medida quando seu funcionamento normal confere papéis aos quais o valor está associado, encorajando o comportamento que o manifesta e as práticas que o expressam, reforçando sua articulação e dando as condições para que ele esteja mais incorporado ainda na vida de seus membros. Neste sentido, o ensino superior de alto nível das profissões liberais incorporam em alto grau o valor do cultivo intelectual e da distinção, mas não aquele da solidariedade com os pobres; e as instituições econômicas capitalistas incorporam em um alto grau diversos valores egoístas, mas não a cooperação e a partilha. Toda uma ordem social incorpora um valor em um alto grau se oferece as condições que mantêm as instituições que incorporam aquele valor, e, especialmente, se sua manutenção e funcionamento normal dependem de tais instituições.

Os valores que podem ser incorporados na vida de uma pessoa estão condicionados significativamente pelos valores que estão incorporados em alto grau na sociedade na qual essa pessoa vive. Em parte, isso se dá porque a articulação é um modo essencial dos valores, e o que pode ser articulado é função dos recursos lingüísticos disponíveis naquela sociedade. A linguagem disponível para a articulação dos valores vai refletir em algum grau as concepções de bem estar que são dominantes e reforçadas na sociedade. Tal linguagem pode não permitir prontamente a expressão de que a própria experiência de bem estar de alguém (ou de diminuição) não se ajusta bem aos relatos reinantes sobre o que constitui o bem estar. Por exemplo, em uma sociedade que incorpora altamente valores egoístas, na qual as pessoas são respeitadas e reconhecidas em virtude de suas posses, a linguagem não é prontamente disponível para que se articule a experiência (se alguém a tem) de que a manifestação de tais valores não produz um sentido de bem estar. E, assim, a dificuldade está em submeter a experiência de alguém aos relatos reinantes sobre o bem estar, se apenas para efeito de reconhecimento e respeito. Deste modo, os valores são parcialmente constituídos pelo discurso disponível sobre os valores, e parte da realidade de sustentar valores está ligando essencialmente a vida de uma pessoa à co-

munidade (e suas tradições), que é a fonte da linguagem dos valores dessa pessoa.

O condicionante devido à incorporação social dos valores existe também porque as pessoas vivem suas vidas em interação com os outros. A maior parte das ações também são interações, como dissemos antes, de modo que os valores de alguém vão incluir as relações fundamentais que tal pessoa deseja estabelecer com os outros. Tipicamente, nossas interações com os outros estão mediadas pelas instituições sociais: família, escola, igreja, instituições políticas e econômicas, clubes, e assim por diante – de forma que interagimos de acordo com nossos papéis institucionais, e com as relações estruturadas pelas instituições. Em grande medida, uma pessoa não pode manifestar seus valores pessoais sem participar em instituições que permitam tal manifestação. Nem toda instituição encoraja ou mesmo permite a manifestação dos valores pessoais de alguém, de forma que se um valor pessoal pode ser incorporado na vida, isso depende consideravelmente da disponibilidade de instituições nas quais ele está incorporado em certo grau.

Para ilustrar esse ponto, argumentamos em outra parte (Lacey e Schwartz 1986, 1987; Schwartz 1986; Schwartz e Lacey 1982; Schwartz *et al.* 1978) que o local de trabalho da indústria moderna é uma instituição que evoluiu ao longo de séculos (sob a direção, em diversos pontos ao longo desse caminho, de pessoas cujos interesses eram servidos por esse particular direcionamento evolutivo) para tornar quase impossível a manifestação de valores como excelência, solidariedade social, e significado do trabalho. O local de trabalho moderno é feito sob medida para aqueles que encaram o trabalho apenas como um meio para os fins de acumulação de riqueza e consumo. Ele é feito sob medida para aqueles que valorizam o individualismo e o egoísmo. Ele é pouco apropriado para aqueles para os quais o trabalho é pelo menos em parte uma expressão do eu, e a expressão de um eu que esteja integrado em um projeto comunitário (*cf.* Marglin 1976; Polanyi 1944). Prestar atenção ao papel desempenhado pelas instituições sociais na limitação dos tipos de valores que se pode esperar que as pessoas razoavelmente sustentem se torna especialmente importante quando são feitos esforços por teóricos sociais, ou psicólogos, ou economistas, para caracterizar um conjunto particular de valores que ocorra ser do-

minante em um lugar e tempo particulares, como algo que reflete um aspecto essencial da natureza humana (Schwartz 1990; cf. seção 5).

Discutimos os valores pessoais enquanto são articulados em palavras, enquanto estão presentes na consciência, enquanto se manifestam na ação, enquanto se expressam em práticas, enquanto se incorporam nas vidas das pessoas, e nas instituições sociais. Nossa concepção é a de que os valores não possuem um ser separado desses modos. Em particular, os valores pessoais não podem ser reduzidos a representações mentais ou simples fenômenos de consciência. Ontologicamente, os valores estão na conexão dos seis modos, sendo todos eles constitutivos dos valores, e, assim, necessariamente, os valores são desenvolvidos, e não simplesmente dados. Eles podem ser compartilhados, em virtude de poderem ser expressos em práticas, articulados e incorporados em instituições – e, em grande medida, eles devem ser. Ao mesmo tempo, em virtude de sua manifestação na ação, e de serem incorporados às vidas dos indivíduos, seu caráter retém um elemento pessoal.

Valores sociais

Uma ordem social é marcada pelos valores pessoais que são predominantemente incorporados por ela e também pelos valores sociais que nela se incluem. Assim como no caso dos valores pessoais, os valores sociais envolvem a inter-relação de muitos modos. Os valores sociais se *manifestam* em programas, leis e políticas de uma sociedade, e se *expressam* nas práticas cujas condições ela oferece e reforça. Esses são os valores que se tornam *articulados* nas histórias da tradição dessa sociedade, ao explicarem os tipos de instituições que ela promove, e na retórica de sua liderança. Mais uma vez, há sempre certa distância entre a manifestação e a articulação, cuja manipulação define em parte as posições no espectro político. Os valores sociais se *incorporam* em uma sociedade na medida em que se manifestam constante e consistentemente, e que aquela distância é bem pequena. Por exemplo, a liberdade, a primazia dos direitos de propriedade e, em muito menor medida, a igualdade são valores sociais altamente incorporados na sociedade americana.

A articulação dos valores possui um significado especial no caso dos valores sociais, uma vez que, tipicamente, há contestação sobre os

valores sociais entre os diversos membros e grupos da sociedade. Os diferentes grupos da sociedade vão perceber e interpretar a distância entre os valores enquanto são articulados e enquanto são manifestos de forma bem diferente, e muito do discurso político moderno se concentra nas diversas avaliações divergentes da importância dessa distância.

Há uma íntima relação entre os valores sociais incorporados em uma sociedade e os valores pessoais que ela inclui, e também entre os valores que são articulados pelas instituições dominantes de uma sociedade (ideologia) e os valores pessoais que se tornam articulados pela sociedade afora. Essa ligação não precisa ser formal, e pode se tornar apenas clara à medida que a ordem social de desdobra concretamente ao longo do tempo. Assim, por exemplo, a liberdade (negativa) e a primazia dos direitos de propriedade, tal como estão incorporados nas instituições econômicas e jurídicas concretas, nos Estados Unidos, promovem a incorporação de valores individualistas, egoístas e competitivos. De fato, a própria incorporação de tais valores pessoais pode ser interpretada como um valor social altamente incorporado na sociedade. Sob as condições nas quais a relação entre os valores sociais e pessoais é especialmente forte, os valores pessoais que as pessoas sustentam podem ser compreendidos como naturais e inevitáveis. De fato, se a sociedade é suficientemente unívoca na forma em que suas instituições incorporam certos valores pessoais, eles podem não aparecer aos membros da sociedade como valores de jeito nenhum, mas, antes, como meros desejos – sem reflexão porque nenhuma reflexão sobre isso é necessária, ou talvez mesmo possível.

Um valor social também pode ser *personalizado*, quando os atos de uma pessoa que são dirigidos para a manutenção, modificação ou transformação da ordem social são guiados pelo desejo pessoal por uma sociedade na qual esteja incorporado tal valor. Por exemplo, onde predominam os valores pessoais individualistas, os valores sociais da tolerância, das relações mediadas por contrato e de justiça como um equilíbrio por meio da lei tendem a ser amplamente personalizados. Presumivelmente, isso se dá porque se acredita que, dadas as instituições econômicas e jurídicas concretas nas quais eles estão incorporados, tais valores sociais estão entre as condições que dão forma a uma sociedade que incorpora aqueles valores pessoais desejados. A estabili-

dade de uma sociedade depende da personalização ampla de seus valores sociais predominantes.

Além do mais, se as aspirações de uma pessoa são tolhidas por causa de valores sociais antes predominantes, então faz sentido personalizar outros valores sociais, e consagrar-se a uma ação política para produzir formas sociais nas quais eles se manifestem. Assim, por exemplo, se alguém almeja expressar o valor da solidariedade com os pobres, vai procurar a mudança social que produza uma ordem social na qual estejam incorporadas a liberdade positiva (a disponibilidade de condições nas quais todos têm a possibilidade de viver vidas significativas por sua própria escolha) e a primazia dos direitos econômicos e sociais, e, assim, personalize esses valores sociais. Deste modo, os valores sociais – quer aqueles que se manifestam predominantemente, quer aqueles almejados – estão incluídos entre os valores pessoais.

É claro que há diferenças e desacordos no domínio dos valores, e não podemos dar conta aqui de suas complexidades. Contudo, sua existência elucida a questão de que valores alguém deve sustentar, e qual é a relevância da discussão pública para resolver a questão. Não se pode esperar que a discussão pública resulte em um consenso sobre que valores alguém deve sustentar. De fato, endossamos a concepção segundo a qual uma certa diferença nos valores que as pessoas sustentam é essencial na textura de um ambiente que possa sustentar a liberdade humana. Sem alguma diversidade e tensão entre os valores, as pessoas poderiam facilmente vir a encarar os valores que elas, em geral, sustentam como os únicos que são possíveis – um resultado que abalaria seriamente o alcance da aspiração humana e das possibilidades de desenvolvimento humano. Mas aquilo a que a discussão pública pode conduzir é um conhecimento mais bem fundamentado de quais são as condições sociais necessárias para sustentar valores particulares. E isso é importante, pois oferece um entendimento causal da formação e sustentação de valores, que permite que se formulem argumentos destinados à modificação das instituições e estruturas sociais existentes em certa direção ao invés de outra. À luz disso, vamos examinar algumas questões relevantes para a explicação dos valores que as pessoas realmente chegam a sustentar.

3. Entendendo as fontes dos valores pessoais

O discurso humano é não apenas “factual;” ele não está limitado apenas a oferecer descrições e explicações do modo como as coisas são ou foram. Ele também está orientado para ao futuro, e, assim, contém aspectos avaliativos. Embora a explicação relacione estados de coisas presentes a estados passados (de acordo com leis causais, ou em uma narrativa explicativa), a avaliação relaciona possibilidades presentes a futuras possibilidades desejadas. A avaliação serve em parte para estabelecer o curso de nossas vidas, à luz dos condicionantes das realidades dadas. O futuro nem está determinado pelo presente, nem é produto da ação voluntarista e não-condicionada pelo presente. Ao contrário, em parte, ele toma forma enquanto as realidades do presente são modificadas, e, às vezes, transformadas, através da ação intencional. Nossas crenças e desejos desempenham um papel causal na formação do futuro, mas sob fortes condicionantes que não estão, eles próprios, sujeitos a modificação simplesmente à luz de nossas crenças e desejos atuais. Sustentamos que os valores são inteligíveis apenas dentro do contexto de condicionantes.

Enfocar os condicionantes também nos permite definir com razoável precisão alguns fenômenos de saliência freqüente e repetida na experiência vivida de todos. Propomos a hipótese de que, em grande medida, as pessoas chegam a sustentar os valores que sustentam no decurso de responderem a tais fenômenos, e que há um número limitado de respostas possíveis, cada uma das quais confere coerência a um complexo de valores que estão incorporados na vida de uma pessoa. Esses fenômenos, dos quais vamos listar quatro, dizem respeito a diversas defasagens entre aspiração e realização.

1. O primeiro fenômeno está relacionado com a defasagem, que já mencionamos, entre a manifestação e a articulação dos valores. É o que vamos denominar defasagem entre intenção e ação efetiva, entre desejo e resultado da ação. Frequentemente, nossas ações não conduzem ao que queremos, e nossos desejos não são satisfeitos através das ações que executamos. Essa defasagem revela os limites de nossa capacidade expressiva, nosso poder de modelar nossas próprias vidas, nosso auto-entendimento, nossa apreensão do que podemos esperar dos outros, e nosso entendimento das condições sociais e materiais de nossas vidas.

Aqueles que propõem que uma vida que consiste em uma seqüência de ações sob desejos espontâneos vá trazer uma fonte de felicidade e contentamento, freqüentemente, acham que ela traz, ao contrário, um sentido de degradação, vazio, auto-comiseração e vergonha. Aqueles que desejam fazer apenas “aquilo que sentem vontade de fazer” são freqüentemente confundidos por sua ineficiência, e, muitas vezes, descobrem que deixam de desenvolver as capacidades de que terão mais tarde necessidade para realizar os desejos que então passam a ser importantes para eles. Embora os desejos de primeira ordem possam preceder desejos de segunda ordem (ou valores), e muitas vezes o façam, na vida de uma pessoa, a coerência contínua dos desejos de primeira ordem depende do desenvolvimento de uma pessoa (de forma mais ou menos articulada) de seus desejos de segunda ordem. Pode haver condições sociais ou psicológicas nas quais algumas pessoas sejam incapazes de desenvolver desejos de segunda ordem constantes, e, assim, sejam incapazes de sustentar valores (e mesmo sustentar seu próprio eu como um objeto de valor). Sob tais condições, poderíamos esperar encontrar uma profunda patologia psicológica, e mesmo pouco apreço pelo valor da vida, com o conseqüente recurso à indiferença pelos outros ou a violência gratuita.

2. O segundo fenômeno é uma outra defasagem, entre o que experimentamos como o que é o caso e o que *sentimos* que pode ser. Experimentamos e observamos sofrimentos de diversos tipos, e sentimos que alguns deles podem ser mitigados, que não é preciso haver tanto sofrimento, que as coisas podem ser “melhores,” que a saliência do sofrimento pode ser reduzida, e que possibilidades mais satisfatórias podem ser realizadas. A experiência do sofrimento, por assim dizer, oferece um impulso para hierarquizar, em algum tipo de ordem moral, as possibilidades que podem ser realizadas no futuro. Ela nos deixa ligados em um sentido do que pode ser o bem estar, e esse sentido poderia ser elevado pela observação das vidas (e da interação com elas) que parecem realizar possibilidades mais satisfatórias.

3. O terceiro fenômeno é que cada um de nós está colocado (cedo na vida, em grande medida, como uma conseqüência da posição de sua família na sociedade; e depois, em alguma medida, por escolha) em uma variedade de instituições, cada uma das quais incorpora uma cole-

ção diferente de valores. Alguns desses valores incorporados podem ser tomados como complementares, contribuindo mutuamente para uma vida bem realizada. Outros “contradizem-se” uns aos outros, estabelecendo tendências conflitantes na pessoa. No caso extremo, alguém poderia estar vivendo a maior parte de sua vida em instituições que incorporam valores em conflito com os valores pessoais mais centrais que essa pessoa sustenta, e os valores articulados em tais instituições podem negar a credibilidade dos valores que alguém esteja pessoalmente inclinado a articular.

4. Finalmente, em cada uma das instituições acima mencionadas, muitas vezes, há uma defasagem entre os valores enquanto são articulados e enquanto são manifestos. Embora as instituições existam para os valores que elas incorporam e sustentam, para mantê-los, elas são frequentemente impulsionadas a perseguir outros valores (embora importantes). Por exemplo, os valores centrais da universidade (por exemplo, a busca da verdade) podem encontrar-se, eles mesmos, comprometidos ou ultrapassados pelos valores de produzir profissionais para servir à ordem predominante atual, que a própria universidade se encontra a enfatizar, a serviço dos fins de financiamento e recrutamento, sem o que ela não poderia continuar a perseguir seus valores fundamentais. Assim, as instituições criam simultaneamente as condições para a manifestação de certos valores e também estabelecem limites para sua manifestação (*cf.* MacIntyre 1981, para um relato esclarecedor das tensões que podem existir entre as práticas e as instituições cujo valor fundamental é o de promover essas práticas). Pode-se esperar que variem a magnitude e a severidade da tensão entre os valores que justificam a existência de uma instituição e os valores que permitem que ela realmente funcione, de instituição para instituição, e de sociedade para sociedade. Mas a tensão vai sempre estar presente em algum grau, e, enquanto tal, vai subjazer à defasagem entre a aspiração e a manifestação dos valores institucionais.

Estes quatro fenômenos estão entre aqueles que circundam nossas vidas. Não podemos evitá-los, embora eles possam se impor sobre nossa consciência e sobre nossa consciência moral de forma mais ou menos aguda. Eles causam desequilíbrio em nossas vidas – tanto que propomos que, em um grau considerável, podemos conceber o desdobrar

de uma vida (que manifesta valores como coisas distintas de simples desejos) como a narrativa das tentativas de alguém para lutar por um equilíbrio satisfatório, ou pelo menos tolerável. (Estamos cientes de que esta proposição é controvertida, especialmente rejeitada em alguns escritos pós-modernos, que consideram a busca por uma vida integrada um reflexo de um valor particular – e irrealizável –, ao invés de uma condição para que haja quaisquer valores. Não vamos focar esse ponto aqui.) Nos tempos modernos, a defasagem entre o desejo e o resultado da ação é especialmente desconcertante, pois ela reflete os limites de nossa liberdade pessoal. Em uma vida livre, não há nenhuma defasagem significativa desse tipo. Para reduzi-la, pode-se tentar ou modelar a própria vida, ou as condições sociais para ela, ou ambas as coisas.

Caminhos para o equilíbrio

Propomos que os caminhos para o equilíbrio, em uma primeira aproximação, podem ser classificados nos seguintes cinco tipos, e que o complexo ordenado de valores que uma pessoa chega a adotar reflete o caminho seguido. Esperamos que essa classificação vá ser mais elaborada à luz de críticas e futuros estudos.

1. *Ajuste*. Alguém ajusta seus objetivos ao modo como são as coisas, o caminho do “realismo” que aceita (mais ou menos conscientemente) que não vai haver qualquer mudança fundamental nas instituições dominantes que modelam a vida de uma pessoa, que não há quaisquer possibilidades para o futuro imediato fora das instituições hoje dominantes, que o futuro está estruturado por tais instituições. De acordo com isso, alguém escolhe participar – levando em consideração, onde se possa, suas oportunidades, formação, família, talentos e interesses, e sua avaliação da viabilidade das diversas instituições e de outras oportunidades que se possam abrir – naquelas instituições atuais às quais se tem acesso, de modo a produzir a menor tensão e o maior equilíbrio. E essa pessoa ajusta seus objetivos, em grande medida, ao que é realizável nessas instituições, levando uma vida na qual estão incorporados os valores que estão nessa sociedade. Diversos modos de vida caem no caminho do ajuste, refletindo a variedade de instituições atuais, diferenças de classes, e mesmo a existência de nichos “limítro-

fes” na sociedade. Embora o caminho do ajuste admita certa variedade, nele, o número de valores aceitáveis está limitado por aqueles incorporados nas instituições dominantes atuais – e o fato de que eles estejam socialmente incorporados se torna, *de fato*, uma razão para sustentá-los, ou pelo menos a base para torná-los imunes a crítica.

Adotar o caminho do ajuste pode ser mais ou menos consciente. Porque os valores que se manifestam nesta postura estão incorporados na sociedade, normalmente, a questão de sua legitimação não aparece, e se isso ocorre, as articulações sociais reinantes dos valores (ideologia) logo oferecem respostas que, *prima facie*, são convincentes. Portanto, adotar essa postura necessita de pouca reflexão pessoal, e, de fato, nela, a reflexão crítica não é um valor muito estimado, pelo menos não a reflexão crítica sobre as estruturas sociais, ou o tipo de reflexão que conduza a uma auto-consciência dentro das práticas predominantes. A reflexão crítica pode fazer alguém se tornar consciente do desvalor (por exemplo, opressão, discriminação, dominação) que também pode estar incorporado nas estruturas, e, assim, intensificar o sentido de que há possibilidades melhores esperando por realização, e criar a percepção de uma defasagem ainda maior entre o valor socialmente manifesto e o que é articulado.

O caminho do ajuste permite a alguns a experiência de uma medida de realização, reforçada pela articulação institucional (ideologia) de que os valores incorporados às vidas ajustadas são aqueles que definem uma vida satisfatória. Quanto mais estáveis e mais desenvolvidas são as estruturas, mais elas conferem espaço para um grande número de pessoas viverem vidas ajustadas, e para terem seus limitados desejos “realisticamente” satisfeitos. A estabilidade de tais estruturas reflete o fato de que, nelas, os desejos reais de muitos estão sendo satisfeitos, e pode ter a consequência de que tais desejos pareçam ser fundamentais e universais – refletindo a natureza humana (Schwartz 1986, 1990, 1993; Lacey 1997; 1998a, cap. 8).

As instituições econômicas e políticas dominantes de qualquer sociedade reforçam o caminho do ajuste para um número significativo de pessoas – e “privilegiam” aqueles que o adotam. Mesmo assim, esse caminho requer alguma sorte, uma vez que ele é vulnerável ao fracasso se ocorrer um sofrimento extremo ou um colapso social. Contudo, ra-

ramente, ele pode ser adotado por todos, pois, na maior parte das sociedades, senão em todas elas, tais vidas privilegiadas dependem de relações de dominação, sendo que as possibilidades para os dominados de ganharem realização estão severamente limitadas.

2. *Resignação.* Uma pessoa chega a se resignar à inevitabilidade das condições sociais e pessoais de sua vida, que seus desejos são ineficazes, que suas aspirações são vazias, que onde há mudança, ela ocorre sem a atuação de sua vontade. Então, o desejo fica reduzido ao desejo de sobreviver, ou talvez de levar uma vida minimamente tolerável; e a vida se torna uma reação a forças exteriores. Aqui encontramos o fenômeno do fatalismo, falta de valorização de si mesmo e opressão internalizada, de inteligência diminuída, de consciência e consciência moral suprimidas, de niilismo (West 1993). Esse caminho admite variação; entre outras possibilidades, ele pode produzir violência gratuita (voluntarista), o envolvimento profundo com práticas religiosas que transferem as aspirações de alguém para além do mundo e da história, a dependência ao álcool e às drogas, assim como inúmeras vidas seguindo o massacre diário da sobrevivência (Martín-Baró 1991b; 1994).

É claro que não há qualquer linha divisória nítida entre os caminhos do ajuste e da resignação. São necessários métodos de interpretação para atribuir uma vida a um ou ao outro tipo, métodos que são necessários para reconhecer a capacidade humana notável para encontrar ou criar nichos nos quais uma vida significativa seja possível. Entretanto, a resignação é o correlato dialético do ajuste em sociedades estruturadas pelas relações de dominação (sejam elas econômicas, patriarcais, raciais, ou outras). Em tais sociedades, a estabilidade requer que ambos esses caminhos sejam seguidos; de fato, uma vez que a ideologia dominante serve para disfarçar as relações estruturantes ou para torná-las imunes a crítica, para a maior parte das pessoas, apenas esses dois caminhos vão concretamente estar disponíveis para adoção. Uma vez que não se concebe que o caminho da resignação tenha fontes estruturais, a ideologia explica sua adoção em termos de “defeitos” pessoais (preguiça, falta de inteligência, etc.) incorporados na vida de alguém – logo, a imediata prontidão dos “privilegiados” em aceitar que as vidas dos resignados (e, sem dúvida, outras quando se não as pode distinguir dos resignados) sejam “conduzidas,” e mesmo sujeitas a violência ins-

titucional. Não se entende que tal violência reflita a dominação estrutural, mas que ela protege o valor que a sociedade deveria estar incorporando e manifestando. Essa concepção é reforçada pela percepção de diversos (embora poucos) indivíduos que se mudam de lugares nos quais há muitos resignados para os escalões dos ajustados. Sem se darem conta dos limites estruturais, supõe-se que aquilo que está disponível para alguns está disponível para todos.

3. *A marginalidade criativa.* Os resignados também são marginalizados, e eles dão pouca contribuição mesmo para a definição do formato das margens. Os ajustados, em sua maioria, adotam o valor incorporado nas instituições dominantes atuais, e, assim, eles também não aumentam os limites das margens, mas vivem dentro delas. Um outro caminho aceita que a estrutura fundamental da sociedade não vá (possa, deva) ser mudada no futuro próximo; assim, que eles vão continuar a estruturar vidas viáveis, mas rejeitam muitos dos valores que incorporam, encarando-os como indignos da aspiração humana. Por exemplo, tal caminho pode rejeitar o valor comum consumista e possessivo em nossa sociedade como versões degeneradas da aspiração humana por liberdade; pode também estar ciente da dialética entre ajuste e resignação, e reagir com indignação e ultraje ao sofrimento e miséria que ele mantém que estão fundamentados nas estruturas prevaletentes. A resposta desse caminho é forçar para além das margens, criar espaços para uma (maior) manifestação de valores superiores, e para vidas nas quais esses valores estejam inseridos. Algumas versões distintas desse caminho podem ser especificadas.

a) *Criatividade individual.* Reconhece-se que, nas estruturas prevaletentes, há possibilidades para a expressão criativa (em arte, música, ciência, etc.). Então, desenvolve-se um talento, trabalha-se com ele, adquirindo habilidades importantes, para produzir algo novo – um objeto de valor que seja reconhecido em sua cultura enquanto tal – que seja distinto, que expresse o eu, e que expanda o reino dos valores que podem ser incorporados em uma cultura. Embora a relação entre a individualidade e a novidade torne esse caminho atraente, não se trata de uma atividade solitária; ela envolve a participação em práticas comuns que, muitas vezes, são institucionalizadas. Às vezes, o caminho do ajuste acaba neste caminho. Ao menos em alguns domínios, o valor de

produzir e respeitar os objetos de valor está altamente incorporado na maior parte das sociedades. De fato, é bastante comum para a ideologia dominante “justificar” as estruturas sociais correntes com referência aos objetos de valor gerados no interior dessas estruturas, implicando que a geração de tais valores seja suficiente para legitimar as condições materiais e sociais necessárias para sua produção. Pode-se incluir neste caminho certas realizações de empreendimento e de administração criativa. E algumas práticas corruptas, formas não-usuais de acumulação de propriedade e de consumo conspícuo, podem ser consideradas versões degeneradas desse caminho. Sua marca definidora é a da criatividade individual alargando as margens, e não é incomum para alguém que siga esse caminho achar necessário contestar os valores incorporados em instituições particulares (por exemplo, universidades, fundações, departamentos do governo, editoras, museus de arte).

b) *Serviço comunitário*. Participa-se em comunidades ou se esforça por criá-las, que manifestem valores que vão contra aqueles da tendência dominante, tais como o serviço aos necessitados e marginalizados e, através de tais comunidades, procuram-se meios de ser menos dependente das condições materiais e sociais que mantêm a marginalização de algumas pessoas. É difícil achar espaço para esse caminho. À vezes, ele é encontrado em certas partes das instituições religiosas. Também é um fator importante nos movimentos pelos direitos das mulheres e pelos direitos civis. As reformas em estruturas predominantes podem ser instigadas por esse caminho, à medida que seus proponentes agem para tornar seus valores manifestos nas instituições dominantes que de modo mais próximo se aproximam de suas articulações respeitadas, abrindo o caminho do ajuste (pelo menos) a um maior número de resignados. Este caminho também, às vezes, produz vidas notáveis que mostram o poder criativo do amor radical – os “santos” cujas vidas demonstram os potenciais da natureza humana raramente realizados, aqueles que todos nós admiramos, mesmo se não almejamos imitá-los. Esse caminho pode estar aberto mais àqueles provindos dos setores marginalizados da sociedade que àqueles de outras partes dela.

c) *Preservação de uma tradição alternativa*. Participa-se em uma instituição ou movimento com o objetivo de preservar uma tradição alternativa (religiosa, cultural, étnica). Isso pode incluir a criação de

novos espaços (e, às vezes, em determinado momento, novas estruturas) em instituições governamentais, econômicas, educativas e outras. Grande parte da atividade atual subsumida pelo rótulo de “multiculturalismo” nas instituições educativas cai sob esta categoria.

A ênfase nestes três primeiros caminhos está na mudança individual ou adaptação à luz de estruturas que são percebidas como algo que efetivamente dê condições para a vida de alguém. Cada uma delas pode reconhecer a possibilidade de reformas estruturais, e as estruturas viáveis podem mesmo precisar incluir um lugar para caminhos ajustados comprometidos com a administração de reformas. Os dois caminhos restantes colocam a ênfase na mudança estrutural fundamental.

4. *A busca do poder.* Esse caminho reflete o desejo de adquirir poder (político ou econômico) para ajustar as estruturas sociais às intenções, interesses e valores de alguém (e, sem dúvida, àqueles que tal pessoa pensa que os outros “devam” sustentar), para utilizar o poder para transformar as estruturas institucionais de modo que os interesses de alguém ou suas obrigações percebidas possam ser satisfeitas. Pode haver tanto variedades militares quanto eleitorais desse caminho.

Nas estruturas prevaletentes, há papéis para o exercício do poder. Esses papéis recaem sob a categoria do ajuste. A presente categoria, ao contrário, envolve o uso do poder para uma mudança estrutural fundamental. O poder pode ser utilizado para conservar o que está, para produzir reforma ou para produzir revolução. As fronteiras entre conservação e reforma, e reforma e revolução, não são sempre fáceis de definir ou de identificar – e alguém que consegue um posto de poder pode, quando for confrontado com as realidades de exercê-lo, desviar-se do uso pretendido do poder para uma outra direção.

5. *A transformação a partir de baixo.* Pode-se sustentar que as estruturas existentes, mesmo sob reforma, não podem dar as condições nas quais todos possam viver vidas nas quais estejam incorporados os valores que são plausivelmente considerados seus próprios, que expressem suas individualidades humanas. Também pode-se sustentar que a busca do poder, no melhor dos casos, vai apenas provocar mudanças naqueles que ocupam os postos privilegiados nas estruturas de dominação (ou talvez substituir as antigas estruturas de dominação por novas, mas de um tipo não menos opressor). Sustentando tais concepções, al-

guém pode entrar em certas organizações, práticas e comunidades cujos objetivos são: (1) permitir a seus membros, compostos em grande parte de grupos marginalizados, manifestarem valores que sejam seus próprios, e realizar serviços e cooperação para esse fim; (2) expandir o alcance dessas organizações, criando novas e cooperando com outras, de modo que mais e mais pessoas sejam incluídas no processo; (3) trabalhar junto a setores das instituições ligadas mais à tendência dominante, em um espírito de reciprocidade, de modo a, juntos, abrir mais espaço para opções satisfatórias para um número crescente de pessoas; (4) e, fazendo isso, formar as instituições nas quais valores como cooperação, participação e abertura à diferença possam ser incorporados; (5) em certo momento, constituir a base institucional de novas estruturas sociais nas quais as relações de dominação sejam diminuídas.

Na América Latina, diz-se que os grupos com objetivos como estes são pertencentes ao “movimento popular” (Lacey 1995b). Eles incluem comunidades de base, de pobres tentando realizar projetos de autoconfiança, de educação e de saúde, movimentos por moradia e terra, institutos de defesa dos direitos humanos, cooperativas agrícolas e de consumo, organizações de mulheres, movimentos de conscientização de negros e nativos, e organizações de refugiados (Martín-Baró 1991a). Eles procuram colaboração com setores de universidades, igrejas, profissões (advocacia, engenharia, medicina), negócios, sindicatos e governos. Suas críticas ao *status quo* e à confiança no poder estão reciprocamente ligadas a sua participação nesses grupos. A crítica não precisa preceder a participação, e, de modo característico, não o faz. A reflexão sobre a participação e sobre os obstáculos que ela enfrenta pode levar à crítica.

Esse caminho de transformação a partir de baixo possui similaridades com o caminho do serviço comunitário. Ele começa dirigindo-se às necessidades do marginalizados, mas, ao invés de serviço e caridade, enfatiza o ganho de poder pessoal, a solidariedade e a cooperação. Porque ele enfatiza a dialética entre as mudanças pessoal e social, não se fia na ação do poder. Argumenta-se que o poder não pode produzir as mudanças desejadas, pois ele não pode fazer as pessoas viverem vidas nas quais estejam incorporados seus próprios valores. Contudo, isso não implica que aqueles que adotam esse caminho não possam, de fato,

se tornar aliados de grupos que estejam utilizando meios violentos para conseguir o poder estatal. A obtenção do poder por tais grupos não é a mudança desejada. Mas, onde a opressão e a repressão são intensas, as alianças convenientes podem ser consideradas necessárias para remover obstáculos cruciais para o progresso ao longo desse caminho de transformação a partir de baixo. Certa ambigüidade sempre vai estar presente quando os seguidores desse caminho, tentando realizar uma incorporação completa dos valores que ele representa, interagem com as instituições de poder. Às vezes (talvez a maior parte do tempo), as condições da aliança conveniente vão fazer recair no caminho 4, no qual os valores associados com o poder suplantam os valores comunitários, inicialmente motivadores. Entretanto, onde o caminho da transformação a partir de baixo é seguido de forma autêntica, apenas o crescimento dos movimentos, em interação dialética com a formação de valores pessoais, pode produzir a transformação desejada. Ela depende de um processo de mudança em etapas, testando cada etapa quanto a sua viabilidade à medida que aquele processo avança, havendo neste uma unidade orgânica entre meios e fins. Ele não avalia cada etapa em termos de ser ela ou não um meio para um objetivo social sistematicamente articulado, pois uma tal avaliação não dá conta da dialética entre o pessoal e o social, e permite haver papéis-chave sendo conferidos ao poder e à violência. Ao contrário, cada etapa é avaliada em termos de sua realização de uma maior incorporação dos valores articulados pelos movimentos, e quais são os limites dessa incorporação; assim, se ela representa, embrionariamente ou por antecipação, uma sociedade que decididamente incorpore os valores desejados, e ofereça uma base para prosseguir com etapas exploratórias mais avançadas, a partir das quais as estruturas concretas de uma sociedade transformada possa emergir (Lacey 1997; 1998a, cap. 8).

Sugerimos que esses cinco caminhos são aqueles que estão abertos às pessoas quando elas experimentam o tipo de desequilíbrio que descrevemos no início desta seção. Não queremos sugerir que eles sejam caminhos puros. Até certo ponto, todos compartilham alguns aspectos de todos os caminhos, mas, para cada pessoa, um caminho particular, em determinado momento, se torna predominante, refletindo quem a pessoa é, e quais são seus valores fundamentais – o complexo de valo-

res que, de forma ampla, é constitutivo de sua identidade. Propomos a seguinte outra hipótese de que os caminhos (1) e (2) são os mais comuns no mundo contemporâneo, e de que, para adotar qualquer um dos outros, alguém deve ter uma grande motivação, porque seguir esses caminhos, muitas vezes, introduz novas formas de desequilíbrio e desorientação. Contudo, nesses últimos caminhos, uma variedade de vidas interessantes e significativas se torna possível. Elas representam as tentativas para descobrir e realizar algumas das possibilidades humanas que ainda não foram realizadas, e de desenvolver uma consciência crítica e criativa em todas as suas dimensões.

4. Razões para adotar um caminho particular para o equilíbrio

De acordo com nossa análise, o caminho que uma pessoa adota confere unidade ao complexo de valores que a pessoa sustenta. As pessoas possuem diversas razões, que podem ser mais ou menos articuladas, para adotar um caminho e nele persistir. Não queremos sugerir que alguém escolhe seu caminho como uma consequência de um processo deliberativo isolável, como se deliberasse considerando as razões pró e contra cada um dos caminhos e, então, adotasse um. Ao contrário, uma pessoa faz escolhas sobre questões tais como: objetivos educacionais, amizades a cultivar, habilidades a obter, empregos ou carreiras a perseguir, lugares para viver, compromissos de família (assim como as escolhas sobre um sem número de questões de consumo e posse), etc. — escolhas que se tornam possíveis, ampliadas ou limitadas por questões tais como: o pano de fundo familiar, de classe ou religião. Dessa multiplicidade e complexidade de escolhas surgem os contornos do caminho adotado por uma pessoa, e o complexo de valores que em grande medida constitui sua identidade. As razões para adotar um caminho se tornam claras não antecipadamente, mas à medida que a pessoa tenta criar, ou articular, ou discernir certa unidade nos valores que se manifestam nas diversas escolhas e compromissos que ela fez, e quando espera por uma vida que mostre coerência, uma vida na qual um complexo de valores esteja cada vez mais incorporado. Propomos que um tal complexo de valores está, ele próprio, sujeito a avaliação à luz de alguns critérios, que, muitas vezes, se tornam explícitos quando alguém tenta, em face de críticas, articular a legitimidade do caminho que adotou.

Esses critérios também desempenham um papel explicativo, pelo menos na medida em que reconhecer que o complexo de valores de uma pessoa deixa de satisfazer a um ou outro deles possa ocasionar uma mudança de vida.

Vamos discutir longamente dois critérios, que são particularmente pertinentes no contexto de uma investigação em psicologia.

1. *O critério de possibilidade.* A possibilidade genuína – dados os reais condicionantes das condições materiais e sociais pre-va- lecentes – de um complexo de valores ser incorporado consistente, constante e coerentemente em uma vida pessoal concreta e, assim, de ser incorporado na sociedade.
2. *O critério da natureza humana.* A disponibilidade de uma concepção articulada da natureza humana, com algum apoio empírico, que torne inteligível a alegação de que sustentar um complexo de valores forme uma vida que seja de realização.

Na prática, esses dois critérios são empregados em conjunto com alguns outros critérios. Listamos abaixo diversos desses outros critérios, que pensamos serem importantes, sem elaboração, categorização ou defesa.

3. A consistência formal do complexo de valores.
4. A continuidade do complexo de valores, talvez mediante considerável reinterpretação, (1) com alguns dos valores que alguém “herdou,” que compartilha com outros, que parecem “óbvios” (por exemplo, a rejeição do assassinato), e também (2) com valores que estão realmente incorporados nas vidas concretas (ou personagens literários convincentes), que alguém reconhece como bem realizadas. A pesquisa em psicologia pode informar (2) ao explorar quais complexos de valores, quando incorporados em certas vidas, produzem uma sensação de bem estar. Tal pesquisa pode também contribuir para identificar as patologias características de cada um dos cinco caminhos de resposta às defasagens entre a aspiração e a realização, e as condições sob as quais essas patologias possam ser evitadas.
5. A inclusão no complexo de valores daqueles valores que são

constitutivos da inteligibilidade do discurso avaliativo em geral (por exemplo, o respeito pelos participantes na conversa, a elevação do diálogo acima do poder, a veracidade).

6. A possibilidade de universalização dos valores nucleares de um complexo – que as condições materiais e sociais de sua incorporação sejam compatíveis com todos os participantes no discurso capaz de conduzir as vidas nas quais esses valores (ou, de modo mais geral, aqueles que expressem suas identidades individuais) estejam incorporados.

Deixamos em aberto quais devem ser aqueles considerados participantes no discurso avaliativo, pois isso – talvez – reflita os próprios valores de alguém, ao invés de um critério geral. Se todos (em princípio) estiverem incluídos entre os participantes, então na medida em que (5) e (6) forem satisfeitos, ganha-se uma maior capacidade para entender bem as ações das outras pessoas e movimentos sociais, mesmo aqueles que manifestam valores inteiramente diferentes. Conseguir tal capacidade é o valor mais central de nosso quinto caminho, aquele da “transformação a partir de baixo.” Assim, do mesmo modo, é conseguir uma consciência clara das condições necessárias para que os valores de alguém sejam incorporados em sua vida.

O que quer que se possa pensar sobre os critérios (3)–(6) propostos, o critério de possibilidade e o critério da natureza humana são os mais importantes deles para avaliar o complexo de valores que uma pessoa sustenta, embora eles não atuem independentemente de tentativas para obter “um equilíbrio de reflexão” com outros critérios. A concepção da natureza humana subjaz à coerência e inteligibilidade do complexo; a possibilidade genuína de ele ser sustentado é necessária para sua relevância social. Frequentemente, esses dois critérios estão no centro das disputas de avaliação, muitas vezes funcionando conjuntamente. Por exemplo, os argumentos sobre a possibilidade ou impossibilidade de transformação social, muitas vezes, recorrem a uma concepção da natureza humana, e das possibilidades incluídas em sua articulação. Além disso, se alguém articula valores não-incorporados na ordem social vigente, e não é possível produzir uma transformação social do tipo desejado, então aí está uma razão para reconsiderar suas aspirações. E se a transformação social é possível, então que um complexo de valores

concorrente esteja incorporado na ordem vigente, isso deixa de ser um argumento forte para que as aspirações de alguém se limitem por ela. Se se podem formular simultaneamente argumentos de que a transformação social é possível e de que há uma concepção da natureza humana sustentada que sugere possibilidades mais realizadoras na nova ordem proposta, então o complexo de valores incorporado na ordem vigente pode entrar em crise e, por falta de coerência e relevância, a amplitude de sua incorporação pode declinar.

Se a avaliação deve guiar vidas e não ficar reduzida a uma mera crítica idealista, as considerações sobre o que é possível são sempre muito importantes. A consistência formal de um complexo de valores não é suficiente para tal possibilidade. Por exemplo, valores comunitários como a cooperação e a partilha são formalmente consistentes com a primazia dos direitos de propriedade, mas, pode-se argumentar, as condições materiais e sociais necessárias para a manifestação apropriada de um impedem a manifestação do outro. Mais que a consistência está envolvido em avaliar a possibilidade de sustentação coerente de um complexo de valores. Quando um complexo de valores já está muito incorporado em uma sociedade, não há mais questões sobre sua possibilidade. O que é real é possível. Uma questão particularmente difícil se nos apresenta quando está sendo considerado nosso quinto caminho, aquele da transformação social. A menos que o tipo de transformação social proposta seja possível, o caminho da transformação social se reduz ao caminho do serviço comunitário. Em nossa sociedade, esse tipo de transformação social é amplamente considerada impossível – logo, a maior parte das vidas pode ser encontrada nos três primeiros caminhos. É crença comum que quaisquer possibilidades sociais viáveis (para o futuro previsível) vão estar estruturadas pelas instituições da propriedade privada, do mercado livre, da democracia formal e eleitoral (Lacey 1991; 1997; 1998a, cap. 8). Por quê? Há diversas respostas: (a) porque essas instituições são consideravelmente melhores (mais realizadoras, mais encorajadoras da liberdade humana, mais capazes de conduzir à justiça social), e, reconhecidas como tal, mais que quaisquer alternativas disponíveis e muitas das que podem ser concebidas; (b) por causa da inércia e do peso crescente daquelas instituições; (c) por causa da virtual hegemonia de poder associada a tais institui-

ções e da expectativa de que esse poder vá ser utilizado para manter tal hegemonia; (d) por causa da crença de que essas instituições incorporam efetivamente a natureza humana, que é compreendida como algo que subjaz aos valores individualistas e egoístas (Schwartz 1986, 1993). Se (a) e (d) estiverem firmemente fundamentados, então o uso do poder, mencionado em (c), muitas vezes, vai ser legítimo – mas não de outro modo. Muito depende, então, da avaliação do que seja a natureza humana, e de uma avaliação daquilo que a faz desse modo.

5. Implicações para a investigação em psicologia

Está de acordo com os dois critérios em discussão que as crenças sobre o que é possível e sobre a natureza humana possam influenciar propriamente os valores pessoais que alguém sustenta e deseja que sejam incorporados na sociedade, e os valores sociais que alguém tenta personalizar. De fato, a aplicabilidade desses critérios depende de tais crenças. Como já dissemos, as crenças sobre o que é possível e sobre a natureza humana estão profundamente inter-relacionadas. Nossas crenças sobre os valores que podem estar incorporados nas vidas e articulados autenticamente dependem (em parte) de nossas crenças sobre a natureza humana; e nossas crenças sobre a natureza humana se baseiam enormemente nos valores que observamos estarem realmente incorporados em nossas vidas. Falando de forma geral, essas crenças estão abertas ao escrutínio empírico. Que tipo de investigação empírica poderia elucidá-las?

Responder esta questão se torna excessivamente difícil pelo fato de que a possibilidade de sustentar genuinamente valores depende não apenas do que a natureza humana é, mas também dos valores que estão incorporados nas instituições societárias reais e das relações de poder (autoridade) que estruturam essas instituições. As relações de poder prevalentes podem realmente impedir de serem realizadas certas possibilidades permitidas pela natureza humana, especialmente aqueles casos nos quais sua realização depende de condições sociais que são incompatíveis com as condições dominantes (*cf.* Lacey 1998a, cap. 6; 1999, cap. 8). Além disso, os desejos humanos que realmente estão presentes em determinado tempo poderiam refletir não o potencial todo da natureza humana, mas as possibilidades reforçadas nas instituições

reais. Se é assim, então um mapeamento empírico do que realmente se manifesta não pode resultar em um relato abrangente do potencial humano, pois pode haver possibilidades até o momento não-realizadas (cf. cap. 5, seção 3; cap. 8, seção 3). O real informa, mas não pode estabelecer definitivamente o que é possível; ao mesmo tempo, uma investigação empírica está presa ao que é real – lidar com essa tensão está no centro de toda ciência experimental.

Que tipo de investigação empírica em psicologia pode informar propriamente as crenças sobre a possibilidade (não necessariamente uma alta probabilidade) ou impossibilidade dos complexos de valor, tais como aqueles implícitos em nosso quinto caminho, que não foram realizados até o momento em qualquer medida significativa? Qual é a metodologia apropriada? Quais são os condicionantes teóricos apropriados? Quais são os fenômenos empíricos apropriados a serem selecionados para investigação? As respostas a essas questões, em geral, estão inter-relacionadas, e refletem as práticas (e os valores que estas expressam) que a pesquisa informa (Lacey 1990). Se a maior parte da pesquisa informa alguma prática em nossos três primeiros caminhos, então não é provável que a questão sobre as possibilidades alternativas surja (a não ser nas margens). Se hoje esses caminhos estão estruturados pelas instituições da propriedade privada, do livre mercado, etc., e aquelas instituições tendem a incorporar valores egoístas, tornados coerentes e inteligíveis por uma concepção individualista da natureza humana, então esperaríamos encontrar hoje uma teoria psicológica condicionada pela concepção individualista da natureza humana, e sua base de evidência estaria fundamentada principalmente nos fenômenos característicos dessas instituições, nas quais observa-se a predominância de valores egoístas. E, de fato, o individualismo metodológico, uma abordagem de pesquisa que se baseia na concepção individualista da natureza humana, ao longo deste século, foi a abordagem metodológica dominante em psicologia (cf. Wallach e Wallach 1983). Contudo, o individualismo metodológico não oferece um contexto adequado para responder as questões que levantamos. Onde ele é pressuposto, leva a uma circularidade. Como não se poderia cair em uma circularidade? Quais são as alternativas ao individualismo metodológico?

Uma concepção individualista da natureza humana propõe que os

seres humanos (pessoas) são, em primeiro lugar, indivíduos – seres conscientes, ativos, expressivos, corporais – cujo relacionamento com os outros é contingente e subsidiário do bem estar do indivíduo. Cada indivíduo tem seu próprio ser separado dos outros e mesmo oposto a eles, pois pode haver competição e conflitos entre os interesses (preferências, desejos de bem estar) dos indivíduos. Assim entendida, uma pessoa é não principalmente um contribuinte potencial ao bem comum, alguém que pertence a um grupo, alguém que desempenha papéis nas instituições, um participante em práticas com os outros, ou um ser cujo bem estar esteja essencialmente ligado àquele dos outros. Os desejos fundamentais das pessoas representam as preferências subjetivas que são entendidas como coisas auto-definidas e auto-determinadas. O eu, se é livre para tanto, faz o que quer e – dado que se lembre o papel próprio dos desejos de segunda ordem na modelagem e direção dos desejos de primeira ordem – serve a seus próprios interesses, que, de forma típica, estão definidos em termos das realizações, prazeres e posses do eu, de forma que seus valores pessoais fundamentais são tipicamente egoístas, e seu valor social principal é a autonomia. De acordo com a concepção individualista, este é o modo como a natureza humana é.

Uma outra concepção, que vamos denominar *concepção comunitária da natureza humana*, concebe as pessoas enquanto essencialmente ligadas umas com (algumas) outras. Além das dimensões consciente, ativa, expressiva e corporal, enfatizadas na concepção individualista, as pessoas também possuem uma dimensão essencialmente social, tal que o bem estar humano se expresse em (assim como é uma consequência de) uma interação apropriada de todas as dimensões, e isso inclui estabelecer relações tais como o amor, a amizade, e o respeito e reconhecimento pelos outros. Os eus são entendidos como seres interdependentes; alguns outros formam parte do eu; seus valores, interesses e necessidades se tornam essencialmente ligados aos de uma pessoa e, assim, o eu não se opõe a (todos) os outros (*cf.*, por exemplo, Markus e Kitayama 1991). Isso não é desvalorizar a individualidade (a auto-confiança, atuação, ou realização pessoal), mas, ao contrário, abrir a possibilidade de que o caráter único do eu possa (deva) estar ligado à produção de um conjunto único de relações satisfatórias com os outros.

Segundo esta concepção, então, as pessoas são – por natureza – participantes em práticas, comunidades e instituições com os outros, e seu bem estar está implicado dialeticamente com aquele dos membros dos grupos com os quais ela está ligada, ou pensa estar. Ainda faz sentido dizer que as pessoas desejam fundamentalmente seu próprio bem estar, mas agora esse bem estar inclui aquele de (alguns) outros, de modo que a responsabilidade pelos outros não possa estar separada da preocupação consigo mesmo, e os desejos de pertencer, participar e ser reconhecido pelos outros são tão básicos quanto os desejos de ter e de realizar. Os valores pessoais principais incluem aqueles da cooperação e do serviço à comunidade; o valor social da autonomia permanece importante, mas agora ele é interpretado como algo em interação dialética com aquele da solidariedade.

Egoísmo e altruísmo

Os conceitos de egoísmo e altruísmo, e os fenômenos que se supõem refleti-los, oferecem uma base útil para tirar as diferentes implicações das duas concepções da natureza humana. O egoísmo se refere a colocar seu próprio eu à frente dos outros, mesmo às custas deles; o altruísmo, a servir aos outros antes que buscar o ganho individual, mesmo às custas de si próprio.

A concepção individualista. Segundo esta, se o altruísmo estiver entre os valores fundamentais de uma pessoa, ele é simplesmente uma preferência subjetiva e individualista. Algumas pessoas preferem a riqueza, outras a fama, outras o prazer, e algumas servir às outras pessoas; os indivíduos são simplesmente diferentes. [Pode-se procurar explicar as diferenças pessoais – na sócio-biologia (*cf.*, por exemplo, Alexander 1987; Dawkins 1976), na psicologia social, na psicanálise, etc. – mas tais explicações não produzem implicações avaliativas.] Enquanto tal, o altruísmo não é nem representativo de um valor mais alto que os valores usualmente associados ao egoísmo, nem indica possibilidades objetivas para o bem estar humano. Todos os atos, em última análise, são o resultado de preferências individuais subjetivas, inclusive tanto os atos altruístas quanto os egoístas (*cf.*, por exemplo, Margolis 1982, para uma discussão dessa concepção). Assim, não se pode criti-

car o egoísmo em nome da primazia do altruísmo sem, ao fazer isso, sujeitar os outros a suas próprias preferências, que não possuem qualquer fundamento não-subjetivo. A concepção individualista não oferece nenhuma base não-subjetiva (além da consistência formal e causal) para colocar as preferências subjetivas numa ordem de valor, e, logo, para sustentar uma distinção moralmente significativa entre atos altruístas e egoístas.

Interpretada assim, a concepção individualista reconhece a possibilidade do altruísmo, mas nega sua importância moral. É um aspecto dessa interpretação que, embora o altruísmo e o egoísmo sejam distintos, a base para cada um deles reside em fatos sobre seus respectivos portadores individuais, o que são seus gostos e preferências. O valor fundamental de uma pessoa pode ser o de conseguir riqueza, o de outra pessoa, o de servir aos outros; uma delas age para conseguir riqueza, a outra, para servir aos outros; uma delas age para conseguir riqueza *porque gosta* disso, a outra, para servir aos outros *porque gosta de* servir aos outros.

Uma outra interpretação da concepção individualista, talvez mais comum e aquela que vamos discutir no restante desse capítulo, sustenta que a frase 'porque gosta' disfarça o significado mais profundo "com a finalidade de obter um certo tipo de satisfação (prazer, felicidade, sentir-se bem, diminuição dos sentimentos de culpa ou vergonha)." Assim todos os atos (livres) são realizados com a finalidade de um ganho pessoal, um ganho de satisfação; todos eles manifestam valores egoístas. Em particular, alguém serve aos outros com a finalidade de ganhar ele mesmo, isto é, servir aos outros representa não um valor fundamental para a pessoa, mas um valor adotado porque está instrumentalmente relacionado (talvez a longo prazo) com os valores egoístas fundamentais da pessoa. Com certeza, se os atos "altruístas" derivarem instrumentalmente de valores egoístas, eles não são genuinamente altruístas.

Dada essa interpretação comum da concepção individualista, o altruísmo genuíno não é possível, e, logo, nem seu oposto, o egoísmo genuíno, o tipo de egoísmo que inerente e moralmente diminui a pessoa. Se, por natureza, nossos valores fundamentais são egoístas, não pode ser moralmente reprovável agir motivado pelo "egoísmo." Todos os atos são "egoístas;" os atos "altruístas" são um subconjunto dos atos

“egoístas,” e não se opõem a eles, de modo que não se pode criticar propriamente os atos “egoístas” em nome de uma alegada primazia do altruísmo (cf. Dawkins 1976; Ghiselin 1976). Quando se diz: “os seres humanos são por natureza egoístas,” o conceito de “egoísmo” foi naturalizado e retirado de seu papel integrante do discurso moral. Essa alegação também conduz à prescrição de que se reduzam os argumentos morais àqueles que mostrem como “fazer o bem” realmente serve (ou se acredita que provavelmente sirva) aos próprios interesses “egoístas” de alguém.

A concepção comunitária. Esta concepção da natureza humana oferece um modo diferente de entender o egoísmo e o altruísmo. Uma vez que o eu está essencialmente ligado com os outros eus, o bem estar de alguém implica, promove, depende daquele dos outros, e está parcialmente constituído por ele; e, em grande medida, se manifesta através da participação em relacionamentos, práticas e comunidades. A experiência de bem estar é interna a tal participação, e, assim, ela não pode ser vista como um sentimento individual *causado* pela participação, mas também, em princípio, causada de outras formas; isto é, ela não pode ser entendida como um “efeito” que seja lógica ou empiricamente distinto de sua “causa” social. Assim, o bem estar pessoal não é simplesmente uma posse, uma experiência ou um atributo individual, algo que um indivíduo obtenha (nem é redutível ao fato de uma pessoa sustentar certos conjuntos de relações sociais). O bem estar pessoal realmente envolve uma variedade de estados conscientes, por exemplo, sentimentos de contentamento, recordações de amor e amizade, um sentido de valor das outras pessoas e de justiça, de reconhecimento de realizações – “prazeres” –, mas esses prazeres são os acompanhantes internos da participação em práticas que expressam valores tais como a colaboração, a criatividade, o serviço, a amizade e a solidariedade. Esses diversos prazeres que acompanham as relações sociais, e outros que podem ser as conseqüências causais de certos comportamentos ou estímulos externos, são mutuamente incomensuráveis (Anderson 1993). Isto é, o prazer, enquanto tal, não é um valor; ele não pode ser nem mesmo um tipo ontológico significativo. As pessoas – por natureza – desejam seu próprio bem estar. Embora este bem estar inclua essencialmente a experiência de diversos prazeres, é uma abstração enganado-

ra afirmar que o prazer é um desejo fundamental.

Nas vidas reais, o desejo de alguém de seu próprio bem estar está moldado por suas crenças sobre o que constitui o bem estar. Segundo a concepção comunitária, tais crenças podem ser verdadeiras ou falsas, uma falsa crença sendo aquela de que o bem estar pessoal possa ser identificado com o ganho individual, e de que uma vida na qual estejam incorporados valores egoístas experimente caracteristicamente o bem estar. É possível viver uma tal vida, uma vida na qual estejam fundamentalmente incorporados valores egoístas, e legitimá-la com recurso à falsa concepção de que o ser de um indivíduo é separado daqueles dos outros. Essa legitimação se baseia em um sentido degenerado de individualidade, uma vez que tal separação é possível apenas na teoria, mas não na natureza. Sustentar valores egoístas como fundamentais é o que define o egoísmo. Ele é um fenômeno real. Segundo a concepção comunitária, segue-se que identificar alguém como egoísta tem uma implicação moral, pois o egoísmo se opõe ao bem estar dos outros e de si mesmo. Ele também reflete uma falta de auto-entendimento adequado. Não apenas o egoísmo é um fenômeno real, mas pode ser também uma tendência universal. Contudo, ele não é a única possibilidade permitida pela natureza. Entre nossos desejos fundamentais, estão aqueles pela amizade, pela participação, por fazer parte de algo e por reconhecimento. São esses desejos que tornam inteligíveis emoções tais como a dor da perda de alguém que se ama, ou de sua infelicidade, e a compaixão por aqueles que sofrem injustiça. O egoísmo enfraquece esses desejos e essas emoções. Suas manifestações abrem-se a uma explicação sociológica e psicológica, enquanto que, segundo a concepção individualista, apenas as diferenças individuais com respeito a valores egoístas particulares manifestados – não a manifestação de valores egoístas enquanto tal (egoísmo) – se abre a tal explicação.

Segundo a concepção comunitária, as ações – a menos que sejam informadas por crenças falsas sobre o eu e o bem estar pessoal – são simultaneamente voltadas para o eu e para (alguns) outros; não há separação. Assim, não há qualquer ameaça de paradoxo quando uma pessoa se coloca o serviço dos outros (e outros valores não-egoístas) à frente do ganho individual. Normalmente, a manifestação de valores não-egoístas vai ocorrer juntamente com o aperfeiçoamento individual.

Não se trata de: o eu *ou* os outros; mas, ao contrário, de: o eu *e* os outros. A separação corporal do eu e dos outros não implica que as relações com eles não sejam parcialmente constitutivas do eu. Entretanto, certas condições especiais podem provocar uma disjunção entre o eu e os outros. Então, mesmo a sobrevivência corporal se torna subsidiária do valor dos outros. O altruísmo é possível. Assim como a manifestação do egoísmo, a do altruísmo requer explicação.

As duas concepções da natureza humana que esboçamos, a individualista e a comunitária, subjazem a crenças conflitantes sobre o que é possível. De acordo com a primeira, diferentemente da última, o altruísmo e nossos caminhos (seção 3, acima) do “serviço comunitário” (3b) e da “transformação a partir de baixo” (5) são impossíveis. Contudo, o simples apelo a quais das possibilidades estão ou não realizadas não nos permite dar um claro apoio empírico a qualquer uma das concepções. Nenhuma delas, assim como qualquer outra concepção metafísica, pode ser diretamente validada ou invalidada empiricamente. As metodologias de pesquisas associadas com cada uma delas trazem estratégias auxiliares de interpretação suficientes para reformular em suas próprias estruturas qualquer fenômeno aparentemente refutador. Como vimos, a concepção individualista reformula a sustentação de valores não-egoístas como algo instrumental para a manifestação de valores egoístas, e, assim, como algo que não é fundamental para a pessoa. E a concepção comunitária acha que o domínio generalizado (e mesmo quase universal) dos valores egoístas reflete não a natureza humana enquanto tal, mas a hegemonia de estruturas sociais nas quais os valores egoístas estão profundamente incorporados.

A plausibilidade da estratégia interpretativa individualista, em parte, deriva de reduzir o bem estar pessoal a uma espécie de ganho individual. A concepção comunitária reconhece que alguém pode experimentar bem estar *porque* serve aos outros. Não se segue que tal pessoa sirva aos outros *para* experimentar seu próprio bem estar. A concepção individualista, não reconhecendo esta distinção, interpreta o testemunho pessoal de que o serviço é acompanhado por um sentido de bem estar como uma evidência de que ele é destinado ao ganho individual. Então, a articulação de valores não-egoístas como fundamentais fica entendida como um sinal (não necessariamente um disfarce consciente) da falta

de auto-entendimento fundamentado. A plausibilidade dessa estratégia também é reforçada pelo fato não de que não há provavelmente ninguém que negue o apelo (a “tentação”) do egoísmo em sua vida. Ele pode, de fato, ser uma tendência universal. Mas isso está de acordo com a idéia de que é uma fonte de diminuição humana, tanto quanto com a de que há contra-tendências universais (por exemplo, pertencer, comunicar, ter responsabilidade pelos outros).

A plausibilidade da estratégia interpretativa comunitária está enraizada na ligação dialética que sugerimos que existe entre os valores que são os mais manifestos e aqueles profundamente incorporados socialmente. O egoísmo é possível em qualquer parte, mas sua predominância refletiria a hegemonia de estruturas sociais que incorporam profundamente valores egoístas. Muitas vezes, sugeriu-se que os registros empíricos mostram que as pessoas desejam posses, prazeres, consumo, etc., e, sem dúvida, uma pesquisa sociológica das sociedades industriais ocidentais avançadas confirmaria isso em grande medida. (Não se deve levar isso muito longe. Nos anos recentes, testemunhamos um surpreendente ressurgimento de afirmações de identidade de grupo e do valor de afiliações de comunidade.) Contudo, os resultados de tal pesquisa seriam igualmente compatíveis com a interpretação de que uma incorporação estrutural profunda explica a predominância dos valores egoístas. Então, a articulação dos valores egoístas como universais fica interpretada como um sinal de que as relações sociais que tornam possível a vida de alguém estão sendo ocultadas. Pode-se conjecturar que isso mais provavelmente vá ocorrer onde as relações incluem aquelas de dominação e opressão. Essa conjectura está aberta a investigação empírica.

Tipos relevantes de investigação em psicologia

Muito já foi dito para indicar o poder das estratégias interpretativas de cada um dos dois pontos de vista. Assim, nenhum deles ganha autoridade simplesmente por causa de registros empíricos (cf. Schwartz 1993, para uma análise ilustrativa). Não se segue, contudo, que eles tenham adequação explicativa e preditiva equivalentes e, assim, igual grau de confirmação.

A concepção individualista postula que os valores fundamentais de

todas as pessoas são egoístas, e que a grande variedade de valores que realmente são sustentados está restrita aos limites do egoísmo (sem dúvida, que aumentam ao longo da história). Ao contrário, a concepção comunitária admite uma variedade que cruza essas fronteiras. Ela prediz a variabilidade que vai ser correlacionada com variáveis tais como a estrutura social, cultura, filiações institucionais e posição de classe. (Tal variabilidade, como acima especificada, não é incompatível com a concepção individualista. Contudo, essa concepção acha que a variabilidade, diferentemente, representa realmente valores egoístas, e não *prediz* tal variabilidade.) A concepção comunitária também prediz que os desejos básicos das pessoas não estão limitados àqueles que são egoístas, mas também incluem os desejos de pertencer, de participar de relações de amor, de ser justo e ter compaixão, etc. A tensão genuína entre desejos, por vezes, contraditórios é uma marca de toda vida humana. Contudo, a concepção comunitária também pode explicar que – onde as estruturas sociais dominantes existentes incorporam os valores egoístas, e onde as articulações predominantes de valores sociais emprestam legitimidade a tais estruturas – o egoísmo chega ao topo, e que as instituições que incorporam valores não-egoístas ficam abaladas ou são recriadas, de modo que a hegemonia dos valores egoístas se estenda mais ainda no tecido social (Schwartz 1993, 1994).

Para a concepção comunitária ter qualquer credibilidade, suas predições devem receber alguma justificação empírica. Claramente, a ausência de variação relevante nas estruturas sociais poderosas que incorporam profundamente os valores egoístas não constitui uma contra-evidência; e nem constitui uma evidência positiva.

Um lugar para procurar por evidência relevante são os estudos de comparação cultural de valores, e aqui sugerimos que há considerável evidência para apoiar uma versão ou outra da concepção comunitária. Citamos três estudos. Em primeiro lugar, Markus e Kitayama (1991) mostraram que a forma como o eu é concebido e como ele é concebido em relação com os outros, isso é específico de cada cultura, e que mesmo em uma sociedade industrial avançada como o Japão, em geral, o eu é concebido como um ser interdependente (sem que isso diminua a importância da atuação ou da realização). Em segundo lugar, se o relacionamento é uma parte essencial do bem estar humano, esperaríamos

que sua própria quebra se manifestasse em patologia psicológica. Seligman (1991) interpreta um aumento de dez vezes na incidência da depressão nos Estados Unidos nas duas últimas gerações como algo devido, em parte, ao desligamento dos indivíduos de grupos sociais que dão significado e sentido e suas vidas. Essa interpretação permanece consistente com sua teoria anterior de que o abalo da atuação é a principal causa da depressão; ora, a atuação efetiva está ligada essencialmente à dimensão social da natureza humana. Em terceiro lugar, Fiske (1991) apresentou um argumento de que todas as formas de interação social, em todas as culturas, podem ser representadas em termos de quatro sistemas de regras fundamentalmente diferentes: partilha comunitária, hierarquia de autoridade, ajuste da igualdade, e preço de mercado. Fiske sugere que, em toda cultura, há domínios sociais nos quais cada sistema opera, de modo que a vida individual de uma pessoa pode manifestar diferentes valores como fundamentais à medida que ela muda de domínio para domínio (da família para a empresa, para a instituição religiosa, por exemplo). O que distingue as diferentes culturas umas das outras são os domínios nos quais cada um dos sistemas de regras atua. Onde atua um sistema particular de regras, um conjunto particular de valores sociais está articulado e um conjunto particular de valores pessoais, profundamente incorporados.

Um *segundo* lugar para procurar por evidência relevante são os estudos que investigam os valores nas diferentes classes. Existem poucos estudos desse tipo. Martín-Baró (1991a; 1994), contudo, relata a presença de valores tais como “solidariedade e cooperação, sobriedade e persistência, sensibilidade e capacidade de sacrifício” entre certos grupos de trabalhadores pobres, que podem ser tidos como quem tenta seguir o caminho da transformação a partir de baixo.

Esses estudos dão alguma confirmação à concepção comunitária da natureza humana, e algum apoio para a idéia de que o caminho 3b (do serviço comunitário) e talvez o caminho 5 (da transformação a partir de baixo) representem possibilidades permitidas pela natureza humana. Embora não sejam suficientes para falsear a concepção individualista, eles a desafiam a empregar suas estratégias auxiliares de interpretação. Essas estratégias envolvem a postulação de desejos egoístas que as pessoas, nos grupos estudados, não reconhecem como algo presente

nelas mesmas, e negam a realidade da coerência que essas pessoas reconhecem entre suas articulações dos valores e as vidas que levam. Assim, essas estratégias implicam que há uma grande defasagem entre os desejos manifestos em seu comportamento (egoísta) e os valores articulados (não-egoístas), mas uma defasagem que essas pessoas deixam de reconhecer (de fato, elas a rejeitam) quando isso é trazido a sua atenção. O comportamento, a outros respeito, auto-consciente e coerente dessas pessoas lança dúvidas sobre as credenciais empíricas de uma tal estratégia interpretativa. Insistir nela sugere que suas raízes estão em interesses pessoais, ao invés de serem empíricas; isso pode mesmo sugerir a intenção de utilizar a força para impedir a incorporação de valores não-egoístas em domínios que influenciam os interesses pessoais de alguém (ou – de forma mais delicada – a aceitação cognitiva de que os poderes sócio-econômicos e políticos prevaletentes vão fazê-lo). Ou talvez as mais fortes tendências modernas tenham removido a sensibilidade em uma medida significativa, a consciência e o discurso necessário para tratar valores fundamentais não-egoístas como opções reais tanto para nossas vidas quanto para estruturar a pesquisa nas ciências humanas.

Apontamos acima, nesta seção, que a pesquisa realizada no quadro do individualismo metodológico é efetivamente circular com respeito à possibilidade de serem os valores não-egoístas fundamentais para a vida de uma pessoa. A pesquisa estruturada por uma concepção comunitária da natureza humana, não. Essa concepção prediz a variação dos valores fundamentais através de um número de variáveis. Se essa variação não se encontra ou, se se encontra apenas em formas marginais, então isso ofereceria uma confirmação poderosa da concepção individualista. Portanto, o individualismo assim como as versões do comunitarismo são possíveis resultados da pesquisa estruturada pela concepção comunitária que, assim, envolve uma abordagem empírica mais rica. Isso não torna a pesquisa sob o individualismo metodológico irrelevante, especialmente se é verdade que os valores egoístas são virtualmente hegemônicos hoje. Ao contrário, significa que os produtos da pesquisa metodologicamente individualista precisam ser comparados com a pesquisa estruturada por pontos de vista comunitários, com respeito a seus poderes explicativo e preditivo e à adequação empírica de

suas estratégias interpretativas auxiliares. Desta forma, a pesquisa em psicologia pode esclarecer quais são os valores que a natureza humana permite que sejam sustentados fundamentalmente.

Contudo, a pesquisa em psicologia pode apenas informar, não estabelecer, as questões de possibilidade de sustentar certos valores. As estruturas sociais prevalecentes também limitam as possibilidades. A pesquisa em psicologia pode também ajudar a identificar a contribuição das estruturas sociais – quanto mais ela faz isso com sucesso, mais se permite que uma discussão sobre a desejabilidade de tais estruturas não se resuma a apelar para sua impossibilidade. Com certeza, as possibilidades estão mais ou menos distantes de serem realizadas. O caminho 5, aquele da transformação a partir de baixo, sem dúvida, no melhor dos casos, representa uma possibilidade distante. Se o reconhecimento dessa pequena possibilidade pode apoiar alguém a adotar o caminho 5 (com seus riscos concomitantes e incertezas), ou não, em grande medida, isso vai depender da avaliação que uma pessoa fizer da possibilidade de viver uma vida na qual estejam incorporados valores que possam plausivelmente ser alegados com autenticidade como seus próprios; assim, o caminho 5 teria mais apelo para os resignados que para os adaptados. De modo similar, o interesse em se consagrar à pesquisa em psicologia, para explorar as fontes de motivação (esperança, desejos necessários) que conduzem as pessoas a um tal caminho, refletiria uma avaliação de que as possibilidades humanas atualmente disponíveis são problematicamente limitadas. Assim, a pesquisa sobre os valores não tem como não ser, ela mesma, carregada de valores.

* * *

Apresentamos uma análise multimodal dos valores. Nosso relato visa colocar ordem na variedade de usos lingüísticos de ‘valor’, e também refletir a fenomenologia dos valores, particularmente a relação entre os valores e o comportamento. Esse relato também possui implicações para a pesquisa em psicologia, que se destina a entender por que as pessoas sustentam os valores que sustentam, quais são as fontes tanto do que há de comum quanto das diferenças entre os valores que as pessoas sustentam, e como o conjunto de valores viáveis deve ser identificado. Ele oferece uma estrutura conceitual na qual um “contraste pers-

picaz” (Taylor 1981) pode ser feito entre dois pontos de vista – o individualista e o comunitário – com relação ao que é possível a respeito dos valores fundamentais que os seres humanos sustentam. A longo prazo, o valor cognitivo do relato vai permanecer em seu papel de produzir um entendimento adequado dessas questões.

Referências bibliográficas

- Alexander, R. D. 1987. *The Biology of Moral Systems*. Hawthorne, Nova York: Aldine de Gruyter.
- Anderson, E. S. 1993. *Values in Ethics and Economics*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Anderson, J. R. e Bower, G. H. 1974. *Human Associative Memory*. Washington: Hemisphere Publishing Corporation.
- Bandura, A. 1969. "Social-Learning Theory of Identificatory Processes." In Gosline, D. A. (org.), *Handbook of Socialization Theory and Research*. Chicago: Rand McNally.
- . 1974. "Behavior Theory and the Models of Man." *American Psychologist* **29**: 859–869.
- Baron, A. e Galizio, M. 1983. "Instructional Control of Human Operant Behavior." *Psychological Record* **33**: 495–520.
- Baum, W.M. 1994. *Understanding Behaviorism: Science, Behavior, and Culture*. Nova York: Harper Collins.
- Bechtel, W. 1990. "Connectionism and the Philosophy of Mind." In W. G. Lycan (org.), *Mind and Cognition: A reader*. Oxford: Blackwell.
- Bever, T. G. 1974. "The Psychology of Language and Structuralist Investigations of Nativism." In Harman, G. (org.), *On Noam Chomsky*. Nova York: Anchor Books.
- Bhaskar, R. 1978. *A Realist Theory of Science*. Atlantic Highlands: Humanities Press.
- Block, N. 1981. "Mental Pictures and Cognitive Psychology." Paper presented to Greater Philadelphia Philosophy Consortium. Earlier version of Block 1983.
- . 1983. "Mental Pictures and Cognitive Psychology." *Philosophical Review* **93**: 499–542.
- Bolles, R. C. 1972. "Reinforcement, Expectancy, and Learning." *Psychological Review* **79**: 394–409.

- Brownstein, A. J. e Shull, R. L. 1983. "The Analysis of Complex Cases: A review of Schwartz e Lacey's *Behaviorism, Science, and Human Nature*." *The Behavior Analyst* 6: 77-91.
- Bueno, O. 1999. *O Empirismo Construtivo: Uma reformulação e Defesa*. Campinas: Coleção CLE.
- Carnap, R. 1936. "Testability and Meaning." *Philosophy of Science* 3: 420-71.
- . 1956. "The Methodological Character of Theoretical Terms." In Feigl, H. e Scriven, M. (orgs.), *Minnesota Studies in Philosophy of Science*, vol. 1. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Cartwright, N. 1983. *How the Laws of Physics Lie*. Oxford: Oxford University Press.
- . 1999. *The Dappled World: A Study of the Boundaries of Science*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Catania, A. C., Matthews, B. A., e Shimoff, E. 1982. "Instructed versus Shaped Human Verbal Behavior: Interactions with non-Verbal Responding." *Journal for the Experimental Analysis of Behavior* 38: 233-248.
- Chomsky, N. 1957. *Syntactic Structures*. The Hague: Mouton.
- . 1959. "Review of B. F. Skinner's *Verbal Behavior*." *Language* 35: 26-58.
- . 1965. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- . 1969a. "Some Empirical Assumptions of Modern Philosophy of Language." In Morgenbesser, S., Suppes, P. e White, M. (orgs.), *Philosophy, Science and Method*. Nova York: St. Martin's Press.
- . 1969b. "Linguistics and Philosophy." In Hook, S. (org.), *Language and Philosophy*. Nova York: New York University Press.
- . 1971. *Problems of Knowledge and Freedom*. Nova York: Pantheon Books.
- . 1972. *Language and Mind*. Nova York: Harcourt, Brace, Jovanovich ••
- . 1973. *For Reasons of State*. Nova York: Vintage Books.
- . 1975. *Reflections on Language*. Nova York: Pantheon Books.
- . 1979. *Language and Responsibility*. Nova York: Vintage Books.

- . 1980. *Rules and Representation*. Nova York: Columbia University Press.
- Davidson, D. 1980. *Essays on Actions and Events*. Oxford: Oxford University Press.
- Dawkins, R. 1976. *The Selfish Gene*. Oxford: Oxford University Press.
- Dennett, D. C. 1971. "Intentional Systems." *The Journal of Philosophy* 68: 87-106.
- . 1987. *The Intentional Stance*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Donagan, A. 1987. *Choice: The Essential Element in Human Action*. Londres: Routledge and Kegan Paul.
- Dreyfus, H. L. 1992. *What Computers Still Can't Do: A Critique of Artificial Reason*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Dulaney, D. E. 1965. "Awareness, Rules and Propositional Control: a Confrontation with S-R Behaviour Theory." In Dixon, T. R. e Horton, D. L. (orgs.), *Verbal Behavior and General Behavior Theory*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.
- Dummett, M. 1988. "Dennett on Belief." *The Behavioral and Brain Sciences* 11: 512-514.
- Dyke, C. 1997. "Wrong Standard to Measure Capability." *The Philadelphia Inquirer* op-ed., May 18, 1997.
- Feyerabend, P. K. 1965. "Problems of Empiricism." In Colodny, R. G. (org.), *Beyond the Edge of Certainty*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.
- . 1975. *Against Method*. Londres: New Left Books.
- . 1978. *Science in a Free Society*. Londres: New Left Books.
- Fiske, A. P. 1991. *Structures of Social Life: The Four Elementary Forms of Human Relations*. Nova York: Free Press.
- Flanagan, O. J. 1986. *The Science of Mind*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Fodor, J. A. 1968. *Psychological Explanation*. Nova York: Random House.
- . 1975. *The Language of Thought*. Nova York: Crowell.
- . 1981. *Representations: Philosophical Essays on the Foundations of Cognitive Science*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- . 1990. "Fodor's guide to mental representations." In *A Theory of Content and Other Essays*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.

- . 1994. *The Elm and the Expert: Mentalese and its Semantics*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Fodor, J. A., Bever, T. G. e Garrett, M. F. 1974. *The Psychology of Language*. Nova York: McGraw Hill.
- Gerwitz, J. L. 1969. "Mechanisms of Social Learning: Some Roles of Stimulation and Behavior in Early Human Development." in Goslin, D. A. (org.), *Handbook of Socialization Theory and Research*. Chicago: Rand, McNally and Co.
- Ghiselin, M. 1976. *The Economy of Nature and the Evolution of Sex*. Berkeley: University of California Press.
- Haugeland, J. 1986. *Artificial Intelligence: The very Idea*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Hayes, S. C. 1984. "But whose Behaviorism is it?" *Contemporary Psychology* 29: 203–204.
- . 1986. "The Case of the Silent Dog — Verbal Reports and the Analysis of Rules: A Review of Ericson and Simon's *Protocol Analysis: Verbal Reports as Data*." *Journal for the Experimental Analysis of Behavior* 45: 351–363.
- Hayes, S. C., Brownstein, A. J., Zettle, R. D., Rosenfarb, I., e Korn, Z. 1986. "Rule-Governed Behavior and Sensitivity to Changing Consequences of Responding." *Journal for the Experimental Analysis of Behavior* 45: 237–256.
- Hempel, C.G. 1958. "The Theoretician's Dilemma." In Feigl, H., Scriven, M. e Maxwell, G. (orgs.), *Minnesota Studies in the Philosophy of Science*, vol. 2. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- . 1965. *Aspects of Scientific Explanation*. Nova York: Macmillan.
- Hilgard, E. R. 1956. *Theories of Learning*, 2^a ed. Nova York: Appleton-Century-Crofts.
- Hodges, B. T. e Baron, R. M. 1992. "Values as Constraints on Affordances: Perceiving and Acting Properly." *Journal for the Theory of Social Behavior* 22: 263–294.
- Joseph, G. 1980. "The Many Sciences and the One World." *The Journal of Philosophy* 77: 773–791.
- Kuhn, T. 1962. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: University of Chicago Press.

- Lacey, H. M. 1971. "Problemas Metodológicos da Concepção Behaviorista da Linguagem." *Discurso* 2: 119–50.
- . 1974. "The Scientific Study of Linguistic Behavior: A Perspective on the Skinner-Chomsky Controversy." *Journal for the Theory of Social Behavior* 4: 17–51.
[Capítulo 1 deste livro.]
- . 1975. "On Operants and Voluntary Behavior." *Ethics* 85: 349–352.
- . 1979a. "Skinner on the Prediction and Control of Behavior." *Theory and Decision* 10: 353–85.
[Capítulo 3 deste livro.]
- . 1979b. "Control, Perceived Control and the Methodological Role of Cognitive Constructs." In Perlmutter, I. C. e Monty, R. A. (orgs.), *Choice and Perceived Control*. Hillsdale: I. Erlbaum and Assoc.
- . 1980. "Psychology Conflict and Human Nature: The Case of Behaviorism and Cognition." *Journal for the Theory of Social Behavior* 10: 111–155.
[Capítulo 2 deste livro.]
- . 1984. "Constraints upon Acceptable Theories: Chomsky's Analogy between Language Acquisition and Theory Formation." *Pacific Philosophical Quarterly* 65: 166–178.
[Capítulo 4 deste livro.]
- . 1985. "On Liberation." *Cross Currents* 35: 19–41.
- . 1990. "Interpretation and Theory in the Natural and Human Sciences: A Note on Kuhn and Taylor." *Journal for the Theory of Social Behavior* 20: 197–212.
- . 1991. "Understanding Conflicts between North and South." In Dascal, M. (org.), *Culture, Relativism and Philosophy*. Leiden: E. J. Brill.
- . 1995a. "Teleological Behaviorism and the Intentional Scheme." *The Behavioral and Brain Sciences* 18: 134–135.
- . 1999b. "The Legacy of El Salvador's Murdered Jesuits." *Journal for Peace and Justice Studies* 6: 113–126.
- . 1996. "Behaviorisms: Theoretical and Teleological – A review of John Staddon's *Behaviorism: Mind, Mechanism, and Society* and

- Howard Rachlin's *Behavior and Mind: The Roots of Modern Psychology*." *Behavior and Philosophy* 23: 61–78.
[A parte principal do Capítulo 7 deste livro.]
- . 1997. "Neutrality in the Social Sciences." *Journal for the Theory of Social Behavior* 27: 213–241.
- . 1998a. *Valores e Atividade Científica*. São Paulo: Discurso Editorial.
- . 1998b. "On the Limits of Radical Behaviorism: A Reply to Leigland's reply." *Behavior and Philosophy* 26: 63–71.
[Partes dos capítulos 5 e 7 deste livro.]
- . 1999. *Is Science Value Free? Values and Scientific Understanding*. Londres: Routledge.
- . No prelo. "The Ways in which the Sciences are and are not Value Free." In Gardenfors, P., Kijania-Placek, K. e Wolenski, J. (orgs.), *Proceedings of the 11th International Congress of Logic, Methodology and Philosophy of Science*. Dordrecht: Kluwer.
- Lacey, H. M. e Rachlin, H. 1978. "Behavior, Cognition and Theories of Choice." *Behaviorism* 6: 177–202.
- Lacey, H. M. e Schwartz, B. 1986. "Behaviorism, Intentionality and Socio-Historical Structure." *Behaviorism* 14: 193–210.
[Capítulo 6 deste livro.]
- Lacey, H. M. e Schwartz, B. 1987. "The Explanatory Power of Radical Behaviorism." In Modgil, S. e Modgil, C. (orgs.), *B. F. Skinner: Consensus and Controversy*. Londres: Falmer Press.
[Capítulo 5 deste livro.]
- Lacey, H. M. e Schwartz, B. 1996. "The Formation and Transformation of Values." In O'Donohue, W. e Kitchener, R. (orgs.), *The Philosophy of Psychology*. Londres: Sage.
[Capítulo 9 deste livro.]
- Lacey, M. I. 1975. "Aplicação da Análise do Comportamento: Com Referência Especial a Estudos da Sala de Aula." *Ciência e Cultura* 27: 43–49.
- Lakatos, I. 1978. *The Methodology of Scientific Research Programmes*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Laudan, L. 1977. *Progress and Its Problems*. Berkeley: University of California Press.

- Leigland, J. 1998. "Intentional Explanations and Radical Behaviorism: A Reply to Lacey." *Behavior and Philosophy* 26: 45-61.
- Levine, F. M. e Fasnacht, G. 1974. "Token Rewards May Lead to Token Learning." *American Psychologist* 29: 816-820.
- MacCorquodale, K. 1970. "On Chomsky's Review of Skinner's *Verbal Behavior*." *Journal of the Experimental Analysis of Behavior* 13: 83-99.
- MacCorquodale, K. e Meehl, P. E. 1953. "Hypothetical Constructs and Intervening Variables." In Feigl, H. e Brodbeck, M. (orgs.), *Readings in the Philosophy of Science*. Nova York: Appleton-Century-Crofts.
- MacIntyre, A. 1981. *After Virtue*. South Bend: Notre Dame University Press.
- Marglin, S. 1976. "What do Bosses Do?" In Gorz, A. (org.), *The Division of Labour*. Londres: Harvester Press.
- Margolis, H. 1982. *Selfishness, Altruism, and Rationality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Markus, H. R. e Kitayama S. 1991. "Culture and the Self: Implications for Cognition, Emotion and Motivation." *Psychological Review* 98: 224-253.
- Martín-Baró, I. 1991a. "Towards a Liberation Psychology." In Hassett, J. e Lacey, H. (orgs.), *Towards a Society that Serves Its People: The Intellectual Contribution of El Salvador's Murdered Jesuits*. Washington: Georgetown University Press.
- . 1991b. "Violence in Central America: A Social Psychological Perspective." In Hassett, J. e Lacey, H. (orgs.), *Towards a Society that Serves Its People: The Intellectual Contribution of El Salvador's Murdered Jesuits*. Washington: Georgetown University Press.
- . 1994. *Writings for a Liberation Psychology*, Aron, A. e Corne, S. (orgs.). Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Marx, K. 1844/1983. *The Economic and Philosophical Manuscripts*. In: *The Portable Karl Marx*. Nova York: Penguin.
- Marx, K. 1845/1983. *The German Ideology*. In: *The Portable Karl Marx*. Nova York: Penguin.

- McDowell, J. J. 1986. "An Unsuccessful Defense of Autonomous Man." *Behaviorism* 14: 41-44.
- McNeill, D. 1970. *The Acquisition of Language*. Nova York: Harper and Row.
- Meehl, P. E. 1970. "Psychological Determinism and Human Rationality: A psychologist's Reactions to Professor Karl Popper's 'Of Clouds and clocks'." In Radner, M. e Winokur, S. (orgs.), *Minnesota Studies in the Philosophy of Science*, vol 4. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Miller, G. A. 1968. "Some Preliminaries to Psycholinguistics." In Oldfield, R. C. e Marshall, J. C. (orgs.), *Language*. Harmondsworth, England: Penguin.
- Nagel, E. 1979. *Teleology Revisited*. Nova York: Columbia University Press.
- Nerlich, G. 1989. *Values and Valuing: Speculations on the Ethical Life of Persons*. Oxford: Claredon Press.
- Neisser, U. 1975. *Cognition and Reality: Principles and Implications of Cognitive Psychology*. San Francisco: Freeman.
- Nelson, R. J. 1969. "Behaviorism is False." *The Journal of Philosophy* 66: 417-451.
- . 1975. "Behaviorism, Finite Automata, and Stimulus-Response Theory." *Theory and Decision* 6: 249-268.
- Newton, I. 1934. *Mathematical Principles of Natural Philosophy*. Berkeley: University of California Press.
- Place, U. T. 1981. "Skinner's Verbal Behavior." *Behaviorism* 9: 1-24; 131-152.
- Polanyi, K. 1944. *The Great Transformation*. Nova York: Rinehart.
- Popper, K. R. 1959. *The Logic of Scientific Discovery*. Londres: Hutchinson.
- Putnam, H. 1964. "Minds and Machines." In Anderson, A. R. (org.), *Minds and Machines*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- Quine, W.V.O. 1953. *From a Logical Point of View*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- . 1960. *Word and Object*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- . 1969. "Linguistics and Philosophy." In Hook, S. (org.), *Language and Philosophy*. Nova York: Nova York University Press.

- Rachlin, H. 1971. "On the Tautology of the Matching Law." *Journal of the Experimental Analysis of Behavior* 15: 249-251.
- . 1989. *Judgment, Decision and Choice*. Nova York: Freeman.
- . 1994. *Behavior and Mind*. Nova York: Oxford University Press.
- . 1995. "Self-control: Beyond Commitment." *The Behavioral and Brain Sciences* 18: 109-121, 148-159.
- . 1996. "Reply to Lacey." *Behavior and Philosophy* 23: 79-84.
- Rachlin, H., Green, L., Kagel, J. H. e Battalio, R. C. 1976. "Economic Demand Theory and Psychological Studies of Choice." In Bower, G.H. (org.), *The Psychology of Learning and Motivation*, Vol. 10. Nova York: Academic Press.
- Rachlin, H., Battalio, R., Kagel, J. e Green, L. 1981. "Maximization Theory in Behavioral Psychology." *The Behavioral and Brain Sciences*, 4: 371-388.
- Ringen, J. D. 1976. "Explanation, Teleology, and Operant Behaviorism: A Study of the Experimental Analysis of Purposive Behavior." *Philosophy of Science* 43: 223-253.
- . 1986. "The Completeness of Behavior Theory." *Behaviorism* 14: 29-40.
- Schick, K. 1971. "Operants." *Journal of the Experimental Analysis of Behavior* 15: 413-23.
- Schwartz, B. 1982. "Reinforcement Induced Behavioral Stereotypy: How not to Teach People to Discover Rules." *Journal of Experimental Psychology: General* 111: 23-59.
- . 1984. *The Psychology of Learning and Behavior*, 2nd ed. Nova York: Norton.
- . 1986. *The Battle for Human Nature*. Nova York: Norton.
- . 1990. "The Creation and Destruction of Values." *American Psychologist* 45: 7-15.
- . 1993. "Why Altruism is Impossible, and Ubiquitous." *Social Service Review* 67: 314-343.
- . 1994. *The Costs of Living: How Market Freedom Erodes the Best Things in Life*. Nova York: W. W. Norton.
- Schwartz, B. e Lacey, H. 1982. *Behaviorism, Science, and Human Nature*. Nova York: Norton.

- Schwartz, B. e Lacey, H. 1988. "What Applied Studies of Human Operant Conditioning Tell us about Humans and about Conditioning." In Davie, G. e Cullan, C. (orgs.), *Human Operant Conditioning and Behavior Modification*. Nova York: Wiley.
- Schwartz, B., Schuldenfrei, R. e Lacey, H. 1978. "Operant Psychology as Factory Psychology." *Behaviorism* 6: 229-54.
- Scriven, M. 1956. "A Critique of Radical Behaviorism." In Feigl, H. e Scriven, M. (orgs.), *Minnesota Studies in the Philosophy of Science*, vol.1. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- . 1965. "An Essential Unpredictability in Human Behavior." In Wolman, B. e Nagel, E. (orgs.), *Scientific Psychology: Principles and Approaches*. Basic Books: Nova York.
- Searle, J. R. 1992. *The Rediscovery of Mind*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Seligman, M. E. P. 1991. *Learned Optimism*. Nova York: Alfred A. Knopf.
- Sen, A. 1976. "Rational Fools." *Philosophy and Public Affairs* 6: 317-344.
- Shimoff, E., Catania, A. C., e Matthews, B. A. 1981., "Uninstructed Human Responding: Responsivity of Low Rate Performance to Schedule Contingencies." *Journal of the Experimental Analysis of Behavior* 36: 207-220.
- Skinner, B.F. 1935. "The Generic Nature of the Concepts of Stimulus and Response." *Journal of General Psychology* 12: 40-65.
- . 1938. *The Behavior of Organisms*. Nova York: Appleton-Century-Crofts.
- . 1953. *Science and Human Behavior*. Nova York: Macmillan.
- . 1957. *Verbal Behavior*. Nova York: Appleton-Century-Crofts.
- . 1950. "Are Theories of Learning Necessary?" *Psychological Review* 57: 193-216. [Reimpresso em Skinner 1972.]
- . 1969. *Contingencies of Reinforcement, a Theoretical Analysis*. Nova York: Appleton-Century-Crofts.
- . 1971. *Beyond Freedom and Dignity*. Nova York: Knopf.
- . 1972. *Cumulative Record*, 3ª. ed. Nova York: Appleton-Century-Crofts.
- . 1974. *About Behaviorism*. Nova York: Knopf.

- . 1978. *Reflections on Behaviorism and Society*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- . 1986. "What is Wrong with Daily Life in the Western World." *American Psychologist* **41**: 568–574.
- Smart, J. J. C. 1959. "Sensations and Brain Processes." *Philosophical Review* **67**: 141–56.
- Smith, A. 1776/1937. *The Wealth of Nations*. Nova York: Random House.
- Spence, K. W. 1963. "Types of Constructs in Psychology." e "The Emphasis on Basic Functions." In Marx, M. H. (org.), *Theories in Contemporary Psychology*. Nova York: Macmillan.
- Staddon, J. R. 1979. "Conservation and Consequences – Theories of Behavior under Constraint: An Overview." *Journal of Experimental Psychology: General* **108**: 1–3.
- . 1993a. *Behaviorism: Mind, Mechanism and Society*. Londres: Duckworth.
- . 1993b. "The Conventional Wisdom of Behavior Analysis." *Journal of the Experimental Analysis of Behavior* **60**: 439–447; 489–494.
- Suppes, P. 1969. "Behaviorism." In: *Studies in the Methodology and Foundations of Science*. Dordrecht: Reidel.
- . 1975. "From Behaviorism to Neobehaviorism." *Theory and Decision* **6**: 269–86.
- Taylor, C. 1964. *The Explanation of Behaviour*. Londres: Routledge and Kegan Paul.
- . 1981. "Understanding in the *Geisteswissenschaften*." In Holtzmann, S. H. e Leich, C.M. (orgs.), *Wittgenstein: To follow a Rule*. Cambridge: Cambridge University Press.
- . 1985. *Human Agency and Language. Philosophical Papers*, vol. I. Cambridge: Cambridge University Press.
- . 1992. *The Ethics of Authenticity*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ulman, J. 1986. "A Behavioral-Marxist Reply to Schwartz and Lacey." *Behaviorism* **14**: 45–50.
- Wallach, M. A. e Wallach, L. 1983. *Psychology's Sanction for Selfishness: The Error of Egoism in Theory and Therapy*. San Francisco: W. H. Freeman.

West, C. 1993. *Race Matters*. Boston: Beacon Press.

Willems, E. P. 1974. "Behavioral Technology and Behavior Ecology."
Journal of Applied Behavior Analysis 7: 151–165.

Wittgenstein, L. 1958. *Philosophical Investigations*. Oxford:
Blackwell.

Tábua Analítica dos Assuntos

PREFÁCIO

PARTE 1 – SKINNER E CHOMSKY

CAPÍTULO 1. O QUE É A CONTROVÉRSIA SKINNER–CHOMSKY?

1. Considerações preliminares
O pano de fundo de um programa científico de pesquisa
Três tipos de behaviorismo
Teoria e observação
2. A rejeição de Skinner às “teorias”
Primeira objeção
Segunda objeção
Terceira objeção
Quarta objeção
Uma pressuposição de fundo das objeções
Como testar essa pressuposição
3. A relevância de Chomsky
Fenômenos lingüísticos que colocam dificuldades para a análise operante
A interpretação de Skinner dos aspectos gramaticais da linguagem
As teorias de Skinner e Chomsky são incompatíveis?

CAPÍTULO 2. EXPLICANDO A CONTROVÉRSIA SKINNER–CHOMSKY

1. O conflito teórico entre Skinner e Chomsky
Observações gerais sobre os conflitos entre teorias
O caráter geral do conflito S-C
2. O conflito metateórico
3. Concepções da natureza humana
4. O papel das concepções da natureza humana

Concepções da natureza humana e juízos de valor

CAPÍTULO 3. SKINNER SOBRE A PREDIÇÃO E O CONTROLE DO COMPORTAMENTO

1. A concepção de Skinner da natureza humana
2. Predição e controle: critérios neutros?
3. Predição: um critério ambíguo
As interpretações de Skinner do comportamento verbal
4. Controle: um critério inadequado
5. Controle: um critério perigoso
6. Controle: um objetivo ambíguo
7. Observações finais

CAPÍTULO 4. CHOMSKY SOBRE UMA ANALOGIA ENTRE A AQUISIÇÃO DE LINGUAGEM E A FORMULAÇÃO DE TEORIAS

1. Teorias e dados empíricos
2. O sucesso teórico e a convergência da avaliação científica
3. A comparação de Chomsky entre a criatividade lingüística e a criatividade científica
4. A solução de Chomsky para o problema da convergência
5. Algumas diferenças entre a aquisição de linguagem e a construção de teorias
6. O problema do sucesso das teorias
7. Os condicionantes e a prática

PARTE 2 – AVALIANDO OS PROGRAMAS DE PESQUISA EM PSICOLOGIA: O LUGAR DA INTENCIONALIDADE

CAPÍTULO 5. O PODER EXPLICATIVO DO BEHAVIORISMO RADICAL

1. Avaliando a abrangência
2. O behaviorismo é abrangente?
Identificando os limites do behaviorismo
3. Uma alternativa ao behaviorismo

Contextos fechados

O reforço e as conseqüências do comportamento

A complexidade

A explicação intencional

4. O que os seres humanos são

5. Um esclarecimento adicional do argumento

O caráter empírico do argumento

CAPÍTULO 6. BEHAVIORISMO, INTENCIONALIDADE E A ESTRUTURA SÓCIO-HISTÓRICA

1. Pontos de acordo e desacordo com nossos críticos

2. A teoria do comportamento e a história

Extrapolando a partir da experimentação para a natureza

A história e os limites do behaviorismo

O behaviorismo como ideologia

O behaviorismo e a teoria da evolução

3. A história social e o marxismo

4. Intencionalidade

O silogismo prático

A explicação intencional e a narrativa

5. Leis da natureza ou regularidades historicamente específicas

CAPÍTULO 7. BEHAVIORISMO: UMA TRADIÇÃO DE PESQUISA COM MÚLTIPLOS PROGRAMAS

1. Dois tipos de críticas ao behaviorismo

Intencionalidade

Um dilema

O behaviorismo radical

O apelo do behaviorismo

2. O behaviorismo teleológico

As teses do behaviorismo teleológico

Críticas

Crenças

3. O behaviorismo teórico

Estados internos
O argumento de Staddon

CAPÍTULO 8. O PODER EXPLICATIVO DA PSICOLOGIA COGNITIVA

1. Observações gerais sobre a ciência
*A avaliação das teorias científicas: a relação entre
experimentação e natureza*
2. A metafísica de fundo da ciência cognitiva
O status da metafísica de fundo da ciência cognitiva
*Uma comparação entre a psicologia cognitiva e o
behaviorismo*
A validade ecológica da ciência cognitiva
3. É possível uma teoria psicológica abrangente?
Limites históricos para a aplicação de teorias psicológicas
Um dilema
A investigação em psicologia como algo local
A importância da intencionalidade

**PARTE 3 – PESQUISA EM PSICOLOGIA EM ESTRUTURA
INTENCIONAL: UM EXEMPLO**

CAPÍTULO 9. A FORMAÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO DOS VALORES

1. Valor
2. Uma análise dos valores
Valores pessoais
Valores sociais
3. Entendendo as fontes dos valores pessoais
Caminhos para o equilíbrio
4. Razões para adotar um caminho particular para o equilíbrio
5. Implicações para a investigação em psicologia
Egoísmo e altruísmo
Tipos relevantes de investigação em psicologia

Referências bibliográficas

Rumos da Epistemologia
é uma coleção que se
destina a publicar textos de
caráter epistemológico que
reflitam pesquisas atuais
nesta área de estudos,
permitindo uma introdução
crítica, mas também
acessível, a tais assuntos.
Destinando-se prioritariamente
a alunos do final da graduação
e início da pós-graduação,
a coleção visa facilitar a
formação de novos
pesquisadores em filosofia
e domínios conexos que
tratam do conhecimento,
mas contribui também para
a atualização de pesquisadores
mais experientes.

ISBN 85-07253-03-0

